

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ**

FRANCISCO LARANJA
(Entrevista)

Ficha Técnica

Projeto de pesquisa – Memória de Manguinhos

Entrevistado – Francisco Laranja da Silva Filho (FL)

Entrevistadores - Rose Ingrid Goldschmidt (RG), Jaime Benchimol (JB), Marcos Chor Maio (MC)

Data – 26/11/1986 a 17/12/1986

Local – Rio de Janeiro/ RJ

Duração – 10h17min

Resenha biográfica e Sumário – Margareth Esteves Pazos

Conferência de fidelidade – Margareth Esteves Pazos

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

LARANJA FILHO, Francisco da Silva. *Francisco Laranja. Entrevista de história oral concedida ao projeto Memória de Manguinhos*, 1986. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 2021. 169p.

Resenha biográfica

Francisco Laranja nasceu a 28 de setembro de 1916, em São Borja, Rio Grande do sul. Realizou seus primeiros estudos em São Borja e Uruguaiana, e o ginásio em Porto Alegre, cursando mais tarde a Faculdade Federal de Medicina de Porto Alegre. Em 1937, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde concluiu o curso de medicina, em 1940, pela Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS).

Iniciou sua carreira profissional como taquígrafo e datilógrafo autônomo, realizando alguns trabalhos, entre eles apostilas sobre diversos cursos para um grupo de estudantes de direito de Porto Alegre. Em 1938, prestou concurso público para a vaga de auxiliar administrativo no recém-criado Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), passando a exercer a função de médico-auxiliar, em 1939, após ser aprovado em concurso interno.

Francisco Laranja trabalhou também com perícia médica, diagnosticando casos de incapacidade para o trabalho, sob a orientação do professor Magalhães Gomes. Em 1941, assumiu a função de médico-cardiologista concursado, passando para o quadro de pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), em 1944, quando então assumiu o cargo de pesquisador responsável pelo Setor de Pesquisa Cardiológica até 1953. Nesse mesmo ano, seu nome foi indicado para a direção do IOC. Foi empossado em janeiro de 1954, permanecendo no cargo até fevereiro do ano seguinte.

Em 1957 passou a dirigir o Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU), buscando durante a sua administração viabilizar um plano de maior assistência médica à população do interior do país. Porém, em 1961, no início do governo Jânio Quadros, foi exonerado.

Assumiu a presidência da Nova Capital (NOVACAP), companhia construtora de Brasília, por indicação de João Goulart no início do seu mandato presidencial, sendo destituído do cargo pouco antes do golpe militar de 1964, quando então retornou ao IAPI como médico-cardiologista.

Além de um compêndio de patologia cardiovascular, artigos de divulgação e atualização de temas sobre cardiologia, Francisco Laranja realizou trabalhos sobre clínica, epidemiologia, patologia, experimentação animal e terapêutica da doença de Chagas – pesquisa desenvolvida na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) até sua morte, em 1989.

Sumário

Fita 1 a Fita 3

Origem familiar e a infância no interior do Rio Grande do Sul; formação escolar; o curso ginásial em Porto Alegre; a morte do pai; a experiência como capataz de fazenda na adolescência e as transformações da vida rural; o caráter do homem gaúcho; a influência da migração européia no Rio Grande do Sul; as personalidades políticas do sul do país; a convivência com personalidades políticas; a Revolução de 1930; a conclusão do ginásio em Porto Alegre; a relação com os pais; o lazer na infância; as relações com a família Getúlio Vargas; o quadro epidemiológico no interior do Rio Grande do Sul; o interesse pelos estudos e o vestibular para medicina; a cadeira de direito do trabalho criada por Lindolfo Collor; o convívio com as estudantes na pensão em Porto Alegre; o comunismo na década de 30; o curso médico e o interesse pela psicologia; a primeira viagem ao Rio de Janeiro em busca do melhores condições de trabalho; o concurso para datilógrafo do IAPI; a transferência para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; o atentado integralista de 1938; o trabalho burocrático no IAPI.

Fita 4 e Fita 5

O concurso interno do IAPI; as atividades em cardiologia no IAPI; a atividade assistencial do IAPI; comentários sobre as doenças cardíacas no Brasil; a perícia e a consultoria médica do IAPI; a política salarial do IAPI na década de 30; a questão da saúde pública durante o curso médico; o concurso para médico-cardiologista do IAPI; a relação entre médico e paciente; a organização do posto de Bambuí (MG); a especialidade em cardiologia; o primeiro contato com a doença de Chagas; a profilaxia da doença de Chagas; a divulgação de trabalhos no exterior.

Fita 6 a Fita 8

O desdobramento do Ministério da Educação e Saúde e a repercussão no IOC; a gestão Olímpio da Fonseca no IOC; o ingresso no IOC na gestão Henrique Aragão; críticas à centralização administrativa do IOC; indicação à direção do IOC em 1953; as divisões científicas e os pesquisadores do IOC; a descentralização de sua administração no IOC; a produção do IOC; os recursos do IOC; a política científica do IOC; a modificação na estrutura física de Manguinhos; a gestão Antônio Augusto Xavier; o serviço fotográfico do IOC; o Curso de Aplicação do IOC; comentários sobre a sua gestão no IOC; o retorno à pesquisa; comentários sobre o Estado Novo; avaliação da FIOCRUZ; a influência americana e os modelos de pesquisa; saúde pública e educação sanitária.

Fita 9 a Fita 11

A nomeação para a direção do SAMDU; os vínculos de amizade com João Goulart; a estrutura funcional do SAMDU; o retorno ao IAPI em 1964; referência ao Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS); a padronização dos serviços do SAMDU; definição político-ideológica; adesão ao getulismo e ao juscelinismo; os acordos para as indicações de cargos públicos; a descentralização administrativa de sua gestão no SAMDU; o orçamento do SAMDU; o desligamento do SAMDU no governo Jânio Quadros; a pressão partidária sobre a nomeação nos cargos públicos; o concurso para acadêmico de medicina no SAMDU; o atendimento ambulatorial; a instalação de postos ambulatoriais na região Centro-oeste no governo Juscelino Kubitschek; a ligação entre o SAMDU e o Partido Trabalhista Brasileiro

(PTB); a relação ambulatorial entre médico e paciente; a relação entre saúde pública e política salarial; os critérios adotados para a instalação de postos do SAMDU; a direção do SAMDU no final dos anos 50; o retorno ao IAPI após o golpe de 1964; a viagem com Jango à URSS e Europa Oriental; o regresso ao IOC e os trabalhos desenvolvidos comentários sobre a FIOCRUZ; a questão dos relatórios administrativos do IOC; o governo João Goulart; a administração da NOVACAP; o retorno à fazenda de Goiás após o golpe de 1964; o casamento e a vida em Brasília na década de 70; a “cassação branca”; o concurso para cardiologista no Hospital distrital; a interferência do Serviço Nacional de Informação (SNI) em sua vida profissional.

Data: 26/11/1986

Fita 1 – Lado A

RG – Dr. Laranja, nós vamos começar a nossa entrevista pedindo para o senhor falar um pouco sobre a sua origem, o seu nascimento no interior do Rio Grande do Sul.

FL – Eu nasci num distrito do município de São Borja. Num distrito até com um nome meio esquisito, que se chama Garruchos. Provavelmente, isso eu não sei, provém de gaúchos ou de garrucha. Eles esfaqueavam muito, porque era na beira do rio Uruguai, então brigavam muito. Argentinos e brasileiros se matavam muito. Por isso eu acho que se denominou Garruchos. Fiz os estudos do curso primário no próprio colégio ali em São Borja. E também, em 1925... Aliás, nasci em 28 de setembro de 1916. Até os nove anos eu estudei em São Borja.

RG – Então o senhor nasceu em Garruchos, mas logo saiu de lá.

FL – É. Meus pais se mudaram. Meus pais eram fazendeiros, toda a minha família é de fazendeiros, e quando eu tinha três anos, meus pais se mudaram pra São Borja. Aí o meu pai era comerciante. Isto foi lá por 1919, 19-20.

RG – Então em Garruchos era na fazenda mesmo?

FL – Era na fazenda. Um povoadozinho, uma corruptela, como se diz. Um povoadozinho que não tinha nem 300 habitantes próximo da fazenda, né? Em São Borja, até os nove anos, eu tive as primeiras letras, os primeiros ensinamentos, alfabetização. E com nove anos, eu fui mandado como interno para o Colégio Santana, que era de irmãos Maristas, em Uruguaiana. Foi a primeira turma de internos do Colégio Santana. Aí eu estudei até o segundo ano ginasial e depois completei os estudos do ginásio em Porto Alegre, no Ginásio Nossa Senhora do Rosário.

RG – Então, Dr. Laranja, antes do senhor chegar em Porto Alegre, eu gostaria que a gente visse um pouco mais como foi essa infância, de um menino que nasce num vilarejo. O senhor nasceu num vilarejo, mas foi criado numa fazenda mesmo, até os 13 anos?

FL – Na fazenda.

RG – O senhor podia contar... O senhor talvez não tenha nem lembranças mais de como é que era essa fazenda, fazenda de gado?

FL – É. Dessa parte eu não lembro bem. O fazendeiro ali na fronteira passava com a família uma parte do tempo na fazenda, outra parte num povoado, que era próximo. Meu pai tinha casa de comércio também, né? Tinha atividade de fazenda e atividade de comércio. De forma que era um misto... uma parte do tempo era na fazenda com a família, outra parte no próprio povoado. Da mesma forma, quando passou a morar em São Borja, que já era uma cidadezinha, a maior parte do tempo passava na cidade. Eu era um menino de cidade, né? Mas também, às vezes, a gente passava uma temporada na fazenda. Aí já era mais distante. De Garruchos a São Borja é mais ou menos 100 quilômetros.

RG – É, e naquele tempo demorava, né?

FL – Naquele tempo levava quase dois dias pra ir lá. (Ri)

RG – Mas ali é região de gado...

FL – É, aquilo é região de pecuária. Naquela época era só pecuária.

RG – E era muito rica, né?

FL – É, a região, o município, talvez, mais rico do Rio Grande é São Borja, né? Talvez seja um dos municípios mais ricos na pecuária. E hoje a agricultura... A terra é muito boa, né?

JB – Dr. Laranja. O seu pai tinha grandes extensões de terra ou não?

FL – É, era uma família abastada. A família da minha mãe era muito abastada. Tinha muita terra, compreendeu? Tinha muita terra e muitos filhos. Cada um ficou muito bem, com muitas fazendas. O meu pai era um homem muito trabalhador, muito inteligente. Ele não era de família rica, mas era muito trabalhador. Mas morreu muito cedo. Ele morreu com 42 anos e deixou oito filhos.

RG – Vocês eram oito?

FL – Éramos oito, é, éramos oito. Bom...

MC – E quem cuidou do senhor quando o seu pai morreu? Quem é que ficou...

FL – Eu tinha seis anos ou sete. Deixa eu ver... ele morreu em... eu devia ter seis anos, é. Deve ter sido em 1922.

MC – Sua mãe ficou cuidando...

FL – É, ficou viúva e ficou cuidando da gente.

RG – Mas então eu queria fazer duas perguntas. A primeira é qual era a família da sua mãe, como era essa família de fazendeiros?

FL – Era Fabrizio. Fabrizio... Era a família Fabrizio.

RG – Que já estava há muitos anos no Rio Grande? Família de imigrantes italianos? Com este nome Fabrizio...

FL – Já, muitos anos. É, exatamente. Família grande lá do município de São Borja, Fabrizio.

RG – E seu pai, que era uma pessoa de origem, assim, mais modesta...

FL – Eu quase não conheci ninguém parente do meu pai. Uma tia, parece, mas não sei a origem da família do meu pai. Isso eu não sei.

RG – Deve ser português, provavelmente, não é?

FL – É, deve ser. Laranja, com um sobrenome tão raro, né?

RG – Não tem outras famílias Laranja?

FL – Não. Tem outra família em Rio Grande, mas eu nem sei se são parentes. Como tem aqui no Estado do Rio, uma família Laranja; em Minas tem uma família Laranja. Mas eu não sei se são parentes, sabe, não sei. Bom...

MC – A sua mãe relatava algumas lembranças da família que veio da Itália?

FL – Não, não. Nunca nos falou nada. Eu, desde pequeno, fiquei muito fora. Era interno em Uruguaiana, saía nas férias. Menino, nas férias, nunca se interessa por essas coisas, né? Quer é brincar e tá acabado. A vida se resume... brincar. Mas como, como naquela época, a gente interno em colégio de padre, não saía nem domingo.

RG – Era muito duro o regime?

FL – Era duro. Levantava às seis horas, aqueles padres franceses, maristas, né? Era duríssimo, um regime duríssimo, no inverno, os garotos levantavam seis horas, arrumavam a cama, tomavam banho frio, depois tinha que assistir à missa, comungar. Era obrigado! O negócio era bruto, né? (ri)

RG – E era o senhor e os seus irmãos? Tinha outros irmãos? Quantos estavam lá?

FL – É, eram dois irmãos também internos, né? Nós éramos três, em Uruguaiana. Bom, mas aconteceu que até eu terminar o ginásio, em 1934, em Porto Alegre, no Ginásio Rosário, não foi contínuo o meu estudo. Foi interrompido. Porque aconteceu o seguinte, em 1929, que dizer, eu já tinha 13 anos, 12 para 13 anos, minha mãe que era viúva, casou pela segunda vez. Casou pela segunda vez. Aí então mudaram. Meu padrasto, mudou com a minha mãe para São Francisco de Assis. Ele era de São Francisco de Assis, uma cidadezinha central, no Rio Grande, próxima a Alegrete, Jaguari, por ali naquela zona, né? Então houve um período de quatro anos que eu interrompi os estudos. Entre os 12 anos e os 16, eu fiquei, nós ficamos numa outra fazenda, em São Francisco, e posteriormente nós voltamos para Garruchos, pra fazenda de Garruchos, uma das fazendas de Garruchos. E nós mesmos tomamos conta da fazenda; nós três irmãos. Um mais moço do que eu e um mais velho do que eu.

RG – A sua mãe ficou em São Francisco?

FL – Ficou em São Francisco. E eles nos entregaram a fazenda pra nós tomarmos conta. Eu devia ter meus 13 anos, 14, por aí. Meu irmão mais velho tinha uns 15, 16 e o outro tinha 11 anos. Eram três meninos que tomavam conta da fazenda, do gado e tudo.

RG – Tinha um capataz experiente pra...

FL – Não, nós mesmos éramos o capataz. Nós tínhamos empregados, os peões, né? Mas eram peões antigos, aquele pessoal lá... Aquele regime de empregados antigos era um regime muito familiar, não é? De forma que faziam parte da família. Ficavam anos e anos, morriam ali. Os filhos deles depois continuavam trabalhando como fazendeiro. Não era esse regime de hoje, o sujeito entra hoje, sai daqui a dois meses. Não. Aquelas famílias faziam parte da fazenda, né?

FD – Essas famílias eram de colonos?

FL – É. Não é propriamente nesse sentido: colono. O colono, lá no Rio Grande, é uma expressão mais pro gringo, como a gente diz. O pessoal da fronteira é um pessoal diferente. O fazendeiro de fronteira é o mais reacionário que tem no Rio Grande e é um tipo muito especial, psicologicamente e sob todos os aspectos. É muito diferente a área de fronteira com a Argentina e com o Uruguai. Só esta área fronteira, que são os... Eram, hoje está tudo muito mudado mas naquela época eram unicamente zonas onde se criava o gado, zona de pecuária extensiva, né? Bom, então como eram grandes áreas de terras, desenvolvia muitas peculiaridades na atividade pastoril. Com isso formou-se... Reparem que os grandes coronéis e políticos são dessas áreas. Os grandes políticos do Rio Grande, homens que mandavam, dominavam grandes extensões de terra, não é? E tinham o domínio absoluto. Um não podia entrar no domínio do outro. De forma que o colono veio depois, com a imigração européia, italiana e alemã, que é aí que então desenvolveram um outro tipo de atividade, com pequenas extensões de terras cultivadas, vivendo da agricultura. E aí desenvolveu-se a cultura da uva e outras culturas. Todas vieram com essa gente que veio da Europa. Porque o fronteiriço não sabia fazer nada disso. Só sabia montar a cavalo e engordar boi e levar o boi pro matadouro e pronto. Era uma atividade muito específica. Então esse era o peão.

JB – O peão, ele era um assalariado?

FL – Não, não tinha ordenado.

JB – Como é que era o sistema de pagamento?

FL – O sistema era o seguinte: todo empregado, o peão, em geral tinha suas vacas, seu cavalo, tinha suas posses. E tinha o seu ranchinho, não é, tinha sua plantação. Tudo aquilo era dele. A família vivia bem. Não tinha essa coisa mensal, porque o fazendeiro não tinha renda mensal, tinha renda por ocasião da safra, quando vendia a tropa. Tanto é que um hábito muito arraigado é o seguinte: todo o ano a produção de bezerros, quando ele desmama, quer dizer, quando atinge mais ou menos dez meses, a gente separa o bezerro da mãe. E aqueles bezerros todos são ferrados, aquele ferro quente, que a gente diz “marcou”. É o dia da marcação. Então aquele dia é um dia que se mata um boi, faz churrasco. Dia da marcação, né.

RG – Uma festa, né?

FL – Uma festa. E ali é uma diversão, porque tem que derrubar um bezerro, laçar e derrubar pra botar o ferro quente, né, então aí todo mundo ganhava alguns. Os empregados também ganhavam um bezerrozinho: “Quer um bezerro macho ou um bezerro fêmea?”. “Fulano vai ganhar cinco bezerros”. Aí davam.

RG – E ele tinha uma marca?

FL – Não. Fazia-se a mesma marca da fazenda. Por exemplo, você ganhava com a sua marca, era na pata dianteira esquerda; a dele já é na pata dianteira esquerda; na orelha fez-se uma forquilha; o outro faz duas forquilhas; faz a forquilha só na orelha direita; o outro faz forquilha só na orelha esquerda.

RG – E isso é tudo de trato verbal, né? Não tinha nenhum documento, né? Era tudo na palavra?

FL – Verbal, tudo era verbal. Não tinha nenhum documento. Exatamente. É como é que se diz? Era um sistema de muita harmonia. Não havia nunca nenhum atrito, nenhum. Não se via uma discussão entre um peão, e o peão respeitava muito o patrão e os filhos. Tudo era num convívio extremamente harmônico, né?

MC – O senhor disse que nessa área de fronteira existiam certas peculiaridades, até em termos psicológicos. O senhor poderia falar um pouco sobre que peculiaridade são essas?

FL – É pra ver que os grandes líderes políticos surgiram daí. O Getúlio, aqueles líderes que fizeram a Revolução Farroupilha, todos eram fronteiristas. Todos eles eram gente da fronteira, eram revolucionários todos. Mesmo os estadistas, mesmo, lá, Júlio de Castilho, Assis Brasil, todos eram homens que nós amamos sempre, mais ou menos dessa... que deu o maior número de políticos na região, foi a região fronteira.

RG – E o senhor se criou assim dentro dessa luta político-partidária ou a sua família se colocava claramente de um lado? Como que o senhor podia contar um pouco pra gente isso?

FL – Bom, a minha família, em geral, não era atuante politicamente, não. Minha família nunca foi atuante. A família da minha mãe, não é, nunca foi atuante. Mas éramos sempre do lado do governo. Porque acontece que o Borges de Medeiros teve 25 anos de governante do Rio Grande. Aí é que é. Então quase todo mundo era borgista. Era o chimango. Lá em São Borja tinha o Getúlio, que era do lado do Borges, então quase todo mundo era borgista. São Borja era uma cidade predominantemente chimango. Mas tinha também os maragatos, que eram partidários do Assis Brasil. Depois originou esse Partido Libertador, com o Pilla, esse Brossard, né? O pai do Brizola também, acho que era maragato. Então, era outra ala dos revolucionários.

RG – O Brizola é mais ou menos da sua geração, não é?

FL – Mais novo, Brizola é muito mais novo.

RG – Muito mais novo não deve ser.

FL – Muito. Eu tô com setenta. Nossa Senhora, é.

RG – E ele 65!

FL – Não, Brizola tem uns 60.

RG – Não, eu acho que tem mais, mesmo. Mas o senhor não conviveu, na época lá com...

FL – Não, o Brizola já é da outra zona. Eu tinha muito convívio com a família da mulher do Brizola, da Neusa. Eram muito meus amigos, o pessoal do pai do Jango, pai do Jango. E eu era afilhado do batismo do Dr. Getúlio. Era. Quando eu era pequenininho, ele foi o advogado de... Porque quando o meu pai morreu, ele era nosso advogado e fez o inventário. Mas logo depois ele se elegeu deputado federal e aí já se ausentou muito de São Borja. Mas, antes de ser deputado federal, eu ainda fui batizado por ele.

RG – E esses vínculos eram de que tipo? Não eram políticos, eram afetivos, amizade de famílias?

FL – É, não tinha nada de... Não era, viu? Não tomava parte. Meus tios eram fazendeiros lá naqueles distritos distantes de São Borja. Não tinham atividade política quase, embora fossem todos do governo, né, quase todos chimangos.

RG – E essa família Goulart também era... como é que era?

FL – Bom, aí então, a família do Jango, o pai dele era o seu Vicente Goulart. Aconteceu que o Jango, ele era um ano mais moço que eu, e nós fomos lá pro ginásio em Uruguaiiana, também ele foi. Quase todos aqueles filhos de fazendeiros estudavam lá. Iam naquele trenzinho. Havia uma linha férrea, que os ingleses construíram, que ligava São Borja a Uruguaiiana. Era São Borja, Itaqui, Uruguaiiana. Era um trenzinho maria-fumaça que se chamava BGS - a BGS. A BGS queria dizer British Great Southern; era British Great Southern. Então, uma das datas marcantes pros meninos no colégio era o dia que iam voltar de férias, iam voltar pra casa, tinham que pegar a BGS. E eu me lembro que a gente, meninos ainda, às vezes descíamos do trem e acompanhávamos o trem, porque ele andava tão devagarinho que a gente, a pé, também acompanhava, ia pegar o trem lá adiante. (ri)

RG – Ia esticar um pouquinho as pernas. (ri)

FL – A BGS era assim, era bom porque ia devagarinho, a gente correndo ao lado, ia, pegava uma pedra, jogava ali e tal, e depois subia no vagão de novo.

RG – E eram muitas horas ou muitos quilômetros de São Borja a Uruguaiiana?

FL – É, muitos quilômetros. Não, peraí, de São Borja a Uruguaiiana, na verdade levava o dia inteiro viajando. Saía de madrugada, chegava de noite. Bom, com a internação no ginásio, em Uruguaiiana, é que houve a aproximação maior de amizade daqueles meninos todos. Em casa, é cada um na sua casa, mas lá no colégio andava todos mundo junto, não é? E o Jango tava lá, era o Janguinho, até, e a gente foi ficando muito amigo e tal. No fim, ia para umas férias. Às vezes eu ficava uns dias na casa dele e tal. Muito amigo da família, não é? Então a gente tinha esse tipo de relação familiar muito estreita, essas famílias do interior. Bem, o que mais interessa. Mais alguma coisa de São Borja? Acabou a minha fase em São Borja.

RG – Não sei se acabou. Eu acho que os meninos aí têm perguntas a fazer.

JB – Eu marquei aqui um fio de meada. O senhor se referiu ao fato de que a sua mãe se casou pela segunda vez. Vocês foram para São Francisco de Assis, aí depois o senhor regressou a Garruchos, com os seus irmãos e durante quatro anos interrompeu os estudos, ficou cuidando da fazenda.

FL – É, aí então em 34 eu voltei para Porto Alegre.

JB – Mas nesse ínterim, Dr. Francisco, o senhor tem lembrança, assim, a respeito da crise de 29, da revolução de 30 como é que isso repercutiu? O senhor estava na fazenda, nessa época?

FL – Tava. Não, aí não tomava parte. Também não tinha rádio, não tinha nada, completamente isolado lá. Eu estive na fazenda, deixa-me ver, deve ter sido... É, eu sai de Uruguaiana em 29, fim de 28, 29. É. A minha mamãe casou, ainda fui pra São Francisco. Ficamos um ano e tanto ou dois anos lá. Eu devo ter ido pra Garruchos, devo ter voltado pra Garruchos, pra fazenda, quando nós fomos tomar conta da fazenda, em 31. É. Ah é! Me lembro que em 31, logo a seguir houve a revolução de São Paulo, 32. E o meu irmão mais velho, foi no provisório do Benjo Vargas, que era irmão do Getúlio, aquele Benjamim Vargas, formou um corpo provisório com voluntários dali, daquelas fazendas, aqueles rapazes, filhos de fazendeiros. Eram uns pé no chão, né, que vieram combater aqui em São Paulo. O meu irmão era oficial dele, do Benjo. Eram os provisórios, como chamavam, corpo provisório. É. Então eu me lembro que eu estava na fazenda nessa ocasião... Em 32, eu lá. É. Foi só em 34, quer dizer, no começo de janeiro de 34 que eu voltei pra Porto Alegre. Voltei pra Porto Alegre. Que dizer, voltei não, fui pra Porto Alegre pra concluir o ginásio. Aí é que eu terminei o ginásio, já no Rosário, em 34. Depois eu entrei pra medicina em 35.

RG – Eu vou fazer uma pergunta.

FL – Agora, aí tem uma coisa curiosa. Porque eu fiquei quatro anos, sabe, menino, quatro anos, então eu fiz um péssimo ginásio. Péssimo. Eu era muito bom em matemática, eu me lembro, eu era menino, um *young boy*... Eu era pequenininho, bem baixinho sabe, aí pegava o quadro-negro e mandava eu fazer uns negócios de álgebra lá. Eu era um craque naquele troço, sabe. Era matemática e desenho. Eu tinha uma caligrafia muito linda. E naquela época se caprichava muito em caligrafia. O sujeito escrevia... Hoje é... uns garranchos, quase a gente não consegue ler. Eu sempre digo: eu acho que os médicos têm medo de que saibam o nome do remédio que eles receitam. Porque ninguém tem coragem de botar “Valium”, com v-a-l-i-u-m. Ninguém tem coragem mais? Todo mundo é louco. (risos) Não é? Antigamente, por influência européia, eles faziam questão que a gente tivesse uma letra muito boa. Caligrafia era muito importante. Da mesma forma desenho. Eles ensinavam a desenhar muito bem. Havia uma competição até. Eu me lembro que na minha aula haviam dois que se distinguiam muito pelos mapas. A gente recebia um caderno com aquela folha – papel muito bom, papel todo importado, papel inglês, francês, né? Então vinham aqueles cadernos de desenho, um caderno assim, com uma folha de papel de seda e depois a folha de papel de desenho grossa. E a gente ali ia fazer o mapa dos estados do Brasil. Geografia a gente estudava assim, fazendo desenho. Então você gravava mesmo, não é? Eu me lembro que, na minha classe, havia um outro garoto, um outro menino, né, que era um craque em desenho. E era aquela competição entre eu e ele. Esse rapaz - aliás vocês já devem até ter ouvido falar - ele se tornou embaixador. É embaixador, esse Miguel Beleza, que publica uns livros. É um intelectual. Já tá aposentado agora. Por esses dias, foi engraçado, minha filha, quando estava no Santo Inácio, um dia foi um conferencista, andou fazendo conferência para os garotos e depois veio me dizer: “Ah, foi lá, a conferência do embaixador... Um homem extraordinário, sabe?” Ficou ela encantada. E é o Beleza, Miguel Beleza... Manoel Beleza. É. Eu digo: “Ah é, ele foi meu companheiro de ginásio, meu colega de turma”. Fazia desenho muito bonito, tinha uma letra muito bonita. Ele era de família espanhola, filho de espanhóis.

RG – Lá em Uruguaiana?

FL – Lá em Uruguaiana, é. Família Beleza. Tinha uma fazenda até muito bonita, que depois venderam pro Louzada a tal fazenda, muito famosa, a mais bonita de Uruguaiana. O Louzada plantou oliveiras lá, iniciou, foi pioneiro nessa coisa de cultivo de oliva. Ele era muito amigo

do Perón. Perón até foi uma vez, se hospedou, ficou lá, né? E o Louzada comprou essa fazenda e iniciou essa plantação, o cultivo da oliveira. Era a fazenda dos Beleza. Mas bem, então... No ginásio em Uruguaiana, que tem mais....

JB – O senhor, quando chegou a Porto Alegre, o senhor tinha família?

FL – Aí já é numa outra fase, Porto Alegre, quando eu retomei os estudos.

RG – Então eu vou fazer uma pergunta antes de chegar a Porto Alegre. Eu queria saber o seguinte: essa decisão dos três irmãos irem pra cuidar da fazenda foi uma coisa sem a orientação da sua mãe? Como é que foi essa decisão de ir e depois de vir pra Porto Alegre?

FL – Essa decisão... Isso era decisão... Por exemplo, quando uma viúva, que tem vários filhos, casa pela segunda vez, especialmente no interior, sempre, necessariamente, dá problema. (riso) Ah, dá problema. E aí...

RG – Muitos filhos, né?

FL – Não é? Ainda mais quando a viúva é rica. Aí é que dá mais problema. (ri) Então essa é a origem, não é? Houve problemas familiares, então nos entregaram a fazenda. Eles casaram: “Então vocês ficam lá. A fazenda vocês tomam conta.”

RG – É porque vocês eram muito jovens, né. Isso é que me surpreende. Que era normal isso, os garotos de 15 anos irem tomar conta de fazenda?

FL – Não, não era não. Não, não era normal não. É até pelas circunstâncias é que nós fomos obrigados a nos virar, né? Tem que se virar pra...

RG – E vocês se viravam bem? Como é que foi a experiência?

FL – Nos viramos. Tanto é que depois, então, retomamos, eu e o outro mais novo, retomamos os estudos. O mais velho, que é logo acima de mim, ele tem fazenda lá perto de Porto Alegre, ficou tomando conta da fazenda. E aí então ele se manteve no estudo. Os outros dois foram pra Porto Alegre.

RG – Ele é que disse pra vocês irem? Ele que orientava assim, fazia as vezes de pai?

FL – É. Mais ou menos. O diploma tá aí.

MC – O senhor tem lembrança assim de...

FL – Mas nós já tínhamos, cada um já tinha a sua parte na fazenda, porque já tinha tido o inventário do meu pai. Então cada um já era proprietário. Era um mini-fazendeiro, não é?, (ri) tinha uma certa independência.

RG – Mas vocês eram muitos irmãos e só três é que foram cuidar da fazenda, né?

FL – É, só três. O mais velho de todos, que é esse que foi do provisório do Benjo, eu não sei direito, porque ele já tinha estudado em Uruguaiana, eu não sei bem. Ele se envolveu lá com o

Benjo, com esse negócio militar, revolução e aí tava na dele, tava na dele lá. O outro, que era mais velho que nós, se formou em Direito, tava estudando em Porto Alegre. É tava estudando Direito, então, esse é que providenciava as coisas pra depois nós virmos. É o Euclides, que é advogado, que mora em Porto Alegre. O mais velho de todos, o Francelino, já morreu. Mas o segundo, que é o Francelino, mora ainda em Porto Alegre. E tinha uma irmã mais velha e uma mais moça. Duas irmãs e cinco irmãos. Do segundo matrimônio tinha mais dois filhos. Um casal.

RG – Ao todo são nove?

FL – Deixa ver, pela ordem: era Antonieta, Francelino, depois Euclides, o Ramon, eu, Manolo, e a Elza. Eram sete do primeiro matrimônio. Depois veio o Antônio José. O Antônio José depois era o mais novo de...

Fita 1 - Lado B

MC – O senhor estava falando do seu irmão mais novo.

FL – É, do segundo matrimônio. O Antônio José era professor de Direito Penal, em Porto Alegre. Morreu há uns três anos atrás, morreu de câncer, muito novo ainda, com cinquenta e poucos anos. Mas nós estávamos voltando...

MC – Deixa eu voltar um pouco. Primeiro eu queria perguntar ao senhor como é que era a relação do senhor com os seus pais, assim. Me parece que o senhor teve pouca convivência com seus pais.

FL – Pouquíssima convivência com meus pais. Meu pai, quando ele morreu, eu tinha seus cinco, seis anos.

MC – O senhor em alguma lembrança?

FL – Tenho. Muito viva. Porque eu era meio peixinho do meu pai, sabe? Eu era meio peixinho. Eu me lembro, como era muito bom em contas, era muito bom em matemática, eu era uma exibição. Esses garotos exibição: “Olha aí, ó, quer ver?” Naquela ocasião, uma nota de 500 mil réis era uma coisa, uma fortuna bárbara, não é? E eu me lembro até, entre os vários episódios, um deles é que entre a nossa casa e a próxima esquina, no outro quarteirão, a distância era o que... 200 metros, havia uma casa de negócios, uma loja muito forte, que eram muito amigos de meu pai. Então meu pai combinou com o Missioneiro, que era o nome do dono da outra loja, pra me mandar com uma nota de 500 mil réis pra comprar umas coisas lá e pagar, e ele me dar o troco errado. Eu me lembro disso perfeitamente, sabe? Quiseram lá, certamente com outros amigos dele, diziam: “Ah, vamos fazer essa coisa pro Quinho.” Eu era Francisco, Francisquinho, depois era o Quinho. A mãe do Jango me chamava de Cisquinho. Sempre me chamou de Cisquinho. Eu já era velho e ela: “Ó Cisquinho!” (ri). Mas, então, combinaram, me mandaram lá. Eu fui lá e fiz as compras e tal, aquela coisa, levar, tudo com os preços na lista, aí diz que eu somei aquilo, paguei, ele me deu o troco, eu contei e tava errado. E aí teimei com ele que ele tava errado e ele dizia que tava certo. Aí eu comecei a chorar. (risos) Aí eu comecei a chorar. (rindo) Aí então, ele acertou. Eles contavam muito isso. Então essa é uma outra coisa. Eu tenho uma lembrança do meu pai. Que eu sempre tava na loja com ele, não é?

JB – Qual era o ramo de comércio dele, Dr. Francisco?

FL – Como é que é?

RG – Ele negociava com quê?

FL – Casa de negócio, no interior, naquela época, vendia goiabada, vendia couro, vendia lã. Vendia tudo. Aqueles armazéns... era o supermercado de hoje. Só com produtos... grande parte os produtos do local.

RG – Um armazém. Era chamado armazém?

FL – Armazém. Exatamente. Sabe que o meu pai tinha a ala em que ele trabalhava com couro e lã. Aquela é uma zona que produzia muita lã. E a lã é um comércio muito interessante. A ovelha, quando atinge uma determinada idade, numa época, no início do verão, assim como no gado a gente faz a marcação, a época da marcação do bezerro, da ovelha, é a época da marcação e da tosa. Aquelas tesouras, não é, vai tirando aqueles mantos de lã. Não é como um corte de cabelo. Aquilo é um manto só, pega lá no cocix vai trazendo aquilo até a cabeça, depois volta. Então sai aquela manta de lã. Bonito aquilo. E aquilo sai quatro, cinco quilos de lã da ovelha, né, ovelhas boas. Depois...

RG – Fazia aquele pelego, né, que chama.

FL – Bom, o pelego já não tira a lã. Aí, quando mata a ovelha, tira a pele. Aí carneia. A gente diz carneia. Tira a pele com a lã, que é pra servir de pelego. Mas, então, eu me lembro muito bem que no galpão, no depósito lá de casa em São Borja, havia a ala de comércio de couro e de lã. Era muito interessante porque, quando compra, compra em sacos pequenos, mais ou menos assim, sacos como esse de feijão, esse sacão. Fazendeiro comum não dá. Mas depois, eles colocavam aquilo em sacos muito grandes, dois metros e meio, três metros até, tanto é que tinha que pendurar às vezes no teto. E um homem, com uma escada, subia e ficava lá dentro socando. E às vezes a gente subia, sabe? (ri) Era uma farra aquele negócio de socar a lã dentro de um saco que pesava 200 quilos, não é? Então disso eu me lembro muito bem. O comércio de couro era horrível porque tinha que botar desinfetante, nem sei que desinfetante, era um pó lá, botavam pra não dar bicho no couro e aquilo tinha um cheiro ruim no couro e tal. O gado. Porque nunca tiravam o couro, sempre saía algum pedacinho de carne, de coisa e fica... Era horrível. Mas lã não, lã era bom. Era uma farra danada, a gente naquele saco. Então, sempre estava ali na loja, porque era mais distraído. Quando a gente não estava brincando... Porque um menino, naquela época, a gente, assim, no interior, os pais, às vezes, só iam ver o menino de noite. A gente, numa cidade pequena, saía com os outros pra caçar passarinho com um estilingue desses, não é? Às vezes ficava horas e horas, ia longe, andava descalço, não tinha medo de nada. De noite, às vezes já estava escurecendo, e aqueles menininhos de cinco, seis anos andavam lá pela periferia da cidade, não é? Se criavam sem medo, não tinha dessas restrições, não tinha medo, não tinha nada, não tinha cobra, não tinha medo de cobra, não tinha medo de nada.

RG – Tinha cobra?

FL – É. Tinha muita cobra sim. Um garoto de interior raramente é mordido de cobra. Ele sabe. É.

RG – Aprende a olhar, né?

FL – Ele sabe. No interior, o menino não anda assim olhando, ele anda assim, caminha assim. (risos)

MC – Dr. Laranja, quais eram as brincadeiras na época em que o senhor era...

FL – A brincadeira... bom, tinha o jogo de bolita, não é? A bolita, a gente fazia um buraquinho assim e jogava golfe. É um jogo de golfe. Só que em vez de ser...

JB – Com bola de gude?

FL – É. O golfe você vai... E aqui não, a bolita... Bola de gude... era aqui, ó. E aí você ganhava e ia enchendo o bolso. Também eu era bom nisso. Era muito bom, sabe. Tinha várias modalidades. Fazia um buraquinho lá longe e atirava direto, acertava do outro, não é? Várias modalidades. Era o jogo mais... No colégio, por exemplo, interno, era o jogo do bolita que era como o futebol hoje. O futebol propriamente dito, tinha também, tinha dois campos de futebol no ginásio, mas já não era tanto como a bolita. A bolita era mais popular. Por que era mais competitivo. Você ganhava *status*. De manhã descia do dormitório com quatro bolitas no bolso, depois, quando chegava a noite, você estava com 40. Aí você mostrava: “Aqui ó... (ri). É, ganhou.”

RG – E perdia no dia seguinte. (rindo)

FL – É, no outro dia perdeu. E depois comprava da mesada. O sujeito já não tinha mais, comprava de outro: “Me vende cinco aí”. Bom...

JB – E tinha aquelas grandes, né? Tinha aquelas bolas grandes.

FL – É, e tinha as grandes, é. Tinha vários tipos, vários valores. E tinha uma de aço, que a gente...

JB – Tinha de aço? Bilha?

FL – É. Bom. O primeiro era a bolita. O segundo era futebol. E o terceiro era o pião. O pião é esse que roda assim, né, a gente joga... e também esse era muito, jogava muito pra quebrar o pião do outro. Era com uma ponta, não é? Então você... Jogo perigoso, às vezes ia na cara de um. Se os sujeitos não sabiam atirar aquele negócio, já é um jogo mais complicado.

RG – Mas vocês compravam o pião ou fabricavam?

FL – Comprava, não, comprava. O pião a gente comprava. Então, jogava muito pião. E jogo, em dia de chuva, era ping-pong, a mesa de ping-pong. Que mais seriam esses jogos. Bom...

JB – Mas o senhor está falando mais da fase que são os jogos do colégio. Lá em Garruchos...

FL – Isto era o jogo do colégio. Agora, o brinquedo de criança, lá em casa, o brinquedo nosso, primeiro lugar, carretel de linha, segundo, caixa de fósforo, terceiro, o ossinho de porco ou da

ovelha, de porco principalmente, não é? Aqueles ossinhos do pé. Então aquilo servia de cavalo. A gente fazia carrocinha com aquele carretel. Cortava o carretel, ficavam as duas rodas. Fazia um eixinho, depois botava uma caixa de fósforo, aí uma carroça. (ri) Os brinquedos, a gente não tinha o que comprar, não comprava, tinha que fabricar os brinquedos. Outro brinquedo: a gente pegava cascudo, esses besouros, amarrava ele, botava puxando as carrocinhas, né? Fazia muita sacanagem com os insetos, sabe? (ri) Aqueles insetos... Chove de noite, a gente pegava, fechava a porta... (risos) Engraçado, agora, quando eu já tinha os filhos, eram pequenos, eu tava morando em Brasília, sabe, eu vim tirar umas férias ali em Rio das Ostras. Aí lá eu encontrei o Gobert. Gobert era daqui. Gobert tinha uma casa ali na área de São João e ele apareceu lá e eu tava contando pra ele, sabe, minhas crianças estavam contando pra ele: “Ah, meu pai faz um brinquedinho bom, aí de noite.” (ri) Naquela praia, muito limpa, eu pegava aquele siri, e botava lá uma lanterna, ele fica paradinho, a gente pegava, tirava aquele ferrão, depois amarrava o siri, fazia sacanagem com o siri. (rindo) Botava a linha pra ele puxar uma caixinha. Aí as crianças achavam uma beleza aquilo, o sirizinho andando, puxando a caixinha de fósforo. (rindo) E é assim que eu brincava. Tem que ter imaginação. Onde a gente está, a gente encontra alguma coisa local que podia ser aproveitável. Se as crianças hoje tivessem a oportunidade de ficar sozinhas numa fazenda, sem ninguém pra chatear, não tendo adulto pra ensinar! O adulto só estraga a criança, se ela se criasse ao natural, observando a natureza, ela mesmo aprende como é que se protege contra uma cobra, uma aranha. Se fosse essa a educação que a gente proporcionasse pros filhos seria muito melhor do que estar botando essas crianças, desde pequenininho, nadar e ensinar inglês e não sei o quê.

JB – É. Eu concordo, eu concordo. Estou de acordo. Acho perfeito isso.

FL – É.

MC – Dr. Laranja, o senhor podia falar um pouco, já que o senhor falou o negócio do seu pai, né, e em relação a sua mãe, o senhor tem assim lembranças?

FL – Minha mãe... Primeiro, pouco convívio, mas muita lembrança, sim, claro. Minha mãe eu tive muito mais convívio, mas mesmo assim... Bom, a partir da época que eu fui pra Uruguaiana, aí tive... Até os nove anos era um total convívio com a mãe, não é? A mãe era engraçada. Ela, coitada, um monte de filhos, a gente quebrava lá um negócio, saía correndo, ela não pegava de jeito nenhum. (rindo) Não vinha nem almoçar. Quando ia apanhar, ela queria bater na gente, saía correndo. Quem é que ia me pegar? (rindo) E ia lá pra cidade, lá longe, ninguém via, quando chegava de noite, ela já estava mansa. Aí não tinha perigo. (rindo) A gente esperava ela amansar.

RG – A sua mãe, ela era filha de fazendeiros?

FL – Filha de fazendeiros. Ela sabia...

RG – Educada lá no interior? Uma pessoa assim...

FL – É. Mas tinha um capataz muito bom, por causa do tempo do meu pai, porque naquela época administrava as fazendas bem.

RG – Mas e a formação dela foi muito simples.

FL – Não. Pois é, puramente simples.

RG – Não mandava as meninas pra estudar fora...?

FL – Ah, sim. Antonieta foi, por exemplo. Antes de mim, ela tinha estado em Uruguaiana, no colégio. Francelino também tinha estado no colégio, em Uruguaiana. Ela sempre...

RG – Da sua geração, mas ela não tinha sido mandada?

FL – Não, ela não. Ela não tinha sido, não.

MC – Ela não tinha estudado. Ela não estudou não, sua mãe?

FL – Não, ela só foi criada... Sabia fazer queijo, marmelada, aquela coisa.

RG – Essa gente da fronteira, que o senhor falou, é uma gente diferente, né? É uma gente que vivia muito isolada, eles não tinham contato com os centros mais, assim, sofisticados. Era uma economia muito auto-suficiente.

FL – Muito isolada, é. Não tinha. Autônoma, é, muito autônoma, é.

RG – Então, as pessoas ficavam muito isoladas mesmo, culturalmente. Tinha uma cultura própria, uma maneira própria de...

FL – Você quer ver uma coisa. Há poucos dias eu ainda estava pensando uma coisa, sabe, que às vezes eu converso com o meu filho. Eu tenho um garoto com 19 anos. E as outras meninas, uma está com 20 e a outra com 21. A que está com 20 estuda Direito, está no segundo ano. E a de 21 está no terceiro ano de Medicina. E o garoto está fazendo Engenharia. E às vezes eu converso, digo – porque havia um provérbio que a gente sempre dizia assim, qualquer coisa que acontecia com o sujeito e tal, ele dizia: “Que cara bobo esse, não aproveitou.” Dizia: “Não, Deus sempre dá biscoito a quem não tem dente.” Falava: “Ah, Deus dá biscoito pra quem não tem dente.” Eu estava dizendo: eu fui um homem que tive tanta oportunidade na vida, que não sei como... tanta sorte, tanta coisa. Nasci em São Borja, era afilhado de batismo de um homem poderosíssimo. Quando eu vim pra cá, fim de dezembro de 36, imagina, houve o golpe de 37. O Getúlio ficou dono desse país. E eu era afilhado de batismo, desde pequenininho. E quando eu vim, ocorreu uma coisa muito curiosa. Eu fui me despedir, eu já tava estudando Medicina em Porto Alegre, fui me despedir do meu pessoal, em São Borja. E fui na casa do Jango, e o seu Vicente, o pai dele, disse: “Olha, Francisco, dá um pulo lá em Santos Reis”. Santos Reis era a fazenda de Getúlio. Era o Getúlio e o Protásio. Protásio era o irmão mais velho. Protásio era quem cuidava da fazenda. “Dá um pulo em Santos Reis, que o Protásio me disse que quer mandar uma carta pro Getúlio, quer que tu leves a carta”; “Tá bem”. Então eu fui a Santos Reis, o dr. Protásio disse: “Ah, Francisco, tu entregas, mas não entregas a ninguém naqueles gabinetes, não. Diz que eu te mandei, que tens que falar com Getúlio. Pra entregar pra ele. Só entrega essa carta pra ele.”; “Tá bem.” Eu menino, menino, quer dizer, eu já era rapazinho, estava estudando Medicina. Então eu cheguei aqui, era um dia de chuva, eu fui morar numa pensão ali no Largo do Machado, onde moravam os estudantes, pensãozinha ali que eu tinha um outro conhecido lá. O Getúlio, naquela época de férias, estava em Petrópolis, né, veraneava lá naquele palácio, no Ingá. Não, não era Ingá, era...

RG – Rio Negro.

FL – É, Rio Negro. É, Rio Negro. Aí eu fui lá no Guanabara, era ali pertinho, o Lutero estava aí. Aí eu contei pro Lutero, e tal, que trazia uma carta pro dr. Getúlio. “Ah, eu te levo lá em Petrópolis. Vamos lá. Eu te levo lá, tu falas com meu pai...”; “Tá bem.” O Lutero me levou. Era uma tempestade muito louca, com um medo desgraçado nessa serra. Eu era da fronteira, não estava acostumado com morro, não é? Tá doido! Eu via aqueles troços lá, tudo planinho. E aí o campo, com aquilo tudo molhado...: “Oh, esse troço que despenca aqui.” (risos) Um medão desgraçado, sabe? (rindo) Bom. E uma tempestade! Quando vinham aqueles raios, aqueles relâmpagos aí, sabe? Bom, fomos lá no palácio, sabe? Cheguei lá. Era um dia de semana e o Lutero me levou lá, abracei a minha madrinha, né? Trouxeram doce, lembro, um licor, na copa, lá. E eu tinha contado pro Lutero. Ele disse: “Não, espera aí.” Aí o Lutero me disse: “Não, é que o papai tá com audiência com os ministros. Agora ele está com dr. Oswaldo Aranha, ele é o ministro do Exterior. Depois entra o prefeito - que era o Cônego Olímpio de Mello - mas ele vai te receber”; “Tá bem”; “Tu espera aí”. Eu sei que fiquei ali um pouco, daí a pouco me chamaram. Eu entro numa sala assim, um salão grande, entrei, quando eu ia entrando, assim parado, na outra porta lá do lado de lá vinha o dr. Getúlio. Veio ele sorrindo, aquele sorriso dele, sabe: “Ô rapaz, tu ainda te lembra de mim?” (risos) Aquilo me desconcertou, não é? Menino encabulado, todo envergonhado, né. O Dr. Getúlio já era presidente, todo mundo: “O tal Getúlio é dono do Brasil, não sei o quê, e tal.” A gente ficava todo amedrontado, não é. E ele me sai com uma coisa dessa, pra desconcertar mesmo a gente. “Ô rapaz, tu ainda te lembra de mim?”. Aí depois entrei, entreguei a carta e tal. Muito bem. Aí depois, na saída, o chefe da Casa Civil era o Sarmanho. O Sarmanho era cunhado do dr. Getúlio não? Ele era irmão da D. Darci? Era, era, Lauro Sarmanho, embaixador. Dr. Sarmanho era cunhado sim. Eu sei que o Sarmanho me disse: “Olha Francisco, o dr. Getúlio me disse pra providenciar aí, pra arranjar um emprego pra ti”. Ah, pronto, aquilo... Quer dizer na carta, o Protásio e o sr. Vicente fizeram uma trama, sem me dizer, pra pedir um emprego pro Getúlio me dar. Porque eles sabiam que eu era garoto e não tinha a situação boa. Aí já não. Aí tinha despencado tudo. Quer dizer, eu já vim pra cá sem recursos. Então eles tinham pedido um emprego pro Getúlio. Quando o Sarmanho me disse, eu fiquei com uma vergonha... Mas que diabo, essa carta era pra pedir emprego pra mim! Porque lá na fronteira, é uma coisa que eu tenho até hoje, eu sou incapaz de pedir uma coisa, um favor. Ah, não peço, nunca pedi. Eu não sei se é orgulho da gente, mas nós fomos criados assim. Era vergonha, era quase que roubar, é. Sabe disso? Eu já passei por cargos públicos, recebia pedidos cara de pau, gente cara de pau pra burro. Hoje isso é... não é? Quando eu digo: “Mas como é que essa gente tem... pedir pra si, benefício próprio”... Era a maior vergonha. Pra mim era como roubar, é. Então a gente foi criado nesse sistema, não é? Não sabia pedir. O fato é que fiquei muito envergonhado. Nunca mais apareci.

RG – Quer dizer que o senhor se afastou.

FL – Nunca mais fui ao Palácio. Me formei em Medicina... Bom, aí, aí, já vamos entrar noutra...

RG – Mas é que o senhor estava contando pra falar do temperamento do homem da fronteira.

FL – Ah, era isso. Era exatamente o que eu queria salientar, era esse caráter da pessoa: orgulhosa, não pedia. Podia passar fome, mas não pedia.

RG – Mas havia uma solidariedade espontânea também. Porque eles ofereceram pro senhor sem o senhor pedir.

FL – Ah, é. Muito sem a gente saber, é. Sem a gente saber. Faziam o favor sem a pessoa saber. Isso era muito comum.

RG - Era uma gente amiga

FL – É, pessoal muito amigo.

JB – É, não pedia favor, mas fazia favor. Quer dizer, o negócio é não pedir favor, mas podia fazer o favor.

FL – É, isso faziam muito.

MC – E fazer um favor era considerado uma coisa boa?

FL – Ah, é. Isso era normal, isso era obrigação. Fazer o favor era obrigação. Pedir um favor era uma vergonha, é. É uma filosofia de vida muito... Hoje não há mais isso, não.

RG – Nem lá.

FL – Eu acho que não. Ainda há um pouco, deve haver um pouco.

RG – Mas o pessoal do Rio Grande do Sul é bem diferente, né, do pessoal daqui. Existe uma maneira muito particular de...

FL – É, particular.

MC – Dr. Laranja, o senhor se lembra de alguma outra situação como essa, alguma outra particularidade desse caráter da fronteira?

FL – Não, o que eu possa falar assim, como coisa mais geral, é isso. Eu era menino, não observava muito as coisas. Agora, mais em relação a mim, indivíduo, pessoa, fatos que tenham tido repercussão na minha vida, posteriormente. Uns dos que eu acho muito importante. Primeiro, que eu já salientei ter sido criado na fazenda, com aquela liberdade, sem medo e com a responsabilidade de cuidar da fazenda, cuidar do cavalo, cuidar de uma vaca, não judiar. Às vezes a gente tinha vontade de meter uma paulada numa vaca, mas não metia. Às vezes tinha que meter, porque ela vinha, investia contra a gente, a gente metia uma paulada, mas menino assim, como se cria sem medo dessas coisas, não é? E isso é muito benéfico na personalidade.

RG – Aprende a lidar com a natureza, né?

FL – É. Outra coisa, como não havia quase coisa industrializada... Você sabe que com o couro a gente faz muita coisa. Aprender a mexer com couro, conhecer esse negócio. Tira o couro do boi, depois você põe de molho durante 12 horas. Quer dizer, põe à noite, no outro dia bem cedo, de madrugada, vai lá e então começa a tirar o pêlo. Aquilo a gente faz com uma faca tão amolada que dá pra cortar... Aliás, o teste a gente faz no fio de cabelo. Quando ela corta um fio de cabelo no ar, assim, se você passar uma lâmina paralela à pele e ela cortar um cabelinho desse, é porque ela está boa. É uma navalha, exatamente. Dá pra fazer a barba. Você sabe que isso gravou tanto na minha personalidade, que até hoje eu tenho mania de faca. E eu não posso ver uma faca mal

amolada, não é? Eu tenho mesmo aquele negócio de amolar navalha, todo o equipamento, com a máquina e tudo. Minhas facas... Minhas empregadas, quando vão lá em casa, pronto, cortam os dedos, tudo. Agora é que eu estou relaxando mais. Sempre tive essa mania.

MC – O senhor faz barba como?

FL – Então, eu tava aprendendo a trabalhar em couro, sabe? Como há muitos dias de chuva, um inverno muito chuvoso, durante o dia chuvoso, a gente tem pouca coisa que fazer na fazenda. Então eu aproveitava aquele tempo pra trabalhar em couro. Ah, mas eu fiquei um craque que era uma coisa louca! Fazia tudo. Fazia um laço de laçar boi, as rédeas, o arreio que a gente chama. O arreio é um conjunto de coisas: a rédea, o sal, a cinta, a sobre-cinta, a ponteira, o rabicho, aquilo tudo eu fazia. Fazia bonito aquilo. Eu tinha uma fama danada já como guasqueiro. Porque a palavra castelhana é guasca, não é, é o couro. Guasca. Então quem mexe com a guasca é o guasqueiro. Eu era um guasqueiro conhecido na redondeza.

RG – Mas isso não era pra venda?

FL – Não, era só pra passatempo, não é? Vaidade. Porque, já no fim, eu já era citado. Era autoridade em guasca. Mas... O quê que era para eu dizer? Peraí. Bom, como atividade correlata há duas coisas que a gente gostava muito: briga de galo e cavalo de corrida. Todo mundo tinha seu parreheiro com a charreta, né. Eu era menininho, mas tinha um cavalo de corrida. É um contrato verbal, era um desafio. Você tem seu cavalo, eu tenho o meu, mas o teu é muito famoso e o meu não. Então você, pra me dar uma vantagem, vamos correr 400 metros, por exemplo, você diz: “Bom, o meu cavalo vai com 60 quilos. No teu você bota o peso que quiser”. É o que se diz 60 por nada. O peso do meu cavalo, eu posso botar o que quiser. Então a gente procurava o meninozinho mais leve possível, mas um menininho esperto, pra botar no cavalo pra correr, não é? E eu era esse...

RG – Menino esperto.

FL – Eu era jóquei. (rindo) Eu era corredor, sabe, era corredor. Mas aquilo era um cavalo grande, uns cavalos... e as perninhas da gente... ficava tudo de perna aberta, ali, não se firmava direito. Tinha uma corda assim... porque era em pêlo, não tinha sela, não tinha nada, era no pêlo. E montava no pêlo. O cavalo de corrida, naquele lombo redondo, o pêlo muito liso, escorrega muito. E a gente se firmava numa corda assim, que botava com uma ponteira assim. Eu corria. Todo dia tinha que sair de madrugada, ao clarear o dia. Eu me lembro, eu saía descalço, sabe, para treinar o cavalo, né? Saía à pé assim, aí ia pegar o cavalo lá. Aquela grama toda cheia de geada, com gelo, desespera a gente. Mas a gente, criança, tudo tá bom, né? Tropeçava lá no coisa e tal, não sei o quê, tá tudo bom. E um dia o cavalo caiu, rodou. Porque no campo tem buraco de tatu, um monte de coisa, não é terreno tratado, nem com asfalto nem nada, é no campo bruto. E lá, o cavalinho ele mete uma pata num buraco e cai. Rodar, como se diz, rodou comigo. Eu fui jogado longe, meu cavalo virou e veio em cima do meu pé. Quebrou meu pé, sabe. Eu fiquei com o pé meio... Mas era só isso. Tem o resto, tudo bem. Era outra atividade que eu gostava muito, cuidar de cavalo de corrida.

FD – Seu Francisco, uma coisa dessas corridas. Essas corridas eram carreiras?

FL – Carreira, é, a carreira. A carreira é assim: a pista está aqui, duas raias, reta. Então você pára o cavalo na cabeceira da cancha – isso é a cancha. Mas pára com a cabeça pra cá, não é?

O ponto final é ali. Então, na hora, ele dá o sinal, você tem que virar o cavalo, vira e aí você sai. Então tem não só a corrida, mas como a virada. E aí é que a gente leva vantagem. É na virada. Porque você virou bem... Sai na frente do outro. É.

FD – Até hoje, no interior da Bahia, é muito comum. Só que lá eles fazem com o jegue. E é exatamente assim.

FL – Ainda tem isso, não é? Isso é um esporte, bem dizendo, que eu não sei por que não é explorado. Eu não vejo um sujeito escrever... Porque aquilo, o que contém de ensinamentos uma carreira, é uma coisa...

Fita 2 – Lado A

FL – Minha linguagem normal é essa, meio... De vez em quando eu solto uns palavrões. (rindo)

RG – Não, o senhor é finíssimo. O senhor tava falando da filosofia que se poderia apreender com esse esporte.

FL – É. A carreira é uma coisa extraordinária. A esperteza do indivíduo do interior, às vezes. Lá na fronteira, como tinha muita facilidade de trazer cavalos muito bons da Argentina, aí o sujeito comprava um cavalo na Argentina, cavalo muito bom, que ninguém conhecia. Ele agarrava aquele cavalo... passa um sabão, deixa secar, fica aquele pêlo todo ruim, bota um arreio, aparece lá na carreira com um cavalinho todo assim: “Ah, meu cavalo não presta, mas tá, o teu é muito bom.” Aí se estrepava, que o outro tem um cavalo bom. Então, essa coisa, a esperteza do indivíduo do interior, os truques que ele usa pra ganhar a carreira, não é?

FD – E o jóquei ganhava um trocado com isso?

FL – Não me lembro. Eles não me pagavam não, menino lá não vale. “Sai pra lá guri. É guri tá.” Mas eu acho que em geral, davam sim.

RG – Que idade o senhor tinha? Mas isso foi antes do senhor ir morar na fazenda?

FL – Não, isso era quando eu era menino, na fazenda. Não, na fazenda, quando eu era menino, dez anos, doze anos.

RG – Quando o senhor foi morar lá com seus irmãos, né?

FL – É, quando eu fui morar, é.

RG – E o galo de briga?

FL – Ah, o galo de briga, a gente criava em casa. Tinha as rinhas. Mas eu não gostava da rinha em si, não gostava, gostava de criar um galo, compreendeu? Você sabe que isso até depois... eu tive uma fazendinha ali perto de Brasília, eu criei galo de briga. Mas eu criava, mas dava depois. O pessoal que gostava de apostar na briga lá. Eu não gostava da rinha, de martirizar o galo. Eu gostava, sabe de quê? Fazer sacanagem. (rindo) A gente faz uma biqueira, de courinho bem macio, é uma luva no bico. Então ele fica com a luva. Amarra na crista, ele não pode abrir o bico. Então ele não pode bicar o outro. Então põe os dois a brigar sem nenhum poder machucar

o outro. E é muito interessante. Você veda os olhos. Os dois, sem enxergar, um brigando com o outro. Aí você vê o espírito. O animal mais extraordinário que tem é o galo de briga. Eu tinha vontade era de estudar o que é que tem de hormônio, porque pintinho, bem novinho, briga, briga até se matar um ao outro, quando são de raça boa. É, é uma coisa impressionante. É um dos animais mais extraordinários. E mais que o cavalo de corrida. Aquilo é genético, aquilo é uma coisa fantástica, sabe? Ele nasceu pra brigar. Esse negócio de dizer: “Ah, é uma pena!” Não, ele só é feliz quando ele está se matando um ao outro. É que o pessoal não conhece a psicologia do galo. Esse que dizem que... O Jânio Quadros proibir, isso é anti-natural. O natural é que o galo, ele só vale pra brigar. A natureza já fez aquele galo pra isso. É. Porque é impressionante. Ninguém ensinou. Ninguém fez uma intriga de um pintinho com o outro pra ele criar raiva do outro. Como é que nasce, já nasce brigando? É que ele é genético, não é mesmo? É uma coisa impressionante.

MC – Mas é o galo de briga, né?

FL – É o galo de briga, é o galo índio, que dizem. O galo índio.

MC – Ah, o galo índio, uma raça, é um tipo de raça.

RG – E tinha muito isso, na sua infância?

FL – É, tinha muito. Era uma diversão pra quase todo o pessoal lá.

MC – E o pessoal não ficava assim, com essa coisa de ver sangue?

FL – Como é que é?

MC – Assim com o receio de ver lá o sangue, o sangue do galo?

FL – Não, era a coisa mais natural, não. Pra nós o sangue, na fazenda, é a coisa mais natural. O sangue, você mata o boi pra comer, pra matar é sangrar. Não é com paulada na cabeça. Aliás é uma coisa perigosa, porque o sujeito... Um cara laça pelo chifre e o outro, num outro cavalo, laça pela pata. Então, estão puxando um pra um lado, outro pro outro. O boi fica mais ou menos imobilizado. É mais ou menos, não é completamente imobilizado, porque se ele não pode ir pra frente ou pra trás, ele pode ir pro lado. Aí você tem que chegar do lado, mas bem juntinho dele, e enfiar a faca assim, aqui... sangrador que se chama. Corresponde à zona supra-clavicular, que vai diretamente, com qualquer 5 ou 10 centímetros, que introduz a faca, vai no coração. Aí imediatamente cai. É assim que mata, sacrifica o boi pra comer. Sangra. Aliás a carne fica muito melhor quando é sangrada. Porque nessa carne de boi que mata com paulada, o sangue fica todo lá dentro coagulado, sangue venoso, sangue arterial. E essa carne que a gente compra aí, não é uma carne... Porque o sangue é que contém os venenos.

RG – Os judeus só podiam comer carne sangrada.

FL – Pois é, tudo é sangrada. É, sangrada, isso é muito melhor, porque aí é que saem os tóxicos. Se tem uma infecção que dá toxina, qualquer grilo, tá no sangue, vai pro sangue, a toxina. Então, se sangrar, é muito mais saudável a carne.

RG – Quer dizer que a carne no interior do Rio Grande era toda assim?

FL – Toda assim, toda assim.

RG – Vocês comiam muita carne? Comia-se muita carne? O regime era de carne mesmo?

FL – Muita, é. Carne é 80%. Já acorda de manhã, botava uma carne no espeto, tomava um chimarrão, depois comia um pedaço de carne e ia pro campo.

RG – Isso na fazenda, né? Mas na cidade também se comia?

FL – Também, se comia muita carne. Na fronteira havia... muito raro você encontrar, naquela época, um sujeito que tinha a sua hortazinha d'água, um pé de alface... Era muito raro isso. Havia até um preconceito. Dizia-se isso aí é pasto. Pasto é pra gado, não é pra homem comer. Homem come é carne. (ri)

FD – E com que se comia carne lá?

FL – Mandioca, aipim cozido, não é, abóbora, arroz, feijão, essas coisas.

FD – Tudo plantado na fazenda?

FL – Tudo lá, colhido ali. Só comia aquilo que tinha ali.

RG – Se fazia pão também na fazenda. Tinham o hábito de comer pão?

FL – Se fazia pão. Ah, era outra festa o dia que fazia pão! Fazia pão pra 15 dias, 30 dias, às vezes. Então era um forno de barro, tipo desses que eles fazem pra fazer carvão, né, e ali você botava aquelas bandejas cheias de pães com uma pá comprida, um cabo com uns 3 metros, assim. Você tinha a pá, muito quente, botava aquela forma em cima da pá e botava lá dentro uma tampa com uma estopa molhada pra ficar umedecido. Calor úmido. Assava o pão no calor úmido. Quando abria aquela tampa, era aquele cheiro que era uma beleza! Que pão bom!

FD – E o pão era de quê?

FL – Havia dois tipos. O pão d'água era um pão simples: farinha e água, com fermento, naturalmente, e um pouquinho de sal. Mas era um pão que ficava oco por dentro. Não é oco, era com uma série de buraquinhos como esse queijo que em esses buracos grandes, né? Então crescia muito. Então o pão d'água é um pão muito macio e ficava que nem crescia. E o pão sovado, que se chamava, que mais vem a ser essa massa como... Ah deixa ver... Eu não sei, esse pão de cidade é meio... O pão sovado é: eles sovavam com aquele rolo e com o rolo também, não é, e ainda o pão sovado...

RG – Se diz aqui pão sovado?

FD – Não, em Minas falam pão sovado.

RG – Eu sou gaúcha também, feito o senhor.

FL – Ah é!

RG – Eu sou de Porto Alegre. Eu não sei, eu acho que não se fala pão sovado aqui. Nem sei se tem pra vender. Isso é uma coisa que também não se vê por aqui.

FD – Em Minas fala pão sovado.

FL – Eu nunca vi, não. Quanto ao pão sovado você pode fazer várias coisas. Pode se salgado, pode ser doce, bota ovo, fica amarelinho...

RG – Mas esse pão durava um mês, não ficava duro, velho?

FL – Não, porque guarda. Não, um mês é maneira de dizer, não é? Eu não sei...

RG – É, mas até três dias.

FL – Não, não, 15 dias, pelo menos, ele leva. Porque o dia que se ia fazer pão, era uma tarde inteira fazendo. Fazia cestas e cestas e guardava em barrica, não é, mas bem tapada aquilo. Não, durava muito. O pão sovado tinha essa coisa. Não envelhece muito. O pão d'água, às vezes, ficava um pouquinho... O pão d'água é meio parecido com o pão de queijo, só que não tem aquele sabor de queijo, mas é mais ou menos assim. Não sei se não... tua zona qual é?

RG – É, é a da cidade, né?

FL – Tu é de Porto Alegre?

RG – É.

FL – Ah, não! Lá não fazem. Mas duravam muito, pelo menos 15 dias.

RG – Mas não se usava esse pão que lá no Rio Grande tem, na colonização alemã, que é o pão molhadinho também, mas ele é meio assim de farinha integral. Aquele eu acho que dura muito.

FL – Não, não, lá não. Pão integral não, lá não. Na fronteira não.

MC – Dr. Laranja, o senhor se lembra, na época que o senhor era criança, mesmo na época da adolescência, o senhor estudou lá num colégio lá em Uruguaiana, o senhor se lembra de doenças que existiam lá?

FL – O quê?

MC – Doenças da população, como é que eram as condições de higiene?

FL – No colégio, o que dava muito lá era tifo. Era uma coisa louca.

RG – Matava?

FL – Ah, matava. Eu me lembro que era uma coisa terrível uma febre tifóide. Parece que lá no meu colégio um morreu. Mas eu me lembro que às vezes o menino ficava tão enfraquecido que mandavam pra casa. Caíam os cabelos todos, ficava um cadáver, cadavérico. Tudo isso eu me

lembro de ter visto, menino ficando 40 dias com febre, 39, 40 graus. Era uma coisa louca. Febre tifóide matava muita gente. E tinha a diarreia, né, que era o mais comum é ter diarreia, amebíase aguda e salmonelose aguda. Eram essas as duas coisas mais... Importante era a febre tifóide... Bom, essas doenças comuns, sarampo, coqueluche, difteria. Difteria também era danado. Era a febre tifóide e a difteria, as duas que massacravam. Fora a outra, como a febre reumática, que a gente não sabia, não é, que era muito importante no Rio Grande, em crianças. Mas os pais não cuidavam lá da saúde das crianças. Eram muito relaxados nesse sentido.

MS – Essas crianças...

FL – Ah, muita apendicite aguda, supurada, não sei o quê, não é?

RG – Só ia tratar depois, né?

MC – Mas quando essas crianças, as pessoas em geral, tinham essas doenças, elas se tratavam aonde? Com quem elas se tratavam?

FL – Tinha médico lá em Uruguaiana. Lá no colégio tinha dois médicos que vinham atender as crianças no colégio, não é? São Borja também tinha médico. Criança não adoece no interior. Essas crianças de pé no chão, que vivem assim, não pegam. Muito difícil. Eu mesmo não me lembro de ter ficado doente nunca. Nunca me lembro de ter ficado um dia de cama.

RG – É porque é uma região muito rica, não é? É uma região particularmente rica, né? Não tem essas doenças infecto-contagiosas e parasitos.

FL – É, isso, é. Aquela é uma zona excepcional, é, não tem. Garoto comendo carne pra burro, forte pra burro, não é?

MC – O senhor nessa passagem de São Borja pra Uruguaiana, o senhor notou uma diferença, não havia mais assim... não havia pobreza em Uruguaiana? O senhor em lembranças de ver pobreza, miséria?

FL – Não! Tinha pobreza, mas era pouca. Umas casinhas lá na periferia da cidade, tanto em São Borja como em Uruguaiana, sempre tinham algumas pessoas pobres, não é? Mas era pouca, era muito pouca pobreza.

FD – Dr. Laranja, não existia com relação a essas doenças das pessoas, não chegou lá, nessa época, nenhum programa de prevenção, né, nada disso.

FL – Não, não tinha. Lá tinha médico particular, assim...

FD – Mas na fazenda, como era feito o atendimento aos doentes?

FL – Simplesmente não era feito. Não tinha doente. Eu não me lembro de ter visto um sujeito doente lá na fazenda. Nunca. O tempo que eu passei lá, não.

FD – Nem adulto nem criança. E as doenças do gado?

FL – Ah, também não se tomava conhecimento. A gente não conhecia... Também não vacinava. Naquela época nem vacinava o gado, nem vacinava.

RG – E ele não morria, ele era saudável, quer dizer...

FL – Não. Agora depois, com o tempo, eu acho que aí então foi vindo contágio de fora, não é, e aos poucos isso aí foi... Antigamente não tinha essa coisa ou se tinha também a gente não sabia, não é? Às vezes dava febre aftosa. Eu me lembro, por exemplo, o carbúnculo era uma doença que matava pra burro... Era hemático, não é? Mas não se prestava atenção a essa coisa. Era tudo ao Deus dará, sabe? O Senhor é que cuidava da gente e do gado, sabe? (rindo)

RG – E dava certo. Naquela época dava certo. Hoje em dia já não ia funcionar.

FL – Dava certo naquela época, é. Agora já não dá mais, é.

MC – Como é que o senhor aprendeu a ler e a escrever? Foi já na escola ou antes?

FL – Não, antes. Eu fui alfabetizado antes de ir pro ginásio. Tinha professora particular em São Borja. Entre seis e os oito anos, aquele período ali, antes de ir pra Uruguaiana, eu sabia ler, fazer as contas. Eu era o tal matemático. Já era matemático. Eu ia trocar 500 mil réis lá, chorava porque tava a conta errada, o troco errado. Eu já era matemático, é.

MC – Mas quem ensinou ao senhor a matemática, as contas?

FL – Bom, tinha professora particular, é. Tinha professora particular que ensinava a gente a ler, criança, não é, e as contas. E botava a gente de joelho em grão de milho. A professora botava o joelho em grão de milho.

MC – O senhor ficou ajoelhado em grão de milho?

RG – Em casa? Na casa dela?

FL – Não, a professora... É, na casa dela.

RG – Era na casa dela que ela dava aula e botava todo mundo de castigo?

FL – (rindo) Botava de joelho em grão de milho.

MC – Como é que era a situação pro senhor ficar de joelho em grão de milho? O quê que o senhor fazia pra ficar de joelho?

FL – Ah, sei lá. O quê que um garoto desses faz? (rindo) Qualquer coisa lá, ele pegava e jogava na cara da professora, ele saía correndo. No outro dia... (ri)

RG – Quê que jogava na cara da professora?

FL – Ah, tudo que a gente pegava, qualquer coisa. Estava brincando... A aula ia disciplinar a gente, a gente não aceitava a disciplina.

RG – Era um grupinho.

MC – Era um grupo.

FL – Eram dois, três meninos, vizinhos, tinham aula, né? Ah, mas garoto de... Não eram esses garotos hoje, tudo submisso. Não, eram uns garotinhos revoltados, danados, independentes, né? “Tu não me manda!”

RG – É. Tudo da fazenda, não é? Era o espírito do homem da fazenda.

FL – Mas você sabe que quando eu casei, quando casei... Minha mulher é muito mais moça que eu. Ela é carioca.

RG – O senhor casou muito tarde, né?

FL – Eu casei com 48 anos.

RG – O senhor era solteirão até então?

FL – Era solteirão. Então, a minha mulher tinha muita vontade de... Ela é sobrinha do Vinícius de Moraes, desse povo, filha do Mello Moraes, sabe, povo poeta, não sei o quê. Ah, então ela tinha o sonho de conhecer o Rio Grande. Digo a ela: “Vamos de carro”. Casei e... isso é uma retomada. “Eu vou te levar lá em São Borja, pra tu conhecer São Borja. O túmulo do Getúlio, lá, tá o túmulo da minha família”. E fui até Garruchos com ela, na fazenda de São José Velho, era a fazenda que era do Francelino. Esse meu irmão, o Francelino, não casou. Tinha filho com tudo que era empregada, um mundão de filho por lá, sabe? E, nessa ocasião, tinha um menininho, assim de uns seis anos, sabe? E lá, aquela cisterna, funda lá, uns 15 metros, tira a água com o balde, uma corda com uma roldana, se bota lá e depois vai puxando. E o menininho era filho do Francelino, sabe? Mas ele não dizia que era filho dele. Dizia que não era. Ele dizia que tinham dado pra ele, que ele tava criando. Nunca é filho dele, não é? Então, o menininho, muito engraçadinho, a Janete achou muito bonitinho; meio lourinho aquilo, a pele branca, coradinho, a maçã do rosto coradinha, descalço, com uma calcinha curta, rasgada na ponta, e aquele jeitão. Garotinho forte, né? Ele tirando água lá. Aí a Janete virou e disse. ... eu não sei o quê que ele disse lá para ela, ela disse assim... Ela tinha aprendido, tinham contado que tinha uma expressão que a gente falava muito, menino assim: “Ó que eu, te capo, heim!”. E ela então disse pra ele: “Ó, não me xinga aí, eu te capo, heim!”. Ele disse: “Tu me capo e eu te jogo uma pedrada”. “Te jogo uma pedrada, te dou uma pedrada”. Esses garotinhos não respeitavam adulto, não. (rindo) “Te dou uma pedrada”. (risos)

RG – Também com essas ameaças...

FL – Mas a professora sofria com a gente pra burro também.

MC – Mas ela tinha o lugar de botar o milho lá e o sujeito ficava...

FL – Às vezes era. O castigo brabo mesmo era de joelho em grão de milho.

JB – Me diz uma coisa, sr. Francisco, não sei se eu tô desviando o assunto aí de interesse de vocês, mas essa formação assim de fazenda, né, de viver solto, viver livre. Como é que foi assim a sua primeira convivência com a cidade, Porto Alegre?

FL – Não, eu não estranhei nada.

JB – O senhor morou como? Em pensão ou tinha família ou...?

FL – Morava em pensão de estudante.

RG – O senhor disse que ia ser uma outra história a sua vinda pra Porto Alegre, né? Eu queria saber como é que foi que se deu essa vinda pra Porto Alegre, como é que resolveram...?

FL – Bom, aí nós távamos tomando conta da fazenda então, resolvemos retomar os estudos, não é?

RG – O senhor tinha vontade de estudar? O senhor tinha desejo?

FL – É, tinha desejo de estudar, é. Eu ia ser engenheiro. Depois, não sei por que, fui me meter a ser médico. Nunca nasci pra ser médico! Então, com aquela revolução de... O negócio foi esse. Nós estávamos na fazenda e, com a revolução de 32, houve um decreto que todo mundo passava por decreto, não é? Tava no terceiro ano, passava pro quinto, não é isso? Vocês não sabem o que era! Mas como houve a revolução de 32, os colégios fecharam. E aí então, quando acabou a revolução, pra não perderem o ano, o governo considerou que todos tinha tido aproveitamento, então passavam de ano. É como diziam: “Todo mundo passou por decreto.”

RG – Mas por que os colégios fecharam com a revolução de 32?

FL – Isso eu não sei o quê que houve. Eu não sabia não, mas eu sei que houve isso. Então arranjaram, mesmo os que não tivessem fechado queriam pressionar o governo, passar por decreto. Até que ninguém foi ao pau. Todo mundo passou. Aí, aqueles que nunca tinham ido ao colégio, também arranjaram lá decreto, né? Vim em Porto Alegre, o Euclides estava em Porto Alegre, fui lá no colégio, dei o meu nome... passei por decreto. Então passei do terceiro ano de ginásio, eu passei do segundo pro quarto. Eu não fiz o terceiro. Tanto que do segundo, que eu tinha feito em Uruguaiana, e depois fiquei na fazenda, quando voltei pra Porto Alegre, já fui cursar o quarto ano, que era o último ano do ginásio. Quarto ou quinto? Quinto, parece. Quer dizer foi o contrário, do terceiro passei pro quinto. Então, foi porque ele arranjou da gente passar que nós viemos para Porto Alegre. Eu vim para Porto Alegre, é. Passei por decreto. Quer dizer, já o curso ginásial foi meio na marmelada. Aproveitei a marmelada do Brasil (rindo). Quase todos aqueles filhos de fazendeiro que não estudavam, passavam assim.

MC – Eu quero voltar um pouco a essa parte, assim, da escola mesmo, né? Como é que era o ensino? Mesmo com a professora particular, o que o senhor se lembra do aprendizado, nesse período que o senhor tava ainda lá em Garruchos.

FL – Bom, o ensino é aquela coisa, o alfabeto e tal e tabuada, não é? Você decorar aquela tabuada. Matemática era decorar tabuada. E depois multiplicar, somar, multiplicar, dividir, não sei o quê. Aquele ensino mais bruto, que existia naquela época, né? Professora particular sem nenhuma técnica. Não havia nenhuma metodologia nem nada. Era tudo na ignorância.

MC – Esses professores, em geral, particulares, eles vinham da onde? Estudavam aonde?

FL – Ali mesmo. Ali havia muito auto-didatismo, né, é. Tudo autodidata.

MC – E a professora era boa? Era uma professora só?

FL – Não me lembro isso. Era particular, assim.

MC – E no ginásio, como é que foi?

FL – O ginásio era aquele ensino dos irmãos maristas, que nem essas ordens religiosas, não é?

MC – O senhor tem lembrança de professores que o senhor teve por acaso... ou matérias que o senhor mais gostava de estudar?

FL – É... e não tinha muita diferença desses de hoje, aí, São Bento, Santo Inácio e não sei o quê, Santo Agostinho. É que eram padres muito atrasados, não é... Eram padres franceses. Os do Rosário, os do Sant'Ana eram, franceses. E era um ensino, na época, muito mais primitivo. É um método... Botavam de castigo pra burro, rigoroso pra burro, não é?

MC – Eram rigorosos?

FL – É, vigorosos. Uma distância enorme entre o padre e o aluno. Aquilo era um... Hoje, esses garotos falam na aula não sei o quê. Nós falávamos na aula, ia por castigo. Ficava ali em pé, assim, com os bracinhos cruzados. Os outros lá atrás dando risada da gente. (ri) Não podia conversar com o que estava na carteira ao lado. Se começava a conversar, o padre logo: “Vem cá! Vai pro castigo!”. Ficava ali às vezes dois, três de castigo, é.

RG – E o seu irmão, quando matriculou o senhor no Rosário, tinha... Por que ele matriculou?

FL – Não, já no Rosário não era tanto. Eu me lembro mais de Uruguaiana. Porque em Uruguaiana eu era interno e já no Rosário eu era externo. Já morava em pensão.

RG – O senhor não ficou com o seu irmão? O seu irmão também morava em pensão?

FL – Fiquei em pensão. Não, ficava eu e o Euclides, o Euclides, meu irmão. E ele estudava Direito. Ele tinha entrado pra Faculdade de Direito. Então, nós morávamos numa pensão. O outro irmão mais novo que eu, só mais tarde é que veio. Foi o Manuel que se formou em Engenharia. De forma que aí já é um ambiente completamente diferente, um ambiente adulto, não é?

RG – O senhor gostou de ter vindo pra cidade?

FL – Aí, eu gostei, é. Estudava muito, porque eu tive que tirar aquela diferença, porque eu tinha ficado muitos anos sem estudar na fazenda, não é? Mas guri assim, menino, aprende com uma facilidade. Agora, eu estudava que era uma monstruosidade. Só fazia aquilo, nunca fui a um cinema. Acho que passei dois anos, três anos, em Porto Alegre, nunca fui a um cinema. Não sabia o quê que era um cinema. Não sabia o quê que era sair num domingo, não.

RG – Não namorava umas meninas?

FL – Não, não tinha nada disso, não. Eu estudava o tempo todo. O tempo que não tava na aula, tava sentado estudando em casa.

RG – Pra tirar a diferença, né?

FL – Pra tirar a diferença.

RG – Quer dizer que o senhor se impôs isso. O senhor queria acabar com aquele...

FL – É, tanto é que eu acabei o ginásio, o quinto ano, fiz o quinto ano, e logo a seguir fiz o vestibular. E naquela época eu fiz vestibular, em 1935, já haviam esses cursinhos. Sujeito que tinha ido ao pau, fazia um cursinho pra fazer novamente o vestibular. Já havia isso, tava começando. Eu fiz direto do ginásio passei. Passei muito bem.

MC – Deixa eu entender. O senhor fez uma parte do ginásio, foi pra Garruchos, depois completou o ginásio em Porto Alegre.

FL – É, depois completei em Porto Alegre. Já nessa segunda fase, eu já era menino com uma mentalidade de adulto. Já era um garoto que pensava... A prova está no seguinte: eu terminei o ginásio e, nas férias - porque o vestibular era no fim de fevereiro - então nesse período entre dezembro e fevereiro, nas férias, estava estudando só para o vestibular, eu peguei um curso particular, dois cursos, professor particular. Pagava um professor particular. Um deles era química. O meu professor de química era o irmão do Geisel, era Bernardo Geisel...dos Aços Filho Piratini. Era o melhor professor de química que havia em Porto Alegre. Era um alemão que ensinava que era uma beleza. Era química orgânica. Mas era um craque. O Bernardo Geisel era espetacular. E outro, meu professor de português, era o velho Maia. O velho Maia era um velhinho, compreendeu, que ensinou todos esses escritores do Rio Grande, é. Eu acho que até o Mário Quintana foi aluno dele. Não havia uma pessoa que não tivesse estudado português com o velho Maia. Porque ele lecionava português desde que ele era... acho que desde a faculdade. Ele já era velhinho, de uns 80 anos, né? Era uma coisa impressionante a fama do velho Maia. Você fala no velho Maia, todo mundo, esse povo antigo, todo mundo estudou com ele. E o velho Maia era engraçado, sabe, porque ele ensinava aquelas análises lógicas, todo aquele português. E também, se a gente não tivesse aproveitamento, ele mandava embora, não aceitava a gente como aluno, é. (ri) Aí ele não aprovava: "Não, você não pode continuar no curso!". Era assim. Então eu tomei curso de português e de química, pra fazer vestibular.

RG – E era duro o vestibular?

FL – Era duro, era. Já era competitivo pra burro. Muita gente sobrava. E daí em diante começaram os cursinhos, essa coisa. Aí entrei pra faculdade. Bom, continuei estudando português, continuei com o velho Maia. Estudei, parece que dois anos com o velho Maia. Aí tomei um curso de inglês. Eu fico bobo como é que me deu na cabeça de tomar um curso de inglês. Naquela época, os livros da medicina eram tudo em francês. Os médicos só liam em francês. Você não encontrava um médico que soubesse inglês.

Fita 2 - Lado B

FL – Logo que eu entrei na faculdade, primeiro ano de Medicina, eu continuei o curso de português com o velho Maia, e peguei um curso de inglês. Eu e um outro colega de pensão, sabe, ele estudava Odontologia. Nós dois éramos os únicos alunos. Você se lembra da rua Jerônimo Coelho, uma ladeira que tinha ali, bem no centro de Porto Alegre? Ali na Jerônimo Coelho tinha um sujeito muito engraçado, sabe? Era um escocês. Um homem dos seus 45 anos, por aí, mas você, desde as 8 e meia, 8 horas da manhã até a tarde, sistematicamente, via o escocês na janela, com um cachimbo. E a gente passava às 8 e meia da manhã, olhava, ele vermelho daquele jeito, com a cara de... aquele artista, tem o Gordo e o Magro não é, o Magro é meio assim ó... O Juscelino era um pouco assim também. Os olhos meio caídos, assim. O Juscelino não tinha qualquer coisinha do Magro? Os olhos? Você se lembra? Os olhos do Juscelino eram um pouco caídos, assim. O escocês era assim, sabe? Então, era uma fisionomia muito característica, sabe? E a gente olhava, dizia: “Oh, ele já tá no porre. Às 8 horas da manhã ele já está no porre.” E era batata mesmo, estava mesmo.

RG – Tava mesmo. Tomava gim?

FL – Não, (rindo) ele tomava uísque mesmo, escocês. Aí pegamos curso com o escocês, sabe? Ah! Que coisa mais... Ah! Uma beleza! Uma delícia! Eu acho que estudei até vir pro Rio. O resto do tempo que fiquei em Porto Alegre, primeiro, segundo... é, dois anos e tanto. Dois anos de inglês, sabe? Mas era um curso que era uma delícia. Bom, mas em dois anos de inglês, eu falava inglês... Menino de fazenda. Sempre foi estudar... não sei por quê. Ninguém estudava inglês. Ele não tinha aluno de inglês, nem procuravam.

RG – Vocês inventaram ele. Inventaram aquele professor.

FL – É. Mas olha, falava inglês que era uma beleza. Não deixava falar. Ele não sabia falar português. Primeiro, não sabia; segundo lugar, ele não deixava. Então tinha que falar só inglês.

RG – O quê que ele fazia lá?

FL – Eu não sei, vai ver que era aposentado da guerra... Bom, então esse fato de ter aprendido inglês, de ter estudado bem português, eu considero que as duas melhores coisas que eu fiz, no curso ginásial e na faculdade, tenham sido talvez essas, né? Eu tinha muita deficiência de conhecimento, tinha um grande pendor pra matemática, mas não pude estudar.

RG – Por que?

FL – Não, porque no ginásio, o curso de matemática não prestava, não é, não prestava nada. Eu não estudei. Eu devia ter tomado um professor de matemática, não é? Mas também, aquela coisa que a gente estudava no ginásio não prestava pra nada. Nunca me serviu nada na vida. Ao contrário, só senti, mais tarde, muita falta do conhecimento de matemática, porque eu teria feito outra carreira científica se tivesse boa base na matemática. Bom, mas em compensação, o inglês, pra mim, foi decisivo. Depois eu vou contar pra vocês qual foi a influência. Além do curso de português e de inglês, que eu mantive ali sempre, eu acho que três aulas por semana, sempre, né, e além disso eu ainda fiz um curso de datilografia na escola Remington. Então, era datilógrafo daquele que não olhava...

RG – O senhor era cheio de iniciativas. Não tinha alguém orientando o senhor?

FL – É, eu gostava. Vou fazer o curso da Remington. Era lá na rua da praia. Aí fui lá, fiz o curso, batia. Eram, tantas batidas por minuto. Bom, mas deixa estar. Como é que é mesmo o teu nome?

RG – Rose.

FL – Rose. Deixa estar que eu queria me preparar pra fazer um concurso, pra ganhar um emprego. Tudo isso era com uma finalidade.

RG – Mas o senhor sabia que precisava dessas coisas.

FL – Que precisava, é. Bom, na época não havia, era pistolão. Mas já havia concurso. Sabe qual era o concurso que eu tinha em mente? Era taquígrafo da Assembléia Legislativa. Ganhava um dinheirão. Então, fiz o curso de datilografia, fiz o curso na Sociedade Taquígráfica, taquígrafo. Já era um datilógrafo muito bom, aí fiz o curso de taquigrafia. Bom, estudei eu acho que um ano inteiro taquigrafia. Fora os créditos que dão. Aprendi aquele troço. E nessa altura, foi já no segundo ano, já tava no segundo ano de Medicina. O Euclides já tava no quarto ano de Direito - Direito são cinco - é quarto ou quinto. Então, já havia a roda do estudante de Direito. Porque, como eram da turma do Euclides, eu convivia muito com eles. Porque a gente ia para pensão, fazia aquela roda de chimarrão. Janguinho, por exemplo, que era breguinha, que era estudante de Direito, um ano atrás de mim.

RG – Ele era da mesma pensão que o senhor?

FL – Não, o Janguinho morava numa pensão mais granfina. A pensão granfina era o Jango que morava, morava o Viriato... E onde faziam mais reuniões era na pensão deles. Então, era muito engraçado, sabe? Eu, como estava estudando taquigrafia, eu passava o dia inteiro com um bloco, uma prancheta. Onde eu ia, eu ia com aquele troço. Então eu ficava ali. E o pessoal conversando e eu taquigrafando toda a conversa deles. Digo: “Olha quanta besteira vocês dizem. Olha os palavrões e tal, tal...” (risos) Achava uma delícia isso, eu registrava a conversa. Era um gravador.

FL – É o papel do gravador.

RG – É, isto foi em 1936, é, 35, 36. Quando eu entrei pra faculdade - em 36 eu fiz o segundo ano... É, então registrava isso tudo. Agora vejam vocês, isto é histórico. Havia um sujeito que tinha um enorme prestígio intelectual e político com o velho Getúlio. Chamava-se Lindolfo Collor. Esse alemão era professor universitário. Ele fundou, em Porto Alegre, pela primeira vez, a cadeira de Direito do Trabalho; legislação trabalhista. Foi ele que fez toda a legislação pro Getúlio... Ele é que fez, o Lindolfo Collor. Então criou a cadeira na Faculdade de Direito, em Porto Alegre, de legislação, Direito do Trabalho. Também é um ato que eu não sei por quê que não trazem ao conhecimento isso. Ninguém sabe quase isso.

FD – Lindolfo o quê?

FL – Lindolfo Collor, C-o-l-l-o-r, Collor. Então, o Collor criou a cadeira e não tinha livro. Ele lia em alemão. Era em alemão o negócio todo, não é, livros alemães. E o pessoal não tinha por onde estudar. Então me pediram pra eu taquigrafar as aulas do Lindolfo Collor. “Tá bem, então vamos lá.” Falamos com o Collor, ele achou muito bom aquilo. Ele ia dar aula e eu sentava na primeira coisa bem junto dele. E eu taquigrafava aquilo tudo. O Collor falava e eu taquigrafava. Depois - eu era datilógrafo - eu mesmo, na pensão, tinha uma máquina, passava aquilo, passava no mimeógrafo. Era um rolo de tinta, um rolo assim. A gente passava aquilo, ia tirando aquelas folhas, sabe, borrava lá. Eram, parece 50, 60, tirava 50 cópias e vendia pra eles. Apostila, era apostila. É. Eu acho que o meu irmão ainda tem uma delas. É uma coisa preciosa, é uma preciosidade.

JB – Seria interessante se o senhor conseguisse uma. Isso é uma coisa importantíssima.

FL – É, eu vou perguntar pro meu irmão. Eu acho que ele tem uma cópia dessas apostilas que eu fazia.

JB – Valia a pena tirar um xerox disso e até doar ao Arquivo Nacional, alguma coisa assim.

FL – Pois é, uma coisa extraordinária. Porque foi o precursor da legislação trabalhista no Brasil. Ele é que fez.

RG – Mas ele era alemão o Lindolfo ou então ele era de origem alemã.

FL – Ele não era alemão, era de origem alemã. É, brasileiro.

RG – Ele já era brasileiro, falava português fluente, né?

FL – É, falava. É, Lindolfo Collor. Era tido como muito inteligente e muito preparado, não é? Então, se viu esse outro aspecto, como a taquigrafia me serviu, né? Aí eu taquigrafava aquelas coisas pro pessoal de direito, fazia as apostilas.

MC – O senhor, fazendo esse trabalho, né, com o Lindolfo Collor, é...

FL – Não, eu trabalhava pros alunos...

JB – Pros alunos, mas junto lá, escutava o Lindolfo Collor, de certa maneira não despertou no senhor algum tipo de interesse pela parte social ou...

FL – Não. Porque o sujeito quando faz essa coisa, ele nem lê, ele nem sabe direito o quê que tá... Aquilo é o sinal, traduz o sinal, datilografa... como a datilógrafa. Você manda a datilógrafa, uma datilógrafa, profissionais mesmo, datilografar uma página, ela nem sabe qual é o assunto. Às vezes, prum... pá. Não é? Nem sabe direito o quê que ela datilografou. Assim era eu com a taquigrafia. Eu traduzia aqueles sinais e tal. É uma coisa... algumas coisas...

JB – Mas Dr. Francisco, assim é, já...

FL – Era um assunto também que não me interessava, não é? Me interessava a grafia, só.

JB – Mas já nessa época, assim? Quer dizer...

FL – Como é que é?

JB – O senhor, um rapaz, e convivendo, nesse convívio de camaradagem de pensão, com o pessoal da escola de direito, discutia-se muito política? Por exemplo, a questão da Intentona repercutiu muito lá?

FL – Muito. Ah! O dia inteiro era política. Só o que se falava era política.

RG – Mas era na época da Aliança, né?

FL – Naquelas rodas de chimarrão era política. Naquela época era o comunismo que tava surgindo. O chique era ser comunista.

JB – Ah, é?

FL – Ah! Era o chique. Eu me lembro.

RG – Aqueles filhos de fazendeiro achavam chique ser comunista? (rindo)

FL – É. Tinha filho de fazendeiro que era comunista. Era chique, né. Aquilo era intelectual. Como é hoje, não muda nada. Discutiam Marx e não sei o quê, e tal. Eu me lembro que tinha um acadêmico de direito que era o líder comunista lá. Já era mais adiantado, mais velho, que era tido como um craque lá, era o Perci de Abreu Lima, Perci de Abreu Lima. Nunca mais ouvi falar nele. Não sei se ele morreu. Mas dessa turma do Euclides, de Direito, que se formou em 1936 se graduou em 36 - essa turma eram os meus fregueses, sabe, todo mundo dependia de mim - ih! aquilo vivia tudo na pensão. Sabe quem é? Olha aí ó. Deu pelo menos dois ministros de Estado. Pestana, um que foi ministro da Aviação, no governo militar.

JB – Rangel Pestana.

FL – Como era o nome?

JB – Era o Rangel Pestana.

FL – Não, não é Rangel, não.

RG – É Olavo, Otávio, uma coisa assim com “O”.

FL – É, é de lá do Rio Grande. Pestana foi ministro do Castelo, ministro da Aviação. E o Tarso Dutra, que foi ministro da Educação, do Costa e Silva. Os dois eram dessa turma. Deixa eu ver o outro. Baumgarten. Baumgarten também foi coisa nesse governo militar. Tinha... quem mais? Tinham outros também. Agora não me lembro. Mas tinham mais uns dois, entende, que foram políticos proeminentes, nessa turma de Direito. O Pestana, me lembro muito bem, porque ele já era um senhor mais velho. Ele já era engenheiro, sabe? Era engenheiro da prefeitura e estudava, tirava o curso de Direito. Então, ele era meio baixo, assim, eu me lembro do Pestana sempre com aquela pasta. Sempre andava com uma pasta assim e vinha apanhar as apostilas. (ri) Era uma figura o Pestana.

MC – As discussões políticas na época eram em torno da questão do comunismo. Que outras questões eram colocadas, integralismo, por exemplo, nesse período?

FL – Isso foi depois, sabe, quando eu tava aqui no Rio. Integralismo já foi no Rio.

MC – 35, em 35, 36 não tinha movimento, não.

FL – Lá ainda não, lá ainda não. Quer dizer, pelo menos no nosso círculo ali não era...

MC – Não tinha assim, era o comunismo que...

FL – Era o comunismo que era...

JB – Mas essas discussões despertavam o seu interesse também?

FL – Ah, é, também. Ficava ali, tomava parte, não é? E, principalmente era Chimango e Maragato. Uns eram chimango, outros maragato e tal. Mas era uma discussão de...

RG – E o Getúlio...

FL – O Getúlio era chimango.

RG – ... o Getúlio, quer dizer, exerceu um papel importante essa ascensão do Getúlio.

FL – Não, não era muito não. Não era muito. O Getúlio foi mais tarde. Para os estudantes lá ele era mixuruca. O velho Borges é que era aquilo. O chefe era o velho Borges. Ah, não! Os grandes ídolos que eles tinham era o Assis Brasil, era o chefe do Partido Libertador, e o Júlio de Castilho - o Borges de Medeiros e o Júlio de Castilho, Júlio de Castilho e Borges de Medeiros, aliás.

RG – Que eram PR, né?

FL – Que era o Partido Republicano, é.

RG – PRR. Riograndense.

FL – PR, é. Essas duas alas é que eram...

RG – Era isso que empolgava.

FL – Isso é que empolgava, é. Era o Júlio de Castilho...

FD – E os comunistas estavam aonde?

FL – Ah, os comunistas eram o Carlos Prestes, é o Carlos Prestes tá pra vir.

FD – Não. Nesses dois partidos, eles...?

FL – Ah, não. Os comunistas eram umas figuras meio simbólicas, assim, era uma coisa acima dos partidos regionais, né. Era uma discussão filosófica que vinha lá da Alemanha, uma

discussão ideológica, acima da carne seca, não é? De forma que esses comunistas eram tidos como acima dessas coisinhas regionais de Chimango e Maragatos. Eram uns doutrinadores metidos a sabidos, é.

FD – O de sempre, né?

FL – Eram os sábios, os sábios da política.

JB – E, Dr. Laranja, o ambiente na Faculdade de Direito era muito diferente do ambiente da Faculdade de Medicina. O senhor tinha mais amigos entre os estuantes de Direito do que...

FL – Não. Eu tinha os da minha turma de medicina e tinha o pessoal... E aquilo lá tudo era muito ligado. O sujeito da faculdade de direito, outro da faculdade de odontologia, porque a maioria daquele pessoal que a gente convivia eram famílias do interior, da fronteira. Então havia muito entrosamento entre os estudantes de uma faculdade e os de outra. Todo mundo se conhecia. Poucos alunos.

RG – Era ali na Redenção, era ali na Redenção a faculdade?

FL – É, ali, é. A minha turma, na faculdade de medicina, eram sessenta alunos, só sessenta.

JB – E o ensino era bom?

FL – É, eu fui a última turma de anatomia do velho professor Sarmento Leite. Você já ouviu falar no Sarmento Leite? Era uma figura.

RG – Eu sei que deu rua, né? As pessoas que dão rua a gente conhece (rindo), convive com os nomes.

FL – É, deu rua. É, era uma figura. Uma figura lendária em Porto Alegre. Um homem que morreu... Naquela época não tinha esse negócio, 70 anos era compulsório não. O Sarmento Leite, na minha turma, devia ter 86 anos. Um velhinho já, bem gagá, sabe. E ainda lecionando ali todo dia. Ali atrás da Santa Casa ainda tem aquele prédio... era o anatômico, que era o IML daqui. Então, o sujeito morria, ia pra lá, fazia a autópsia, e naqueles cadáveres era onde nós estudávamos. Então, dois alunos, três alunos, formavam um grupinho, três alunos tinham um cadáver deles. Era assim, cadáver por todo o lado, sobrava. Aqui ô... uma dificuldade doida pra arranjar um cadáver pra esses caras estudarem anatomia, não é? Lá tinha cadáver à vontade. Sessenta alunos, você imagina! Era uma beleza aquilo. A gente estudava anatomia, sabia pra burro. Estudava pelo *Testi*. O *Testi* é um livrão, tem o “Testizão”, o “Testi”, o “Testizinho”, não é? Três. O “Testizão” são cinco volumes. Ele deitado assim, dá essa altura. Cinco volumes de mil e tantas páginas cada um, você imagina. A gente estudava pelo *Testi*, o médio.

RG – Tudo em francês?

FL – Tudo em francês. Bom, no primeiro ano, eu me limitei aos livros que eram o *Testi* e o livro de histologia. Só anatomia e histologia. Me limitei àqueles. Bom, que mais? Ah, bom! O velho Sarmento, era um velhinho, contavam muitas anedotas dele, ele era muito engraçado, sabe? E examinando no vestibular era muito raro a moça que estudava medicina, minha turma tinha duas, tinha duas. Era muito raro, sabe? Uma moça que estudava medicina foi fazer a prova

de anatomia. E na prova de anatomia, aquele troço era assim, pegava um osso e dizia: “O senhor descreva esse osso, descreva essa apófise, sulcos e tal”. Então, à moça, ele diz: “Ah, a senhora sabe qual é o comprimento do pênis?” Ela ficou toda vermelha, todo mundo... um pouco pra dar risada, né, toda encabulada e tal e disse: “Quarenta centímetros”. Ela largou lá. “Ah, a senhora é muito otimista, heim (risos). A senhora é muito otimista”. Aí o outro cara, que era malandro, não havia jeito, detestava aquele negócio de estudar ossos, de depressão, e apófise e não havia jeito de aprender o nome daquele negócio, uns nomes meio latinos, não é, uns nomes complicados. O sujeito não aprendia nada e ia ao pau. Aí na segunda época, ao pau de novo. Repetiu, passou pro segundo, mas estava dependendo da anatomia no primeiro. Aí o velho Sarmiento tava com pena dele, diz: “Não, agora eu vou aprontar com esse camarada. Vou dar uma coisa bem fácil. Pegar um fêmur...”. Diz: “O senhor conhece esse osso aqui?” A coisa mais simples que podia dar, não é? Então, um baita osso desse, diz: “Agora ele tem que acertar”. Ele agarrou o osso assim e disse assim: “Ô, prazer em conhecê-lo.” (risos) “Ah, prazer em conhecê-lo”. Aí o Sarmiento: “Ah não tem jeito, moço. Você pode se retirar.” (risos). Saiu.

RG – Mas eu não entendi porque o senhor falou assim que não sabe por quê foi fazer medicina. Mas deve ter alguma coisa...

FL – Ah é. Eu não sei por quê mesmo. Sabe que eu nunca, nunca entendi por quê que eu fui estudar medicina. Porque das matérias que eu estudei no ginásio, não tinha nada de ligação com ciências biológicas, nem nada. Eram as piores que davam, não é? Era pra eu detestar. E talvez porque todas fossem mal ministradas, tanto a matemática... a própria matemática, que eu gostava era da matemática. E talvez por isso, indiferente assim, aí eu... Tenho outra razão, porque médico era mais fácil, ia pro interior ganhar dinheiro. É. Talvez fosse isso mais. E era chique a gente ser médico. Aqueles médicos do interior.... Começava todo mundo, todo mundo...

RG – Respeitava.

FL – ... queria ter um filho médico. Talvez mais essas influências assim. Mas menos por vocação. Eu não tinha vocação para ser médico. E depois comprovou. Toda minha vida profissional, você vê que eu tinha aqui um belíssimo futuro, era dos melhores cardiologistas daqui. Abandonei isso tudo, ganhar uma dinheirama que eu queria, não é, e pra estudar doença de Chagas. Você vê se era vantagem; também ninguém entende. Tinha uma clínica granfiníssima, cobrava o que ele bem quisesse, porque eram quatro ou cinco cardiologistas. Então, quando chamavam a gente, era sempre em conferência, outros médicos, chamavam a gente. Toda a clientela era assim, e eu larguei isso tudo pra vir aqui pra Manguinhos, não ganhar nada. É, depois vocês vão ver como é que se desenvolveu essa pesquisa aqui.

MC – Dr. Laranja, o senhor era um bom aluno no ginásio?

FL – Não, quer dizer, eu não era nem bom nem ruim. Eu estudava pra passar. No ginásio, eu me interessava em passar. Ah, muito boa! Aí já está oportuno isso. É que, até no curso médico, vocês reparam que eu era independente do currículo. Não me interessava o que estava estudando, eu me interessava até o ponto para passar, tirar as notas pra passar nos exames, que era uma exigência legal, não é? Mas interesse nas matérias eu não tinha, eu tinha interesse no que estudava. Eu estudava inglês, estudava português, estudava taquigrafia, que isso é que me interessava. Já no curso médico, no primeiro ano eu estudei anatomia e histologia. Muito bem. Segundo ano, estudei fisiologia... Era só fisiologia, química e física - eram, as três matérias do

segundo ano. Eu já não gostava de física, porque eu tinha deficiência em matemática. E também não gostava de química, porque o professor era muito ruim, gostava de fisiologia. O professor de fisiologia era o Raul Pila, aquele velho Raul Pila, sabe? E o Pila era muito sacana. Ele era meio surdo, ele não dizia o livro por onde ele dava as aulas àqueles caras. Então, os alunos, também, ninguém encontrava a aula do Pila. Tomava umas notinhas e tal, mas não dava nos livros da gente, que a gente tinha, que era o Vierre, era um francês. Não dava certo. Até que descobriram que era um italiano, Luggiani, dois volumes, um baita troço. Era por ali que o Pila dava aulas. Aí eu agarrei, taquígrafava também, fazia... Ah, pronto! (ri) E fazia a coisa e dava mesmo. Taquígrafava as aulas do Pila. Aí eu gostei muito de fisiologia, sabe? Me encantei com a fisiologia, a primeira... Mas anatomia, eu gostava também, estudei muito anatomia. Mas fisiologia então mais, foi a matéria que talvez eu mais estudei na faculdade. Mas aí quando vim aqui pro Rio... Já tinha passado em fisiologia lá, mas quando eu vim pra cá... Lá na livraria, a gente não encontrava livro em inglês. Chego aqui. Eu fui numa dessas livrarias só no centro, encontrei um monte de livros em inglês. Fiquei besta com o negócio.

RG – Já sabia ler, né?

FL – Já sabia ler inglês, Bah! Aí lavei a égua. Mas aí tinha um livro que tinha chegado naqueles dias, sabe? Era um livro de capa preta, dessa grossura assim, umas mil e tantas páginas, um negócio bacana pra burro, novinho. Era “Best and Taylor”, Charles Best. Ele era um sujeito que tava muito na moda, que era prêmio Nobel. Dois ou três anos antes, ele descobriu a insulina, não é? Era doutorando no Canadá, escreveu um livro: Fisiological Basis of Medical Practice. Bom, tinha saído o livro aí, eu comprei. Bah! Mas aquilo pra mim foi um prato. Aí eu ficava em casa, sabe? Eu já tava no terceiro ano, mas não queria saber de estudar as matérias do terceiro, estudava era a do segundo. Eu já tinha passado em fisiologia, mas o meu prazer era ler o “Best and Taylor”. Eu fiz todo o curso de fisiologia pelo “Best and Taylor”. Então fiquei com muito boa base de fisiologia, foi o que me salvou a medicina toda. A grande viga na medicina clínica é a fisiologia. O sujeito tem que saber fisiologia. Então, o inglês me serviu muito. Agora, a orientação no curso, eu fui sempre independente do currículo. Não tirava nota... eu tirava nota pra passar. Mas nunca estudei assim; passar, tirar boas notas e tal.

RG – Mas aí o senhor falou que quando veio pro Rio já era uma outra situação, tinha acontecido uma crise na família. O que aconteceu? Vocês tinham perdido as propriedades? Alguma coisa aconteceu que o senhor falou que já estava numa situação difícil. Em Porto Alegre o senhor ainda estava bem. Estava lá na pensão, tava se sustentando com as Apostilas.

FL – Não, não estava bem não... Não. Quando eu fui pro Rio... Estávamos na fazenda, sabe como é que é. Nós recebemos a fazenda, mas até que organizasse, porque tinha gado, muito pouco. E a produção é só gado. A fazenda, no Rio Grande, sabe como é que é, né? Nós já estávamos numa situação meio... não era muito boa não. Ah, bom! Mas peraí, deixa eu continuar lá. Então, eu queria fazer concurso... O governador do estado era o Flores da Cunha. E iam abrir concurso pra taquígrafo na Câmara. E eu estava preparado. Estudei bem português, datilografia, era um bom taquígrafo, bom datilógrafo. Eu estava certo que ia passar, eu ia ganhar o meu lugar lá. Eu sei que quando chegou na hora nomearam por pistolão. Eu fiquei puto da vida! (baixo) Digo: “Ah, essa merda aqui não tem jeito mesmo. A gente estuda, estuda, dois anos, aí depois não abrem o concurso.” Eu era menino ainda, né? digo: “Ah, vou embora pro Rio. Lá eu tenho mais chance”. Foi aí que eu peguei o navio, vim embora né?

RG – Aí o senhor veio sozinho?

FL – Vim sozinho.

JB – Como é que o senhor chegou?

MC – O senhor veio pra...

FL – Pedi transferência. Naquela época, a faculdade federal transferia de uma pra outra, assim, com a maior facilidade, né? Era só requerer e pronto.

MC – Ah, o senhor pediu transferência...

JB – Quer dizer, não foi uma decisão assim longamente premeditada. Chegou assim: “Vou pro Rio!”

FL – Ah é? Me chatee lá com o negócio, digo: “Esse troço aqui em Porto Alegre não dá não”. Não tinha chance! Não tinha mercado de trabalho, não é? Eu não podia continuar meu curso só fazendo apostila, não é? Então fui pro Rio por falta de chance pra emprego. Foi por isso que eu vim pra cá. Esta é a verdade.

MC – Dr. Laranja, a insurreição de 35, a Intentona, quando os comunistas tomaram o poder, teve alguma repercussão lá em Porto Alegre? O senhor se lembra de comentários, do pessoal lá, estudantes de direito? O senhor se lembra de alguma coisa nesse sentido?

FL – Não, eu me lembro que tinha muita repercussão, a revolta de 35, na Praia Vermelha, em Natal, não sei o quê. Me lembro, na época se acompanhava, os estudantes também acompanhavam muito. Mas nada mais que isso, isso assim. Um acontecimento à distância, não influía ali no meio, não tinha muita repercussão não. E depois eles abafaram logo, e a imprensa também depois silenciou aquilo, não rendeu muito não.

MC – E o senhor também disse que convivia mais ou menos com o Jango, nessa época, né?

FL – Bom, com estudante, lá.

MC – O Jango já se destacava como liderança nessa época?

FL – É, se destacava sim. Ele sempre foi meio líder. Entre os estudantes assim, ele era. Mas não que participasse. Ele era líder pessoal, de simpatia, assim, compreendeu? Mas não havia movimentos estudantis lá, naquela época. Ele era um líder assim, entre os amigos, tinha muitos amigos, o pessoal estava sempre no quarto dele, tomando mate com ele, essa coisa. Nesse aspecto, ele tinha muito charme pessoal. O Jango tinha muito essa coisa pessoal; muito simpático, compreendeu né?

MC – E na Faculdade de Medicina, o senhor disse que não havia nenhuma movimentação estudantil. Não havia assim reivindicação na Faculdade de Medicina em termos de ensino?

FL – Não tinha nada disso. Não tinha nada disso. Tinha um diretório acadêmico, que a gente nem sabia pra que era aquilo. Não tinha nada de reivindicação nem nada. Não tinha movimento estudantil nenhum.

JB – Dr. Francisco, como é que foi isso? O senhor embarcou num navio, quia foram as suas primeiras sensações quando o senhor chegou à capital?

FL – É. Bom, a primeira coisa que eu peguei... Antigamente havia...

Fita 3 - Lado A

FL – ... e o meio de transporte, tanto do Rio Grande para cá quanto do Nordeste pra cá, do Norte, era por via marítima. E tanto é que o movimento do cais é que era... Hoje é o aeroporto internacional, mas naquela época era o cais, o cais do porto, a chegada do navio, a partida do navio, ali é que era o movimento. Eram as companhias... Fora as estrangeiras, tinha a Companhia Costeira, que era do Henrique Lage e a companhia Lloyd, o Lloyd Brasileiro; eu acho que era estatal, não sei. Então eu peguei o navio e havia além disso, além dos navios puramente de passageiros, havia os navios de carga, eram os navios mistos, que eram cargueiros e traziam alguns passageiros, de modo que era mais barato. Eu peguei um navio, parece que foi do Lloyd, e vim. Vomitava pra burro! Porque aqueles navios... Ih! Aquilo jogava, era uma tal de gente vomitando pra burro, pra todo o lado, enjoado. Eu me lembro que tinha na viagem, eu estava lá de segunda classe, sabe? Eu vim lá no porão. Aí eu ficava lá em primeira classe, porque era estudante de medicina, tinha uns conhecidos lá. Ah, não sei ... tinha umas moças lá, não sei o quê, vomitando, e eu dava assistência pra elas e tal. (rindo) Fiquei cotado lá, era estudante. O médico de bordo nem aparecia. Ele estava bebendo no camarote dele, nem estava ligando pros passageiros, né? Nem sei se...

RG – Tinha “dramamine” naquela época? Não tinha nada disso.

FL – Tá doido. Não tinha nada. Não tinha nada não. (ri) Eu sei que aí tá ali, pessoal lá do Rio Grande, já conhecido e tal. Eu fiz a viagem. Vim aqui. Bom, chego, desembarco na Praça Mauá, trazia o endereço do meu amigo, lá de São Francisco, sabe? Era Djalma Estivaleti. Aliás faltou eu mencionar esse período em São Francisco, é, em São Francisco. Eu não mencionei que durante um período que eu estive lá, naquela interrupção do ginásio, eu estudei também com um professor particular, lá em São Francisco de Assis, que era um médico, muito culto, dr. Barcelos. Ele era um médico oftalmologista, que tinha estado na Europa na Grande Guerra. Era um médico, um homem muito esclarecido, falava francês corretamente e já tava velhinho, então nós, alunos, demos um curso. Eu não me lembro direito o que é que eu estudava com o dr. Barcelos, sabe, não me lembro o que é que eu estudava, mas sei que eu fui aluno dele durante muito tempo. E eu gostava... Aí ficamos muito amigos. Ele gostava muito de mim, me achava muito inteligente e ficou meu fã pra burro, sabe? Me lembro, dr. Barcelos.

RG – Quanto tempo o senhor ficou lá em São Francisco?

FL – Um período eu acho que de um ano e meio, por aí.

RG – Ah, tudo bem?

FL – É, mas junto comigo estudava um outro rapaz que era o Djalma Estivaleti, sabe, de uma família importante lá de São Francisco.

RG – Como é o nome?

FL – Djalma Estivaleti. Estivaleti. É Estivaleti. O Djalma era um sujeito muito bom. Ele tinha uma rivalidade com outra família que eram parentes e rivais, inimigos de morte, sabe, que morava em frente. Então houve uma briga lá com o Djalma, eu sei que o Djalma então veio embora pro Rio, veio estudar no Rio. E eu quando vim, tempos depois, tinha o endereço dele que eu tinha apanhado lá com a família dele. Então vim aqui direto, procurei o Djalma na rua São Salvador. Eu acho que era São Salvador número 20, bem ali quase na rua do Catete. Não, aquela já não é Catete, aquela é Marquês de Abrantes, não é? É. Bom, eu cheguei eram mais ou menos quatro e meia, por aí, na Praça Mauá. Eu sei que quando eu desembarcei, cheguei lá na pensão, eram quase sete horas, seis e meia, sete horas. Aí eu cheguei lá, tava o Djalma. Naquela época a gente morava naquelas casas grandes, tinha ali porão, um térreo, aqueles quartos grandes, um quarto de estudante assim, não é?

RG – O senhor tinha prevenido a ele que estava chegando?

FL – Não, ele não sabia. Porque o meio de comunicação... Aí eu cheguei lá. Morava o Djalma, morava o César Prieto, você lembra? O César Prieto é o sujeito que foi diretor da Receita Federal, deputado no tempo do Jango, muito conhecido. César Prieto. Foi um homem que atuou muito aí no PTB. E o Cipriano, que foi também um sujeito que foi dos Comerciantes, do Instituto dos Comerciantes, trabalhava na Casa Masson. Moravam os 3 ou 4 num quarto. Então, mais uma cama. Fui eu também morar com eles. Mas, imaginem que o dia que eu tava ali na pensão, cheguei mais ou menos cinco e meia, seis horas, né? Aí começamos a conversar, aquela coisa. Quando foi quase na hora da janta, já sete horas, tava anoitecendo, chega um sujeito queria falar com o Djalma. Ele foi atender. Era um investigador com ordem de prisão pra ele.

RG – Isso no dia que o senhor chegou?

MC – Em que ano era isso?

FL – No dia que eu cheguei, na tarde que eu cheguei, ele me contou... O negócio foi o seguinte: ele e um outro estudante de São Paulo, alugavam um quarto na Urca, numa casa, uma casa de um advogado. Morava só esse advogado e a mãe dele que era uma velhinha. Então esse advogado era do Foro, desses ratos de Foro, sabe, muito bem relacionado. Uma casa boa e só moravam os dois estudantes. E era um advogado muito relacionado no Foro, oferecia almoço lá pro desembargador Ari Franco, era muito amigo do Ari Franco, desse pessoal, desembargadores. Um homem muito bem relacionado. Então eles se desentenderam, na metade do mês, os dois estudantes, e queriam ir embora. Eu sei que eles queriam que devolvessem o dinheiro que tinham pago adiantado. E aí discutiram, não sei o quê, eu sei que brigaram. Brigaram e no meio da briga, não sei como, a velhinha, mãe dele, foi empurrada e se feriu... Assim um ferimentozinho numa cristaleira. O cara armou... Era uma coisinha a toa, briga de estudante, mas o cara armou na imprensa, botou esses dois estudantes como uns criminosos. Fez um escândalo enorme, armou um processo desgraçado. Eles constituíram um advogado, Pinto Amando, me lembro. Correu a coisa, e eles dois, coitados, ingênuos, correu o processo. Mas deixa estar que o outro... eu não sei, nós estamos já demorando muito?

RG – Não, a gente não tem pressa.

FL – Bom, correu o processo. Eu sei que eles achavam que estava tudo muito bem, quando de repente o juiz decreta prisão preventiva. Enquadrou lá o processo em ferimentos graves e

decreta a prisão preventiva deles. Pegou de surpresa. O dia em que eu cheguei tinha sido decretado, mandou o oficial de justiça prender o Djalma. O outro estudante, que era o Armando, já estava em casa, em Catanduva, São Paulo. Então só o Djalma foi. Aí eu fui no bonde, eu, o Djalma e o oficial de justiça. Fomos. Aí é que o Djalma então me contou isso tudo. Eu não conhecia nada do Rio de Janeiro. A primeira vez que saí, fora o trajeto Praça Mauá-Catete. Então vinha a segunda viagem turística agora, de bonde, da rua São Salvador, Catete, Lapa, Riachuelo, Frei Caneca.

RG – Chegou na Frei Caneca (rindo) em que mês era isso? Era em 37, né?

FL – Foi em fevereiro. É, 37, fevereiro de 37. Bom, aí então chegamos lá, ele foi pra cadeia e me disse: “Olha...” Me contou o negócio do Pinto Amando, me deu o endereço do advogado pra procurar, eu telefonei, mas ele disse: “Mas olha, faz o seguinte, procura o Luzardo, Batista Luzardo”, que era deputado federal, que era Maragato. Ele era da família Maragato, e era muito amigo da família dele. Então, no outro dia eu fui. Aí, o terceiro trajeto. São Salvador, Catete, Glória, Praça XV, Assembléia Legislativa. Aí eu fui lá na Assembléia e procurei o Luzardo. Procurei, anunciei, o Luzardo me recebeu logo. Um gauchão bom, daqueles bem bacanudos mesmo. “Ah, não tem dúvida, não perai, mas vamos fazer o seguinte.” Aí eu contei pra ele: “Eu acho que esse advogado tá meio comprado, não sei, tá uma marmelada. Porque o Djalma não sabia, de repente o processo que era ferimentos leves passou para ferimentos graves. Decretaram a prisão preventiva, ele tá lá na cadeia, não pode tirar”. Ele disse: “Eu vou te apresentar a um advogado, muito meu amigo. Tu vai lá procurar.” Aí me deu um cartão. Então é um cara ali na rua Miguel Couto, quase junto com a Ouvidor. Bem ali, perto daquele Café Simpatia, por ali. Era ali o escritório. É a Tavares hoje ali, não sei. Ali era o escritório. Mas, Mário Bulhões Pedreira, era um grande...

MC – Nossa! Bulhões Pedreira!

FL – Era um craque aqui, não? Aí fui lá. “Dr. Mário e tal...” Mário foi bacana também: “Não, deixa pra lá, o Luzardo é muito meu amigo, vamos ajeitar”. Diz: “Olha, eu vou fazer o seguinte: eu vou botar um dos meus assistentes bem bom para tomar conta desse processo, porque isso deve estar complicado”. Aí ele chamou o assistente dele. Era o Evandro Lins e Silva. É... Era garoto o Evandro.

JB – Olha só rapaz...

MC – Bulhões Pedreira foi defensor do Pedro Ernesto, quando ele foi acusado de comunista. Bulhões Pedreira.

FL – É. Isso mesmo. Era um cara, é, era o dr. Mário Carneiro. Assim. Muito bom. Um cara camarada pra burro. Aí me apresentou ao Evandro. Bom. Aí o Evandro era novinho ainda. Aí o Evandro tomou conta do processo. Eu ia todo dia lá com o Evandro e tal, essa coisa. Tomou conta e disse: “Olha, o processo está muito enguiçado agora.” Tinha que apelar. Foi condenado. Ah, não, já tinha sido condenado. Foi condenado a três ou quatro anos. Mas tinha cumprido um ano e tal. Eu não sei. Sei que o Evandro lá diminuiu a pena com *sursis* e não sei o quê. O Djalma saiu, mas cumpriu um ano e pouco de cadeia, sabe?

JB – Por causa de uma besteira, né?

FL – Por causa de uma besteira. Aí o Djalma já tinha uma certa idade, ele não tinha muita facilidade. Ele queria estudar Medicina. Mas já estava difícil pra ele entrar. O vestibular já era brabo aqui. O vestibular era brabo, não é? E eu: “Estuda Agronomia, tua família tudo de fazendeiros.” Aí ele foi estudar Agronomia. Entrou, fez vestibular pra Agronomia, foi morar em Niterói. Quando foi pouco tempo depois, uns seis ou oito meses, depois de estar morando em Niterói, apareceu lá com uma tossezinha e tal. Levei ele num hospital pra gente examinar, tiramos uma chapa, ele estava com uma tuberculose biliar. Você vê que coisa! Um rapaz novo, novo. Aí bom, ficou no sanatório ali em Corrêas. Morreu um ano e pouco depois, sabe? Morreu com uma tuberculose. Naquela época não tinha tratamento. A tuberculose biliar era fatal sempre, né? Você vê... bom. Aí fiz amizade com o Evandro. Conheci o Evandro foi nessa época. Bom.

MC – Sobre esse período aí que o senhor tá...

FL – Isso eu estava estudando Medicina.

MC – O senhor estava estudando Medicina. Então o senhor foi morar nessa casa do Djalma.

FL – Fiquei ali na pensão. Bom. O meu problema ainda não tinha resolvido, não é, era o negócio de eu arranjar um emprego. Mas eu era tão sortudo que pouco tempo que eu estava ali, abriram um concurso. Criaram o tal Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Criaram esse Instituto, sabe? Uh! Aquilo foi um estardalhaço! Ia haver cinco mil empregos. Iam abrir concurso para cinco mil funcionários. Aí fui lá, me inscrevi, abriram... Tinha concurso pra tudo. Só não tinha pra presidente. O resto era todos os cargos de concurso, chefe de departamento, tudo.

RG – Não se arranjava emprego particular. Se não fosse através do governo...

FL – É. Não, não tinha. Era difícil. Não tinha chance. Era estudante de medicina, às vezes trabalhava de graça. Era de graça. Então me inscrevi no IAPI¹. Fiz o concurso pra datilógrafo. Passei bem. Me classifiquei, pronto. Bom, agora estou garantido, né? Agora é esperar me chamar.

MC – O senhor se lembra do concurso do IAPI? Como é que foi isso?

FL – Tinham vários concursos. Esse que eu fiz era um concurso mais mixuruca. Era para... como é? Auxiliar administrativo, parece. Era português, datilografia, essa coisinha assim. Principalmente isso. Português e datilografia que era o forte. É. Então aí eu me classifiquei.

MC – Não tinha também que ler um livro de aspectos bem gerais sobre a previdência social?

FL – Não me lembro assim, sabe. Tinha concurso para contabilidade, pra oficial administrativo. Tinham vários tipos de concurso. Eu fiz logo naquele que... Era estudante, né? então era auxiliar administrativo. Aí eu já estava tranquilo porque eu tinha um emprego bom. Ganhava bem à beça. Já entrava com 500 mil réis. Era uma coisa louca naquela época.

RG – Dava pro senhor pagar sua casa, comida, comprar livros.

¹ Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

FL – Ih! A maioria dos estudantes viviam de mesada. Todo mundo de mesada, né? O nosso grupo, eu me lembro, a maioria tinha pensão de 250 mil réis, 300 mil réis, assim. Ali naquele grupinho do Catete quase todo mundo era ali. Amadeu Curi, o... agora me esqueço do nome do homem. Esse que é cirurgião lá no Gaffrèe, faz cirurgia de tireóide. Joseli. É professor da UniRio. Agora, nesse congresso de Araxá, o Aluísio Prata era dali também; um dos garotos dali da nossa turma era o monitor, o Ranolfo. Digo: “Ah! Você está aqui.” O Ranolfo é reitor da Universidade de Uberaba. É daquela turma da rua do Catete.

MC – O que é que o senhor falou do congresso de Araxá. Que congresso é esse?

FL – Foi agora esse ano. Há poucos dias atrás. Maio, eu estive lá.

FD – Congresso de cardiologia?

FL – Pesquisa de doença de Chagas.

RG – Mas eu queria fazer uma pergunta. O senhor conseguiu transferência com facilidade da faculdade? Isso era tranquilo?

FL – Havia toda a facilidade. Era tranquilo. Se houvesse vaga...

RG – Não precisou de pistolão?

FL – Ah, não, eu tinha pistolão. Eu não sei. O Lutero é que fez pra mim. E também tinha o Fróes da Fonseca, que era o diretor, e o Lutero se dava muito com o Fróes. O Fróes era lá do Rio Grande. Então não teve problema, não.

RG – O Lutero era da sua idade?

FL – Não. Ele estava acabando o curso médico quando eu estava naquela época. E acabou logo em seguida.

RG – Quer dizer, mas vocês chegaram a ser amigos em alguma época? Só conhecidos?

FL – Não. Não convivia. Ele já estava mais... ele era uns três anos na minha frente. Mas nessa ocasião, aí depois da pensão da rua...

FD – Uma coisinha dr. Francisco. Quando o senhor passou no IAPI foi em que ano? Trinta e sete mesmo?

FL – Em 37.

FD – Logo que o senhor chegou ao Rio, tentou o concurso e o senhor passou...

FL – Em novembro eu fiz o concurso. Eu fui chamado em 38. Eu sou funcionário da previdência Social desde 1938. Por isso é que eu digo, talvez eu seja um dos mais antigos ainda em exercício, porque desde 38... Eu só fui entrar pra médico em 41. Eu era, até então eu era...

FD – Já vai fazer 50 anos.

RG – Ainda em exercício, por quê? O senhor ainda tem vínculos até hoje?

FL – Tenho. Eu sou cardiologista do Laranjeiras.

RG – O senhor não está aposentado?

FL – Quer dizer, praticamente estou. Eu vou lá, assino o ponto, uma vez por mês só. Mas formalmente eu não me aposentei, exatamente porque se eu me aposento lá, eu tenho que me aposentar aqui em Manguinhos. E eu ainda não quero ficar parado em casa. Vou agüentando um pouco, vou levando assim.

RG – Mas o senhor estava falando ainda nessa época da pensão.

FL – Então, nessa época da pensão, um outro colega meu que foi transferido também... Nós éramos três. Transferido do Rio Grande tinha eu; Jorge Carneiro, esse é dono dessa Tecnoprint, Edições de Ouro, esses livrinhos aí de Ouro, daqueles Guerton Carneiro, lá de Porto Alegre. Os Guerton, a mãe dele enviuvou e casou com o velho Meyer, que era fundador da VARIG. O velho Meyer, eu conheci. Era padrasto do Jorge. Eram dois irmãos. Um que estudava Medicina, o Jorge, morava junto comigo, morava no meu quarto; e o Antônio que veio depois, estudou Engenharia. São muito ricos hoje. Tem um quarteirão inteiro aqui em Bonsucesso - a Tecnoprint, um troço, um monstro. Nós éramos companheiros de quarto, estudávamos juntos. Quando eu saí da São Salvador, aí eu passei pra uma categoria alta. O Jorge e o Antônio eram ricos. Eles tinham um padrão muito bom, recebiam uma mesada... Não, eles já tinham recebido a herança do pai rico. Nessa época era só o Jorge, o Antônio veio depois. Então, quando eu fui morar com o Jorge, já fomos pra uma outra pensão. Mudamos. Mas aí eu já tinha emprego, já tinha começado a trabalhar. Foi em 38, no IAPI. Aí fomos pra Almirante Tamandaré. E aí morávamos três. Era o Jorge, eu, e o Rui Costa Gama. Este Rui Costa Gama era filho de um médico de Porto Alegre e ele era comandante da PANAIR. É, comandante de avião. E noivou com a filha do Getúlio. É um que casou com a Jandira. Era noivo da Jandira. Você vê que esse troço... não é? Era noivo da Jandira. Nós morávamos os três na rua Almirante Tamandaré. Bom, o Jorge era namorado da irmã do Rui Costa Gama, filha do dr. Plínio, era em Porto Alegre, a Maria Gama. Uma menina muito bonita. Mas depois não casou com ela não, mas já havia essa coisa. Bom, aí morávamos os três. Eu nunca me esqueço isso, sabe? Lá na Tamandaré, quando foi em novembro de 37², de noite, tocaram o telefone pro Rui, sabe? Aí saiu o Rui numa afobação, correria, não sei o quê. Estavam chamando do Palácio, não sei, era um negócio. Foi quando os integralistas deram o golpe, queriam invadir o Palácio. Nos chamaram de noite, sabe, aquele negócio (ri) foi uma bagunça, aquela coisa. Foi o atentado.

RG – O Rui já era noivo da Jandira, ele já tava ligado com a família e chamaram.

FL – Já era noivo da Jandira. É, por isso...

JB – Então chamaram vocês pra defender o Palácio.

FL – Não, chamaram o Rui. Nós, era fofoca, né?

RG – Era do lado, né? Vocês estavam pertinho.

² O atentado ao Palácio da Guanabara foi em maio de 1938.

FL – É. Ali na Tamandaré, no Catete, não é? Eu sei que era aquela fofoca de noite. Nós ficamos na pensão. O Rui foi lá, foi lá pro Palácio. Mas nós ficamos na pensão, na nossas, né? Mas depois saímos pra ver a fofoca, né? O movimento já estava por todo o lado. Eu digo: “Vamos voltar pra pensão porque daqui a pouco nos prendem”. Polícia por todo o lado, aquela coisa. Foi quando houve a intentona integralista pra matar o Getúlio. O Getúlio estava lá. Era o Benjo, o Getúlio, Alzirinha, essa Alzira, mãe do Moreira Franco... sogra do Moreira Franco, a Alzira, a Jandira, aquele pessoal todo. Tinha pouca gente no Palácio. O Getúlio se safou ali por uma sorte. É. Não sei até porque fracassou aquela...

FD – Porque o chefe de polícia do Rio de Janeiro, que eu não me lembro o nome dele, ele estava chegando no Palácio...

FL – Ah, o Filinto Müller. Era o Filinto.

FD – Filinto Müller. Quando eles cercaram e ele voltou pra chamar a polícia.

FL – Ah, então foi. Eu não sabia.

RG – Era o Filinto nessa época?

FL – Era o Filinto, é.

FD – Filinto. Ele não chegou a entrar no Palácio. Quando ele voltou, os integralistas cercando, ele voltou e organizou as forças da polícia. Eu soube dessa história pelo meu pai que estava entre os integralistas.

FL – É. Eu nunca soube porque tinha fracassado.

RG – Mas eu queria fazer uma pergunta, enfim ligada à pensão. Por quê que os jovens, todos iam pra pensão? Não se usava alugar apartamento como hoje em dia, né?

FL – Ah, isso era muito grã-fino, apartamento. Na minha turma mesmo, aqui de medicina, deixa ver... Depois, quando nós saímos da Tamandaré, aí nós fomos pra um apartamento no Leme. Nós íamos subindo. Mas nessa altura aí já tinha vindo o Antônio. Aí morávamos os três. Era Jorge, o Antônio e eu. Mas aí já tinha um carro último tipo. uma barata conversível, Ford, o último tipo.

RG – Eles tinham ou o senhor?

FL – O Antônio. Não. Dois carros. O Jorge também tinha um carro alemão, último tipo.

RG – E o Rui já não fazia parte.

FL – Não. Aí o Rui parece que já tinha casado. É, parece que já tinha casado, é, já não fazia parte. Aí nós fomos morar no Leme. Era o Antônio, o Jorge e eu. Bom, moramos muito tempo juntos e tal. Depois, então, eu já no fim do curso, eles se enveredaram por esse negócio de editora.

RG – Ah, eles já começaram com isso desde aquela época?

FL – Já começaram naquela época, é.

RG – E o Leme era chiquíssimo, né, naquela época.

FL – Era chiquíssimo, era. E depois então, até traduzimos, logo no começo da impressora... eles começaram com livros técnicos, sabe?

JB – E era em forma de *pocket book* mesmo.

FL – Como é que é?

JB – Já era em forma de *pocket book*?

FL – Não, não. Era editora comum. Quando eles começaram... Depois eles quase faliram, porque eles começaram muito idealistas. Traduziam... Nós traduzimos, eu e Jorge traduzimos um livro de medicina, era o *Power*. Era sobre... como era o nome desse livro? Um livro pequeno, editaram um livro de medicina, que foi o primeiro. Era um livro sobre... Ah, já nem me lembro mais direito o título. Depois editaram um de engenharia, de Itmoschenko, mas não dá lucro quase. Depois eles então passaram pra essa literatura popular, assim, aí ganharam muito dinheiro. Mas bem. Então, nessa época, os estudantes que tinham carro, podia contar nos dedos. Na minha turma, olha, na minha turma, quer ver? Tinha o Mariozinho. O Mariozinho era um sujeito fazendeiro, lá perto de Poços de Caldas, muito rico. O Mariozinho tinha carro. O Carlos Alberto que trabalhou aqui em Manguinhos, Carlos Alberto Seabra, desse Seabra, o Carlos Alberto Seabra, o Jorge.... O Aluísio Salles não tinha carro, é. O Aluísio tinha vindo transferido também. O Aluísio veio junto comigo, nesse mesmo ano veio o Aluísio Salles, de Minas, transferido de Belo Horizonte pra cá. Mas o Aluísio Salles não era rico assim. Era o Lunardelli também, muito rico, de São Paulo. Tinha um carro de São Paulo, muito rico também. Eram uns quatro ou cinco que tinham automóvel.

RG – Eles vinham de São Paulo estudar no Rio porque a faculdade aqui era melhor?

FL – Não sei, não sei porque. Mas tinha muito paulista. Muita gente de São Paulo.

RG – Da capital ou do interior?

FL – Da capital. Tinha muito paulista. Inclusive um que foi superintendente, no tempo que o Aluísio foi presidente do INAMPS, o superintendente de São Paulo era o Paulo Gomes Romeu. Era nosso colega de turma, Paulo Gomes Romeu. Foi nesse período desse inquérito. Foi depois substituído pelo coronel Camanho, Camanho, que deu umas marmeladas lá; aquele coronel amigo do Figueiredo, né?

RG – Então esses estudantes, de um modo geral, eram uma elite, né?

FL – Ah, ali era tudo filho de fazenda de café aí de São Paulo.

RG – Pessoa que se sustentassem, como era o seu caso, eram poucas?

FL – Poucos. É. Muito poucos.

MC – Era mais de mesada.

FL – É. Tudo, quase todo mundo recebia mesada, vivia com mesada. Muito pouca gente trabalhava assim. Mas quando eu fui trabalhar, aí eu padeci um pouco. Porque no IAPI o troço era muito rigoroso. A coisa era no ponto. Eram dez minutos. Chegou dez minutos atrasado, cortavam o ponto. Era ali na Almirante Barroso, aquele prédio ali, e me botaram numa seção lá de arquivos, sabe? Era muito engraçado. A seção de arquivo onde tinha o fichário de todas as empresas, essas indústrias todas, com os operários. Então aquele fichário que você via às vezes. “América Fabril. Vai lá na América Fabril.” Aqueles fichários dos operários, tudo da América Fabril. E a gente tinha que conferir, checar aquele fichário ali. Vinha processo pra gente anexar aquelas fichas. Então tinha um carrinho, um banquinho assim, com roda, rodinha, a gente vivia sentado naquilo. Empurrava pra lá, a gente saía, bruum... Pegava lá no arquivo. Como era número e o chefe da minha seção era um cara caxias pra burro, a gente não podia ficar parado que ele ia lá e cá. O cara era meio viado, parece que era viado. Sei lá.

MC – Qual era o nome dele?

FL – Visconti, não sei o que Visconti. Ele tinha uma vozinha de falsete, me parece que era solteiro. Ele era, tinha toda a pinta. Mas era rigoroso pra burro. O cara era o chefe da coisa. E nós éramos dois estudantes. Um estudante de direito, que era de Belo Horizonte e eu que estudava medicina. O outro era Caroni. Eu não sei se é o mesmo que foi prefeito de Belo Horizonte. Eu não sei. Mas era Caroni, de Belo Horizonte. Deve ser mais ou menos da idade daquele cara que foi prefeito. Mas o Caroni era engraçado. Um cara de voz grossa, um moreninho assim. E a gente então levava o livro, abria o arquivo e botava o livro ali. Ficava estudando, sabe? Quando vinha o Visconti a gente fechava aquele arquivo, fechava com o livro e tudo e ia procurar outro arquivo, ficava nas fichas, pra tapear o Visconti, que não dava folga. Se pedisse pra ir a uma aula, eu não podia. Muitas aulas eu não freqüentava.

RG – O senhor perdeu muitos cursos?

FL – Perdi muito. Mas acontece que, em compensação, na faculdade havia muita facilidade. A gente não aparecia lá, um colega assinava a presença, e tava acabado, pronto.

JB – O importante era fazer os exames.

FL – O importante era fazer os exames.

RG – Mas o seu trabalho era em que horário, de manhã e de tarde?

FL – Não, do meio-dia às seis. Seis horas por dia.

RG – O trabalho. E a faculdade era que horário?

FL – Ah, tinha aula nesse horário. Tinha aula de manhã e de tarde, é. Tinha aula de manhã e de tarde. De manhã eu ia, mas de tarde não podia.

Data: 08/12/1986

Fita 4 - Lado A

MC – Dr. Laranja, na nossa primeira entrevista, o senhor tava no final falando um pouco da sua experiência no IAPI. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco mais desse período que o senhor ainda é... gostaria até que o senhor me precisasse. O senhor era agente administrativo, auxiliar administrativo, nesse período?

FL – Bom, conforme eu já disse na entrevista passada, quando eu cheguei aqui no Rio, havia sido recentemente criado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Havia sido organizado pelo dr. João Carlos Vital. E foi nomeado para presidi-lo o dr. Plínio Catanhede. Então aí abriam o concurso público para a admissão do funcionalismo, em todos os degraus, desde o servente até o técnico da administração. Funcionários mais graduados eram todos de concurso. Realmente foi, talvez, a primeira vez que uma instituição pública tivesse abolido, pode-se dizer, o critério do pistolão. Essa foi realmente a primeira instituição no Brasil que suprimiu completamente a influência do pistolão e abriu concurso público para todos os cargos que deveriam ser criados. Eu como estudante de medicina fiz concurso e felizmente passei para auxiliar administrativo. E fui chamado, em 1938, quando eu cursava o quarto ano de medicina. Bom, como era um expediente muito rigoroso, do meio-dia às seis, naturalmente aquele horário me prejudicava muito a frequência às aulas na faculdade. Em todo o caso, eu pude cursar quase todo o ano, quase todo o quarto ano, a quarta série da faculdade trabalhando. Trabalhava na seção de arquivos. Era o cadastro do operariado das fábricas, né? De forma que o meu trabalho se realizava ali, consulta aos arquivos para atender informações nos processos. Quando foi no final de 38, 39, já começo de 39, a sobrecarga sobre os serviços médicos, os poucos médicos de concurso que haviam sido admitidos já estavam um pouco sobrecarregados de trabalho. Então foi necessário admitir uns auxiliares para esses serviços médicos. Foi então que criaram a carreira de auxiliar técnico. Que era destinada aos médicos que eram funcionários comuns da administração. Mas havia muitos nessa condição. Não haviam prestado concurso pra médico, propriamente. Eram simplesmente funcionários administrativos. Havia uns 20 ou 30. E havia também estudantes de medicina. Então realizaram uma prova, nessa ocasião, o consultor organizador do serviço médico era o professor Fioravanti di Piero. Então organizaram um concurso interno, entre médicos e estudantes de medicina, para as funções de médicos-auxiliares que ajudariam aos médicos concursados a realizarem as perícias. Felizmente eu passei no concurso e fui designado para trabalhar em eletrocardiografia. Realizava os eletrocardiogramas e trabalhava no consultório de cardiologia, com o professor Magalhães Gomes. E esse fato de eu ter sido aproximado meramente pelo destino, ter sido aproximado do professor Magalhães Gomes, marcou minha carreira profissional. Eu então passei a desempenhar as minhas funções de eletrocardiografista, simplesmente técnico, né, juntamente com o professor Magalhães Gomes, que realizava os exames cardiológicos. Naquela época, o Instituto dos Industriários não proporcionava uma assistência médica, de forma que os médicos realizavam apenas perícias médicas para avaliar a capacidade de trabalho dos operários, do segurado. Mas essa perícia médica era realizada de uma maneira muito consciente, muito minuciosa, de forma que o médico preenchia uma observação clínica muito detalhada, não é, estabelecia um diagnóstico, pedia os exames complementares. Tudo isso de uma maneira muito tranqüila. Tanto é que no expediente diário do médico, ele examinava apenas seis doentes. Aqueles doentes ele simplesmente fazia a observação clínica, estabelecia o diagnóstico e avaliava a capacidade de trabalho desse segurado. Na minha condição, eu apenas tirava os

eletrocardiogramas. Tirava dez eletrocardiogramas por dia. E montava os traçados e dava pro professor Magalhães Gomes interpretar. Mas em pouco tempo, quer dizer, eu já tinha muita curiosidade e estudava muito eletrocardiografia. De foram que não se passaram mais que poucas semanas para que eu além de ter que fazer o eletrocardiograma, eu arriscava também um diagnóstico, uma interpretação do traçado e mostrava todo dia ao professor quando ele chegava. Ele simplesmente estava de acordo ou não e assinava os laudos, os laudos da eletrocardiografia. Bom, aquilo foi se desenvolvendo de tal maneira que eu também em pouco tempo passei a examinar os doentes dele, realizava também algumas observações clínicas. Tanto é que no fim do quinto ano, eu não só fazia os eletrocardiogramas, realizava os laudos de interpretação do eletrocardiograma, como também realizava as observações clínicas do professor Magalhães Gomes. E apenas destinava, nos casos duvidosos, ele vinha e conferia os diagnósticos e assim assinava o laudo. Era do meu interesse examinar o maior número de doentes possível. Com isso, nesses dois anos, quinto e sexto ano, 1939 e 1940, eu pude examinar um número considerável de doentes de cardiologia, que já vinham selecionados da clínica médica, já com o pedido de exame especializado. Portanto, já era um doente selecionado. Pra mim aquilo foi realmente... representou realmente todo o meu aprendizado, praticamente. Melhor que a própria faculdade. Eu nunca tive na faculdade uma oportunidade tão extraordinária como essa de contar com a assistência de um professor como o Magalhães Gomes e ao mesmo tempo dispor daquele material humano pra formar uma experiência extraordinária em matéria de diagnóstico cardiológico. Além disso, de manhã, eu freqüentava o hospital, desde o quarto ano, na cadeira de clínica médica, no Hospital Estácio de Sá, no serviço do professor Anis Dias. Trabalhei na enfermaria do Nilton Betler e Costa Couto. Aí então ficava de manhã, onde nós trabalhávamos na enfermaria, tratávamos de nossos doentes, e assim... assim eu fui té o final do curso... do curso médico.

MC – Dr. Laranja, o senhor poderia falar um pouco sobre o concurso para auxiliar técnico?

FL – Esse era um concurso interno, com provas, prova prática com o doente e prova teórica. Era um concurso interno, né? Era mais uma prova de habilitação do que propriamente um concurso de competição, não é?

MC – O senhor disse também que no período tinham 30, 40 médicos que eram funcionários...

FL – É, eram funcionários, administrativos. E aí passaram para a condição de médicos auxiliares. Então havia dois corpos de técnicos. Era o médico auxiliar e o médico concursado propriamente, que eram já pessoas gabaritadas, de alto gabarito. Tanto é que de cardiologia, os dois cardiologistas aqui no Rio eram o Magalhães Gomes e o Feijó, que eram os dois que se tornaram professores de Universidade do Brasil, que foram professores eméritos da Universidade do Brasil. Eles se aposentaram como professores eméritos. Por aí você vê o gabarito daqueles médicos que haviam sido admitidos por concurso. Havia vários docentes, eram pessoas de muito alto gabarito, não é?

MC – O concurso pra médico foi mais ou menos na mesma época que o de auxiliar técnico.

FL – É, 38, 39. É, pouco depois, né, pouco depois.

MC – E os dois foram organizados pelo dr. Fioravanti di Piero.

FL – É, Fioravanti. É, exatamente.

MC – Uma questão aqui. O senhor disse que o IAPI prestava perícia médica e não prestava assistência médica. Por que? Por que o IAPI não prestava assistência médica?

FL – É só perícia, porque era um instituto de aposentadoria e pensões, mas a atribuição era puramente previdenciária, não era assistencial naquela época. Quando criaram era com a finalidade de proporcionar auxílio-doença, auxílio-incapacidade e não tratamento, não é? Isso só veio mais tarde. Quer dizer, os institutos, inicialmente, eram assim. Eles achavam que o orçamento era previsto apenas para a parte previdenciária, não a parte assistencial, não é? Isso depois se ampliou, ampliaram-se as finalidades e aí é que então a questão da assistência médica, que dá um outro orçamento.

MC – Mas parece que naquele período já havia assistência médica em alguns outros institutos.

FL – Havia assistência médica. Algumas caixas de aposentadoria e pensões davam assistência médica também. Embora a maioria ambulatório, né? Mas...

MC – O senhor se lembra ou teve algum contato?

FL – A Caixa dos Empregados da Telefônica, por exemplo. A Telefônica tinha uma caixa de aposentadoria e pensões que dava assistência médica. Eu não me lembro se o Instituto dos Marítimos, parece que já dava assistência médica embora... Bancários também. É, eu acho que era só Marítimos e Bancários. Talvez IAPETEC, transportes e cargas. Eu não me lembro bem. Os comerciários ainda não davam, porque os comerciários só abriram concurso foi depois do IAPI; aí é que abriram concurso pra médicos, né? Foi depois do IAPI. O serviço médico dos comerciários começou depois, é. Inicialmente o IAPI era unicamente para auxílio-benefício, incapacidade.

MC – O senhor tava falando que o Instituto dos Marítimos, que dizer, a assistência médica do Instituto dos Marítimos, apesar... o senhor ia falar alguma coisa nesse sentido?

FL – Eu acho que era só ambulatório. É, acho que era só ambulatório. Acho que ainda não tinha hospital, não. Assistência hospital eu não sei qual é que a época; mesmo os comerciários eu acho que não dava. Eu acho que nenhum deles dava assistência hospitalar, era puramente assistência de ambulatório, é, ambulatorial.

MC – O senhor lembra de ter tido algum contato, ou enfim, sabido através de outros médicos dos serviços dessas caixas, do serviço médico dessas caixas?

FL – Mais ou menos eu conhecia, principalmente a Caixa dos Empregados da Telefônica. Eu a conhecia bem porque tinha um colega lá, o Aarão Benchimol, que era médico de lá. De forma que eu ia muito lá, conhecia bem.

MC – e era um bom serviço médico?

FL – Bom, era. Bom serviço também. O Aarão era cardiologista de lá, fazia o serviço de cardiologia, era um serviço bom.

MC – Na época que o senhor estava trabalhando como médico e como auxiliar do IAPI, quais eram as doenças mais frequentes entre os segurados?

FL – Bom, a grande massa de incapacitados era devido primeiro, hipertensão arterial; segundo, arterioesclerose; terceiro, cardiopatia reumática; quarto, lesões sífilíticas. Naquela época muito lesões sífilíticas de coração, da aorta. Eram essas quatro grandes causas. As quatro grandes causas eram essas: hipertensão, arterioesclerose, reumatismo e sífilis. Fora disso, cardiopatias congênitas, em crianças, que lá eram raras, não apareciam, né? Alguns adultos com cardiopatia congênita benigna, mas má-formações congênitas no adulto eram raras, nos operários, né? De forma que realmente as causas de incapacidade eram essas quatro grandes causas. Isto teve muita importância para a doença de Chagas porque, como eu tinha muita experiência, examinava centenas e centenas de operários, né? Quando eu vim pra examinar os primeiros casos da doença de Chagas, aquilo foi chocante em face do padrão de doenças que eu era acostumado diariamente a ver. Então foi muito fácil eu verificar que estava diante de uma outra condição. Que não era aquilo que eu estava acostumado a ver diariamente no IAPI. Isso me chamou logo a atenção, desde o primeiro doente que eu examinei em Chagas. Porque aquilo não devia ser a mesma coisa que ocorria no IAPI. Naquela época não havia essa migração de pessoas do campo pra cá. De forma que os operários, na maioria, eram nascidos, eram pessoas de cidade mesmo, não é? Um ou outro lá vinha do interior. Mas a maioria, a grande maioria era realmente daqui mesmo ou de outras cidades próximas ou vinha de cidade. O pessoal rural propriamente tinha condições relativamente boas, ou, aliás, eram tão ruins as condições que talvez não permitisse que eles migrassem, porque não havia estradas. Tanto é que diziam: “Olha, se abrirem muita estrada no Nordeste não sobra mais gente lá.” (ri) A verdade é que não havia quase essa migração do campo. As populações rurais eram mais ou menos conformadas e não eram muito insatisfeitas com a condição que eles tinham, não é?

MC – O senhor relatou algumas doenças que eram mais frequentes nessa parte que o senhor trabalhava, né, na parte de cardiologia.

FL – É, cardiologia. Tudo isso era cardiologia.

MC – Claro. Mas quais seriam as razões para que houvesse com frequência esses tipos de doenças entre os industriários?

FL – Doenças cardíacas? Bom, isso é coisa universal. As doenças cardíacas existem em todo mundo, não é? Essas doenças são doenças universais, eram doenças que existiam em todos os países, não é? Depois, com a evolução, a sífilis, por exemplo, praticamente foi desaparecendo; o reumatismo caiu enormemente. É muito raro hoje se ver lesões reumáticas em adultos, não é, quase são as lesões valvulares. Mas, em compensação, a hipertensão e arterioesclerose aumentaram muito, não é?

MC – Por que?

FL – Porque são doenças da civilização. Tanto aumentaram aqui como na Europa, em todos os países. Essas são as doenças chamadas da civilização. A hipertensão e a arterioesclerose hoje são as grandes causas de morte. O infarto e a hipertensão, o acidente vascular-cerebral, não é, são as doenças da civilização. Quer dizer, nós tínhamos esses fatores universais e mais tarde veio se verificar que também países latino-americanos, sul e centro americanos, tinham outros fatores propriamente... outros fatores causadores de cardiopatias que eram próprios desse

continente americano, principalmente sul e centro americano. Aí está a doença de Chagas. Bom, de forma que quando eu me formei, eu desempenhava essas funções. Em 1940, o professor Magalhães Gomes organizou um serviço especializado na Santa Casa. Naquela época eram raros os serviços de cardiologia propriamente. A cardiologia era exercida pelos clínicos. Não havia quase especialistas em cardiologia. Era o clínico, não é?

JB – Parece que o senhor atribui a especialidade de cardiologia ao IAPI.

FL – Ah, o primeiro concurso público que admitiu cardiologia foi o IAPI. Foi o primeiro que institucionalizou a cardiologia. Foi a primeira vez que criaram a especialidade da cardiologia, oficialmente, não é? Até então era tudo clínica médica. Alguns clínicos gostavam mais, pendiam mais pra parte de doenças do coração; outros mais para aparelho digestivo, mas tudo era clínica médica, não?

MC – E isso por causa da frequência que o segurados apresentavam, né?

FL – É. Então, nas causas de incapacidade temporária ou causas de invalidez, estavam em primeiro lugar as doenças cardíacas, no IAPI. Já começou por aí. Justificou a criação da especialidade porque realmente foi se verificar que nas causas clínicas, na medicina clínica, o mais freqüente eram as doenças cardiovasculares, não é, doenças cardiovasculares.

MC – Dr. Laranja, o senhor colocou anteriormente que a perícia médica era muito meticulosa, né?

FL – Minuciosa, é, muito minuciosa.

MC – O senhor acha que o instituto sempre teve uma avaliação real em relação aos segurados? Não sei se real é um termo muito forte. Mas não havia assim... muitas vezes as avaliações não seguiam de certa maneira critérios que não eram outros sem ser dos médicos?

FL – Não, não. Era estritamente critério médico. Tinha que escrever ali porque dava a... porque avaliava a incapacidade. Por que é transitória, seis meses, vamos dizer? Por que que ela é permanente? E o sujeito tinha que escrever ali na observação clínica. E o próprio diagnóstico justificava ou não. De forma que aquele documento era suscetível de uma análise por outro técnico. E realmente isso acontecia. Quando houvesse um recurso por exemplo, se você negasse um benefício e o segurado impetrasse um recurso, aquele documento ia ser analisado por um outro médico, um outro técnico, numa instância superior, digamos. Então teria que estar bem justificado, não é? Toda a conclusão do médico perito deveria estar bem justificada pelo diagnóstico, o prognóstico e a avaliação que ele fazia da capacidade de trabalho do segurado, não é?

MC – O senhor teve experiência direta com situações em que havia uma avaliação dos médicos, mas outras instâncias do Instituto negavam, barravam o benefício?

FL – Não, não havia isso não. Mesmo porque os médicos, os peritos eram de um tal gabarito que ninguém mais, não havia depois uma outra instância pra se contrapor àquele laudo.

MC – Ou atravessam o benefício...

FL – Não, não havia nada disso. Ou era ou não era. E aquilo corria muito naturalmente.

MC – Não havia reclamações por parte dos segurados?

FL – Não, não havia reclamações. Era muito raro. Não. Era muito raro isso tudo. Era muito difícil também. Ocasionalmente algum segurado, algum operário não se conformava da gente mandá-lo voltar ao trabalho. Não se conformava. Mas também ele não podia recorrer e tal na instância da Justiça do Trabalho.

MC – Mas se conformava com...

FL – ...com o laudo. Por exemplo, se eu desse alta pra um doente e ele achava que não podia trabalhar, então podia continuar, e era raro, isso mesmo era raro, os recursos assim. Aí é que então o Fioravanti é que deve dar um depoimento a vocês sobre a frequência desses recursos. Provavelmente é muito raro. Ia pra consultoria médica.

MC – Consultoria médica, né? Outra coisa que eu queria perguntar ao senhor, o seguinte: o senhor disse que os médicos eram de alto gabarito aqueles que tavam no corpo médico do IAPI. Que razão dessa qualidade?

FL – O concurso público. Era um concurso público. Quem quisesse fazer que fosse fazer.

MC – Me parece que o senhor falou...

FL – ...que até então havia concurso só pra faculdade, pra ser professor - concurso de docência e concurso pra catedrático, não é? Eram os únicos concursos que existiam. Aí depois, pela primeira vez, surgiu pra um exercício extra-universitário, não é? Foi o primeiro concurso extra-universitário. Então aquilo atraiu quase todo o pessoal da universidade, como era natural.

MC – Me parece que os institutos de previdência, nesse período, eles absorviam os melhores médicos.

FL – É. E depois o ordenado, o salário era muito alto. Ah, os salários eram muito altos.

JB – Comparativamente aos da faculdade eram mais altos?

FL – Não, o IAPI pagava muito mais, os salários eram muito altos. Eu não me lembro... Esses cálculos, quando a gente quer comparar com hoje, é sempre muito difícil porque esse cruzeiro³ é um troço tão instável, não é, que a gente nunca pode saber qual é o valor que existia antigamente... Mas eu me lembro que eu brincava, quando eu me aposentei, em 71, foi no governo Médici, me aposentei, eu digo: “Poxa, olha só - quando eu entrei como médico cardiologista, que passei pra cardiologista de concurso, eu ganhava o equivalente ao general de brigada - eu entrei como general de brigada e fui aposentado, 35 anos depois, como sargento”. Porque não sei, eles arranjam umas coisas nesse período, eu sei que eu era “*O do penacho*”, era lá em cima, uma situação privilegiada que tinham os médicos em carreira final. E ainda tinha... porque o IAPI começou dando biênios. Quer dizer, de dois em dois anos você tinha um aumento, eu não sei se era 5% ou 10% sobre o ordenado. Depois suprimiram o biênio, mas deixaram, transformaram em quinquênio. Tinha de cinco em cinco anos um adicional, um

³ A data da entrevista corresponde aos primeiros dez meses do Plano Cruzado.

percentual de aumento. Então aquilo dava... quando foi na aposentadoria em geral você se aposentava com dois salários, não é? Ia crescendo, crescendo que eu acho que muita gente no IAPI se aposentou com 80, 90% do salário, do ordenado. Aliás, naquela época era ordenado, não era CLT, era salário, era ordenado mesmo. Então, basta ver que o expediente eram seis doentes. Hoje, esses médicos do INAMPS aí tem uma fila de 150 doentes pra atender. Como é que podem esses rapazes se darem ao luxo de examinar um doente? Não pode, não é? Agora, naquela época, era perícia, então tinha que fazer uma observação clínica. Uma observação clínica escrita, bem feita, realmente demora 45 minutos. Pra o sujeito examinar um doente, ele demora 45 minutos, não é?

MC – E o senhor vê alguma relação entre esse primeiro momento da previdência em que os médicos são absorvidos, os grandes médicos, no caso das universidades, tinha acumulação de experiência, desenvolviam pesquisa na área médica?

FL – Não, não tem nada que ver a pesquisa na área médica. Primeiro que ainda há muito pouco, né? Na área clínica há muito pouca pesquisa. Mesmo hoje, né? A pesquisa praticamente, no Brasil, tem sido limitada a uma instituição no Rio de Janeiro. É o Oswaldo Cruz, que desde o começo já foi criado com essa finalidade, não é? Mesmo as universidades têm sempre tido muita dificuldade pra pesquisa, não é? Na própria Universidade do Brasil, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a área de pesquisa, propriamente, é na área básica, nas cadeiras básicas; quando surgiram esses institutos como o Instituto de Biofísica, do Carlos Chagas Filho, e o Instituto de Micrologia, não é? A pesquisa, mesmo nas universidades, é quase só na área básica. Na área clínica há muito pouca pesquisa, muito pouca. Ainda há muita dificuldade, mesmo hoje. Naquela época não se pensava muito. O médico era formado na universidade, recebia treinamento para fazer o atendimento do doente individual. Não havia também preocupação com saúde pública, não é, nas áreas clínicas. Completamente distanciadas...

Fita 4 - Lado B

JB – O senhor falou que sua experiência como auxiliar técnico com o dr. Magalhães Gomes foi muito mais enriquecedora do que o seu aprendizado na faculdade, né? E sobre a faculdade, como foram esses últimos dois anos de faculdade, que o senhor fez lá?

FL – Bom, na faculdade eu apenas satisfazia o requisito necessário para passar de ano. Fazia as aprovas, a frequência que eu pudesse, mínimo, não é? Mas na verdade o meu aprendizado era no IAPI e depois na Santa Casa ou de manhã no hospital lá. Inicialmente no Estácio, serviço do professor Anís Dias, e depois na Santa Casa, também com o Magalhães Gomes quando ele criou o serviço de cardiologia da Santa Casa. Aí eu estava já no sexto ano. Eu era doutorando. Aí né, quando ele criou o serviço, ele me convidou para ser o encarregado. Aí eu era já chefe do setor, eu era. Embora estudante ainda, doutorando, eu já era chefe, era chefe do setor dos eletrográficos, que incluía eletrocardiografia, fonocardiografia e pulsos. Tudo isso, era uma aparelhagem complicada. Naquela época a eletrocardiografia era um negócio que pouca gente sabia aquilo.

JB – Era recente, né. Tinha quantos anos assim de uso aqui no Brasil, isso?

FL – Era recente é. Bom, o método de eletrocardiograma estava ainda começando naquela época, né?

RG – Aqui ou no mundo inteiro?

FL – É, mesmo no mundo. É, pouca gente. Sabiam assim mais ou menos, mas era assim ainda uma ciência, a eletrofisiologia é uma ciência, era uma ciência que estava engatinhando ainda, né? De forma que era muito discutida. Mesmo na América você não encontrava grandes craques assim muito... em toda a parte, né? Na América, por exemplo, era pontificada a Escola de Michigan, onde tinha o Franco Wilson que foi o pai, praticamente, dessa moderna eletrocardiografia. E anteriormente, na Inglaterra que tinha o Thomas Louis, que vinha de Mackenzie, depois Louis, depois Wilson, nos Estados Unidos. Quer dizer, as idéias do Wilson ainda eram muito recentes. Mesmo nos Estados Unidos pouca gente sabia bem aquilo. Pouca gente sabia. De modo que a eletrocardiografia científica, propriamente, era ainda muito recente e a escola de Franco Wilson foi a que realmente deu o grande impulso daquela época pra cá, de 40 pra cá.

JB – Na faculdade, por exemplo, já se discutia isso na época?

FL – Não, na faculdade era muito elementar aquilo tudo. Era semiologia, a cadeira de semiologia era mais pra clínica assim, mas pouca coisa.

JB – Dr. Francisco, havia assim, por exemplo, entre os seus colegas, havia aqueles que no próprio curso universitário tinha a intenção de se dedicar à saúde pública? Carreira de saúde pública?

FL – Não, não conheço ninguém na minha turma que tivesse intenção. Nem se falava em saúde pública. Era curioso. Naquela época não havia nenhum interesse em problemas de saúde do povo. Era saúde do indivíduo, no consultório. Quer dizer, não se interessavam pela saúde, interessavam pela doença. A medicina era feita pra gente ganhar dinheiro com a doença.

RG – Não havia uma cadeira que falasse?

FL – Bom, havia uma cadeira que era de higiene. Mas essa cadeira era ministrada pelo Afrânio Peixoto, que foi exatamente o homem que combateu muito o Chagas. Dizia que o Chagas tinha inventado uma doença, né? Era uma coisa muito teórica aquilo. Era um poeta. Afrânio Peixoto era um poeta. De forma que não era uma coisa assim de se preocupar com problema de saúde pública, não é? Era um literato mais. A parte de higiene era dada de uma maneira que não encarava o problema de saúde pública. Por outro lado, havia uma cadeira de Medicina Tropical, doenças tropicais. Essa havia sido a cadeira do Chagas, não é? Eu não peguei ele, já tinha morrido.

JB – Quem sucedeu ele como titular dessa cadeira?

FL – Ele foi sucedido por Moreira da Fonseca. Era o professor Joaquim Moreira da Fonseca. É um que trabalhava com Miguel Couto. Era um professor muito bom, um homem muito bom, mas era um médico também, mas de saúde, não era um sanitarista, não.

JB – E não havia cadeiras que eram dadas aqui no Instituto? Cursos como...

FL – Não, não havia. Não havia ligação nenhuma do instituto com a universidade. A não ser a parasitologia, que dr. Olímpio da Fonseca era daqui. De forma que depois ele se afastou daqui,

ele era o catedrático de parasitologia na Praia Vermelha, na universidade. De forma que era... A ligação que havia com o pessoal daqui com a universidade era através do Olímpio da Fonseca, o Muniz, que era assistente do Olímpio, não é? Mas aquilo o pessoal não fazia curso. O curso de aplicação do instituto era mais feito para médicos do interior, secretaria de saúde do inteiro. Eles é que vinham fazer esse curso de aplicação do instituto, eram mais interessados; e principalmente o pessoal que fazia entomologia, essa coisa, não é? Mas o pessoal de clínica quase não.

JB – Interessante isso.

MC – Dr. Laranja, essa situação do senhor, no IAPI, de trabalhar no máximo seis pacientes por dia, o senhor tinha 45 minutos com cada paciente, isso não estimulou a parte de pesquisa mesmo?

FL – Bom, até que ponto eu não sei. Provavelmente... eu sei que eu, pessoalmente, eu gostava muito de examinar o doente. Procurava examinar o melhor que eu podia fazer. É natural, eu era estudante, tinha interesse naquilo e tinha curiosidade. Além disso eu tinha a responsabilidade de apresentar um diagnóstico quando o Magalhães chegasse e fosse examinar o doente... Eu tinha quem conferisse o meu diagnóstico. Isso é que foi a grande coisa. Eu tinha alguém pra conferir, de forma que eu nunca ficava com dúvida. Se eu tinha dúvida num doente, eu deixava o doente, esperava que o Magalhães examinasse, não é? Aí o professor olhava e dizia: “Tem isso, isso e isso.” Aí eu conferia no meu, tem a mesma coisa, não é? Eu já fazia o laudo pra ver se o dele conferia com o meu ou se o meu conferia com o dele. Sempre foi assim.

MC – E o senhor, nessa experiência que o senhor teve, né, como que as características gerais, sob os aspectos gerais...

FL – Porque na faculdade a experiência era diferente. Essa experiência de ambulatório a gente também não adquiria na faculdade. Isso é que é importante. Não adquiria porque a faculdade não tinha serviços ambulatoriais, era só serviço de enfermaria, ou na Santa Casa, no Estácio. E qual é outro? Moncorvo Filho, parece. Bom, era principalmente a Santa Casa. Mas como eram enfermarias, era um número limitado de doentes, não é, pra cada turma. Digamos, uma enfermaria, 30 doentes, na Santa Casa. Aquelas enfermarias grandes, né? E ali se repartiam quatro, cinco alunos em um doente. E aquele grupinho, às vezes, cuidava de dois, três doentes. Outro grupinho de aluno cuidava de outros, não é? Então era uma experiência diferente, porque aí era o acompanhamento diário do mesmo doente. Já no IAPI era ao contrário. Cada doente eu via uma vez, mas via dez por dia. Então era muito diversificado. Nas enfermarias eram minúcias. Você examinava os doentes, em minúcia, tinha os exames complementares todos, e eram aquelas discussões para ensino, tudo, e as aulas eram dadas com aqueles doentes. De forma que era um tipo de ensino particularizado naqueles doentes. De forma que a experiência ambulatorial, diagnóstico rápido assim, isso não se adquiria na faculdade. O sujeito mais tarde, na clínica particular, é que ia adquirir isso, em consultório, né? Mas...

MC – Como era essa experiência do senhor no IAPI com esses pacientes que tinha no dia-a-dia? O senhor se lembra de mais algumas coisas que estimularam o senhor em termos de interesse na sua especialização? Algumas doenças, em geral, que o senhor atendia?

FL – Naturalmente... a própria rotina. Vamos dizer assim, eu examinava, tirava os dez eletrocardiogramas, que era a minha tarefa, quer dizer, fazia dez laudos por dia e ainda

examinava os dez doentes do professor Magalhães Gomes. A obrigação do médico eram seis doentes. Os quatro restantes eram serviço extraordinário, ganhava 20 cruzeiros por dia... por doente! Quer dizer, além de um ordenado alto ainda tinha o serviço extraordinário. Porque pra não marcar consulta com muita antecedência, então ficava muito sobrecarregado, eles iam botando trabalho extraordinário. Por exemplo, quando o doente não podia se locomover, o instituto mandava médico em casa do doente fazer o laudo. E quem fazia esse serviço lá pro professor Magalhães era eu. Então, todo sábado eu pegava aquele pacote de exames, de requisições de exames, com os endereços, e um motorista, que conhecia bem esse subúrbio todo, me levava na casa dos doentes. Eu examinava, preenchia aquelas observações. Em geral, esses doentes que eram examinados a domicílio, eram doentes realmente incapacitados, que a gente dava logo a aposentadoria pra eles. Doentes com grande insuficiência cardíaca. De forma que ia uma vez, aposentava, pronto. Não perdia tempo. Mas eu me lembro que naquela época eu ia muito, eu nem sabia onde andava, o motorista é que sabia essa coisa, ia em Bangu, ia não sei aonde, eram campos por aí, longes, gado por aí e tal, a gente passava no meio do gado, aquelas estradinhas por ali, é. Hoje a gente vai pra esses subúrbios é gente assim, não é? Difícil você encontrar uma pessoa naquela área, eu me lembro, o motorista às vezes chegava numa rua, era uma casinha lá adiante, não tinha nome aquela rua, não tinha nada. Rua não sei o quê, tal, sem número, tinha que descobrir aquela casinha lá (ri) no morro; às vezes era um morro também. Mas... Bom, então aí me formei. Foi nesse ano. Quando eu me formei eu era o encarregado, era o assistente do Magalhães Gomes na faculdade, lá na Santa Casa, né, e era médico auxiliar, quer dizer, médico não, eu era auxiliar técnico, no IAPI.

RG – Dr. Laranja, mas em relação à faculdade, o senhor não teve curso assim que lhe deu alguma contribuição significativas? Até mesmo em outra área que não a sua, mas alguma coisa...

FL – Não. Nada. Não tinha doutorado, não tinha nada. Depois eu conto a vida universitária, eu conto depois, foi mais tarde um pouco. Aí eu me formei, continuei uns meses trabalhando naquela situação. Era Assistente do Magalhães lá na Santa Casa, na faculdade, eu era professor de propedêutica, propedêutica médica, naquela época era propedêutica médica. E já dava curso, já dava um curso na Santa Casa. E no IAPI eu era auxiliar técnico. Quando foi em outubro de 41, quer dizer, eu tinha 10 meses de formado, abriram o mesmo curso que tinham aberto aqui, em 39, abriram em São Paulo, concurso público pra várias especialidades, entre as quais cardiologia. Então aí eu fui lá fazer o concurso. Fiz o concurso. Fiz o concurso, foi um concurso apertado. Concurso público, imagina, na Universidade de São Paulo, e com esse concurso é que eu fui nomeado cardiologista do IAPI. Passei na condição de auxiliar médico, passei pra condição de cardiologista de concurso. Aí sim, aí já era a mesma situação do Magalhães Gomes e do Feijó.

RG – Mas era pra morar em São Paulo?

FL – Mas aí precisava aqui. Porque eram dois. Até isso me... a sorte. Era o Magalhães Gomes e o Feijó. Mas o Feijó estava junto com o Fioravanti na consultoria médica. Então tinha uma vaga para um cardiologista aqui. Então o Dr. Plínio me nomeou pra cá. Eu queria ficar aqui. Eu ia fazer pra título o concurso. Se tivesse que assumir em São Paulo, eu não ia pra lá, né. Mas por sorte tinha uma vaga aqui, aí então me nomearam pra cá. Fiquei cardiologista aqui.

RG – Mas mais ou menos o senhor já sabia que o senhor ia conseguir essa (INAUDÍVEL).

FL – Não sei se eu já sabia ou não, mas eu calculava que sim, não é. O concurso era válido pro Brasil inteiro, não é. O concurso era pro Brasil inteiro. Podia haver um candidato do Pará e fazer concurso lá em São Paulo. Depois ele podia ser nomeado pro Pará ou podia não ser. Dependendo do interesse do serviço.

MC – O concurso era centralizado em São Paulo, mas era nacional?

FL – Não. No caso era um concurso que qualquer indivíduo... era um concurso geral. Qualquer indivíduo podia fazer. Agora, a vaga que motivou a abertura daquele concurso era em São Paulo. Mas isso não quer dizer que o candidato tivesse o concurso válido só pra São Paulo. O concurso era válido pra o Brasil inteiro, desde que surgisse uma vaga em outro lugar, não é. Naquele momento estavam criando o serviço em São Paulo. Já tinham criado o do Rio. Iam criar o de São Paulo. Naquele momento, era São Paulo. Se criasse no Paraná, um candidato, que tivesse sido aprovado naquele concurso, serviria pra ser nomeado pro Paraná.

MC – Mas o senhor falou da Universidade de São Paulo. Eu não entendi essa relação que o senhor fez.

FL – É. O concurso foi lá na Universidade de São Paulo.

MC – Ah, foi lá na universidade. E o senhor se lembra assim, o senhor disse que o concurso foi duro. O senhor se lembra?

FL – Ah, eu apanhei muito. (ri) Porque eu era muito garoto, né, era um menino, 10 meses só de formado. E discuti com a banca, a banca era presidida pelo professor da Universidade de São Paulo, que era muito agressivo, Jairo Ramos, professor Jairo Ramos, era um homem muito desaforado, sabe. (rindo) Aí discuti lá com ele, inventei de discutir, aí pronto, foi um tal de... (ri) Bom. Essas coisas que acontecem, né.

MC – Apareceu o homem de São Borja, lá né.

FL – É. Também isso. É. (rindo) Porque eu era de São Borja, os paulistas não gostavam. Pensavam que eu era empistolado. E todo mundo tinha pavor disso, não é.

MC – A aí o senhor ficou como cardiologista no IAPI.

FL – Aí, é, fiquei na situação de cardiologista de concurso do IAPI. E me aposentei assim.

JB – Isso foi em 41?

FL – 41, outubro de 41.

RG – Foi nessa época que o senhor disse que tinha ordenado de general. Com esse concurso o senhor tinha assim um salário excelente pra época.

FL – É. Tinha. E pra um garoto recém-formado, solteiro, né, então eram umas condições excepcionais, realmente eram condições muito boas. Bom, eu tinha uma situação, pessoalmente, também tinha uma situação muito boa porque o fato de ter conseguido logo ali um emprego dessa ordem, como médico recém formado, não era tão difícil de encontrar outro

emprego, eu acho. Mas também não era fácil porque a maioria do pessoal se formava, ia pro interior, a maioria do pessoal acabava a faculdade e ia pro interior, porque eram muitos estudantes do interior que vinha se formar aqui. Mas de qualquer forma era realmente uma situação excepcional aquela. Como aconteceu, no ano seguinte, com o IAPC⁴ também. Os Comerciais também abriram concurso e os médicos entraram com um padrão muito alto. Carvalho Azevedo, o Kaplan, esses entraram pro IAPC, não é. Entraram depois, no ano seguinte. Bom. Agora...

MC – Só uma pergunta sobre ainda o início do trabalho no IAPI. Como é que era a relação médico-paciente nesse tempo?

FL – Bom, a relação médico-paciente existe quando o médico trata do doente. Quando o doente é apenas um objeto de avaliação pericial, não há praticamente relação médico-paciente, é evidente, não é. Porque eu recebo o sujeito... O problema era tratá-lo bem, não deixar esperar muito, ele tinha hora marcada, mas esperava, né. Então ele ia ali, a enfermeira mandava entrar, o auxiliar ali, o *boy*, mandava entrar, tira o casaco, deita aí, examinava, tal, até logo, tá bem. Ele ia pra casa e depois é que recebia o aviso do Instituto que o benefício dele tinha sido concedido assim, assim. Então não existia essa relação médico-paciente. Quando a gente se interessava pelo doente, aí, que nós já tínhamos o serviço na Santa Casa, aí nós rebocávamos. Dava um papelzinho, no outro dia vá me procurar na Santa Casa que nós vamos te tratar, vamos te dar remédio lá, assim, assim. Aí já era outra coisa.

JB – Mas isso era uma iniciativa espontânea do próprio médico.

FL – É. Mas a maioria dos doentes, que abasteciam o ambulatório da Santa Casa, eram de lá do IAPI. A gente dava um bilhetinho, eles iam se tratar lá.

JB – E era o único lugar assim onde, por exemplo essas cardiopatias podiam ser tratadas?

FL – É. Era o único. O primeiro foi esse, é, o serviço da Santa Casa, é.

RG – O senhor ainda ficou na Santa Casa depois que fez o concurso?

FL – Fiquei. Continuei. Desde antes do concurso. Desde antes de me formar eu já era de lá. E continuei depois.

MC – Como médico do IAPI, o senhor não se lembra assim se havia discussões, na época, entre os médicos do IAPI no sentido de criar a assistência médica dentro do Instituto?

FL – Não. Não.

MC – Nesse período o senhor não se lembra assim de haver essa discussão. Nesse sentido de até poxa...

FL – Não. Não havia. Isso era um problema de administração, não era dos médicos não. Os médicos ali chegavam, examinavam o doente, depois iam embora, tá acabado, não tomavam conhecimento do resto. Não, não tinha nada de se meter na área de administração nem nada.

⁴ Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais.

MC – Era muito clara a relação, essa separação...

FL – É. Cada um na sua. Cada macaco no seu galho, está acabado. Porque o IAPI era muito bem organizado, muito sério. Não, uma administração muito séria. De forma que a gente não se preocupava nem com promoção nem nada. Lá um belo dia pegava o contracheque: “Ih! Olha, fui promovido!”. Era um negócio assim. Cada um tinha os seus direitos, sabia que aqueles direitos eram respeitados e nunca havia problema. “Ah, eu não fui promovido, fulano, ele não foi promovido, beltrano foi!”. Não tinha nada disso. O negócio era batata. Ou então ficar pensando: “Ah, entrou um por pistolão, eu fiz concurso, não me chamaram e agora entra de pistolão”. Não tinha nada disso. Chamavam rigorosamente na ordem e tá acabado.

JB – Dr. Francisco, aí o senhor tá formado, concursado no IAPI, mantém essas atividades na Santa Casa e aí, não sei se o Marcos já esgotou o... Vamos em direção a Bambuí?

FL – Não, peraí, isso vem depois. Cada coisa vem na sua época. Ainda tem... Nós chegamos lá.

FL – Agora chegamos lá. Bambuí é outra coisa. Nesse período... Deixa eu ir me lembrando assim, porque é tanta coisa....

RG – Nessa época... Bom, o senhor fez concurso, mas conseguiu ficar no Rio, não é, e mudou alguma coisa na sua rotina, não?

FL – Eu não lembro daquela época. Continuei fazendo a mesma coisa que eu fazia antes, só que agora oficialmente. Antes eu preenchia, examinava os doentes clandestinamente, né. Agora eu passei a assinar o laudo.

RG – O senhor estava ainda aprendendo, não é, e agora o senhor já tinha assim formalmente essa condição. E na Santa Casa, que era um serviço de outra ordem, era vinculada a alguma outra instituição ou a Santa Casa era autônoma? Porque tem um vínculo, hoje em dia, muito estreito ente a Santa Casa e a Universidade do Brasil.

FL – Não. Era só a Santa Casa. Não. A Santa Casa era o hospital da Universidade do Brasil, não tinha Fundão, era a Santa Casa. Todos os professores tinham enfermaria na Santa Casa, é. A Universidade dava a série de cursos clínicos, as cadeiras clínicas, tudo na Santa Casa. E também o Moncorvo Filho, não é. Era o Moncorvo naquela época? Ali no Estácio, aquele que é hoje da Polícia Militar. É, Moncorvo é aquele outro, esse vem depois. Naquele do Estácio, no tempo do Anísio Dias, ali que era da universidade também.

RG – Mas era da Universidade do Brasil?

FL – Era da Universidade do Brasil. Ali era o hospital... como é que se chamava? Eu não sei se era o Hospital Estácio.

JB – É o hospital Estácio de Sá.

FL – Era o hospital Estácio de Sá, não é. Era o Anísio Dias, em clínica, o Castro Araújo, em cirurgia. Eram dois serviços da Universidade. Parece que tinha Ortopedia e Traumatologia

também. Barbosa Viana, parece que era ali. Em todo o caso, era o hospital da Universidade. Era o Hospital Estácio de Sá.

RG – Então, quer dizer que na Santa Casa o senhor tava ligado ao seu professor, originalmente seu professor. E depois que o senhor se formou, o senhor ficou ganhando?

FL – Não.

RG – Não? O senhor não teve nenhum vínculo empregatício?

FL – Não. Não. O sujeito era assistente, mas não ganhava. (ri)

RG – Era assistente do professor, mas não tinha nenhum vínculo profissional?

FL – Não. Não tinha não.

RG – Era uma coisa que dava muito prestígio, não é?

FL – Dava prestígio, é.

RG – Dava assim... Bom, a pessoa aprendia também muito, né.

FL – Estudante, todo mundo trabalhava de graça. Todo mundo trabalhava de graça, não havia esse negócio de trabalhar pago.

RG – Como estudante, mas depois de formado...

FL – Não, mesmo formado. Os médicos tudo trabalhavam de graça lá. É. Só os assistentes contratados mesmos, esses, eles ganhavam. Mas eram muito poucos. Duas ou três vagas em cada cadeira. Era uma miserinha. Mas ninguém se importava. A maioria era assistente, não é, sem ganhar nada, assistente voluntário, digamos assim.

RG – Naquela entrevista que o senhor deu pra aquele pessoal daqui mesmo, não é, naquele outro contexto, uma entrevista relativamente curta, aí o senhor falou de alguns cursos que o senhor fez em São Paulo, né. Eu acho que isso foi nessa época, não foi não?

FL – Bom. Isso agora vem depois. Vem depois. Vamos chegar lá. Nós ainda tamos em 40, 41, por aí. Na hora que eu formei, ainda estou naquele período que nós estamos organizando o serviço de cardiologia da Santa Casa, com o Magalhães, não é. – Vamos esperar o Marcos. Não está gravando, está?

JB – Tá gravando.

FL – Ah, está! Bom, eu devo dizer o seguinte: o serviço do IAPI, o Serviço de Cardiologia, a parte de eletrocardiografia era tão bem equipada que era melhor que a Universidade. O Dr. Plínio comprou um aparelho, um eletrocardiógrafo de 3 canais, com fono, que era o máximo. Existia, eu acho que o único aqui no Rio. Era o que eu mexia com ele.

RG – Dr. Plínio, ele era de que área? Ele era diretor, mas ele era...

FL – Não, ele era presidente do IAPI. Plínio Catanhede, esse engenheiro. Que é vivo ainda.

RG – Pois é. Isso é que eu ia dizer. Ele não era médico.

FL – Não. Ele é engenheiro. Mas eles compraram, equiparam, a eletrocardiografia do IAPI era melhor do que o próprio serviço da Santa Casa, nessa ocasião, e melhor que de qualquer serviço de cardiologia aqui do Rio. É. Então, aquilo me permitiu não só fazer a eletrocardiografia para o segurado do IAPI como também dava uma grande colaboração à Universidade. Por exemplo, um caso típico é esse do Aarão Benchimol. O Aarão ia fazer tese pra docência. A tese dele foi feita lá no IAPI, com material do IAPI, no aparelho do IAPI. Quer dizer, o IAPI tinha um serviço muito bem organizado. Bom, e além disso, como era um material muito abundante, um número imenso de doentes, a maior estatística de cardiologia aqui do Rio, daquilo ali, dali a gente tirava material pra dar curso de todo o jeito na Universidade. Os cursos eram dali, o material. E...

RG – Era vocês que davam os cursos, não era?

FL – Nós dávamos cursos, é. Aí o Magalhães começou a dar curso de cardiologia na Santa Casa, curso de especialização e eu tomava parte sempre nos cursos. Na Universidade, propriamente, eu nunca fui, eu nunca fiz concurso pra docência, porque eu não queria seguir a carreira de magistério, eu não queria seguir o magistério.

RG – Por quê? Não tinha prazer?

FL – Não gostava. Não tinha não. Mas é uma coisa curiosa, por exemplo, eu funcionei em banca examinadora para concurso de docência, na universidade. E eu, sem ser docente, era chamado para examinar docente. Funcionei uma vez numa banca com o Capriglione Feijó, pra examinar a tese. Examinar o concurso de um candidato a docente, estava fazendo prova pra docência.

RG – O senhor tinha muita experiência, né.

FL – E eles aceitavam perfeitamente, achavam a coisa mais natural aquilo.

RG – É. O senhor tinha o chamado “notório saber”, não é. É a pessoa que mesmo fora da carreira tem essa experiência imensa.

FL – “Notório saber”, é. Foi nessa ocasião, 1942, é que o Dante Pazanezzi, de São Paulo, que é o que deu o nome a esse Instituto do Coração, lá - Instituto Dante Pazanezzi - trouxe de Michigan esse Dr. Franco Wilson, professor Wilson, pra dar um curso, um curso de eletrocardiografia superior. E deu lá em São Paulo, na Escola Paulista de Medicina. Eu tenho até esse diploma aí. E daqui do Rio o Magalhães Gomes foi, fez o curso, eu fui, e outros foram, não é. Eram poucos médicos. Tinha um curso muito bom de eletrocardiografia. Aí então fiquei muito... Assimilei bem aquelas idéias, estava muito preparado pra receber aquele curso, estava bem preparado pra receber o curso, de forma que eu aproveitei muitíssimo. Bom. Aí vem 1943. Nós estávamos dando um curso de cardiologia, na Santa Casa. Eu tinha até o programa. Quase a metade do curso era dado por mim. Toda a parte de eletrografia e fono. Mas muita gente dava curso. Magalhães...

JB – Só um parentezinho, Dr. Francisco, esses cursos...

Fita 5 – Lado A

JB – Eu perguntei ao Dr. Laranja se os cursos aos quais ele estava se referindo eram os primeiros cursos de cardiologia que estavam no Rio.

FL – É, primeiros de cardiologia, é. Foi em 1943. Foi em agosto de 43. Bom. Nessa época então minha vida era de manhã na enfermaria, depois do almoço ia no IAPI, fazia o expediente e ainda tinha o consultório particular. Eu já tinha instalado um consultório particular. Naquela época, a gente instalava consultório logo na Cinelândia, por ali, no centro da cidade e tinha doente com hora marcada, consulta cara, tudo isso podia fazer. Principalmente em cardiologia que era uma especialidade muito nova, né. Havia pouquíssimos cardiologistas aqui.

MC – E era doença de rico também, né.

FL – Era doença de rico, é. A maioria desses velhos ricos morria tudo do coração, é. (ri) De forma que era uma especialidade granfina mesmo. Bom. Eu tava muito bem lá na clínica. Já tinha uma clínica muito boa mesmo. E depois os colegas mandavam, não é. Os clínicos, quando tinha qualquer problema no coração, mandavam: “vai lá pra fulano”. Porque sabe como é que é, ninguém queria assumir a responsabilidade com um doente do coração que era meio misterioso, aquele troço de coração era como uma coisa meio misteriosa, né. Às vezes, sem esperar o doente morria. E era chato pro médico aquilo, pro clínico. Então de forma que os médicos mandavam muito, pediam muito a opinião do cardiologista, dos poucos cardiologistas que existiam na época. Nessa ocasião, no curso de cardiologia na Santa Casa, agosto de 43, entre os ouvintes estavam - os assistentes do curso que estavam fazendo o curso - estava o Emanuel Dias, que era aqui de Manguinhos. O Emanuel já era um homem muito conhecido como um protozoologista de renome internacional, já tinha trabalhado com Dr. Chagas. Tinha feito tese sobre o *Trypanosoma cruzi*, esquizotripano cruzi, esquizotripano não é. Bom. Depois que Dr. Chagas morreu, que o Evandro morreu, o Emanuel, que era homem de laboratório, tinha sido designado pelo Dr. Aragão pra organizar um posto em Bambuí. Eles haviam descoberto uns casos lá. O Amílcar Vianna Martins havia descoberto uns casos agudos de doença de Chagas em Bambuí com os médicos lá de Bambuí. O médico da cidade tinha diagnosticado uns casos agudos lá. Então se sabia que ali era uma zona endêmica de Chagas.

RG – Foi por acaso? O quê que o Amílcar fazia lá? Já existia alguma coisa da Fundação lá?

FL – Eu nem sei bem como é que eles chegaram. Eu acho que foi meio por acaso, o primeiro caso. O primeiro deve ter sido por acaso. Depois foram procurar em outros que apresentavam um quadro meio semelhante, crianças, não é, e naturalmente encontraram. Eu sei que reuniram vários casos agudos lá em Bambuí. O fato é que como na guerra tinham empregado muito inseticidas, tinham feito grandes progressos na química de inseticidas, o Emanuel foi dirigir esse posto de Bambuí principalmente para estudar inseticidas. Era um posto que se destinava principalmente a isso. E com aquela oportunidade de treinar, fazer um pouco de clínica, cardiologia, ele que tinha acompanhado os trabalhos do Dr. Chagas e do Evandro, ele foi, se inscreveu no curso pra aprender cardiologia. Quando acabou o curso ele foi no consultório, eu tinha consultório na Senador Dantas, e me deu notícias, me explicou a história do posto de Bambuí, me disse o quê que era. Na faculdade, a gente aprendia que tinha um tal de *Trypanosoma cruzi*, via no microscópio, na cadeira de parasitologia, mas nunca tinha visto nenhum caso de doença de Chagas, não se falava em doença de Chagas nem nada. Era uma

época que quase ninguém falava em doença de Chagas, ninguém sabia, ninguém tinha visto um caso. Era a tal doença que existe, mas ninguém viu. Nunca eu havia falado com uma pessoa que tivesse visto um caso de Chagas. Alguns tinham visto casos com o próprio Dr. Chagas, mas depois aquilo também caiu meio num descrédito tão grande, que ninguém falava em Chagas, não é.

RG – Só um parênteses, talvez um pouco largo, mas por quê que caiu em descrédito? Como é, o senhor pode falar um pouco dessa história?

FL – Isso é um problema muito complexo. Inclusive no meu trabalho aí tem mais ou menos a discussão, as razões. Aí estenderia muito a entrevista, se eu fosse explicar porque que era tão desacreditado. Eu vou tentar resumir. Esse é um problema muito complicado. O que aconteceu foi o seguinte: o Dr. Chagas descreveu, descobriu a doença numa região do interior em que havia uma patologia muito complicada, muito complexa. Muitas doenças infecciosas e parasitárias junto, ali, era uma patologia realmente muito intrincada. E além disso, a própria doença de Chagas, é uma doença extremamente complicada. Então, aconteceu que ele descreveu a doença na fase aguda, não houve problema nenhum, nunca foi contestada. Isso é que é importante. Dizem: “Ah, negaram a própria existência da doença de Chagas.” Não. Nunca, ninguém negou que existia a doença aguda. O que foi contestado eram as formas crônicas. Por que razão? Pelo seguinte. Porque não havia possibilidade de se negar a forma aguda. Ah, ali a criança com febre e tal, examinava o sangue no microscópio, via o *Trypanosoma cruzi*. Então ninguém podia contestar aquilo. Porque o agente etiológico, o agente causador da doença era demonstrável. Mas o mesmo já não acontecia na fase crônica. Passados uns 3, 4 meses, ou até menos, depois da fase aguda já não se encontra mais o *trypanosoma* no sangue. E passados alguns anos já não se encontra nem na autópsia, no corte de tecido. Então essas formas crônicas é que foram contestadas. Mas dentre essas várias formas crônicas, ele descreveu várias formas, formas endócrinas, com bócio, cretinismo, formas nervosas, formas cardíacas. Tudo isso ele descreveu, várias formas. Mas dentre essas várias formas crônicas, o bócio endêmico é que foi motivo de muito descrédito porque se demonstrou que o bócio existia em áreas onde não existia o *trypanosoma*. Então não era ligado ao *trypanosoma*. Foi demonstrado isso.

RG – De fato não era?

FL – Que o bócio não tinha nada que ver com a doença de Chagas. E foi descrito pelo Dr. Chagas como uma das formas crônicas da doença.

JB – Dr. Francisco, essa demonstração ocorreu quando?

FL – Isso foi no período entre 1909, que ele descobriu a doença, até 1925, por aí, 1930, ainda existia.

JB – Eu pergunto isso pelo seguinte. Porque lendo os relatórios do Instituto aqui dos anos 30, final dos anos 30, a gente ainda encontra discussão a respeito disso.

FL – A discussão. Não. Essa discussão veio até 45. Ah, só acabou essa discussão em 45, praticamente. Depois nós vamos ver isso. Mas nessa época se discutia muito ainda. Mas bem. Então, pelo fato de não se conseguir demonstrar o parasito e pelo fato de haver essas discordâncias todas nas formas crônicas, caiu muito a importância da doença. Mesmo porque

os casos agudos eram muito raros. Era muito difícil um médico, mesmo nas zonas endêmicas, encontrar um caso agudo de Chagas. Tanto é que os casos de literatura, os que foram publicados, são contados, são caso que publicavam um por um. Surgiram os trabalhos de Mazza, nesse período, 1925 em diante, 30, que encontrou muitos casos agudos. Casos indiscutíveis, portanto, casos agudos, mas eram publicados assim um por um. No final de 20 anos de trabalho, o Mazza conseguiu reunir mil casos agudos. De modo que aquilo era muito trabalhoso pra formar uma casuística volumosa, com casos agudos, depende de muitos anos em zona endêmica, não é. Bom. Então, a forma aguda, nunca foi contestada. Não se contestava. O que se contestava então era realmente a importância da doença. Se eram tão raros os casos, que diabo, que importância pode ter essa doença que ninguém vê. Aí é que vem a história. É uma doença que ninguém viu. Existe, mas ninguém viu. E sabe como é que é. Daí exageram, vem a malícia, tudo aquilo, vem outros fatores. A coisa na Academia, discussões assim.

RG – Questões políticas provavelmente também, né?

FL – Hein?

RG – Questões políticas em relação ao Chagas, que ele era diretor do departamento.

FL – É, com o Chagas. É. Muita coisa disso. É. Enfim, muitos fatores. Aí entram outros fatores extra-científicos, não é?

RG – É. O senhor ainda pegou essa discussão, na sua época?

FL – Não. Praticamente não. Quando eu comecei a estudar a doença, na década de 40, o que havia era descrença só, mas não havia essa discussão, que já tinha acabado, praticamente. Com a morte do Chagas foram esquecendo aquilo. Mas bem.

RG – A doença que ninguém viu. Foi nessa...

FL – É. Então a razão era essa. A razão porque a doença parecia ser muito rara é porque só buscavam, procuravam os casos agudos. Era uma questão de orientação da pesquisa. E os pesquisadores interessados em Chagas eram os parasitologistas, não é. Aí é que é. Era o período parasitológico da doença. Esse foi o período parasitológico. Para que se demonstre que o doente tem doença de Chagas é preciso que se demonstre o parasito nele. Então era um período parasitológico. Como nos casos crônicos não se encontrava os parasitos, os parasitologistas não se interessavam pelos casos crônicos. E que eram casos complicados, não é, então já era da área do domínio clínico e não do domínio parasitológico. Aí é que veio Bambuí mais tarde. Aí é que está, que se compreende qual foi o papel de Bambuí. Bambuí tirou a doença do período parasitológico e passou pro período clínico-imunológico.

RG – O senhor estava falando naquele momento que eu interrompi sobre essa história do que o Emanuel Dias era seu aluno. Que dizer que o senhor ia contar isso direito.

FL – É. Vamos voltar. Eu estou dando uma deixa só. Mas isso vem mais tarde. Bem, então o Emanuel foi no consultório e me contou essa história de Chagas, tudo isso não é, e eu me interessei. Digo: “Ah, tá bem. você traz uns doentes de lá.” Ele já tinha começado a fazer xenodiagnóstico.

JB – O quê que é xenodiagnóstico?

FL – Bota o barbeiro criado no laboratório, seguramente não infectado, não é, barbeiro criado no laboratório, sempre se alimentando de sangue não infectado. Então não tem perigo nenhum. Bota a sugar. Ele suga o sangue do doente. E depois se o doente é infectado, se ele suga algum parasito, o parasito se reproduz no intestino do barbeiro e a gente 30, 45 dias, 60 dias depois espreme o abdômen do barbeiro, as dejeções são examinadas no microscópio. E aí a gente encontra o *Trypanosoma*. Então é um método indireto. Em vez que ir diretamente a gota de sangue no microscópio, vai através do intestino do barbeiro e faz uma demonstração indireta do parasito, mas é uma demonstração muito segura, muito convincente.

RG – Qual é a vantagem desse método sobre o outro? Se fosse direto do sangue do paciente...

FL – Não. Direto só nos casos agudos. É. Porque o número de tripanossomas na fase aguda é muito grande então aparece numa gotinha. Mas na fase crônica são muito raros os parasitos no sangue. Só com o enriquecimento, naturalmente no intestino do barbeiro, através da multiplicação, é que ele vai ser demonstrável. Então Emanuel já tinha umas 30 pessoas que tinham o xeno positivo, lá em Bambuí. Então era um doente seguramente infectado pelo barbeiro. Se tinha a doença propriamente ou não, isso ele não sabia, não é, que seria a doença crônica. Ainda não tinha casos agudos. A doença crônica é que tinha que se estudada. O quê esses doentes apresentariam do ponto de vista clínico.

JB – Essa era uma das preocupações fundamentais da experiência de Bambuí?

FL – Era.

JB – Era incursionar por esse domínio do...

FL – Não era propriamente. Isso foi acidental. Foi secundário. Foi, como é que se chama? É um subproduto. É. Se tornou depois o produto máximo, não é. Inicialmente era o inseticida a preocupação de Bambuí. Era estudar o inseticida.

JB – Isso... Eu não quero truncar a sua exposição, mas isso é inclusive um ponto que me chamou muito a atenção lendo os relatórios da época do Henrique Aragão, quer dizer, havia uma preocupação de estudo, não é, de investigação sobre a doença, de criar um posto experimental de estudo e havia uma preocupação de testar uma forma profilática da doença.

FL – É, o inseticida.

JB – E que me parece que não deu, não sei se seria viável, praticável em larga escala nesse período.

FL – Sim. Ah, exatamente. A preocupação fundamental, inicial do posto de Bambuí foi estudar uma forma de profilaxia. Porque independente do questionamento clínico da doença em si, o que era indiscutível é que as cafuas, esses milhões de cafuas que existem no interior, eram extremamente ricas em barbeiros infectados. Então, mesmo que a gente não soubesse, se continuasse naquele estágio de discussão sobre o que os moradores daquelas cafuas pudessem apresentar, faria a profilaxia, mataria os barbeiros porque era apenas higiene daquelas casas. Aí a razão de ser de estudar primariamente o inseticida, a profilaxia. A gente talvez não soubesse

bem o quê que ia ser objeto de profilaxia. Esse objeto seria discutível, já que eram discutíveis as formas crônicas da doença. Mas independente disso, a aplicação dos inseticidas se desse resultado, seria um grande benefício para as populações rurais.

RG – Era conta o barbeiro ou era insetos em geral? (INAUDÍVEL)

FL – Contra o barbeiro. Contra o barbeiro. Bom. Então o Emanuel trouxe uns doentes um grupo de doentes e botou aqui no hospital. Eu vim um dia examinar e entre esses doentes tinha dois que me chamaram muito a atenção, foram os que mais me chamaram a atenção, que eu examinei, uma enorme cardiopatia, não é, completamente diferente de tudo o que eu tinha naqueles 4 ou 5 anos que eu já tinha examinado mais de 5 ou 6 mil casos no IAPI, na Santa Casa, não é. Completamente diferente de tudo aquilo que eu tinha visto. Eu digo: “O quê que é isso? Isso eu não sei. Mas que não é o que eu estou acostumado a ver aqui, essas doenças cardíacas comuns, não é. É diferente.” E aí é que eu me interessei. Começamos a estudar, eu fui a Bambuí. – Aí depois eu conto mais tarde. – Mas foi assim. Foi o Emanuel, assistindo o curso, e depois me procurou e eu me interessei pra estudar a doença. Bom. Deixa eu ver o que mais que tem.

JB – Dr. Francisco, eu sei o que o senhor é uma pessoa cartesiana na maneira de organizar os eu pensamento, mas que tal se a gente continuasse com esse lado de Bambuí e depois retomasse a sua história?

FL – Bom. Eu acho que já chegamos a Bambuí, agora. Eu acho que realmente, daqui em diante, o que importa é Bambuí. É... Deixa ver se eu me lembro alguma coisa que tenha...

RG – Quando o senhor começou a ter contato com essa nova doença, que o senhor sabia que era uma coisa diferente, foi assim uma coisa que o apaixonou? O senhor realmente ficou envolvido com isso e foi num crescendo e foi largando as outras coisas? Como é que é? Foi isso que aconteceu?

FL – Ah, claro. É. Exatamente. Eu realmente... eu não sei porquê, eu era romântico nessa atividade compreendeu. Eu fazia porque gostava.

RG – Era diferente do resto da sua conduta? Foi uma coisa que até o surpreendeu? Que dizer, a relação que o senhor teve.

FL – Não. Ao contrário. Era muito coerente com toda a minha conduta. Porque eu sempre fiz as coisas por gostar. Ah, eu nunca fiz nada por obrigação ou por conveniência. Eu fazia porque eu gostava daquilo. E a prova é que com o decorrer do tempo e com o desenvolvimento dos estudos, eu abandonei praticamente a clínica, que era rendosa pra burro. Porque hoje não acontecia com esses rapazes, não aconteceria. Hoje todo mundo procura primeiro isso, hoje todo mundo está atrás é disso. Mas aquela época, a mentalidade dos médicos mesmo, não havia essa dificuldade de vida, então eu acho que a gente podia se dar ao luxo de fazer as coisas com amor, com prazer, não é. Eu acho que hoje já não há mais quase isso, essa coisa. Há mais a conveniência, procurar subir na vida. Não, a gente não tinha preocupação de nada disso. Eu vim trabalhar aqui de graça! Era um rapaz, médico recém-formado, morando em Copacabana. Ora, sabe lá o que é isso? Dormir aqui num domingo, num sábado. Ficar até meia-noite aí e comer no botequim do Cláudio, ali. Mas não é pra rapaz de hoje. Não é mesmo?

RG – O senhor ficava aqui porque não tinha como voltar?

FL – Não! Eu tinha carro. Pô. Eu era granfino já. Pois eu ganhava pra burro, ganhava bem. É. Mas porque gostava. Ficava até tarde da noite aí com o Emanuel estudando. Não tinha assalto, não tinha a preocupação de nada disso, não é. A gente trabalhava dia e noite, sábado, domingo, feriado. Não tinha esse negócio não. Não tinha isso não.

JB – Dr. Emanuel! Então...

RG – Não, Dr. Emanuel é o outro.

JB – Dr. Francisco. O senhor veio, examinou os casos que lhe chamaram a atenção.

FL – Aí me interessei muito. Aí resolvi ir a Bambuí. Eu digo: “Eu vou-me lá.”

JB – Como era. Quer dizer, como foi a viagem? O quê que era Bambuí nessa ocasião? O quê que se fazia?

FL – Lá já tinha o posto, né. O Emanuel já tinha uns auxiliares e tinha um posto lá. Comia na pensão, ali tinha uma pensãozinha na Praça e ele morava, praticamente passava temporada lá, meses lá. Então aí eu resolvi ir. Mas entusiasmei tanto o Magalhães que ele foi comigo. Aí o Magalhães Gomes resolveu ir comigo. Fomos juntos à Bambuí. Ele foi até com a senhora dele, foi uma viagem naquele trenzinho RMV, da rede mineira, Belo Horizonte-Bambuí, não é. Era um trenzinho engraçado. Tanto eles diziam: “RMV é ruim, mas vai”. “Era o ruim mais vai.” (risos) E mesmo os mineiros lá ia todo dia a uma certa hora, à tardinha, não é, todo mundo ia pra estação, pra esperar o horário. O horário era o trem. Ninguém chamava de trem. Trem, a palavra trem significa esse copo, esse livro, tudo era trem pro mineiro, menos o trem. O trem é o horário. Qualquer objeto é... Mas o horário que nunca chega na hora.

RG – E esse horário ia de onde pra onde?

FL – Belo Horizonte-Bambuí. Nós, eu creio que atrasamos 6 ou 8 horas. A viagem de Belo Horizonte-Bambuí, eu acho que eram 8 horas. Eu acho que nós levamos 16 horas. Porque ele ia parando, parava, enguiçava um pouco, não sei o quê, bota lenha, bota... Eu sei que aquilo ia devagarinho, mas era uma viagem boa. Eu levei meu aparelho eletrocardiógrafo do consultório, era um eletrocardiograma fino, também, era um aparelho de corda, muito sensível. Aparelho de pesquisa!

JB – Portátil?

FL – Mas era pesado. Portátil com... um aparelho de 20 quilos mais ou menos.

RG – Dito portátil, né. Só diziam.

FL – É. Mas... aí eu comecei a examinar. O Magalhães examinou uns doentes, ficou uns 3 ou 4 dias lá, ele gostava muito de igrejas antigas, e ele estava com a senhora dele, não é, ficou uns 3 dias lá e veio embora. Eu fiquei em Bambuí. Fiquei umas 3, 4 semanas lá examinando os doentes. Aí começou propriamente o estudo na nossa equipe. O Nóbrega aqui no hospital cuidava dos doentes que nós trazíamos de lá. Esse hospital vivia praticamente só pra Chagas.

Porque a gente pra trazer um doente, às vezes tinha que trazer a família inteira. E a família inteira queria dizer a mulher com 6, 8 filhos, uma escadinha, não é. Então enchia esse hospital às vezes vinha 40 pessoas, mas só 20 eram doentes.

RG – As outras vinham...

FL – Acompanhantes, não é. Porque não podia deixar lá as crianças. Então tinha que trazer tudo junto. Aí realmente no fim dessas 3 semanas eu vim de lá convencido que aquilo era realmente uma cardiopatia completamente diferente, que aquilo devia ser devido a Chagas, né. Mas eu conhecia muito pouco. Da literatura, dos trabalhos de Chagas, eu não conhecia quase nada. Eu não li. Fazia questão de não ler pra não me influenciar pelo que ele dizia, para ver se eu coincidia. O Emanuel que já sabia mais ou menos o que o Chagas dizia... Nós combinamos isso. Eu não quero ler nada do que o Chagas descreveu e o que o Evandro descreveu pra ver se o que eu digo corresponde ao que ele dizia.

RG – Então eu quero fazer uma pergunta. Quer dizer que o senhor fez uma nova pesquisa. E o senhor foi a primeira pessoa que voltou a pesquisar isso depois do Chagas?

FL – Nova. Comecei da estaca zero. – Não. Isso eu não digo que eu fui não.

RG – Não, pois é. Mas eu estou perguntando.

FL – Não. Não. Não é esse o problema. O problema é que eu me impus uma metodologia diferente. Que eu fiz questão de não conhecer a literatura pra não me influenciar.

RG – Exato. Mas o senhor foi a primeira pessoa que abriu essa nova maneira.

FL – Peraí. Isso é outra coisa. Isto é outra coisa. O Mazza já tinha estudado a doença. Muitas pessoas estudaram.

JB – Mesmo aqui no Instituto. (INAUDÍVEL)

FL – Aqui também. O César Pinto estudava. Mas estudaram a fase aguda, com outra metodologia, com outro conceito da doença, não é. Não era a mesma coisa que nós. Eu encarava a doença como uma cardiopatia crônica, sem o parasito. O que me interessava era ver os caracteres dessa cardiopatia pra ver se aquela exteriorização clínica era diferente, me permitiam distinguir de outras cardiopatias. Esse é que foi o problema maior.

JB – Quer dizer, de ser uma cardiopatia específica da doença de Chagas.

FL – É. Específica da doença de Chagas. Então, independente do parasito, independente de se encontrar ou não, ser Chagas ou não ser, eu tinha uma conclusão definitiva: que aquilo era uma outra cardiopatia. Não era hipertensão, não era arterioesclerose, não era reumatismo, não era sífilis. Então já era uma grande coisa. Eu sabia que era uma outra cardiopatia. O quê que era, isto não sei ainda. Vamos ver mais tarde. Bom. Aí então, primeira coisa, como elemento de convicção, é que logo que se reuniu um número considerável de casos, o eletrocardiograma era muito diferente do eletrocardiograma das outras. Então, primeiro um quadro eletrocardiográfico. Foi a primeira coisa que nós descrevemos, em 1945. Um quadro eletrocardiográfico diferente do quadro eletrocardiográfico que se obtém na hipertensão, na

arterioesclerose, nas lesões valvulares, diferentes das outras. Então mostramos quais eram as diferenças. Algumas características desse quadro eletrocardiográfico já tinham sido descritas pelo próprio Dr. Chagas. Ele já tinha visto algumas características, não propriamente do eletrocardiograma, mas da alteração do ritmo cardíaco, que na época ele analisava mais através de gráfico do pulso venoso, gráfico do pulso arterial, choque da ponta. Outros métodos, porque a eletrocardiografia no tempo dele, praticamente não existia, praticamente não existia. Tanto é que o trabalho dele, em 1922, quando ele descreveu a forma cardíaca, o Chagas e o Vilela, eles nesse trabalho é que aparece o primeiro eletrocardiograma tirado em um doente de Chagas. Era muito difícil tirar um eletrocardiograma naquela época, não é. Então, o primeiro eletrocardiograma ele tirou e apareceu nesse trabalho, em 1922. Mas independente, sem o eletrocardiograma, também se diagnosticavam as arritmias. Já, já existiam outros métodos não tão precisos, fáceis, como a eletrocardiografia, mas diagnosticavam arritmia, extrasístole. Alguns tipos de arritmia se diagnosticavam pelo pulso, pelo choque da ponta, pela escuta, não é. De forma que o termo arritmias já existia. Já existiam até várias especificações. Distinguia uma da outra e tal. Vários tipos podiam ser diferenciados uma das outras. Mas Bambuí, naturalmente, nós tínhamos uma metodologia nova e um conceito novo de eletrofisiologia, eletrocardiografia. Era esse conceito da escola do Wilson, Franco Wilson, que são as da eletrocardiografia atual. Então, os conhecimentos, na nossa época, já eram muito avançados em eletrofisiologia. Então a gente pode interpretar aquilo tudo e diferenciar perfeitamente, tirar tudo a limpo, não é. E aí então ficou um quadro muito específico pra doença, muito convincente. Isto é que era importante. Porque quando é claro, é conveniente. Então, desde o primeiro trabalho publicado não houve dificuldade nenhuma. Não houve a menor objeção, nem aqui, nem Estados Unidos, na Europa, que nós apresentamos o trabalho em várias ocasiões. Não houve a menor objeção que aquele quadro eletrocardiográfico realmente correspondia a uma outra cardiopatia, que o pessoal não sabia o que era, mas que era outra. Então a primeira coisa: um quadro eletrocardiográfico próprio. Depois vieram caracteres clínicos também diferentes, não é. Foram examinando e aí aquelas características clínicas, tudo aquilo, foram sendo bem estudadas e foram sendo diferenciadas das outras, não é. Então, caracteres eletrocardiográficos, caracteres clínicos, caracteres cardiológicos, também, a silhueta cardíaca era diferente e tal. E a questão anatomopatológica, que era mais difícil o argumento.

Fita 5 - Lado B

FL – Bom, então além desses argumentos de ordem eletrocardiográfica, de ordem clínica, e de ordem epidemiológica, porque esses achados todos clínicos, eletrocardiográficos, só se encontravam nessas zonas endêmicas. Fora da zona endêmica, a gente não encontrava isso; então é mais um outro argumento, o argumento epidemiológico. Finalmente os fatos de ordem anatomopatológica que eram próprios da doença, mas que tinham a grande limitação, na época, era a dificuldade de se encontrar o parasito, nos cortes do coração. E o pessoal, os pesquisadores como estavam muito imbuídos daquele período parasitológico, exigiam sempre que se demonstrasse o parasito. Se a gente não demonstrava o parasito, eles achavam que não era, que podia ser devido a uma outra causa, uma miocardite crônica de outra natureza. Bom. Apesar de que o quadro, depois de reunir um material abundante, a gente via se repetir sempre aquele quadro anatômico, mas sempre semelhante, sabe, mas mesmo assim isto não era suficientemente convincente. A dificuldade era tal pra gente encontrar o parasito em certos casos, que o departamento de anatomia patológica, aqui, colocou um técnico só pra fazer cortes e procurar o parasito. E levava semanas, até meses trabalhando só naquilo. Às vezes só depois de 600, 800 cortes é que ia encontrar o parasito lá, uma fibra parasitária. Vê como era difícil. No nosso trabalho “*The Circulation*”, nós temos só 21 casos em que se encontraram os parasitos

nos casos crônicos, naquela época. Eram 10 anos de trabalho. Nós tínhamos 200 autópsias quase. Não é. Um material muito abundante. No entanto o número de casos em que se encontrava o parasito era muito pequeno, dava muito trabalho. Bom. Mas isso tudo depois nós conseguimos reproduzir no cachorro, uma cardiopatia muito parecida com a do homem. E isto foi um argumento muito importante. Com o Pelegrino, que era um rapazinho que já estava trabalhando conosco, era um estudante em Belo Horizonte, já tinha infectado uns cachorros e nós aqui também infectamos, com o conhecimento proporcionado por Bambuí do quadro eletrocardiográfico e do quadro clínico, então nós verificamos que o cachorro também apresentava o mesmo quadro eletrocardiográfico, o mesmo quadro clínico. E na autópsia também não se encontrava o parasito no cachorro, embora aquele cachorro tivesse sido inoculado com o *Trypanosoma*. De forma que esse argumento experimental também foi muito convincente, muito importante. Bom. Daí em diante nunca mais houve nenhuma objeção a respeito da cardiopatia da doença de Chagas. Nunca mais houve. Foi uma página virada. Virou uma página e pronto. Daí em diante...

RG – A partir desse trabalho, não é?

FL – A partir de Bambuí, é. Aí então começaram a aparecer casos por toda a parte. No Brasil inteiro os cardiologistas aprenderam, diagnosticavam logo. Apareceram na Bahia, apareceram em São Paulo uma porção de casos.

RG – Quer dizer que uma vez identificada a doença, ela pipocou pelo Brasil todo, a doença. Ela existia e ninguém a identificava, né.

FL – É. Exatamente. Exatamente. É.

RG – Aí se viu a dimensão do problema.

FL – Aí é que se foi vendo a dimensão. Aí na Argentina, por exemplo, em 49, começaram a diagnosticar, também encontraram a mesma coisa.

RG – Quer dizer, o Chagas foi um precursor porque ele identificou uma doença que, por não estar com o seu quadro perfeitamente caracterizado, não se levou muito em consideração, não é isso?

FL – É. Não se levou muito à sério, exatamente. É.

RG – E muitos anos depois, 20 anos depois mais ou menos, é que se percebeu o fato dela...

FL – A importância foi só muito mais tarde, né. Era a facilidade de... Bem, além desse quadro clínico e tudo isso, um papel muito importante coube à questão imunológica, são as reações. Em vez de estar procurando o parasito no doente, com o xenodiagnóstico, que é um método demorado, demora um mês e tanto, e muitas vezes dá negativo, embora o doente tenha o *Trypanosoma*; em vez de fazer isso, a reação sorológica. Pronto. Com o aperfeiçoamento dos antígenos a reação teve uma grande credibilidade, a partir de Bambuí, não é.

RG – Isso foi feito posteriormente, quer dizer, junto com essa equipe.

FL – É. Não. A reação já existia, mas foi se aperfeiçoando aos poucos. Os antígenos desde o tempo do Chagas, dois pesquisadores daqui, o Guerreiro e o Machado, fizeram a reação com o antígeno do extrato de órgãos, macerado em órgãos. Depois aquele antígeno foi se aperfeiçoando. Exatamente a partir dessa época, da década de 40, foi que aperfeiçoaram o antígeno e essa reação se tornou muito mais confiável, não é, porque não dava...

JB – Dr. Francisco, desculpe aí a ignorância, mas é que aí... como é que funciona. Qual é o princípio do antígeno, como é que é esse negócio?

FL – Bom. O negócio é o seguinte: é uma proteína específica que estimula a formação.... Aí já é uma parte de imunologia, pra te explicar essa coisa nós vamos desviar muito a atenção do assunto central, porque aí nós vamos entrar num outro campo, que é o campo da imunologia. Esse cresceu a partir de 45 pra cá e hoje é o aspecto mais atraente, mais em moda, é a imunologia da doença de Chagas. É o objetivo, é o objeto da maioria dos estudos hoje. Você vai nos congressos, essa pesquisa básica é quase toda feita em imunologia, não é. É um antígeno que desperta no organismo uma formação de um anticorpo e aquilo tem especificidade para aquele antígeno, que é o antígeno de *Trypanosoma* cultivado. Faz a cultura no laboratório, não é.

JB – É como se fosse um soro, uma vacina?

FL – É um procedimento tipo vacina. A vacina, injeta o antígeno, ela desperta um anticorpo, não é. No caso aí a infecção natural desperta a formação de um anticorpo e esse anticorpo é que é analisado. Se o indivíduo apresenta esse anticorpo específico é porque ele foi infectado.

JB – Mas essa forma de detecção da doença é contemporânea do... aqui no Instituto Oswaldo Cruz.

FL – Não. Isso já existia desde o Chagas. Foi se aperfeiçoando. A reação foi se aperfeiçoando, não é. E criou mesmo muita utilidade prática foi na década de 40 pra cá.

RG – Quando se percebeu a existência latente e crônica da doença, não é? Nesse momento é que tinha que se fazer essas reações.

FL – Não. Quando se descreveu, quando nós descrevemos a parte clínica, em 49, naturalmente aí se escreveu que alguns doentes não faziam cardiopatia. Que tinha uns doentes que estavam na fase aguda, outros tavam na fase crônica, mas sem cardiopatias, sem nada, que era a doença da forma indeterminada ou latente. E outros doentes faziam a cardiopatia e outros faziam o megaesôfago ou megacólon. Surgiu também nessa época mais ou menos, com Bambuí, é que surgiu a questão do megacólon, o megaesôfago ser ocasionado pela doença de Chagas. O primeiro estudo nesse sentido foi feito em Bambuí também.

JB – Desculpa, mega...?

FL – Megaesôfago e megacólon. Os megas.

RG – Agora, quando se então conheceu melhor a doença, inclusive virou a página daquela polêmica toda e começou a se localizar essa doença por toda a parte, o senhor lembra numericamente qual era a expressividade da existência? O número de doentes de Chagas?

FL – Bom. O número de doentes não era... Bom. A questão é a seguinte, o problema é o seguinte: foi uma casuística, inicialmente foi uma casuística, digamos, acumulada, não é. Fomos acumulando casos até chegar a 300, 400 doentes. O primeiro trabalho nosso, no primeiro ano, nós diagnosticamos 200 casos.

RG – Tudo lá em Bambuí?

FL – Tudo em Bambuí. Duzentos casos crônicos, correspondia a toda a literatura desde 1909 até 45. Não tinha 200 casos publicados. Por aí vocês vêm que em um ano nós vimos, identificamos mais casos que todos os outros pesquisadores reunidos durante 30 anos. Então aquilo é que foi o impacto. Desde esse momento então, já o número não interessava, porque nessa época nós começamos a examinar populações indiscriminadas. E verificar percentagens populacionais. Importava era ver a percentagem da população. Então aí é que começamos os inquéritos em Bambuí e verificamos que 50% da população estava infectada. E que dessas pessoas infectadas, a metade apresentava cardiopatia. Então, praticamente 20, 25% da população, naquela época, tinha cardiopatia de Chagas.

RG – Mas isso não era uma amostra significativa nacionalmente. Quer dizer, poderia se referir que no Brasil...

FL – Não. Não era porque um país deste tamanho, aquilo era em Bambuí, no município de Bambuí, e município vizinho, isso não significava que no resto acontecesse a mesma coisa. Mas o fato é que ali acontecia isso. Agora, foram surgindo caso nas mais diversas regiões. Sabia-se que as zonas endêmicas eram muito extensas. Então havia razão para se suspeitar de que a doença fosse extremamente freqüente em todas as outras áreas. E realmente apareceram... surgiram muitos casos. Na Bahia muitos casos, em São Paulo, e foram aparecendo casos em toda a parte, em outros países também, o que confirmava que realmente a doença era muito comum, muito freqüente. Inquéritos também foram se repetindo e todos eles revelaram. Mas assim mesmo até hoje não se sabe bem...

RG – Porque que ela se localiza em algumas regiões?

FL – Em todas as zonas endêmicas. As zonas endêmicas se estendem desde dos Estados Unidos até a Argentina. Aí são zonas endêmicas. Mas nem toda zona endêmica tem um número considerável de casos e nem todos os casos têm essa gravidade. Ao contrário. Está demonstrado que em algumas áreas ela é muito grave, como Bambuí, em outras não, ela não é. O sujeito se infecta, mas quase não atinge o coração, não é. Então é o problema que hoje se estuda muito. São as cepas de *Trypanosoma*. Assim como você tem uma cobra que é venenosa, a outra cobra não é. Tem umas cepas de *Trypanosoma* que são muito cardiotrópicas, outras não tanto. Então há muitos pacientes que adquirem, contraem a infecção, mas não ficam com lesão cardíaca importante. A doença pode ser benigna, uma infecção crônica benigna.

RG – No caso da Aids, atualmente, é um vírus. O *Trypanosoma* é o quê?

FL – Um protozoário.

RG – Porque também tem ocorrências em alguns lugares que ele não é grave.

FL – Toda doença. Quase tudo. Provavelmente há cepas, cepas diferentes, que isso só mais tarde é que se vai esclarecer a razão de ser dessas diferenças na virulência e na patogenicidade desses agentes morbígenos, né.

JB – Dr. Francisco quando, por exemplo, não havendo os sintomas cardiológicos, naquela ocasião, quer dizer, o senhor disse que 50% da população estava contaminada. Metade desse total apresentava sintomas cardiológicos. A outra metade, quer dizer, a detecção ainda era pelo sistema de xenodiagnóstico?

FL – E a reação. É. Então o doente que apresentava o xeno positivo ou a reação positiva, principalmente a reação porque sempre se empregava mais. Reação positiva, mas não tinha lesão cardíaca, eletrocardiograma normal, raio X normal, esse a gente dizia que tinha uma forma indeterminada.

JB – Quer dizer, o xenodiagnóstico não deixou de ser usado.

FL – Sim, se usa até hoje. Quando se quer demonstrar o parasito mesmo, a infecção, aí se usa o xeno.

JB – E como é que foi aquele negócio do inquérito que vocês fizeram pela rede ferroviária?

FL – Foi o primeiro inquérito. É. Pra quando a gente tinha, já muitos casos em Bambuí, mas queria ver mais uma população não selecionada assim. Então aí é que fizemos ao longo, num vagão, no trecho entre Iguatama e Campos Altos, a população de elite da zona. Porque tinha também esse problema. Bambuí também tinha uma população muito pobre, então tinha outras parasitoses e tal, sempre havia esse argumento: “Ah, mas tem outros parasitos, e pode alterar”. Então aí nós escolhemos uma população que era praticamente a elite, os empregados da rede, eram assalariados, quer dizer, tinham um padrão de vida um pouco melhor. Além disso a rede construía casinhas de alvenaria pra eles, na beira da linha da estrada, não é. Então o padrão de vida deles era muito melhor do que nos empregados de fazendas assim, não é. E examinamos indistintamente umas 300, 400 pessoas. Encontramos a mesma coisa. Todo mundo tinha lesões muito graves também. Uma percentagem muito alta de infectados, não é. E com uma alta percentagem de lesões cardíacas.

RG – Porque eles já vinham infectados de antes?

FL – Pois aí é que está. A gente não sabia se antes de serem empregados da rede, eles já estavam infectados. Talvez fosse isso, não é. Porque naturalmente pelas condições, as casas melhores, já deveria ser menor o índice de infecção. Foi esse o inquérito da rede.

JB – O senhor se lembra em que ano foi, Dr. Francisco?

FL – O inquérito da rede foi feito em 1949. É. Foi feito em 49. Coincidiu que nesse ano é que a Oficina Sanitária Panamericana se interessou pela doença de Chagas. É um ano importante esse.

JB – O interesse da Oficina foi pela divulgação do trabalho que vocês fizeram em Bambuí?

FL – Não. A Oficina se interessou pela doença em si. Então promoveu uma reunião, interamericana, em Tucumán, na Argentina. Era a Venezuela, os pesquisadores da Venezuela, do Brasil, do Uruguai, Argentina, Chile. Houve a primeira reunião da Oficina Sanitária Panamericana sobre a doença de Chagas. E aí nós levamos esse trabalho. A delegação daqui do Instituto, do Brasil, era o Magarinos Torres, o Emanuel e eu. Levamos esse trabalho sobre o inquérito da rede. Era a primeira vez que se fazia um exame assim indiscriminado da população. E a metodologia era completamente diferente também. Era a primeira vez que se empregava uma metodologia dessa ordem: exame clínico, eletrocardiográfico. Quer dizer, o eletrocardiográfico entrou como um instrumento de avaliação de um problema de saúde pública talvez pela primeira vez. E aqueles resultados foram até recomendado que padronizassem.... E até hoje, até hoje se faz os inquéritos padronizados. Os inquéritos são esses. Hoje se obedece a essas normas, essa metodologia que foi inaugurada nesse inquérito da rede.

RG – Quem estava com o senhor nesse grupo?

FL – Era o Magarinos Torres, o velho Magarinos Torres e o Emanuel.

RG – Vocês três é que decidiam toda a estratégia de pesquisa, de abordagem da questão.

FL – É. Nós é que fazíamos, não é. Dr. Torres era do departamento de anatomia patológica, não é.

JB – Esse vagão então era um vagão muito bem equipado. Ele tinha...

FL – Não. Não era muito bem equipado. Um eletrocardiógrafo ali, pequenininho e pronto. É. Não precisa muito equipamento não. (ri) O Chagas descobriu lá num vagão lá, só um microscópiozinho monocular e pronto.

JB – Me diga uma coisa, Dr. Francisco. Lá em Bambuí ao mesmo tempo se fez várias experiências com inseticidas, não é. E inclusive o Dr. Henrique Aragão, quer dizer, recomendava que as casas fossem... como se diz as paredes fossem transformadas tipo assim... como é que se fala?

FL – Caiadas.

JB – Caiadas e tal.

RG – Eu acho que cimentadas, de repente, pra tirar as frestas. Pra acabar com os espaços.

JB – É. Agora, esse método profilático não teve desdobramentos, teve? Quer dizer, a idéia era transformar aquilo numa espécie de protótipo que se poderia fazer nacionalmente?

FL – Bom. Naquela época esse problema passou mais para o interesse do Serviço Nacional de Malária, de Endemias Rurais. Aí foram se sucedendo, as coisas vão se desenvolvendo, é uma bola de gelo aquilo. Logo veio a seguir, em 49/50 um congresso no Brasil Central e o Pinotti, que era o diretor do Departamento de Endemias Rurais se interessou pelo assunto e encampou a profilaxia da doença de Chagas. Aí então começou, lançou a campanha da profilaxia da doença de Chagas. Aí começou. As experiências de Bambuí que eram praticamente num

laboratório em pequena escala, ali no município, já tinham evidenciado que o método era eficiente. Com a pulverização do inseticida, não é, aquilo era eficiente, ele eliminava o barbeiro.

JB – E qual foi o inseticida que afinal se utilizou?

FL – O BHC.

JB – Ah! O BHC é um inseticida.

FL – É. Inseticida. Então bastou expandir aquela metodologia e aplicar em larga escala. Pronto. Foi o que o Pinotti fez, não é. Ao mesmo tempo que aplicavam o inseticida foram surgindo várias iniciativas para melhorar, a melhoria da habitação rural. Inclusive aí entravam no domínio arquitetos, apresentavam muitas idéias pra melhorar, tornar barata, né. Eu me lembro que usavam muito para rebocar a casa, acabar com aquelas frestas, aqueles buracos, uma mistura de barro com argila e esterco de cavalo. Fazia aquilo e emboçava a casa. Não rachava quase. E muitas coisas assim. Ainda é um assunto pros arquitetos resolverem. É uma habitação barata, um material de construção barato. Ainda não tá resolvido isso. Porque o dia que se conseguisse fazer uma casinha de 30, 40 m², por 5, 10 mil cruzados o metro quadrado, era uma beleza.

RG – Mas Dr. Laranja, nessa época que o senhor falou que os arquitetos chegaram a fazer propostas, houve assim um movimento nacional, total, aqui, em torno da construção?

FL – Não. Esses negócios de movimento nacional que vocês estão acostumados é hoje, com essas televisões, essa coisa. Naquela época não existia isso. Era tudo muito limitado a certos grupos. Não havia esses meios de comunicação que hoje se faz uma coisinha aqui, amanhã lá no Acre já sabe. A televisão Globo lança, pronto, o Brasil inteiro sabe. Naquela época não. Você fazia uma coisa aqui... Basta dizer uma coisa: na elite, um colega meu, que é um pesquisador do CNPq, uma vez, há pouco tempo, num congresso, pouco tempo quer dizer, há uns 6 anos atrás: “Ah! O senhor é que é Dr. Laranja? Muito prazer e tal. Eu tenho até vergonha de lhe contar, vou lhe contar uma coisa. Trabalhei nos Estados Unidos, uns 2 anos lá, e lá na Universidade Harvard, em Boston, fui apresentado lá a um camarada lá e o camarada me perguntou: “O senhor conhece o Dr. Laranja?”; “Não”; “Ôoo, O senhor não conhece o Dr. Laranja?”. Aí mostrou pra ele, disse: “Ó aqui tem uma publicação. O senhor não conhece essa publicação” Era o “*Circulation*”. “É a nossa bíblia em Chagas Heart Disease.” Ele disse que ficou com tanta vergonha que disse: “Eu tenho que conhecer esse Dr. Laranja. Ele é conhecido aqui nos Estados Unidos. Lá no Brasil eu nunca ouvi falar nele.” Porque eu tinha dado duas conferências na Universidade de Harvard, em 48, não é, e eles ficaram muito... Nesse período, a partir de 46, quando nós fomos no México, congresso internacional de cardiologia, foi aí que foi apresentado o trabalho. Era um congresso internacional e aí então a Universidade do Texas convidou pra ir fazer conferência lá. Saímos do México, passamos um mês nos Estados Unidos dando conferências, para ensinar a diagnosticar a doença de Chagas.

RG – Foi o senhor e o Emanuel?

FL – Eu e Emanuel, é. E depois eu voltei, em 48, dei conferências lá em Boston, em Filadélfia, em Nova York, só naquela parte alta lá que eu ainda não tinha ido e depois voltei em 52, em Washington, né. Então eu tinha dado muitas conferências lá nos Estados Unidos porque lá eles, quando o cara tem assim uma coisa nova, que eles confiam, eles chamam logo: “Ah não, vem

aqui brasileiro, mostra pra gente.” E se discute assim. Naquela época, pelo menos, o meio universitário americano era uma coisa extraordinária, né. Coisa extraordinária. Seriedade. Levam à sério a coisa de trabalho, não é. Mas... Bom. Nós estávamos...

JB – Dr. Francisco, eu queria bater um pouco nessa tecla. Qual foi o alcance e a eficácia dessa companhia que o Pinotti deslanchou?

FL – Bom. Essa pergunta... Quando você quer saber da eficácia de uma campanha preventiva, sempre você tem que esperar um certo tempo pra ver as conseqüências e além disso nem sempre é fácil você avaliar. A não ser no caso, por exemplo, do sarampo. Vacinam e no entanto aparecem os casos. Então você sabe que foi ineficaz, pelo menos naqueles casos. Mas já em doença de Chagas já não é tão fácil assim. É muito diferente porque é uma doença... Você teria que ter um meio de avaliar anualmente quantos casos novos aparecem, mas isso você não tem. Não tem. Em segundo lugar verificar se permanecia um tempo prolongado sem aparecer casos novos. Isto aconteceu em Bambuí. Era um laboratório. Nunca mais apareceu um caso novo. Então nós sabemos que a doença ali foi erradicada. Desde 1956, nunca mais apareceu um caso novo, agudo, em Bambuí.

RG – O Instituto Oswaldo Cruz manteve esse contato?

FL – É. Que lá está sempre permanentemente fazendo a... Além da parte da execução, da profilaxia em si por inseticidas, tem a parte também que eles cuidaram, a parte de educação sanitária. As professoras ensinam. Um menino vê um barbeiro lá, ele conhece. Um garotinho daqueles da roça, ah, se ele vê um barbeiro, reconhece, bota numa caixinha de fósforo e leva lá no posto. Porque tem também a parte de educação sanitária que o povo colabora, todo ele, não é. Mas isso é em Bambuí, que é o laboratório.

JB – Pois é. E aí? Não extravasou o Bambuí?

FL – Não. Isso aí, nesse Brasil aí... (ri)

RG – Eta Brasil!

FL – Eta Brasilão desse. (ri) isso aí é.

JB – Quer dizer que essa campanha do Mário Pinotti não foi muito eficaz, quer dizer, ela não foi muito... Ela foi abrangente? Quer dizer, foi uma coisa deslanchada em vários estados?

FL – Bom. É que os termos de vocês hoje são difíceis da gente responder. Abrangente! Claro que incide... fez 900 mil casas, borrifadas, é abrangente, não é? Não pega talvez as 10 ou 20 milhões de cafuas. Mas se fez 900 mil, fez uma parte. O Triângulo todo, aquela zona toda, né, depois foi espalhando pelo Brasil todo. Isso eles vêm há muitos anos fazendo. Até que ponto isso impediu que novos casos surgissem é muito difícil de responder. Mas provavelmente, se não tivessem feito, haveria milhões de casos que teriam surgido. Provavelmente evita que apareçam alguns milhares ou milhões talvez de casos anualmente.

JB – Agora por exemplo, inquéritos epidemiológicos como esse que vocês iniciaram...?

FL – Fizeram, muitos outros fizeram depois. Tem muito inquérito. Em outros países tem. Eles estão fazendo, não é?

JB – Quer dizer que o método de combate à doença de Chagas foi mais ou menos aquele concebido em Bambuí. O método de diagnóstico e de combate ao... preventivo, é mais ou menos aquilo que foi desenvolvido em Bambuí? Continua sendo...

FL – É. É a aplicação de inseticidas, essa coisa. Educação sanitária. É. É isso

RG – Recentemente se... O senhor leu no jornal? Há dois ou três dias atrás que se...

FL – Lá no nordeste, numa fazenda, não é?

RG – ... se houve um contágio parece que por via oral, coisa que nunca tinha sido... Por caldo de cana, talvez, ou bicho que comeram.

FL – Houve lá no Rio Grande. Eles disseram que é a primeira vez. Não é não. Já houve.

RG – Ah, não é? Isso já tem sido estudado?

FL – Em Teotônia lá, num municípiotinho, havia a Escola de Agronomia, foi na década de 60, fizeram uma festa de fim de ano e num almoço lá, apareceram umas 8 pessoas simultaneamente. Professores e alunos. E 4 parece que morreram. Uma epidemia assim de doença de Chagas aguda. Lá eles acharam que era uma maionese que eles tinham preparado e guardaram e como encontraram um gambá infectado, no sótão, acharam que o gambá... eu não sei. O fato é que não se esclareceu bem o fator epidemiológico. A parte de epidemiologia não foi bem esclarecida. Resta esta suspeita de contaminação oral, por via oral. Como é lá no nordeste com o caldo de cana. Se esmigalhou o barbeiro ali, é uma beleza aqui. Ingerir aquilo, aquilo contrai a doença. Por via oral ela contamina. Bom. Agora vamos deixar pra uma outra porque eu vou ter que...

Data: 10/12/1986

Fita 6 – Lado A

RG – Dr. Francisco Laranja, terceira fase da entrevista, a palavra com o senhor.

FL – Bom. Então nós estávamos recordando aquele período em que eu trabalhava como pesquisador em Chagas no grupo de Bambuí. Bom. Esse período se estende até mais ou menos o ano de 1953. Foi nesse período que a gente publicou a maioria dos trabalhos e que realmente foi um período de muita atividade também de divulgação da doença de Chagas através de congressos, não é. Houve muitos congressos internacionais em que a gente comparecia e havia uma grande curiosidade sobre a doença de Chagas porque tava se apresentando como um problema novo praticamente. Uma casuística muito grande e uma importância social que se previa ser muito grande também para os países centro e sul americanos. Os principais desses congressos, desses certames científicos internacionais, a gente pode mencionar. O primeiro deles foi o “Congresso Internacional de Microbiologia” em agosto de 1946, aqui no Instituto Oswaldo Cruz, que foi onde nós apresentamos alguns trabalhos. Depois as reuniões da Sociedade Brasileira de Cardiologia, a segunda reunião, que foi no Quitandinha, em 45, a terceira reunião, em Belo Horizonte, e depois, em 46, o “Congresso Internacional de Cardiologia”, no Instituto Nacional de Cardiologia do México. Esse aí então foi muito importante porque o tema “doença de Chagas” foi escolhido como um dos temas oficiais do Congresso. De foram que teve muito destaque, muito realce. E a casuística era grande e surpreendente pra o meio cardiológico internacional que não conhecia nada sobre esse problema. Depois desse congresso, a Universidade do Texas se interessou enquanto nós estávamos no México. O Dr. Emanuel Dias e eu recebemos um convite da Universidade do Texas, para dar uma série de conferências lá. Havia um pesquisador, professor de microbiologia da Universidade do Texas, Dr. Androosni Pakshanian, que era muito interessado em Chagas, inclusive tinha trabalhos sobre antígenos. Então através dele, a Universidade do Texas nos convidou pra dar uma série de conferências. Nós ficamos no Texas mais ou menos umas 3 semanas e aí fizemos uma série de exposições lá, em Galveston, em Houston, discussão com os médicos e tal para ver a possibilidade do diagnóstico de doença de Chagas no sul dos Estados Unidos onde havia extensas áreas com barbeiros infectados, mas não havia ainda casos humanos. Só mais tarde é que foram encontrar alguns casos humanos lá nos Estados Unidos. Depois disso veio, em 49, o que já foi mencionado, a primeira reunião da Oficina Sanitária Panamericana, em Tucumán. A seguir dessa reunião em Tucumán, nós fizemos uma série de conferências em Buenos Aires sobre o problema da cardiopatia chagásica e isso despertou interesse dos cardiologistas argentinos. E a partir daí então apareceram os trabalhos que se tornaram muito conhecidos, os trabalhos dos cardiologistas do Hospital Ramos Mejia, Dr. Blasmoia, Dr. Rosenbaum e outros colaboradores - 49. Aliás, mais ou menos nessa época também houve um congresso internacional em Nova Orleans. O Emanuel foi, e aí nós apresentamos um trabalho sobre doença de Chagas. Figurou também no temário do congresso. Em 50... deixa ver... Bom. Depois se sucederam vários outros congressos. Quase que anualmente havia algum congresso em que a gente apresentava sempre trabalhos. Quando da criação do Ministério da Saúde, pelo desdobramento do Ministério da Educação e Saúde em dois Ministérios, o da Educação e o da Saúde, o governo tomou a decisão de resolver o problema da direção do Instituto Oswaldo Cruz que vinha se arrastando já há uns dois anos através de noticiários. A incompatibilidade entre a direção e os técnicos, já vinha se arrastando há muito tempo. E a oportunidade era então essa, da criação do Ministério da Saúde, com a nomeação do novo Ministro, o Ministro Miguel Couto Filho. O presidente Vargas recomendou que fizesse,

então, a modificação na direção do Instituto Oswaldo Cruz para atender aos insistentes reclamos do corpo técnico do Instituto que já vinha há bastante tempo reclamando contra a direção então existente.

JB – Dr. Francisco, desculpe lhe interromper. O senhor poderia ser um pouco mais assim, dar um pouco mais de detalhes sobre a sucessão do Aragão e depois a saída do Olímpio?

FL – Bom. O Dr. Aragão, ele renunciou. Parece que foi em 19... deixa eu me lembro deve ter sido em 1947, 48, por aí. E renunciou por um problema de incompatibilidade com o pessoal da Rockefeller. Havia um convênio entre o governo americano e a Fundação Rockefeller e o governo brasileiro, o Instituto Oswaldo Cruz de que no final de tantos anos de atividades do pessoal da Rockefeller, todo o acervo da Rockefeller e os técnicos passariam então para o Instituto Oswaldo Cruz. Eu não sei qual foi o desentendimento que houve. O que eu sei é que o Aragão renunciou. O Dr. Aragão renunciou à diretoria do Oswaldo Cruz. Com isso devem ter resolvido o problema da Rockefeller, que foi incorporada ao Instituto e então foi indicado o Dr. Olímpio da Fonseca que era um pesquisador antigo daqui, daqueles, daquele grupo inicial de colaboradores do Dr. Chagas, Dr. Oswaldo Cruz, e que então estava em exercício na cátedra de parasitologia na Universidade do Brasil. Estava portanto afastado, né, daqui. Dr. Olímpio assumiu e depois surgiram problemas na administração. O fato é que houve incompatibilidade com muitos técnicos daqui, e o governo viu-se forçado, na oportunidade da criação do Ministério da Saúde, a fazer a substituição reclamada pelo pessoal daqui.

JB – Que tipo de insatisfação havia?

FL – Bom. Isso eu não sei bem que tipo de insatisfação (rindo) mas o fato é que o pessoal tinha incompatibilidade com o Dr. Olímpio. A maneira dele dirigir o Instituto talvez não fosse do agrado deles. Parece que era muito centralizador, muito autoritário, o pessoal achava isso, né. Eu não sei

RG – Quando o senhor entrou, entrou não porque de fato o seu vínculo nem era formalizado, não é, com Instituto. O senhor tinha já um vínculo formado já aqui com a Instituição?

FL – Não. Eu era pesquisador, mas era emprestado pro Instituto. Eu não fazia parte do quadro do instituto. Eu era emprestado para fazer essas pesquisas de Chagas.

RG – Pois é. Que foi em meados da década de 40, não é, quando o senhor entrou em contato com o Instituto e começou a ter um...

FL – É. Eu vim pra cá em 43, é.

RG – Exato. Então, o Aragão, nessa época, já era diretor, não é.

FL – Era diretor. Foi ele que me chamou pra cá.

RG – Quer dizer, todo o seu contato se deu durante na gestão do Aragão. O senhor não podia falar um pouco mais pra gente das características do Dr. Aragão, enfim, das características da gestão dele.

FL – Bom. O que acontece é que eu não tomava muito... Não me familiarizei muito porque acontece o seguinte, não era o meu papel estar imiscuindo em problemas da administração. Eu apenas só tomava conhecimento das minhas atribuições que eram pesquisar Chagas, não é. De forma que como eu não era do quadro, não fazia parte do quadro de pesquisadores do Instituto, não me cabia me envolver com questões da administração. Eu via que naquela época era muito sossegado com o Aragão. O Aragão era um administrador que tinha muito apoio aqui, era um homem muito respeitado, muito antigo. De forma que não havia muitos problemas, surgiram depois quando entrou o Dr. Olímpio. Aí é que houve efervescência.

RG – Quer dizer que o Aragão não se desgastou. Nesses anos todos ele manteve esse prestígio inicial.

FL – Não. É, se mantinha com muito prestígio.

JB – O senhor acha que o Dr. Aragão, ele tirou o Instituto da crise?

FL – Não. Ele não tirou. A crise veio depois do Aragão. A crise só apareceu depois que o Aragão saiu. Até então não havia crise. Desde o tempo do Dr. Oswaldo até o Aragão não havia praticamente crise com a diretoria do Instituto. Tinha sido o Oswaldo Cruz, depois o Chagas, depois o Cardoso Fontes, depois o Aragão, era o quarto diretor.

JB – Mas essa foi uma época muito difícil. A época do Cardoso Fontes foi uma época de muita fala de recursos.

FL – Bom. Aí eu não sei porque foi antes, eu não conheço a administração.

JB – Agora, só uma perguntinha. O senhor cedido ao Instituto, quer dizer os seus vencimentos eram ainda dados pelo...

FL – É. Eu ganhava por lá, pelo IAPI. Bom. Então, com a decisão do governo de fazer a substituição, a primeira iniciativa que era preferência do presidente Vargas, era que o Aragão retornasse, retomasse a direção do Instituto. Então o ministro convidou o Aragão, em nome do presidente transmitiu o convite para o Aragão retornar. Mas o Dr. Aragão, insistentemente convidado, não aceitou por que ele já se achava cansado, ele já estava com 76 anos, de forma que achava que deviam botar um outro, uma outra pessoa. Bom. Com a negativa em reassumir, retornar a direção, foi pedido ao Aragão pra indicar uma lista de 3 nomes. Ele fez a indicação dos nomes de Dr. Souza Araújo, o Dr. Emanuel Dias e o meu nome. Botou uma lista com 3 nomes. De posse dessa lista, o Miguel Couto, o ministro, consultou outros grupos daqui do Instituto, outros grupos de pesquisadores e assim chegou a uma conclusão, elegeu um nome: eu. O ministro manteve a preferência pelo meu nome. Bom. E foi levado o meu nome, foi levado ao presidente Vargas e aí assim eu fui nomeado. Eu não tinha a menor idéia dessas *demarches*, não é, porque eu não me envolvia com a administração nem nada. De forma que foi uma surpresa pra mim quando me chamaram e me disseram que eu havia sido nomeado já diretor do Instituto.

RG – Interessante por que o Dr. Emanuel e o senhor eram da mesma área, não é? Quer dizer na lista tríplice...

FL – Na mesma área. Trabalhávamos juntos, né. Trabalhávamos juntos é.

RG – ... Indicaram duas pessoas, deveria ser... Porque que o senhor acha que indicaram duas pessoas do mesmo setor?

FL – Bom. Aí eu não sei porque o Dr. Aragão se fixou nesses 3 nomes.

RG – Talvez fosse o setor mais dinâmico nessa época, aqui? Como é que o senhor via isso?

FL – Não. Não sei. Ah, eu não tenho a menor idéia porque eu não conhecia bem o pessoal daqui. O Aragão devia ter suas razões pra indicar, não é. Eu não sei quais foram as razões que determinaram essa escolha, né. Bom. O fato é que praticamente foi uma transição tranqüila. Houve, como sempre, algum um ou outro que não estava satisfeito, não é. Sempre houve. Mas muito pouca gente. Pelas manifestações, era muito pequeno o número de pesquisadores ou candidatos ao cargo, não é, que se viam prejudicados. Essa é a verdade. Embora algum ou outro deva ter se sentido prejudicado, né. Bom. Aí então eu assumi a direção já conhecendo mais ou menos os problemas daqui, né. E a primeira coisa que foi feito é que eu sabia que a reclamação do pessoal, a aspiração máxima, é que a diretoria não fosse tão centralizadora, que desse oportunidade a que os demais técnicos também opinassem um pouco, mostrassem sua presença na direção. De forma que pra mim não teve dificuldade nenhuma. Eu organizei um sistema de direção mais ou menos em um tipo parlamentarista. Fiz um conselho, mas um conselho deliberativo, constituído por 8 chefes de divisão. De forma que todas as alas representativas da pesquisa estavam representadas na direção. Através de decisões, não simplesmente como consultivo. Não simplesmente como um conselho técnico consultivo, mas um conselho deliberativo. As decisões da diretoria eram tomadas por votação no conselho, deliberações através de votação. E assim foi muito bem e isto tranqüilizou completamente o pessoal do Instituto. E a prova disso foi que o apoio que me deram, não é, quando depois de um ano e pouco, com a mudança do panorama político do país, eu saí de diretor. O pessoal não queria que alterasse a direção do Instituto com as mudanças da política.

RG – O senhor era muito jovem, não é? Dessa lista o senhor devia ser o mais jovem.

FL – Eu devia estar com que? Com 38. Eu era o mais jovem sim. Devia estar com 38. É. 38 anos.

RG – Essa idéia de criar esse conselho deliberativo foi sua ou ficava...

FL – Foi minha. Essa idéia foi minha. Bom. Eu sabia que todo mundo, exatamente o que eles queriam era isso.

JB – Agora, Dr. Laranja desculpe, é o seguinte: um ponto que não tá claro. O senhor tinha um vínculo não tão estreito quanto os pesquisadores que pertenciam realmente aos quadros da casa, né. O senhor foi surpreendido pela indicação do seu nome. Eu queria saber o seguinte. Quando lhe disseram: “Bom, a partir de hoje o senhor é o diretor do Instituto”, como é que o senhor concebeu essa fórmula de gestão? Quer dizer, porque o senhor já veio com essas idéias na cabeça ou...

FL – Não. Eu estava aqui dentro, via as discussões, não é.

RG – Quem é que participava dessas discussões antes...

JB – Como é que eram... pois é.

FL – Até nos jornais saía. Todo mundo... deu tudo no jornal.

JB – Como é que eram as discussões aqui dentro?

RG – Quem eram os líderes?

FL – Não. Aqui dentro não tinha essas discussões. Cada um tinha sua opinião. Eu sabia a opinião de todo mundo, não é. Não havia muita reunião, como hoje, qualquer coisinha é uma reunião. Não. Cada um tinha o seu ponto de vista e a gente conhecia o ponto de vista. As reuniões eram em geral no refeitório. Na hora do almoço é que a gente discutia porque ali se encontrava todo mundo.

RG – Quem era? O senhor se lembra? Quem eram as pessoas com que o senhor tinha mais contato?

FL – Todos. Todos. Eu tinha contato com todo mundo. Mais com o pessoal que era ligado ao meu trabalho de pesquisa em Chagas, né. Mas isso, eu não discutia essa parte de administração, essa coisa. Não. Não tinha nada disso. Só discutia negócio de Chagas. Só tomava conhecimento do negócio de Chagas. O resto eu não me envolvia com administração nem nada, compreendeu. Não tinha essa coisa. Agora, nos jornais é que a gente via o que eles queriam e tal, todo mundo fazia declarações, tudo isso. De forma que eu sabia perfeitamente o quê que eles queriam, não é. Além disso, uma direção mais ou menos colegiada era o meu ponto de vista. Eu achava que isso era o melhor pra uma instituição científica.

JB – Mas havia outras pessoas que partilhassem desse ponto de vista?

FL – Quase todo mundo. Quase todo mundo. O que eles queriam era isso. Exatamente.

RG – Essa idéia, por exemplo, o senhor tinha em contato com instituições estrangeiras, outros lugares em que o senhor viu pesquisa funcionando bem, assim, havia um modelo ideal?

FL – Não. Eu não copieei ninguém. Eu achava que era assim, que pronto. Eu não precisava copiar de ninguém, não é.

RG – Não. Eventualmente é só uma coisa de experiência.

FL – Não. Nunca me interessei. Quando, as vezes que eu fui ao estrangeiro, eu nunca me interessei pra saber qual era o tipo de diretoria que existia na Fundação Rockefeller, em Nova York ou eu ia a uma fundação, o Instituto Heissen, o Instituto Pasteur. Nunca me interessei por isso. A parte administrativa eu nunca me interessei. Só que eu achava que aqui o problema era esse. Era um problema de participação dos... Então era só fazer um conselho em que cada um tomasse seu papel, assumisse seu papel. Pronto.

RG – O senhor lembra quem eram esses 8 chefes de divisão? Que estavam...

FL – Deixa ver. Era o Souza Araújo...

RG – Na lepra, né.

JB – Divisão de Bacteriologia.

FL – A divisão de Souza Araújo, não me lembro. Não era só lepra não.

JB – Era bacteriologia.

FL – Bacteriologia. Tinha o Travassos, tinha Gilberto Vilela, o Muniz - endemia -, Magarinos Torres, 5, Thales Martins, Fisiologia, 6, acho que o Arêa Leão, deixa eu ver quem mais...

JB – Da sua divisão, da divisão de Estudo de Endemias?

FL – Endemias era o Muniz, Júlio Muniz, é Júlio Muniz.

RG – Vilela era Química.

FL – Química. É.

RG – O Travassos, o senhor falou que o Travassos é qual?

FL – Travassos era Entomologia. Aliás era a divisão de Zoologia, eu acho.

JB – Zoologia Médica.

FL – É, Zoologia Médica.

RG – O Travassos dirigia essa divisão toda.

JB – Tinha a divisão de Higiene também.

FL – Higiene quem era?

JB – Não era o Barros Barreto?

FL – Não. Mas não era daqui. O Barros Barreto era do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério.

JB – Mas ele veio pra cá.

FL – Não. Não. Barros Barreto era do Departamento Nacional de Saúde. Não. Higiene eu acho que não tinha aqui. Não me lembro bem as estruturas quais eram. Tinha o Costa Lima, mas eu acho que o Costa Lima não era chefe de divisão. Qual era outro, Arêa Leão.

RG – A gente falou no Magarinos Torres, patologia, o Arêa Leão era qual departamento, qual divisão?

FL – Arêa Leão era Micologia, é. Era Micologia. Bom. Eu não me lembro quais eram...

JB – Outros nomes depois a gente... Agora, eu queria saber uma coisa, Dr. Francisco. Essas divisões, elas funcionavam efetivamente como congregadoras de trabalho?

FL – É. Porque eram pequenas, né. O que aconteceu é que no Instituto a estrutura era muito livre porque era baseada na cela, que era o laboratório. Os chefes de laboratório é que...

JB – Que tinham o peso real.

FL – É. Peso, é. De forma que dentro da divisão... Eram pequenas as divisões porque o número de pesquisadores era relativamente pequeno. Havia o quê? Naquela época no Instituto não devia ter nem 500 pessoas trabalhando aqui. É. Devia ser isso, como pesquisador. Mas o número de pesquisador em relação ao funcionalismo era eu acho quase que metade funcionário, metade pesquisador. Hoje eu acho que é 10 funcionários pra um pesquisador, né. Eu não sei qual é a relação. Isso eu precisava ver. Antigamente não. A relação era muito pequena, de número de funcionários. A administração, por exemplo, era muito pequena. Era esta sala e essas outras aí. Pronto. Isso tudo. A parte de secretaria, contabilidade, tudo isso, serviço de pessoal.

RG – Funcionava aqui onde estamos?

FL – É. Essa aqui, essas duas outras ali e tudo isso e pronto. Era tudo pequenininho. Agora, os laboratórios é que eram... havia mais pesquisadores.

JB – Eles tinham muita autonomia, os laboratórios?

FL – É. Tinham muita autonomia. É. Porque, por exemplo, o sujeito ia pedir um material, não tinha esse negócio de se dirigir ao chefe de divisão. Ele pedia diretamente ao diretor, pois ele estava ali com o diretor todo dia. Não tinha essa burocracia: “Fulano, encaminhe-se a fulano”. Aquele fulano não tem nada que ver com esse pedido, não sabe, não é. Isso aí é uma maneira da burocracia no Brasil... chefe de divisão, chefe de departamento, essas coisas. Esses intermediários todos entre o poder de decisão e o problema, esse caminho dever ser o mais livre possível. Senão fica: “Encaminhe-se a fulano para opinar”. Aquele fulano não tem nada o que opinar. Nem sabe o que é aquilo. (ri) A verdade é essa, porque ninguém pode ser especialista em tudo. Então, a administração pública vem decaindo cada dia mais por isso, há muito intermediário, não é. Você pra pedir um lapisinho, uma coisinha, tem que ir pro chefe de seção, depois pro diretor não sei o quê, chefe de departamento, não sei o quê. Um mundo de gente. Antigamente não havia isso.

RG – Uma curiosidade. Não havia isso em lugar nenhum ou aqui?

FL – Não. Aqui. Aqui. Lá fora eu não sei.

RG – Mas em outros serviços do Estado talvez houvesse essa burocracia?

FL – Ah! Claro. A burocracia, é, quanto mais melhor pra eles. A burocracia no Brasil é isso.

JB – Agora, Dr. Laranja, eu tô fazendo essa pergunta, porque, através da leitura dos relatórios das várias administrações uma coisa que ficou assim ponto de interrogação pra gente é o

seguinte: em 1942, assim que o Henrique Aragão assumiu, o Instituto recebeu um novo regimento que modificou a estrutura inteira dele. Foi aí que se criaram as divisões, não é.

FL – Era o DASP. É.

JB – E no relatório do Henrique Aragão, onde ele fala a respeito desse novo regimento, ele diz, com todas as letras, que era intenção dele acabar com a prática dos trabalhos individuais e instituir dentro do Instituto a prática da inter-relação entre os trabalhos. Quer dizer então, a divisão viria cumprir esse papel. Num outro documento, que é o depoimento do Dr. Tito Cavalcanti, ele diz que na verdade essas divisões, como o senhor está dizendo agora, nunca funcionaram. Só vieram a ter um peso real quando o senhor criou esse conselho. Quer dizer então, o Dr. Henrique tinha intenção, por exemplo, o Dr. Henrique Aragão tinha a intenção de com essas divisões de acabar com a petição dos laboratórios...

FL – Ah, isso eu não sei.

JB – ... com as suas próprias metas de trabalho e tal, quer dizer, tentar implantar uma diretriz mais definida de pesquisa?

FL – Ah, isso eu não posso responder porque eu não sei não. Qual era a intenção do Dr. Aragão, eu não sei. Eu sei que realmente aconteceu isso. Quando eu fiz o conselho, aí é que os chefes de divisão, que eram figuras burocráticas, se tornaram figuras atuantes. Essa é que é a verdade, se tornaram figuras atuantes.

JB – E a relação com o chefe de laboratório?

FL – Aí que melhorou. Porque aí é que eles tiveram relacionamento, não é. É. Porque eles adquiriram poder de decisão. O que importa é o poder de decisão. Enquanto a pessoa não tem poder de decisão ela é uma figura apagada, é uma figura burocrática só. É, não é? Ele encaminha o processo, recebe aqui, encaminha.

JB – Certo.

RG – Eu queria tentar voltar um pouquinho, se fosse possível, pro Dr. Olímpio. Porque a gestão do Dr. Olímpio, ela é muito controvertida, né. Já se ouviu falar que ele tentou implantar assim algumas modificações, algumas até coisas muito modernas, não é. Tentou dar força pra alguns setores que vinham, não sei, meio parados. Então, nos parece que houve assim uma espécie de luta interna aqui dentro, né, que uns setores se beneficiaram e outros que sentiram menos favorecidos por essas modificações. O senhor pode falar um pouco desse período?

FL – Eu não sei sobre isso. Eu não posso falar porque, embora eu trabalhasse aí, eu não me interessava pelo problema de administração, estrutura do Instituto, nada disso. Eu não me interessava por nada disso, não tomava conhecimento. Era puramente a parte de pesquisa em Chagas e só. De forma que eu não sei o quê que havia de... nem sei porque realmente o pessoal é...

Fita 6 - Lado B

JB – Bom. Dr. Francisco. Então o senhor assumiu como diretor do Instituto em mil novecentos e cinquenta e...

FL – ...três.

JB – ...cinquenta e três. Bom, criou-se esse conselho reunindo os chefes de divisão. E como é que foi a rotina disso? Quer dizer, como era a rotina, como é que funcionava então?

FL – Bom...

JB – Existiam reuniões pré-determinadas, periódicas?

FL – Não. As reuniões dependiam da pauta, dos assuntos, né. Porque a rotina era muito suave. E os assuntos que dependiam de uma decisão coletiva eram mais raros. Então a gente podia fazer, marcava as reuniões conforme aparecessem os assuntos, as matérias, né. Agora, a rotina era muito tranqüila, muito silencioso isto aqui, o diretor tinha muito tempo. O diretor, o lugar onde permanecia menos era no gabinete. O Aragão, por exemplo, e eu também fazia muito isso, sempre rondando nos laboratórios. A gente sempre tinha a presença do diretor no laboratório. Era uma tradição aquilo, o diretor ir nos laboratórios pra tomar conhecimento, tomar contato direto com o pesquisador, ver o problema dele, não é, diretamente. Então isso se manteve. O diretor ia muito aos laboratórios assim. Esse problema da administração dos prédios, dos campos aqui, tudo isso tudo era muito... muito suave. Ao ministério a gente ia, não ia muito freqüente também. Tinha aquela coisa, as verbas eram depositadas, a aquisição de material era um setor muito eficiente. Era um homem só praticamente, o Teófilo, que era uma instituição. Você pedia o material hoje, amanhã estava aí o material. Porque o Instituto tinha crédito na praça. De forma que o Teófilo telefonava, eles adiantavam logo, antes de receber o pagamento. Depois é que ia o empenho, não sei o quê, essa burocracia ia depois. Primeiro vinha o material.

RG – O Teófilo já tava a anos e anos aqui.

FL – Desde o tempo do Dr. Oswaldo. Era um velhinho. Eu acho que ele era mais velho que o Dr. Aragão. Teófilo, eu acho que tinha uns 78 anos naquela época. É. Mas era um mosquito elétrico, magrinho, uma atividade monstra. De manhã ele ficava aqui, tomava contato com a gente, no refeitório ele sempre aparecia, todo dia, e ali todo mundo podia fazer o pedido. “Ô Teófilo, eu preciso isso, preciso aquilo” e tal. Ele tomava nota num papelzinho, botava no bolso do colete. Sempre de colete. Botava no bolso do colete. No outro dia estava o material aí no laboratório. É. Aí é que a gente preenchia o pedido ou então trazia para a autorização do diretor, não é. Mas tudo era muito desburocratizado.

JB – Dr. Francisco. Quais foram assim as matérias mais relevantes, que foram objetos de discussão coletiva na sua gestão?

FL – Ah, agora eu não me lembro assim. (ri) É difícil dizer.

JB – E o quê que se passava assim, qual é a avaliação que o senhor tem a respeito das pesquisas, dos trabalhos em andamento no Instituto nessa época? O quê havia de importante assim? Quais eram os setores de ponta de trabalho aqui?

FL – É que tinham muitos setores, né. Todos os setores trabalhavam muito. Todos eram importantes. Todo o pessoal trabalhava muito. Chagas tinha muita atividade. Muita atividade em Lepra, Souza Araújo. O pessoal do Costa Lima, o pessoal do Travassos publicavam muito, muitos trabalhos. Havia muito, muita atividade de pesquisa, não.

JB – Como é que estava a questão de Bambuí? Continuou?

FL – Continuou. Continuou. A questão de Bambuí continuou a mesma coisa. Mas não havia assim uma preferência particular. Aliás sobre esse aspecto há uma coisa curiosa. Quando eu assumi, o Dr. Aragão, que era o meu consultor, meu conselheiro - ele tinha a mesa junto na minha sala. Ficava ali quieto, mas qualquer coisa eu recorria ao Dr. Aragão, que ele tinha muita experiência. Eu me lembro que numa das primeiras recomendações, ele disse: “Ó Laranja, agora você tem que se afastar da pesquisa. Porque como diretor você não deve ser pesquisador. Porque qualquer benefício que você faça ao seu laboratório, aquilo parece um abuso de autoridade, não é, você está se valendo do cargo de diretor pra beneficiar o seu laboratório, o laboratório do Emanuel.” (ri) Eu me lembro. Tanto é que eu parei, me desliguei da pesquisa quando assumi a diretoria. Não tinha nada que ver uma coisa com a outra.

JB – E Dr. Francisco, e a penicilina?

FL – Foi. Naquela época estava em grande...

JB – Que parece assim que na época em que o senhor entrou... 42, 43, o Instituto estava se lançando na produção de penicilina.

RG – Ele entrou em 53.

JB – Ele entra em 43.

RG – Ah, entrou. Claro.

JB – Nessa época. Como é que tava?

FL – Isso eu não sei, não me lembro assim. O pessoal da área aí é que deve se lembrar bem como é que estava. Eu sei que produziam penicilina aqui. Produziam. Mas eu não posso dar... Era o Gobert, era o Oswaldo Cruz Filho, esse pessoal da bacteriologia. Mas eu não me lembro assim.

JB – Uma outra coisa. Deixa eu checar isso aqui. Nessa época também, por exemplo, do Dr. Henrique Aragão - quer dizer, eu estou tentando buscar os laços de continuidade dessa história - uma questão começa a aparecer como muito importante, são as questões relacionadas às vitaminas, dosagens, produção de vitamina D a partir do óleo do cação.

FL – Bom. Essas coisas mais pormenorizadas assim era mais do domínio de cada divisão. Aí é que entrava cada diretor de divisão. O diretor tinha uma coisa mais panorâmica, com envolvimento mais panorâmico, de questões mais gerais, e não particularizadas assim. Aí era domínio do chefe de divisão. Todas essas questões eram resolvidas naquela área ali, né.

JB – Certo. Agora, a divisão à qual o senhor estivera ligado, que era a divisão de Estudo de Endemias, ela também estava muito preocupada com a questão da esquistossomose, não era?

FL – Era, o Jansen. Era o Jansen.

JB – E como é que caminha... Porque aquele posto de Catende, que era um posto semelhante a Bambuí, em Pernambuco, não é? Só que ele foi absorvido pelo Estado, não foi?

FL – Eu não me lembro disso. Aqui trabalhava o Jansen em esquistossomose. O Lobato é que deve se lembrar bem. Eu não sei. O Mangabeira em Leishmaniose, Guimarães trabalhava em leishmaniose também... Eu não me lembro. Pormenorizado, particularizado assim eu não me lembro bem. Mas depois, o período todo que eu fiquei como diretor não havia problema. Era muito suave a diretoria, não era... Também era muito fácil dirigir o Instituto. Pelo menos pra mim era muito fácil. Aquilo corria tudo naturalmente. Eu descentralizei muito os poderes, as decisões, compreendeu, as decisões. De forma que não havia problemas.

RG – O Dr. Aragão em nenhum momento interferiu na sua orientação?

FL – Não, ele só abria a boca quando eu perguntava. Eu é que insistia, eu é que recorria a ele. Mas ele absolutamente não interferia em nada. Não dava opinião.

RG – Porque parece que são estilos muito diferentes, não é? O seu e o dele eram bem diferentes.

FL – Ah era. Muito diferente.

RG – Parece que ele era uma pessoa bem centralizadora.

FL – É. Ele era centralizadora, era. Exatamente o oposto meu. Mas eu acho que ele depois reconheceu que eu acertei com o negócio, com a fórmula.

RG – Agora, eu quero saber, quando o senhor foi nomeado, bem no começo, qual foi a sua sensação, a sua emoção de estar assim à na cabeça de uma instituição como essa?

FL – Não; não tive emoção nenhuma. Eu só achei que eu não tava preparado pra aquilo. Eu digo: “Eu acho que é engano, não sou eu não.” Eu nunca administrei nada, não tenho experiência nenhuma. Mas também não me assustei não. Porque também isso é fácil. Eu me lembro que quando eu assumi, o Teófilo, depois da cerimônia de posse, o Teófilo me disse: “Olha Dr. Laranja, está na época de elaboração... da aprovação do orçamento do ministério, pro próximo ano. Então o pessoal do DASP está com o orçamento do Instituto lá. Então como eles sabiam que ia mudar a direção, eles ainda não se pronunciaram sobre o orçamento do Instituto. Porque eles estão esperando que o senhor assuma para eles consultar a respeito daquele orçamento que tinha sido elaborado pelo Dr. Olímpio.” Eu digo: “Está bem”. Eu disse: “Quando é que nós podemos ir lá?” Eu digo: “Vamos lá amanhã”. Marcou. No outro dia eu fui lá com o Teófilo. Na divisão de orçamento do DASP. Aí eles me explicaram, essa mesma coisa que eu disse, estavam esperando, queriam que eu desse uma olhada, ver o que eu achava e tal. E aí o sujeito pegou lá um bruto calhamaço desse tamanho, um paralelepípedo, disse: “Tá aqui o orçamento do Instituto, doutor. Tá aqui pro senhor.” Eu digo: “Ah, é. Eu nunca vi um orçamento na minha vida. Essa é a primeira vez que eu estou vendo um orçamento em repartição. Nunca vi. Prazer em conhecer”. “Agora, – disse pra ele – acontece que eu não sei nada, eu não sei

discutir com vocês o que é um orçamento. Eu sei o que é o Instituto, quais são os problemas de pesquisa, mais ou menos. Mas o orçamento, a elaboração burocrática, essa coisa, eu não sei, eu não posso discutir com você.” (ri); “Ah! Tá bem. então...”; “E vocês então me digam aí o que vocês querem”; “Bom então está”. Eu digo: “Eu vou dizer pra vocês mais ou menos as necessidades e você vêem a disponibilidade de recursos. Vejam os recursos que estão aí, eu vou ver se chega aquilo ou não, mais ou menos, a gente faz uma estimativa”. Então começamos vendo tudo aquilo. Eu sei que tudo concordando, eles modificavam aqui, modificavam ali, eu só sei que no final o orçamento do Instituto dobrou. Era interessante ver o último orçamento da administração do Dr. Olímpio e o primeiro orçamento da administração do Xavier. Aliás, o orçamento que eu dispus e o orçamento que depois o Xavier dispôs no primeiro ano. Eu acho que dobrou o valor do orçamento. E com toda a facilidade ali. Só porque eu era ignorante. Por isso é que eu sempre digo:” Deus protege os inocentes.” (ri)

JB – Dr. Francisco, aproveitando esse negócio do orçamento. O Instituto ainda tinha as rendas próprias através do fornecimento de produtos?

FL – Eu nem sei. Parece que tinha alguma coisa aí. Não. Acho que não tinha não.

JB – A venda de soros e vacinas.

FL – Não, isso tudo era fornecido gratuitamente, eu acho. Isso eu não sei, sabe. Essa parte eu não sei. Os recursos eram orçamentários. Se tinha alguma renda... eu acho que não tinha não. Os recursos do Instituto eram puramente orçamentários.

JB – Na época do Dr. Aragão, as rendas obtidas com o fornecimento desses produtos biológicos e inclusive com análises que se faziam aqui e tal, chegavam às vezes a 50, 60% do orçamento.

FL – Ah é? Mas isso era... eu acho que nos últimos anos já depois...

JB – Pois é. Eu não sei se com a divisão do ministério, com a reforma do ministério, se isso continuou.

FL – É. Eu não sei disso. Nunca... eu não me lembro dessas coisas. Eu acho que não tinha. Eu acho que todos os recursos do instituto eram orçamentários.

RG – A sua gestão é a primeira vinculada ao recém criado Ministério da Saúde, com Miguel Couto, não é?

FL – Exatamente. É.

RG – Como é que eram as relações entre o senhor e ele, entre um órgão e outro?

JB – Houve muita mudança em relação à situação anterior?

FL – Bom. Eu acho que não. Eu com o Miguel Couto era... Não podia ser melhor. Em primeiro lugar isso. Primeiro que o Miguel Couto, ele era filho do velho Miguel Couto. Tinha formação clínica e principalmente cardiológica. Ele trabalhou em Chagas, publicou sobre Chagas, sobre cardiopatia de Chagas. Já tinha essa afinidade. Em, segundo lugar, poucos meses antes dele assumir como ministro, pouco tempo antes, eu tinha sido chamado pra atender uma pessoa da

família dele, como médico, numa conferência. E exatamente nesse caso eu fui muito feliz porque o meu diagnóstico estava correto. Então ficou muito satisfeito com aquilo. Então tinha mais isso, não é, de eu ter sido chamado, ter atendido um familiar dele assim em caráter de médico particular. E além disso era um homem muito fácil da gente conviver porque era um homem muito educado. Miguel Couto era um *gentleman* mesmo. E um homem muito sério e tudo quilo. Então muito fácil. E tinha muito boa vontade com o Instituto, tudo aquilo, não é. Não teve nenhum problema. Bom...

RG – Isso deve ter favorecido muito a sua gestão, não é? O fato de...

FL – Ah, claro. E a própria escolha. Isso deve ter influenciado até na própria escolha porque uma pessoa, na lista, ele viu que eu era uma pessoa já uma pessoa conhecida dele, como médico. Tudo isso influi. É humano que influi, não é.

RG – Pois é. Claro. Foi um ato de facilitação, não é, assim da liberação das verbas, toda essa coisa.

FL – Ah bom. Tinha muita facilidade pra obter as verbas e tudo. É. Muito apoio.

RG – Agora, uma outra coisa que eu tinha curiosidade, era desse papel de secretário do Dr. Tito. Esse papel já existia? Não foi um cargo novo não.

FL – Já existia. Só que o secretário era a segunda pessoa aqui no Instituto.

RG – Já tinha essa importância antes ou o senhor é que deu?

FL – Já tinha. Eu naturalmente reforcei. Mas já existia o cargo de secretário-geral, eu acho que na minha gestão, como era mais descentralizada, adquiriu mais força o cargo. Era praticamente o vice-diretor, não é.

RG – Como que o senhor chegou ao Dr. Tito. Os senhores já se conheciam bem ou foi uma indicação, foi uma coincidência?

FL – Não. Eu já conhecia, pois eu já trabalhava aqui há muito tempo. Mas eu não me lembro bem. Mas eu sempre admirava muito o Tito porque eu achava que ele tinha uma figura de lorde inglês. Muito educado sempre, não é. E do grupo de fisiologia que era um grupo tradicionalmente, já desde a figura do Miguel Osório, que eu ainda peguei aqui, era um homem muito fino. Depois o Thales Martins também, o Tito, o Haity. Todas pessoas com quem eu simpatizava muito, e achava que o Tito estava preparado pra aquilo. E como foi realmente. Saiu melhor que a encomenda. (ri) O Tito me ajudou muito. A figura dele. E se dava com todo mundo. A gente via que não... Era um *gentleman*, um diplomata mesmo, não é. Foi muito útil, muito.

RG – Ele fazia a ponte entre o senhor e alguns setores que os quais o senhor não tinha tido ainda muito contato.

FL – Não, com todo mundo, todo mundo. Era indiscriminado, não era esse ou aquele setor. Era com todo mundo.

JB – Dr. Francisco, as relações entre os chefes de divisões, entre divisões, eram as mais tranquilas e pacíficas?

FL – Bom. Numa instituição científica, a gente nunca pode generalizar muito. O pesquisador, o cientista briga muito, tem muitos ciúmes um do outro. São muito feito criança. Ó, no pesquisador você nunca pode tocar qualquer coisa que venha ferir a vaidade. Para o político, você nunca pode tocar em qualquer coisa que venha restringir o domínio político, poder político; e pro capitalista, não toque no bolso dele. Não é mesmo? Pronto. Se você respeitar essas coisas, tudo bem. (risos) De forma que essas briguinhas entre pesquisadores, especialmente... às vezes na mesma área: “Ah não, o trabalho de fulano não presta pra nada!”. O trabalho do outro nunca é bom. O bom é o dele. (ri)

JB – Mas na sua avaliação pessoal, quais eram as áreas mais importantes do Instituto naquela ocasião?

FL – Bom. A minha avaliação era “Chagas”. Qual é que podia ser? É claro. Como pesquisador eu não posso fugir à regra. A minha era a mais importante. (ri)

JB – Está certo. Agora a doença de Chagas, ela era estudada por outras divisões também, não era?

FL – Não. Era um conjunto... Era praticamente, porque tudo resultava de Bambuí. Há vários outros *approaches*, outros enfoques. Por exemplo, o departamento de patologia, imunologia, com o Muniz, mas era em torno de um eixo comum que era Bambuí. Que é o que não tem hoje. Hoje é cada um por si, mas não tem ligação. Foi o que faltou nesses últimos anos, em Chagas.

JB – Havia debates científicos aqui dentro?

FL – Não. Não debatia muito. Se você tinha uma dúvida, você ia no laboratório de fulano, do outro e conversava com ele, está acabado, não tinha essa...

JB – Dr. Francisco, essas divisões e esses laboratórios, os seus objetos, os seus temas de pesquisa, quer dizer o diretor determinava alguma coisa? O ministério determinava alguma coisa?

FL – Não. Cada um escolhia. Não.

JB – A coisa saía do âmbito do laboratório?

FL – É. Espontaneamente. Agora, naturalmente o pessoal tinha muito senso, não é. Cada um tinha sua preferência por determinados assuntos pra pesquisa e tinha liberdade de fazer aquela pesquisa. Agora, é claro que dum ponto de vista, digamos, do ministério ou do governo ou da própria sociedade, alguns assuntos diziam mais diretamente com a coletividade. Por exemplo, Chagas era um problema que a vista de todos. Então o povo via, quer dizer, problemas práticos. Já tinha outros pesquisadores que atuavam em campos mais abstratos que nunca chegavam a despertar grande interesse do povo. Isso existe hoje, existe sempre e em toda a parte, não é, alguns que trabalham num campo mais aplicado, outros trabalham num campo mais abstrato. É aí que eles chamam até pesquisa básica, coisa mais abstrata.

JB – Mas as duas áreas eram igualmente aquinhoadas, em termos de recursos.

FL – Tudo. Era, a mesma coisa. O que importa é a qualidade do trabalho, não é.

JB – Mas por exemplo, essas áreas vamos supor, que estavam mais diretamente voltadas pra questão de saúde pública como por exemplo a doença de Chagas, a esquistossomose, boubá, sei lá, tinha febre... tinham várias questões, né.

FL – Bom. Recebiam um tratamento especial, particular porque tinha a prova, tinha uma divisão e eram quase, não digo preferenciais, mas recebiam muito apoio, principalmente essas. Por exemplo, a boubá, com o Guimarães, tinha posto aí em Rio Bonito, tinha posto em Araruama. Ia pra lá, tinha todos os meios pra fazer, não é. Extinguiu a boubá aí em pouco tempo, não é. Esquistossomose também, Chagas, com Bambuí. Essas endemias recebiam tratamento muito particularizado.

JB – Mas quer dizer, o interesse digamos assim, o investimento no sentido de enfrentar essas doenças, essas questões, eram iniciativas que surgiam no âmbito do próprio Instituto ou era uma coisa que vinha no sentido...?

FL – Era. Fazia parte da rotina da própria...

JB – O ministério solicita?

FL – Ih!... Não. Não. Era a própria filosofia de trabalho da instituição. Era a própria filosofia de trabalho da instituição. Porque o Instituto era o primeiro a reconhecer a importância disso pro povo. Aí é que é. Não precisava que alguém viesse dizer: “Olha, vamos trabalhar em Chagas porque precisa. Tem financiamento do CNPq pra Chagas e não sei o quê”. Não tinha nada disso. O Instituto já no seu orçamento, aquilo fazia parte, era rotina. Já o orçamento era com previsão pra essas coisas.

JB – Agora, Dr. Francisco, no caso, a relação, por exemplo, entre essas áreas mais aplicadas e as áreas mais abstratas. Quer dizer, uma alimentava a outra ou elas caminhavam, não caminhavam... Quer dizer, não havia necessariamente uma coincidência de problemática das questões?

FL – Não. Essa correlação, naquela época, não era diferente de hoje. E aqui no Brasil não é diferente da Europa ou dos Estados Unidos. Em toda a parte, é uma coisa só. Depende mais das pessoas do que dos assuntos, dos temas em si. A correlação existe sempre. Se ele se concretiza, em termos práticos, ou não, depende de quem realiza as pesquisas. Compreendeu? Depende da afinidade entre os pesquisadores, mas do que da afinidade entre as matérias. Então pode haver muita correlação, pode não haver nenhuma, embora seja necessária, compreende. Depende tudo do tipo de relações entre as pessoas que executam. De forma que esse entrosamento entre os diferentes setores deve ser estimulado, mas nunca a gente não pode obrigar que se realize. É muito proveitoso que haja sempre um entrosamento perfeito, mais íntimo possível entre um setor básico e um problema aplicado, uma pesquisa aplicada. Mas isso não quer dizer que a gente possa necessariamente induzir aquilo, forçar aquele entrosamento. Depende dos pesquisadores.

JB – Quer dizer, isso dependia, por exemplo, do...

FL – Isso era espontâneo.

JB – ... do chefe do laboratório ter a iniciativa e a humildade de procurar outro chefe de laboratório e propor a ele uma questão.

FL – É. Claro. É assim que se faz. Não cabe, mesmo, à direção interferir nesse sentido.

JB – Mas por exemplo. O Dr. Henrique Aragão interferia.

FL – Não.

JB – Ele dizia: “Vamos produzir penicilina aqui.” Pá! Produzia penicilina.

FL – Ah, bom. Mas aí já é... ah, não é propriamente no setor de pesquisa. É uma tecnologia. Aí é diferente, não é. Produzir penicilina não é pesquisa. É um desenvolvimento tecnológico. Aí cabe à direção fazer. Depende de uma determinação puramente, não é.

JB – E como é que se conciliava, no âmbito desses laboratórios, aquilo que, por exemplo, nos relatórios, são chamados de serviços de rotina e os serviços de pesquisa?

FL – É. Tem os serviços que eles fazem... Essas áreas tecnológicas, em geral, são o que se chamam serviços de rotina, faz sempre a mesma coisa, produz sempre um medicamento, ampolas e tal, e soro, aquilo.

JB – Mas isso não atrapalhava por exemplo o trabalho de pesquisa?

FL – Não. Não tem nada que ver uma coisa com a outra. Não. Não tem nada que ver. Não. Como existe hoje também. Tem o setor de produção e setores que são de pesquisa.

JB – Mas naquela época era assim, era dividido assim?

FL – Era, mais ou menos assim. Existia o setor de produção que fazia a vacina contra a febre amarela, vacina antivariólica. Era mais ou menos a mesma coisa.

JB – E uma outra questão que na época se tentava fazer aqui a vacina contra a gripe?

FL – Ah, é. Houve uma época que...

JB – Não deu certo?

FL – Não deu certo. Era o Lacorte, o Estácio, o pessoal de virologia.

JB – Por quê que não funcionou?

FL – Eu não sei exatamente porque. Bom, não é só aqui que não deu certo. Em nenhuma parte deu certo. A verdade é essa, não é. E ainda está a gripe aí sem nenhuma vacina. Porque a diversidade de vírus e tudo isso, não é, não conseguiram até hoje produzir uma vacina antigripal eficiente.

RG – O senhor mencionou o CNPq. Precisava ou não precisava, quer dizer, não era aproveitando uma verba que...

FL – Ah sim. Bom. Começa por aí. O CNPq foi depois. Foi... deixa ver.... As pesquisas de Bambuí, por exemplo, como todas as pesquisas aqui até aquele período, não tinham nenhum auxílio de fora. Não tinha trabalho financiado por fulano, beltrano, tal ou qual instituição. Eu me lembro que dos nossos trabalhos só o último, o que foi publicado em 1956, eu já tinha saído da diretoria. Foi um trabalho publicado no “*Circulation*” - esse tem lá - financiado parcialmente pelo CNPq. Tinham fundado o CNPq. Era o Almirante Álvaro Alberto. Eu acho que esse trabalho foi um dos primeiros aqui no Brasil onde figura o CNPq como financiando trabalho.

RG – É de que data? O senhor lembra a data?

FL – 1956. É. Eles deram um auxílio. Mas o trabalho já estava pronto. Depois de publicado o trabalho é que a gente aproveitou a ajuda do CNPq. Comprou um Raio X lá pra Bambuí com a ajuda do CNPq. Mas figura... Mas é o único trabalho nosso que é assim financiado por uma instituição externa ao Instituto. Todos os outros são financiados pelo próprio, pelos recursos orçamentários normais do Instituto Oswaldo Cruz.

RG – Quer dizer, na época da sua gestão, o senhor não lembra desses vínculos com essas...

FL – Não tinha, não tinha, não havia, não houve nenhum vínculo. Não havia vínculo nenhum.

RG – Que dizer, o papel do CNPq pra esse tipo de coisa ainda não era muito claro também, muito definido. Como é que ele poderia apoiar, né?

FL – Ainda não, só depois. Foi posterior. É. Eu tenho a impressão... eu não sei bem como é que é. Mas eu tenho a impressão que funcionava melhor quando o financiamento era dado para a própria Instituição.

RG – E não para o pesquisador individual.

FL – É. Se o Instituto incorporar na proposta orçamentária todos os recursos necessários à pesquisa que seja um assunto interno da Instituição. E não esse sistema atual, cada um vai lá, pede uma ajudazinha individual, no nome daquela pessoa e publica um trabalhinho qualquer que serve pra títulos, pra fazer doutorado, pra fazer mestrado. Eu tenho a impressão que esse sistema desperdiça muito recurso e não é eficiente.

RG – E fica muito competitivo também, não é?

FL – E competitivo. É. Muito trabalho que só tem razão de ser para a finalidade de fazer currículo. A literatura médica, pelo menos no meu campo, hoje é extraordinariamente rica em trabalhos pra currículo e não para avanço da ciência. Uma coisa!

Fita 7 – Lado A

FL – ... que a Fundação, a direção da Fundação, se encarregasse, ela em si, de arranjar os recursos e incorporar no orçamento anual, não é, os recursos para pesquisa, para os projetos de

pesquisa da instituição. Quer dizer, seria um sistema interno, puramente. Não haveria esse negócio de apresentar projetos lá pra CNPq, FINEP, não sei o quê. Os recursos viriam diretamente para a Fundação. A seleção desses projetos aí é que entraria aquele esquema, aquela estrutura, a partir do laboratório. O assistente tinha que submeter ao chefe do laboratório. Ele então ia submeter ao chefe de divisão e o chefe de divisão então ia submeter ao Conselho. O Conselho ia ter vários consultores em determinados campos e aqueles consultores é que iriam opinar. De forma que seria um assunto de âmbito interno. Os recursos, os projetos selecionados e os recursos seriam puramente de atribuição da instituição. Não haveria necessidade de estar recorrendo. Hoje cada vez burocratizam mais, de forma que eu não sei como vai ser isso daqui a uns tempos, não é. As coisas são cada vez mais complicadas. Porque sabe como é, a máquina burocrática quanto mais complicar, melhor. A burocracia é assim. É um câncer! Ela vai se expandindo, se expandindo e vai dificultando. Vai dificultando cada vez mais. Quanto mais simples o sistema administrativo, melhor; que funcione rápido, eficiente. Isto é que é. Mas bem simples. Mínimo de gente, mínimo de gente também. Mas exatamente a filosofia do burocrata é complicar. Quanto mais funcionário ele tem, mais importante ele é. Não é? Um chefe de divisão, um chefe de seção com 50 funcionários, ele se acha mais importante do que se a seção dele tivesse só 20, não é?

RG – O senhor vê isso em relação à... Porque existem várias instituições, não é. Existe a Universidade, existe um instituto só de pesquisa...

FL – Ih! Hoje é uma infinidade de...

RG – ... e ainda existem esses órgãos do estado que o senhor conhece bem, né. IAPI, depois o senhor tem uma outra carreira ligada ao SAMDU⁵. Quer dizer, o senhor vê: esse processo é geral ou o senhor diria que em algumas áreas esse câncer cresceu mais, se expandiu mais?

FL – Eu acho que em tudo. De uma maneira geral em quase todos os setores. Ah bom. Todo mundo reconhece que a burocracia no Brasil é um inferno. Quantos têm? 900 mil funcionários, que a gente sabe. Tem muita repartição aí que não sabe nem o número de funcionários, não sabe nem quem está na folha de pagamento. E a prova são as dificuldades que tiveram. Vê que já criaram o ministério da Desburocratização! Não conseguiu nada, não é. E a dificuldade que tem hoje pra tal da reforma administrativa, que afinal de contas o objetivo seria diminuir um pouco essa máquina burocrática. Mas eu acho que eles não conseguem nem dimensionar essa máquina burocrática. Não sabem nem direito quantos funcionários tem o Brasil, e onde estão, e quanto ganham. (ri) Se soubessem isso já era uma grande coisa.

JB – Dr. Francisco, nessa época que o senhor foi diretor do Instituto, quer dizer, além desses congressos internacionais em que se fazia a divulgação dos trabalhos e tudo, com que outras instituições congêneres o Instituto mantinha relações?

FL – Não mantinha nada. Cada um trabalhava isolado aqui. Isso aqui era um mundo à parte. (ri) É.

JB – Nenhuma? Com Belém, com São Paulo, com países sul-americanos, havia intercâmbios?

FL – Bom, tinha algum... relativo. Antigamente essas coisas, essas inter-relações eram muito mais difíceis. Os meios de comunicação eram mais difíceis, mais lentos, mais pobres. Hoje é

⁵ Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência.

tudo tão fácil! Tudo. Até as paredes dos laboratórios já são transparentes de forma que o sujeito não tem privacidade nem dentro do laboratório! A verdade é essa, não é mesmo. (ri) Então, qualquer coisa que se faz, a televisão divulga, no Acre já sabe amanhã que você está fazendo isso. É outra ótica, muito diferente. Antigamente era mais fechado tudo. Você às vezes pra ter uma notícia demorava, não é. Aqui, o ponto de encontro era o refeitório. A gente sabia muito o que acontecia nos outros laboratórios porque na hora do almoço todo mundo conversa e tal. E ali todo dia se encontra, de forma que realmente a comunicação se fazia mais através do refeitório do que através de outros meios, não é.

JB – O refeitório era privativo dos cientistas?

FL – Não. Funcionários também.

JB – Mesmo os funcionários subalternos?

FL – Subalternos também. Os subalternos, como não dava pra todos ao mesmo tempo, os subalternos eram um horário pouquinho antes e ocupavam tudo. Mas o mesmo refeitório, uma hora depois, era ocupado pelos pesquisadores e funcionários todos.

JB – Me diga uma coisa, Dr. Francisco. Na época da sua gestão houve alguma mudança importante assim em termos da estrutura física do *campus* de Manguinhos, alguma obra importante, alguma transformação importante?

FL – Não. Não. Não. Não houve não. Não houve tempo pra isso. Eu fiquei um ano e pouco, não é. Bom. A gente, nesse ano e pouco, fez algumas coisas muito rápidas, porque o negócio era pra valer mesmo. Por exemplo, todo o calçamento disso aí foi feito nesse ano que eu administrei. Os telefones foram instalados nessa época.

JB – Ah é?

FL – É. (ri)

JB – Não havia instalação - terminais, mesa telefônica - aqui em Manguinhos?

FL – Não. Não. Parece que havia um telefone aqui no gabinete, um no Instituto. Mas pros laboratórios assim não tinha. Não tinha rede nessa época. Eu não me lembro bem. Mas o senhor sabe aí. Eu fazia muita coisa rápido, né.

RG – O senhor tava falando, na hora de almoço, daquela construção que vocês fizeram em onze meses.

FL – É, onze meses, é. Está funcionando. É o pavilhão da febre amarela, é, fabrica a vacina, contra a febre amarela. Aquilo foi feito no meu período, em onze meses.

RG – Porque que houve necessidade da construção do pavilhão?

FL – As acomodações lá na Rockefeller já estavam pequenas, já tavam inadequadas, é.

JB – Como é que foi essa incorporação do pessoal da Rockefeller? A estrutura se manteve intacta? Eles continuavam funcionando?

FL – É, porque tinha um pessoal daqui que trabalhava lá. Os americanos, os técnicos americanos foram embora, tinham a função deles. Os outros continuavam aqui. Pronto. Foram incorporados. Só mudar. A folha de pagamento passou pro Tesouro Nacional e pronto. É.

JB – Dr. Francisco, e como é que foi a sua saída?

FL – Bom. A minha saída foi no impacto político do suicídio do Dr. Getúlio, não é. Esse foi o problema. Com aquele impacto político, naturalmente mudou toda a administração do país. Mudaram os ministros, mudou tudo. E quando eu apresentei o pedido de demissão – foi o quê? Agosto de 54, é, foi agosto de 54. Mudou o governo, eu apresentei o pedido de demissão para o novo ministro, já no governo Café Filho. Quando eu apresentei o pedido de demissão, o pessoal daqui já apresentou um memorial solicitando ao governo que não mudasse a direção do instituto, que mantivesse o Instituto alheio às mudanças políticas. Eles queriam que se mantivesse o Instituto isento... aliás o que era... tinha sido respeitado até então, não é, isento de influência político-partidárias. Por essa razão puderam permanecer no cargo durante tantos anos todos os diretores até então. Bom. É... Então mudou o governo e eu continuei... Não me deram a demissão imediatamente. Não concederam a exoneração imediatamente. Acho que foi só em fevereiro. É. A exoneração só veio em fevereiro. Aí foi um problema de... surgiu um problema administrativo, uma determinação do ministro, compreendeu, pra admitir no quadro de biologia um pesquisador. e acontecia que a tradição tudo, fazia com que só fossem admitidos para o quadro quando se preenchia determinados requisitos. E esse pesquisador não estava dentro daqueles requisitos exigidos. Além disso essas decisões de admissão ou demissão de pessoal eram atribuições que eu havia conferido ao Conselho. Então não dependiam, só do diretor, dependiam de uma decisão do Conselho. Eu havia elaborado essa estrutura pro Instituto, não é. Havia sido aprovada na minha administração. de forma que eu fiz ver ao ministro que isso não dependeria de mim, mas sim dependeria de uma decisão do Conselho, né. Aí eu submeti ao Conselho e o Conselho não aprovou. Por unanimidade rejeitou. E eu... ao diretor cabia unicamente, é, informar ao ministro de que aquela determinação não podia ser cumprida. Que eu não podia cumprir aquela determinação. E aí então, ele que não era muito democrata...

RG – Quem era o ministro?

FL – Era o major-médico Aramis Athayde.

RG – Substituiu Miguel Couto?

FL – Substituiu Miguel Couto. Ele era cunhado do Muñoz da Rocha, governador do Paraná. Então, o ministro me fez ver que aquilo era uma determinação, era a ordem do presidente. Então aí se estabeleceu o conflito. Pra eu executar a ordem, eu teria que demitir o Conselho. É claro, não é? Ou então, é como eu disse pra ele: “ministro, só outra pessoa, outro diretor pode executar essa ordem. Eu não posso.” Pronto. E assim eu saí. Mas aí é que estourou essa coisa que vocês vêem. (ri) Aí eles foram reclamar, não é. Reclamaram do governo que era uma arbitrariedade, afinal o governo não respeitou a decisão... Mas aí se verificou que aquela estrutura que eu havia montado realmente é a que preservava a Instituição da influência da política, né. Aquela estrutura é que preservava. Sacrificou o diretor, mas permaneceu a instituição. É verdade que aí mudou tudo e daí em diante a coisa... (ri) O Brasil não agüenta essas fórmulas assim...

RG – participavas?

FL – É. Não, não... De forma que eu saí assim. Aí foi indicado o substituto e daí em diante eu já não sei porque aí eu me afastei, né.

JB – O senhor se afastou do Instituto completamente?

FL – Não... Praticamente sim. Eu retornei, porque eu estava à disposição, aqui, retornei ao IAPI. Mas ainda redigi, vim aqui com o Emanuel, redigimos esse trabalho “The Circulation”, foi redigido depois que eu saí, né. Foi em 54. 55, é.

JB – O seu sucessor foi quem?

FL – Como?

JB – Quem foi seu sucessor? Quem é que o sucedeu?

FL – Era Antônio Augusto Xavier.

JB – Daonde que vinha?

FL – Xavier era daqui mesmo. Era um pesquisador antigo da divisão de fisiologia.

JB – Mas por quê que foi ele o indicado? Como é que foi o processo de escolha dele?

FL – Bom. Aí eu não sei. Ele estava, durante toda a minha administração, ele esteve fora daqui fazendo o curso da Escola Superior de Guerra. De forma que não sei se foi indicação da Escola Superior de Guerra. Eu não sei não, mas diziam que foi.

JB – Mas ele era um pesquisador assim de expressão científica aqui no Instituto.

FL – Bom, isso eu não sei, não é. Não era na minha área, eu não sei bem. (ri)

RG – Mas existia uma unanimidade em se considerar o Xavier muito medíocre, né. Isso é voz corrente, aqui no Instituto.

FL – É. O pessoal, em geral... É. Voz corrente.

JB – O senhor quer cafezinho ou água?

FL – Não. Água.

RG – Como é que se explica, não é, a entrada de uma pessoa...?

FL – Não. Eu acho que se dizia é que ele era indicado, escolhido pela Escola Superior de Guerra. Eu acredito que sim porque depois todos os fatos que se passaram na política brasileira, depois disso, confirmam. Quer dizer, essa coisa de 64 já veio desde aquela época. A Escola Superior de Guerra foi tendo uma influência cada vez mais crescente na administração pública brasileira.

RG – É. Gostaria um pouco de falar sobre isso período Vargas.

FL – Repara que daí em diante então quase todos os administradores... Depois de 65, todo mundo tinha cursos da Escola Superior de Guerra. Era quase obrigatório. É. Um cargo importante, ele em geral tinha curso da Escola Superior de Guerra.

RG – Isso já começou a partir de quando?

FL – Em 54, com o Xavier, aqui.

RG – Não, mas o crescimento da importância dessa escola. Foi ainda por Vargas, com no governo Vargas ou posterior?

FL – Não. Foi a partir de 54. Depois de Vargas. É.

RG – A partir de 54. Pois é. Porque também seria importante a gente ver esse vínculo da política mais geral, não é, a política partidária. A política mais geral e o Instituto e todas as instituições de pesquisa, não é.

FL – Eu tenho a impressão que realmente aconteceu isso. Que já a partir de 54... Bom, depois interrompeu um pouco com o Juscelino. Aí veio o governo do Juscelino. Aí interrompeu um pouco essa... Mas depois que saiu o Juscelino... aliás, depois de 64 é que começou mesmo a influência da... Formação das elites dirigentes. Aliás é uma finalidade da Escola: formação da elite dirigente, não é. E foi a partir de 64 é que colocaram nessas posições de mando, de direção, quase sempre pessoas que tinham o curso da Escola Superior de Guerra, não é.

JB – Dr. Francisco. Uma coisa. Se não me falha a memória, quando a gente lê o seu período, quer dizer, as referências que existem sobre a sua gestão, consta que o senhor teria apresentado, antes de sair, um plano de reestruturação do Instituto, que ficou no DASP, não saiu do DASP.

FL – Não me lembro não.

JB – Não era assim uma mudança mais profunda, uma tentativa de institucionalizar esse Conselho, de torná-lo...

FL – Mas eu tenho a impressão que foi feito, foi modificado o regimento e esse Conselho foi institucionalizado.

JB – Ah é! Isso eu não sabia.

FL – Foi! é. Eu acho que por decreto. Não. Isso eu acho que foi apresentado, foi criado por decreto. É.

JB – Mas ele não sobreviveu aos eu sucessor?

FL – Agora, isso é que eu acho... Depois eu não sei. Eu acho que ignoraram. Mas eu... precisava rever. Eu não me lembro como é. Mas esse Conselho, pelo menos deve ter portaria ministerial, publicada no Diário Oficial. Deve ter. Ele tinha existência legal. Agora, se o regimento foi

aprovado, o regimento foi do Aragão. Deve ter sido aprovado por portaria ministerial. De forma que deve ter sido modificado também por portaria ministerial. Deve ter sido publicado no Diário Oficial.

JB – Me diga uma coisa assim. Ainda no campo da sua gestão, eu queria uma coisa que tem uma utilidade mais prática pra gente. Por exemplo, havia uma seção de fotografia funcionando aqui no Instituto?

FL – Ah! A infra-estrutura, aliás, era muito boa. Dedicavam, desde o tempo do Dr. Oswaldo, uma atenção, um carinho muito especial para essa infra-estrutura. Porque, você vê pelas próprias memórias. As ilustrações daqueles trabalhos, desde do tempo do Dr. Oswaldo, aqueles desenhos, quando ainda a fotografia era muito rudimentar, naquela época eram desenhos, não é. Câmara clara e tudo. Como eram bem feitas, como eram bonitas as ilustrações! E depois veio o setor de fotografia, microfotografia, que eram muito boas, mas muito boa! Existia no hospital, um setor no hospital que era espetacular. Fotógrafos muito bons.

JB – Além do Raimundo J. Pinto, o famoso J.Pinto...

FL – O J. Pinto era do tempo do Dr. Oswaldo.

JB – Mas era vivo ainda, né?

FL – Não. Eu já não peguei o J. Pinto, quando eu vim pra cá... Deixa ver, peraí. Eu já peguei mais o outro. Trabalhava com ele. Como era o nome dele? Pulga, o Pulga, desenhista. Mas aquilo era a parte de desenho. A parte de fotografia, no hospital, era o Fontes e o Miguel. O Fontes depois foi embora. É o que organizou o serviço de fotografias do Hospital dos Servidores do Estado. E tem aquela fotografia lá no Pão de Açúcar, lá em cima, é dele. Era do tio dele, depois ele... Hoje ele está aposentado, eu não sei se ele ainda é vivo. Acho que deve ser.

JB – O Miguel?

FL – O Miguel morreu. Era um que foi trazido pelo Evandro.

JB – Esses dois cuidavam do acervo fotográfico só do Hospital?

FL – É. Só do Hospital. É. Agora, tinha a fotografia, aqui em cima tinha, o departamento de patologia tinha... Não era tudo centralizado. Não. Tinha vários departamentos. É. O setor da Rockefeller era muito bom. Era esse Venâncio. Muito bom. Desenho e fotografia.

JB – Venâncio?

FL – O Venâncio. É.

JB – O Venâncio servia à Fundação Rockefeller?

FL – É. Era da Rockefeller, depois foi incorporado ao Instituto. É. Naquela época era muito boa essa infra-estrutura de fotografia, documentação e biotério. Biotério também era muito bom. Era muito bom. Cuidavam muito dessa parte, que é fundamental numa instituição de pesquisa, esses dois setores.

RG – Quem era o responsável pelo Biotério?

FL – Eu não me lembro assim, Biotério. Era grande. Tinha um biotério da Rockefeller, tinha um biotério central, aqui.

RG – Tinha dos grandes animais e dos pequenos, devia ser vários setores, né.

FL – É. Tinha tudo. É. Eu não me lembro assim. Tinha...

JB – Mas Dr. Francisco, por exemplo, o departamento de patologia tinha o seu fotógrafo ou ele recorria ao serviço de fotografias?

FL – Tinha. Não. tinha lá. Tinha um departamento lá na...

JB – Tinham o seu fotógrafo e essas fotografias eram armazenadas ali?

FL – Ali.

JB – As do Hospital, no Hospital?

FL – No Hospital.

JB – Quer dizer, não havia um processo de centralização nessa seção?

FL – Não. Não havia.

RG – Um arquivo fotográfico único?

FL – Bom. Tinha o arquivo central aqui.

JB – Pois é. Mas o senhor não lembra como era a relação.

FL – Quem era aqui? Não me lembro quem era. Mas tinha esse setor aqui também. É. Tinha vários setores onde se fazia fotografia boa.

JB – Por exemplo, as fotos de Bambuí foram tiradas por quem?

FL – Fontes. Fontes e o Miguel. É. Era microfotografia. Tudo era lá. A gente tinha uma facilidade enorme. E até a gente mesmo fazia. A gente mesmo. Eu tinha microscópio com câmera Leica... é. A gente mesmo fazia.

RG – Vocês fotografavam e davam para ele revelar?

FL – É. Porque ele ensinava a gente a tirar microfotografia. Nós tínhamos microscópio “Leitz”, com câmera “Leitz” também, uma Leica, não é. Era um equipamento alemão todo muito bom, de primeiríssima ordem. E hoje nem mais existem aquelas coisas, não é. Nós tirávamos fotografias muito lindas. Vê as microfotografias das Memórias daquela época, como eram boas. Material muito bom. Porque a documentação num trabalho é muito importante porque é o que

dá a credibilidade do autor. Aí é que é. É a tal história. Mostra a cobra... Mata a cobra e mostra o porrete. Tem que ser documentada. Agora esse negócio: “Encontrei isso e isso, tal” não mostra nada. O sujeito fica sempre meio com o pé atrás: “Que diabo! Essa coisa.” Era bom mostrar, não é. Hoje se documenta, o quê? Trabalhos de microscopia eletrônica, que trazem boas documentações. O resto vem pouca documentação, não é. Poucos trabalhos bem documentados.

JB – Inclusive, por exemplo, se o senhor hoje quiser ter acesso ao que se documentou sobre doença de Chagas, em 1930, 1940, não tem mais acesso. Isso tá perdido.

FL – É. Mas em compensação nos trabalhos você encontra quase tudo que precisa. Aí é que é. Nos trabalhos você encontra. Você vê, naquele trabalho nosso aqui sobre doença de Chagas, tem o quê? Tem umas 60 figuras. (ri) Então, tudo o que a gente diz pela primeira vez está ali mostrado. Quem quiser, hoje, pode discordar: “Não, isso aqui hoje já não se interpreta assim. Isso é assim.” É. A vantagem é essa.

RG – O Instituto Oswaldo Cruz era assim, se destacava por esse tipo de preocupação de qualidade?

FL – Destaca porque realmente aqui no Brasil quase que as instituições não dispunham assim de equipamento pra documentar os trabalhos como o Instituto. Não tinha nenhuma revista no Brasil, científica, que documentasse os trabalhos como as Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, não é. As memórias era uma publicação de um gabarito muito alto.

RG – De padrão internacional.

FL – Padrão internacional. Muito alto. É.

JB – E a biblioteca, na sua época, funcionava a contento?

FL – Muito bem. É. Era muito rico. Era outra coisa de primeiríssima ordem, a biblioteca. Bom...

RG – E uma coisa que a gente não falou foi sobre o Curso de Aplicação. Na época do senhor dirigiu. O senhor isso...

FL – Existia o mesmo de sempre, não modifiquei nada, continuou a mesma coisa que era desde o tempo... Não se prestava a... Era a mesma coisa. Tinha os pesquisadores que davam aula e tal, aquele curso seguia aquela mesma rotina de anos e anos seguidos, né.

RG – Ele estava assim, digamos, numa boa fase? Porque há momentos, parece que ele se expande, ele se retrai, esse curso, não é?

FL – Não, eu acho que não modificou nada. No período que eu tive como diretor, continuou como era e não houve modificação nenhuma. É. Acredito que o Dr. Olímpio tenha dado uma expansão ao curso, porque ele era professor universitário, né. De forma que realmente tinha um especial interesse nessa parte de ensino. Acredito que ele tenha feito qualquer modificação. Mas eu não sei assim quais são as alterações que ele fez, foram feitas no período dele.

RG – Quando o Olímpio, Dr. Olímpio saiu, ele era vinculado originalmente com a Escola de Medicina, a faculdade. Ele voltou pra lá ou ele permaneceu aqui?

FL – Não. Eu acho que ele permaneceu aqui.

RG – Ele fez uma oposição à sua gestão?

FL – Não! Não. Não. Absolutamente não. Permaneceu, se permaneceu aqui, trabalhando e tudo, mas não tinha oposição nem nada.

RG – Não havia clima de hostilidade entre essas facções as ganhadoras e perdedoras?

FL – Não. Não havia não. Não havia. É. Na verdade, quando eu entrei, é, talvez aí tenha sido a sabedoria do Aragão por indicar uma pessoa de fora, é porque não houve esse ambiente de disputa. Porque eu não era competidor dos outros. Se talvez tivesse nomeado um dentre eles, talvez houvesse uma ala a favor, outra... Mas eu não era daqui. Então praticamente não... Era uma pessoa que veio de fora assim. Então não estava competindo com ninguém, não é.

JB – O senhor foi o primeiro diretor que não era, digamos assim, diretamente...

FL – Acho que sim.

RG – Não era “cria” da casa.

JB – Cria da Oswaldo Cruz.

FL – É. Não era “cria” da casa. É. Exatamente. É. Fui o primeiro.

RG – Deve ter sido um impacto muito grande, não é. Foi. Uma mudança numa tradição...

FL – Ah! É. (ri) Numa tradição. É.

RG – ... desses diretores, inclusive pessoas bem mais velhas, né.

FL – Quer dizer, nem sei se houve um impacto muito grande, porque (ri) nem dá a impressão de ter havido impacto muito grande. Foi tão natural aquilo... A impressão que eu tenho é que... Bom. É. Porque fui indicado pelo próprio Aragão, e o Aragão é um homem muito respeitado, não é. (ri) Talvez se eu fosse, viesse com indicação política, aí sim, seria um impacto. Aí eles iam reclamar. Aí iriam. Se viesse com a indicação só do ministro, digamos, com a indicação só ministerial, aí eles não iam se conformar.

RG – A sua chegada, originalmente, gerou, provavelmente, esse boato, não é, talvez pelo senhor ser ligado ao Getúlio, alguma coisa assim...

FL – Nada! Ninguém sabia. Nunca...

RG – Ah! Ninguém sabia?

FL – Não! Eu era um cara que vivia aí, fiquei 10 anos aí, ninguém... Só depois que eu fui diretor aí que souberam que eu era de São Borja. É. (ri) Porque eu não freqüentava ambiente, nada. Não. Era um dedicado puramente ali. Era muito modesto, muito simplezinho, aquela coisa, não

é. Quando eu vim pra cá também, eu trabalhei uns dois anos antes de me requisitarem oficialmente. Eu trabalhei dois anos aqui. O Aragão era muito cioso da responsabilidade de trazer oficialmente um pesquisador, porque eu acho que fui um dos poucos que o Instituto requisitou um pesquisador de fora, não é. Para o Instituto isso representava muita coisa. Então demorou muito. Levou uns dois anos! Eu já tinha publicado vários trabalhos, tinha ido a vários congressos, inclusive tinha representado o Instituto oficialmente. Mas não era ainda requisitado oficialmente. Era por minha conta. É. Eu era um pára-quedista. (ri) Era meio pára-quedista aqui, por minha conta. Era eu, o Emanuel e o Nóbrega. Mas já era, muitas vezes tinha ido a congressos repre...

Fita 7 - Lado B

FL – ... É. Que eu sempre (INAUDÍVEL). Sem dar expediente no IAPI, eu permanecia com direito aos vencimentos e a todas as regalias de funcionário, como se estivesse trabalhando lá. Promoções, tudo, mas só...

RG – Mas o senhor tinha que trabalhar aqui, né?

FL – Trabalhar aqui.

RG – Ou o senhor ficou nos dois lugares?

FL – Não. Só aqui. É.

RG – E o senhor considerou uma boa, o senhor ficou satisfeito com essa vinculação do Instituto?

FL – Bom. Porque aquilo eu fazia porque eu gostava. Inclusive eu já expliquei a vocês, já salientei que, em primeiro lugar, do ponto de vista da conveniência material, me prejudicava. Primeiro que eu aqui dava *full time*. Lá eu dava 2 horas, 3 horas, né. Se eu trabalhasse mais um pouquinho, eu ganhava mais. Aqui não. Eu não ganhava nada pra trabalhar aqui. Segundo lugar: as despesas com automóvel, essa coisa, era por minha conta, saía do meu ordenado. Terceiro lugar: a própria clínica particular, eu fui aos poucos abandonado, não é, por causa do trabalho de pesquisa. Então, do ponto de vista material, me sacrificava. Mas acontece que era solteiro, recém-formado, ganhava bem pra me manter, não tinha a ambição de enriquecer, não é mesmo? Então pronto. Como é que eles dizem? “Mais vale um prazer do que um vintém”. (ri) É.

JB – E que aconteceu então. Depois que foi aceita a sua exoneração como diretor, qual foi a sua trajetória profissional?

FL – Bom. Foi entre o ano de 55, o restante do ano de 55, não é, e 56. Nesse período eu voltei a trabalhar em pesquisa. Foi o período que nós redigimos o trabalho do “Circulation”. E outros trabalhos. Eu voltei pra pesquisa, não é. Eu já estava com esse trabalho. Eu tinha dado umas conferências em Boston, em 1948, na Universidade Harvard. O pessoal, os editores do “Circulation” era aquele grupo de Harvard. Então eles acharam que era oportuno publicar um trabalho sobre “Chagas disease”. O “Circulation” era jornal novo, da Associação Americana de Cardiologia, mas era o órgão máximo da cardiologia. Então eles me escreveram, me pediram que eu fizesse uma revisão dos conhecimentos recentes sobre Chagas que eles iam publicar um *review* no “Circulation”. Quando veio aquele pedido, nós tínhamos tanto material original ainda não publicado que eu disse pro Emanuel: “Eu não vou fazer revisão não, eu vou fazer... Vamos

fazer um trabalho original. Vamos apresentar também esse material que ainda não foi publicado”. E realmente fizemos... Fizemos um trabalho completamente diferente daquilo que eles pediram. Aí mandamos pra lá o trabalho, era um trabalho grande, com muitas ilustrações, mas completamente diferente daquilo que eles tinham pedido. De forma que, quando eles analisaram o trabalho, realmente era um trabalho... Não era o que eles haviam pedido, mas gostaram do trabalho, então escreveram uma carta. Quando eu recebi a carta, eu disse pro Emanuel: “Abra você essa carta que eles recusaram o trabalho, eles vão mandar... não aceitaram o trabalho porque não é aquilo que eles querem”. Mas que nada. O editor me disse que o trabalho tinha sido analisado por todos os membros do editorial, do *staff* e que tinham gostado muito e que tal... Fez um mundo de elogios pro trabalho e publicaram, e que ia ser publicado como um dos artigos líderes daquele número do “Circulation”. Foi, realmente foi publicado. É um trabalho que teve muita importância porque... publicando em língua inglesa, ainda mais um jornal como o “Circulation”, que era muito difícil o sujeito publicar um trabalho no “Circulation”, né.

RG – Era o máximo, né, nessas áreas.

FL – É o máximo, é, naquela área. O mundo inteiro queria publicar lá. (INAUDÍVEL). Naquela época era praticamente o único. Ainda mais um trabalho pedido por eles, encomendado por eles, não é. Realmente era uma oportunidade, foi o que deu grande divulgação. Tanto é que o pessoal diz: “Ah não, o trabalho do “Circulation”. Mas não se lembra que fazia 10 anos que nós vínhamos publicando. Mas aquele é que é o conhecido. Aquele é que é o trabalho conhecido. É talvez o trabalho mais citado. Depois dos trabalhos do Dr. Chagas, é o trabalho mais citado na literatura de Chagas, até hoje.

JB – Dr. Francisco, uma pergunta que me ocorre. O senhor trabalhou intimamente assim com o Dr. Emanuel Dias. Podia falar um pouco sobre ele?

FL – O Emanuel era um homem extraordinário. Ele era um protozoologista, não é. Ele era afilhado do Dr. Chagas, né.

JB – Ah é!

FL – É. Ele era afilhado do Dr. Chagas. Então, já como estudante, era companheiro do Carlinhos Chagas, do Evandro, mais ou menos da mesma idade, né. E...

RG – Era um pouco mais velho só que o senhor?

FL – Ele era mais velho que eu, é. Então, desde estudante ele já trabalhou em Chagas. E ia sempre a Lassance, aquela coisa. Conhecia desde a descoberta da doença, não é. Depois, quando se formou, fez a tese dele sobre o *Trypanosoma cruzi*, esquizotripano cruzi. Então era um protozoologista. Agora depois... Eu não conheço muito a fundo a trajetória do Emanuel aqui dentro. Eu só conheci quando foi me procurar lá no consultório, no curso. Ele já era conhecido em 43. Mas ele já fazia mais de 10 anos formado, né. Mas era um entusiasmo extraordinário pra trabalhar.

RG – Foi ele que o entusiasmou, né?

FL – É. Ele é que era o homem que entusiasmava. Porque acontece o seguinte: Isso é muito importante, isso é fundamental, que a gente encontre um companheiro que confie naquilo. Ele já era um homem de experiência, então conhecia as pessoas. Ele já sabia avaliar um pesquisador, não é. E eu notei logo que ele tinha uma confiança absoluta no que eu dizia. Mas absoluta! Quando eu achava que era assim, pronto, Emanuel ficava num entusiasmo fantástico! Isso é bom, a gente também, não é... E depois o ambiente. Ele era um sujeito assim muito democrático. O João Carlos⁶ - vocês conhecem bem o João Carlos – o João Carlos, aquele jeitão dele é bem o Emanuel. Emanuel era um homem assim simples e tal, aquela coisinha, ia lá pro meio do mato, conversava com aquele pessoal todo, tinha intimidade com aquele pessoal todo, aqueles matutos do interior logo ficavam amigos do Emanuel, não é. Tudo era igual pra igual. Com o doente também. Todo mundo gostava, não é. E um outro componente da nossa equipe era o Nóbrega. Era uma figura um pouco diferente. O Nóbrega era o tipo de um médico sacerdote. Parecia um padre. Era um padre mesmo. Todo mundo tinha um problema, ia com o Nóbrega. Aquela bondade em pessoa, tudo. Aquele sossego, aquela tranquilidade de espírito, compreendeu? Ele encampava o problema de todo mundo. Tanto é que o Nóbrega tinha um sitiozinho aqui em Bariê, que era um loteamento de Equitativa ali e tal. Uma zona pobre, né. O Nóbrega ia pra lá no fim de semana, ficava assim de gente, já domingo às 6 horas da manhã tinha gente batendo. Ficava aquela fila de gente pra consultar o Nóbrega. É. (ri) O fim de semana dele... Eu digo: “Ô Nóbrega, você vem fazer fim de semana, carrega pedra”. Dava consulta até 1 hora da tarde. E ele...

RG – Ele era cardiologista?

FL – Ele era clínico. Fazia clínica médica. E ele levava aquelas amostras grátis, e dava, distribuía remédio pro pessoal. Era um homem assim. Era um homem extraordinário também. Da equipe médica pra tratar dos doentes, realmente, o que era menos acessível assim ao doente era eu. (rindo) Era mais de laboratório, né, mais... Embora eu também fazia muita amizade com o pessoal. Mas aquele, o ambiente em Bambuí, ah! Tinha coisas... Tem uma coisa interessantíssima, a maneira de trabalhar é uma coisa interessantíssima. Por que a gente trabalhava o dia inteiro. Ah! Eu examinava 30, 40 pessoas por dia, domingo e tudo. Domingo então era um inferno! Aquele povo vinha da roça, pra missa, depois da missa iam consultar com a gente. E era a coisa mais engraçada. Eu ficava examinando o pessoal, né. E quando chegava a noite... Naquela época a gente tirava o eletrocardiograma, era fotográfico, compreendeu? Era um papelzinho assim comprido, de filme. Eram 15 metros de filme. Então a gente ia tirando, tirando. Só revelava à noite, quando enchia o chassis, que era pesado, né. Então tinha uma câmara escura, fotografia, tudo e revelava de noite. E estendia aquilo na cozinha, que era uma sala grande, estendia aquela tripa várias vezes ali, pra secar.

JB – Vocês mesmo revelavam?

FL – Nós mesmos revelávamos.

RG – Já tinha que pegar a diagonal, né, que era pra...

FL – É. Ia botando ali um pedaço de cordão, um cordão assim, um varal, né. Bom. E os auxiliares do posto eram recrutados entre pessoas dali mesmo, a maioria deles doentes. Eram os próprios doentes que depois se tornaram os nossos auxiliares técnicos. Os primeiros depois

⁶ João Carlos Pinto Dias, filho de Emanuel Dias, atualmente é pesquisador do Centro de Pesquisa René Rachou, unidade da Fiocruz, em Belo Horizonte.

foram morrendo, iam morrendo, assim a gente ia trocando aquilo. (ri) É. Botava de auxiliar ali, o sujeito já tinha uma baita cardiopatia, de repente: “Ah, fulano! Ah! Morreu ontem!”

RG – Fazia parte da rotina essas mortes.

FL – É.

JB – Não tinha a menor chance de cura não, né?

FL – Não tinha não. O sujeito melhorava quando tomava alguma coisa. Mas o muito engraçado é que então de noite tinha um doido. Como toda a cidade do interior tem o seu doido, o louco, né. Era um paranóico, se chamava Lindolfo, o Lindolfo. Era logo depois da guerra, imagina aquele noticiário de guerra, Roosevelt, Truman, não, era o Roosevelt ainda. Era o Roosevelt. Roosevelt e Dutra – o presidente aqui era o Dutra – as personalidades do... Então, o Lindolfo, o pessoal chamava de “bacalhau”. O “bacalhau” andava sempre com uma corneta e o sargento dava aquela roupa velha, fardamento velho pra ele, sabe. Então ele andava sempre fardado. aquela roupa toda rasgada - a túnica. E ele se julgava autoridade. Prendia todo mundo. Queria prender: “Eu sou autoridade” e tal, aquela coisa. A vontade dele ser autoridade. Chegava de noite, ele ia lá pro posto, toda noite, pra conversar com a gente. E ele ditava... Era muito engraçado, nós tínhamos máquina aquelas “Remington” grandes e ele ditava cartas. “Como é bacalhau, você não... - gente não podia chamar ele de bacalhau, ele ficava bravo - Ô Lindolfo! Você não vai escrever hoje?”, “Hoje vou escrever pro Dutra! Vou escrever pro Truman! Pro Roosevelt! Pro Stalin”. É. E tinha os planos de guerra, né. Tudo assim, sabe. Tanto é que tinha uma expressão que se tornou rotina entre nós, quanto a gente não conseguia uma coisa, dizia: “afundou a batalha”, a batalha afundada, perdeu. Quando uma coisa, não deu certo, perdeu. E essa expressão era do “bacalhau”. Então a gente sentava na máquina e ele ia ditando. Ditava. Mas ele ia sem pontuação. É rápido aquilo. Falando, falando, falando, sabe, das batalhas dele, mandando recado pro Dutra e não sei o quê. Era uma coisa engraçada... A gente tinha a paciência de escrever aquelas cartas.

JB – E escreviam mesmo?

FL – Escrevia mesmo! Batia na máquina. Depois a gente lia aquilo, era coisa engraçadíssima, né. Ele ditando. (rindo)

JB – Vocês não guardaram não?

FL – Não, nem sei. Lá no posto é capaz de ter. Mas esse era uma figura. Outra figura extraordinária, que esse prolongou, permaneceu muitos anos, até agora há pouco tempo, morreu há pouco tempo, era o Aristides. O Aristides era servente, era lá do interior mesmo, da roça, e depois se tornou auxiliar ali, fazia eletrocardiograma, ajudava a gente a tirar o eletrocardiograma. E o Aristides era um homem de uma memória fantástica. Uma coisa impressionante, sabe. Tanto é que numa ocasião, em 1960 e pouco, veio uma missão da Organização Mundial de Saúde, e fez um relatório sobre o estágio de avanço dos conhecimentos de Chagas. Então fez um relatório sobre Bambuí e eles dizem - é interessante até esse relatório – os americanos diziam assim: “Um dos auxiliares do posto de Bambuí, um antigo doente, que trabalhava no posto, é um homem de uma memória tão privilegiada que ele conhece as pessoas pelo nome e onde moram melhor que o padre da cidade. Ele conhece todo mundo pelo nome”. É. Era o Aristides. Dizia: “Fulano”. O Aristides, dizia: “Ah! Bom, ele é filho de fulano, mora

em tal lugar assim, assim”. Não precisava consultar nada. Ele sabia tudo! Bom. Então o Aristides se tornou médico, não é. Ele foi indo, foi indo até ele já passava a receitar. Eu levava aquelas amostras pra lá, então tinha muita amostra. O Emanuel tirava uma daqueles, dava pros doentes.

JB – Ele era doente também, o Aristides?

FL – Ele era, mas tinha uma coisinha à toa. Então o Aristides começou a receitar também. De tal forma que às vezes, os doentes iam lá, não queriam o Dr. Emanuel nem o Dr. Laranja, queriam consultar com o Aristides! Até uma ocasião, eu peguei um sujeito, eram mais ou menos duas horas, e digo: “Você está esperando tanto tempo...”; “Eu estou esperando o Aristides”. Digo: “Qual é o teu problema?”; “Não, eu quero... eu quero que o Aristides me dê aquele remédio que ele me deu a outra vez.” Eu digo: “Ah! Então espera aí”. Daí a pouco chega o Aristides. Eu digo: “Aristides, ele quer remédio, repetir a dose do remédio”. Bom. Aí o Aristides foi lá conversou: “Ah, perai”. Foi lá no armariozinho, pegou um vidro e trouxe: “É esse aqui, não é?”; “É”. Aí eu olhei: “Ah! Isso é bom”. Tá. Sabe o quê que era? Disse que era uma beleza! O cara disse que tomou aquilo, melhorou que foi um colosso! Não queria outro remédio nem nada. Regulador Xavier. (risos) Tinha um regulador para amenorréia, dava pro homem, o doente era masculino. (rindo)

RG – Mas o Aristides sabia o que estava fazendo?

FL – Não sabia não! Ele dava assim, porque ele pensava que era bom. (rindo) Porque o doente achou que era bom, ele dava.

RG – Ele não percebia que era efeito psicológico...

FL – Não. Mas o Aristides se tornou... depois...

JB – Será que ele vive ainda?

FL – Não, morreu faz poucos anos. Há uns 3 anos atrás. Mas no fim, ele morreu com arterioesclerose cerebral, já não reconhecia as pessoas, uma arterioesclerose lenta, sabe. Mas o Aristides chegou o ponto que ele ia na rua, o sujeito gritava: “Aristides! Peraí que eu quero falar contigo!” Ele ia lá, na outra calçada, o Aristides: “Ah, tá. Eu queria dar uma consulta... Deita aí”. Na calçada, na sarjeta, “Deita aí”. Ele metia no ouvido (risos). Examinava na rua. Deitava na calçada... (rindo). Uma vez aconteceu uma muito engraçada, sabe. Uma doutora, da Bahia, foi fazer um estágio lá. E eu acho que ela chegou e viu aquele troço, tanto barbeiro... Porque, barbeiro de xeno, barbeiro de captura, não é barbeiros infectados ali, aqueles capturados, infectados. Aquele troço dava pavor assim. A pessoa chegou, vê aquele troço, diz: “Pô, esses caras aqui ...”. Eu não sei. Eu sei que de tarde, ela dizia: “Ah, Dr. Laranja, eu estou sentindo muita palpitação. O senhor não podia me examinar?”; “Ah! Tá bem”. Era moça ainda e tal. Não tinha nada: “Em todo caso vamos tirar o eletrocardiograma, tá bem”. Digo: “Não tem muita coisa não. Não tem nada de mais”. Mas em todo caso o eletro, eu não sabia o que tinha dado, não é. Só de noite é que iam revelar. Eu sei que ela estava meio aflita. Revelou o eletro, sabe. Botou a secar e nós fomos jantar. Eu sei que na volta da pensão eu sentei lá com ela, e ela foi lá pra cozinha com o Aristides: “Ah, eu quero ver meu eletro, Aristides, acha aí pro Dr. Laranja ver”. E ele foi vendo... porque os eletros tinham número só, não tinham nome atrás, né. Eu sei

que ele, enquanto procurava o dela, foi vendo e de repente ele pegou um eletro, disse ela: “O quê que é isso aí Aristides?” Ah! Porque ele já fazia os diagnósticos no eletro.

RG – Claro.

FL – É. Aí: “Ih! Esse aqui, esse está com o pé na cova”. Olhou o número e tal: “Ih! Mas esse é o da doutora!” (ri) Ele já tinha feito o diagnóstico que ela estava com o pé na cova. (rindo)

RG – E ela sobreviveu a isso tudo?

FL – Aí ela ficou meio afobada, foi me mostrar o eletro. Eu digo: “Não, isso é um extracístismo ventricular, um benignismo à toa. Isso toda pessoa normal tem. Muita gente normal tem. Não em nada não. Seu eletro está normal.”; “Ah! Porque o Aristides disse que estou com o pé na cova.” (rindo) Digo: “Não Aristides, isso é extracístole” (ri) mas era engraçado. (rindo) Porque tinha um distúrbio no eletro, sabe, um bloqueio, um tipo de bloqueio, que foi descrito lá em Bambuí, que era muito comum, todo mundo sabia: era o Bloqueio do Ramo Direito. Pra simplificar a gente dizia BRD – Bloqueio do Ramo Direito, né. Então, eu verifiquei que com o estetoscópio a gente escutando, quando encontrava um determinado desdobramento da segunda bulha, quase todos aqueles doentes tinham Bloqueio do Ramo Direito, um ventrículo se contrai antes do outro. Então, com o estetoscópio, dizia: “Essa aí tem BRD”. Aquela coisa, depois ele aprendeu no eletro, pegava e deu um: “Esse tem BRD”. De forma que ele sabia diagnosticar, não é. Muito simples. Aí depois pegava o estetoscópio, dizia: “Ó, tem um aí com BRD, doutor.” (ri) E a gente ia ver, tinha mesmo. É. Porque era tão comum, né. Mas era muito engraçado, o Aristides, era uma figura. É.

JB – Dr. Francisco, esse posto lá era o quê? Era uma casinha?

FL – Era uma casinha. É.

JB – Vocês dormiam, moravam?

FL – É, dormia. Dormia ali e em geral comia na pensão, né, pensãozinha que tinha na praça. A gente comia lá na pensão e depois ia trabalhar ali no posto, todo dia. Dormia ali.

RG – O posto devia ser o que havia de mais interessante na cidade, né?

FL – Ah é! Era uma casinha, dessas casas de famílias, mas muito movimentada. Era o movimento todo da cidade. Hoje o posto é uma construção boa. É muito bom. É. Depois no governo Juscelino. Juscelino era o governador de Minas, e o Milton Campos, o Emanuel arranjou pra construírem lá. É um prédio bom. Tem muito conforto.

RG – Eu tinha uma curiosidade. Só que vou sair um pouquinho desse assunto. É...

JB – Mas antes de sair desse assunto. Vocês passavam a maior parte lá ou aqui no hospital?

FL – Os dois. Não. Dependia do que trazia. Ia lá, passava um tempo, trazia um lote de doentes e ia estudando aqueles aqui, né.

JB – Então grandes temporadas lá e grandes temporadas aqui.

FL – É. Grandes temporadas aqui. O Emanuel ficava mais tempo lá. Eu mais tempo aqui.

RG – Ele era casado? O Emanuel era casado?

FL – Era.

RG – E ele deixava a família onde?

FL – A família mais em Belo Horizonte. É.

JB – Só mais um detalhezinho. Não tinha também um médico que trabalhava com vocês, Versiani?

FL – Não, não. Versiani não era lá de Belo Horizonte. É.

RG – É o seguinte. Nessa época da guerra e do imediato pós-guerra, é uma época de grande mobilização popular, não é? Todo mundo discutia a guerra e discutiam política, né, e o senhor falou... como é o nome dele? Que escrevia as cartas pro...

FL – “Bacalhau”. Escrevia pro Dutra, é. (rindo)

RG – Pra todo mundo, pro Dutra. Qual foi o impacto, naquele momento, no pós-guerra, da legalização do Partido Comunista e depois o Dutra...

FL – Ah, não. O pessoal não estava ligando pra isso não. Não.

RG – Não teve a menor importância naquele momento?

FL – Não. Isso não tinha a menor importância não.

RG – A redemocratização, a queda do Estado Novo...?

FL – Não. Nada. Nada. O Getúlio era um homem muito querido pelo povo. Não tinha... Mesmo naquele período do Estado Novo, o povo dava muito apoio pra ele. É. Eu acho que se fizessem um plebiscito naquela época, eu acho que o povo não queria que saísse do Estado Novo. É. Porque era um período muito tranquilo. Era ruim pros políticos. Mas pro povo... É que as condições de vida eram muito favoráveis. Ninguém tinha fome, não tinha desemprego. Ah! que o povo de barriga cheia, ah! é muito diferente. Não é hoje, todo mundo aí, vida difícil, vida cara, não é. Naquela época não, era muito diferente. As condições eram diferentes. De forma que esses problemas, soluções meramente políticas não interessavam quase ao povo. É. A verdade é essa. A legalização do Partido Comunista, existindo ou não, o povo não tava ligando pra isso. Não queria saber disso. É, não tinha impacto nenhum.

RG – E uma outra questão que eu tinha, que é de outra ordem ainda, é sobre esse congresso internacional que aconteceu aqui, em 46, de microbiologia, não é?

FL – Microbiologia, é.

RG – Deve ter sido uma coisa também muito significativa não?

FL – Não.

RG – Não?

FL – Não.

RG – Rotina, não é.

FL – É. Congresso internacional existiam, eram raros. Não eram assim... Hoje tem congresso... Só em 86, agora, eu fui a 4, é de 3 em 3 meses. Antigamente os congressos eram de 2 em 2 anos, de 3 em 3 anos. De forma que eram mais raros, não eram como hoje que se faz congresso todo ano, não é.

RG – O senhor foi a 4 quando?

FL – Só esse ano, 86. Em 86. Quer dizer, deu uma média de 3 em 3 meses um congresso. De forma que ninguém agüenta isso, não é. Antigamente não. Esses congressos não tinham...

RG – Mas o instituto abrigou esse congresso.

FL – Não, não tinha impacto nenhum porque a gente não tinha quase divulgação. Porque um congresso, antigamente, era um grupo de elite. Hoje, quem encampou os congressos científicos são as companhias de turismo, é um interesse turístico. Mas do que o interesse científico.

RG – É um negócio.

FL – A verdade é isso. Hoje se tornou um negócio, não é. É uma mercadoria um congresso, na mão dessas companhias turísticas e meios de divulgação e hotéis, não sei o quê. Antigamente não tinha isso. Repercussão muito limitada. Os jornais às vezes quase nem noticiavam. Era estritamente entre os cientistas, os técnicos.

RG – Entre os pares. Mas não era vivido como uma honra assim a instituição abrigar...

FL – Não. Não tinha muito desse negócio de honra não. Não tinha muito, muita honraria não.

RG – Não, não dava prestígio nenhum pra academia, assim interna mesmo. Eu não estou falando da divulgação, mas internamente não fortalecia a posição do Instituto o fato de estar abrigando, sediando...

FL – Não. Não. Não representava nada.

RG – Bom. Quer dizer que estão fazendo o Museu de Bambuí em torno da história da doença de Chagas, não é? O senhor não ouviu falar?

FL – Não. É. Eu acho que está mais ou menos... Moussatché talvez se lembre mais alguma outra coisa que tenha acontecido quando eu fui diretor, porque às vezes eu não me lembro direto, estava ocupado e tal. Às vezes eles sabem mais do que eu até.

RG – O senhor pode ter ficado tão envolvido, não é?

FL – É. E mesmo a repercussão, digamos, entre os pesquisadores, eles são mais autorizados que eu pra dizer porque eram coisas que... Por exemplo, esse apoio, esse memorando, eu só fui saber isso quando vi no jornal. Nem sabia que estavam fazendo isso.

RG – De apoio a sua permanência?

FL – É. Eu nem sabia isso! Porque quando eu saí, eu me lembro, eu tinha um apartamento no Quitandinha, o hotel Quitandinha, sabe. O Quitandinha tinha sido vendido, não é. Era aquele cassino, fecharam os cassinos no tempo do Dutra. Aí o Rolas vendeu o hotel. E ficou um tipo de apart-hotel, o Quitandinha, não é. Então venderam aqueles apartamentos, eu comprei um apartamentozinho daqueles. Eu tinha um apartamento lá. Aí eu saí daqui, pegava o carro, ia lá pra Petrópolis. E eu me lembro que foi logo depois, quando saiu a minha demissão, eu fui embora pro Quitandinha, não é. Eu fui embora pro Quitandinha e fiquei no apartamento. Aí até o Miguel Couto era governador do Estado do Rio. Isso mesmo. Ele saiu do ministério porque se elegeu governador. É isso mesmo. Não me lembrava, agora é que me lembrei. Então o Miguel Couto era governador e era carnaval... é isso mesmo, foi no carnaval de 55. Isto é, deve ter sido fevereiro de 55, não é. Eu estava no Quitandinha e me convidaram pra um jantar no Palácio, o governador tinha me convidado pra jantar. Mas no Quitandinha... É você que é amigo do Benchimol? No Quitandinha estava também a Gimol, irmã do Aarão. Era a viúva do Capriglione, que era muito minha amiga, sabe. E a Gimol era muito amiga do Café. O Capriglione era médico do Café Filho... aliás, o Capriglione era médico do Dutra. Entendeu?

RG – Como era o nome dele?

FL – Capriglione. Luis Capriglione.

Fita 8 - Lado A

FL – ... eu fui embora lá pro Quitandinha. Subi, eu tinha um apartamento lá, e fiquei lá em Quitandinha. Nesse período, que era período de Carnaval, em 55, o hotel estava cheio... Ali encontrei a Gimol que era a viúva do Caprilione, irmã do Aarão. Aarão era o médico do Café Filo, como o Caprilione tinha sido médico do Dutra. Então o Miguel Couto, que era o governador do Estado do Rio, fez um jantar no Palácio pro presidente, o Café Filho. E me convidou. Mandaram me convidar pro jantar, à noite eu fui lá, estavam no jantar: o governadorn - Miguel Couto -, D. Glorinha, tinha uma irmã da D. Glorinha, o Nóbrega, que tinha sido chefe do gabinete do Miguel Couto no Ministério da Saúde.

JB – Nóbrega de Bambuí?

FL – Nóbrega daqui. É. Era muito amigo do Miguel Couto, como irmão. Estava o Raimundo de Brito, a Gimol, e o presidente, Café Filho.

RG – O Raimundo de Brito já era alguma coisa nessa época?

FL – O Raimundo era amigo do Café Filho, né.

RG – Mas não tava na política ainda, não tinha nenhum cargo?

FL – Não. Não. Ele era o diretor do Hospital dos Servidores. É. Era o diretor do Hospital dos Servidores. Naquela época eu acho que já era. Ele era um dos fundadores lá. Bom. Enfim, naquele jantar, eu acho que eles imprensaram o Café Filho, que tinha me demitido como diretor, e todo mundo queria que eu voltasse. (ri) Eu não sei. Eu sei que era... Eu acho que o Aluísio Sales estava também... Não. O Aluísio, eu acho que não. Eu sei que era um mundo de gente a pressionar o Café Filho pra anular o decreto da minha demissão daqui, sabe. Bom. Eu naturalmente não tinha vontade nenhuma de voltar pra ser o diretor.

RG – Não tinha não?

FL – Não. Eu estava louco para voltar pra pesquisa. Eu ainda não gostava de administração. E eu sabia que eu estava...

RG – Eu ia lhe perguntar qual foi o impacto na sua vida.

FL – Eu estava me anulando. Tinha me afastado da pesquisa, ia me anular, não é. Não, não gostava não. Mas é aquilo que eu disse pra vocês. “Deus dá biscoito pra quem não tem dente”. Eu não gostava de administrar, cargo burocrático. Mas foi... irrecusável. Eu entrei aí, sem poder sair, não é. E em todas as outras ocasiões na minha vida também aconteceu a mesma coisa. Eu acho que o azar é eu não querer, sinceramente não gosto disso, que aí me botavam. (ri)

RG – É. Mas o senhor devia ter uma competência para esse cargo de administração.

FL – É engraçado. Não. Eu acho que eu era bom administrador. Era. Pelo menos aqui, aqui não tinha problema, a não ser que o diretor tivesse uma certa sensibilidade política. Foi o que aconteceu. Não tinha nada que administrar. Eram orçamentos elaborados anualmente, era aquela rotina que era uma máquina que ia sozinha. O diretor, bastava ele ter um certo senso, bom senso, tratar as pessoas, como eu tive. É claro! Por isso todo mundo ficou satisfeito. Não precisava mais do que isso. Então, aquela pressão pro Café anular, pra eu voltar pra diretor. Mas eu via que... eu sabia da situação política que não podia. O dilema do presidente era esse: ele tinha que optar entre eu voltar pro Instituto, mas teria que demitir o ministro da saúde. E essas coisas não se fazem assim, não é. São arranjos políticos que não podem ser alterados assim facilmente, claro. Eu sabia que não era possível o Presidente anular um decreto assim e readmitir, permanecendo o mesmo ministro. Isso era uma cosia que eu queria contar. Agora eu acho que em relação à diretoria não tem mais nada assim de interesse.

RG – Mas o senhor deve ter enriquecido muito a sua experiência, não é, ocupar um cargo desses. Aprender como é que funcionam justamente os meandros do jogo político. O senhor já tinha alguma experiência nesse sentido anteriormente?

FL – Não, o primeiro cargo assim de confiança foi esse. É. Nunca tinha tido. O primeiro foi esse.

RG – O senhor se sentiu como um peixe dentro d'água, se sentiu à vontade nesse jogo delicado de poder, de política?

FL – Não. Nunca me encantou não. Nunca tive nenhum fascínio, nenhuma atração pelo poder.

RG – Atração não, mas o senhor tinha facilidade de lidar com isso.

FL – Isso eu acho que tinha. Acho que eu devia desempenhar a função de acordo com aquilo que esperavam, a contento dos outros. Senão não se explica que o sujeito... Que diabo, é tão raro que uma instituição tenha um dirigente que todo mundo goste dele, que não queriam que ele saia pra entrar em outro, né. É raro isso, né.

RG – É. Isso deve ter lhe dado muita satisfação.

FL – É sinal que o pessoal estava gostando. É. Eu acho que essa maneira simples de tratar as pessoas assim, sem pretensão nenhuma e nunca achando que... Porque uma coisa é a gente ter convicção, ter firmeza nas suas convicções; outra coisa é querer impor aos outros o que a gente pensa, né. Mesmo na parte científica, a gente, por exemplo, quando chega a resultados na pesquisa, que são um pouco não ortodoxos, coisa diferente e tal, nós, por exemplo, não... Embora tivesse conclusões muito diferentes daquilo que se aceitava na época, nós nunca fizemos muita questão de que aceitassem aquilo. Publicamos. Quem quiser aceita, quem não quiser que... Pronto. Não é. Já é uma maneira de ser, sem querer impor, não é. A gente expunha. Agora os outros faziam as críticas, ou tinham dúvidas, nós aceitávamos qualquer coisa. Mas nunca... E por isso é que eu acho que houve muita aceitação. Da mesma maneira os cargos de direção, quanto menos o sujeito se atribui autoridade, mais autoridade ele tem. É. Autoridade a gente adquire quando não quer ter. Aí sim. São os outros que dão autoridade, não a gente. Mas não julga e tal! Aí é que é. Isso é muito comum no serviço público. Um chefezinho de seção onde você vai, ele parece que é o rei, te olha assim, não é mesmo. (riso) É. Pronto.

RG – É.

JB – Me diz uma coisa, Dr. Francisco, o senhor acha que, por exemplo, nos anos 50, o Instituto, como instituição científica de medicina experimental, estava defasado em relação ao que se fazia nessa área?

FL – Não acho absolutamente. Eu acho que estava perfeitamente atualizado de acordo com a época. É. Na década de 50 ele estava perfeitamente atualizado ainda.

JB – E hoje?

FL – Ah! Hoje eu não sei porque eu é que estou defasado. Aí é que é. De forma que hoje eu não posso julgar. Eu é que estou defasado, não sei. É que hoje é muito difícil uma instituição estar atualizada porque houve um desenvolvimento tão grande, não só tecnológico como científico, que é muito difícil uma instituição desse porte se manter atualizada. Ela pode se atualizar em alguns setores mais que outros, né. Mas realmente é muito difícil, porque também o progresso é tão rápido que precisava que a administração, os recursos, fossem muito dinâmicos pra proporcionar meios pra que a instituição evoluísse muito rapidamente. E eu acho que isso não acontece no Brasil há muitos anos. Acho que atualmente o Oswaldo Cruz está num nível muito defasado, e vai levar muitos anos para atualizar. Não é fácil, a meu ver, é extremamente

trabalhoso, extremamente difícil, no Brasil, uma recuperação das instituições científicas porque a grande dificuldade não é tanto a obtenção de meios materiais, mas a grande dificuldade vai ser a mentalidade do pessoal que sofreu muito nesses 20 anos de autoritarismo. A nova geração, essas gerações todas que vão atuar nesses próximos anos estão extremamente prejudicadas. Estão extremamente prejudicadas porque elas pegaram o período autoritário e automaticamente esses rapazes são muito autoritários. É. O que eu noto é isso. Sofreram muito as consequências desse período autoritário. Afora outros aspectos mais gerais, comuns à própria humanidade, que são esses conflitos de gerações, conflitos universais, que a gente vê entre as novas gerações e as gerações mais antigas, que conduziram as novas gerações à violência, à falta de autocrítica. Esses movimentos musicais, tudo, esses movimentos sociais hoje, não é? Uma violência bárbara, esses estudantes, ninguém... É uma forma de reagir, uma maneira diferente daquilo que a gente estava acostumado a ver antigamente, não é. Qualquer coisinha vão pra rua, incendeiam tudo e tal, não é? E isto é uma maneira de reagir, digamos assim, uma certa hipersensibilidade ou talvez eles verifiquem que essa é a única maneira deles conseguirem os seus objetivos. E isto também é muito ruim. Se toda a vez que uma comunidade necessitar o atendimento de reivindicações justas, toda vez que ela necessitar desse atendimento, ela tiver que recorrer a essa forma de agressão, então é muito ruim pra humanidade, muito ruim pra sociedade. Quer dizer, substituem-se os meios de persuasão, de discussão, por métodos violentos de obtenção dos objetivos, não é. Então, isso tudo é um panorama geral.

JB – O que que o senhor acha, por exemplo, da atual geração de pesquisadores de Manguinhos em relação à geração que o senhor conheceu?

FL – Bom. Eu não posso falar na atual porque eu não conheço, eu não sei esses rapazes, eu estive afastado muito tempo, não é.

RG – O senhor voltou quando?

FL – Foi agora com o Vinícius, não é. Mas o que eu noto é o seguinte: eu posso é comparar as condições que existiam quando eu comecei a trabalhar e as condições que existem hoje.

JB – Em termos de materiais, em termos técnicos.

FL – Em todos, sob todos os aspectos. Primeiro: quando a gente quiser analisar uma instituição de pesquisa tem que ver em primeiro lugar o elemento humano. O mais importante não é o elemento material, é o elemento humano. Tanto é que quando a gente vê o Instituto Max Plank. Ah bom! Mas de lá saíram 22 prêmios Nobel. Era o fulano, era o beltrano. Quer dizer, a pessoa, o pesquisador é que vem em primeiro lugar, importa. Então, o sucesso de uma instituição de pesquisa depende fundamentalmente de sucesso individual dos seus pesquisadores, dos seus elementos humanos - pesquisadores e auxiliares que eu digo, corpo técnico. Então, sob esse aspecto, eu acho que o momento atual é muito adverso, porque as oportunidades pra essas novas gerações são muito inferiores, são muito mais desfavoráveis do que aquelas que existiam na época que eu comecei a trabalhar. Então houve uma regressão.

JB – O senhor diz em termos de formação mesmo?

FL – Tudo! Tudo. As próprias, vamos dizer, as condições de sobrevivência, que é a coisa mais elementar. Eu podia trabalhar de graça, como já expliquei pra vocês. Podia me dar um luxo de trabalhar de graça. Como é que esses rapazes podem? Por quê? Porque eu ganhava bem, porque

eu não era casado, não é. Agora hoje, como é que pode? Ganha mal o rapaz, casa logo na escola, já forma família logo bem novinho. Então como é que ele vai...? Primeira coisa que ele tem é ter condições de sobrevivência da família, dela própria, da esposa, dos filhos, não é. Então já começa por aí. Já ele não pode trabalhar de graça ou ganhar pouco.

RG – O senhor acha que era um espírito de pioneiros que acabou?

FL – Acabou. É isso é que eu acho?

JB – Na época, nos anos 50, quando o senhor dirigiu o Instituto, já havia algumas mudanças nesse sentido ou ainda reinava esse espírito?

FL – Não. Eu acho que havia condições muito boas pra que o sujeito pudesse se dedicar. Havia muita gente que trabalhava de graça aqui, se dedicava o tempo todo, essa coisa. Havia menos, digamos, menos pressão para o interesse material, não é. A sociedade pressionava menos. E houve uma certa mudança de mentalidade de uns anos pra cá, no sentido de que hoje o sucesso do indivíduo é estritamente ligado ao sucesso material. Quem não é rico, é fracassado. Isto é muito ruim. Tudo não é riqueza intelectual ou espiritual ou moral. É a riqueza material que seleciona as pessoas. Isto é recente no Brasil. Não era assim. Quando a influência européia se exercia mais na cultura aqui, nesse país latino... era mais romântico. O Augusto Comte, com aquela influência positivista, beneficiou muito a mentalidade no sentido de que era uma mentalidade mais idealista, era um idealismo, uma filosofia idealista, não é. Hoje não, é todo mundo materializado. Tem que ganhar sempre!

RG – O senhor acha que a gente está marcado pela influência americana?

FL – Eu acho que sim. É.

JB – Em termos científicos, Dr. Francisco, o senhor acha que, por exemplo, nos anos 50... É curioso isso. Entrevistando outros técnicos e pesquisadores, todos falam, todos se referem a uma diferença muito visível entre o modelo de trabalho científico europeu e o modelo de trabalho científico norte-americano; duas coisas muito diferentes não é. Quer dizer, me parece que o modelo europeu é mais afinado com a idéia de um cientista que trabalha isolado, que tem um leque de interesse mais diversificado, que incursiona por várias áreas. Ao passo que o modelo americano seria um modelo mais organizado, né, mas o corpo coletivo trabalhando. O senhor sentia isso por exemplo, isso era objeto de debate, um objeto de discussão naquela época, aqui dentro?

FL – Não, não, debate não. Cada uma ia procedendo de acordo com aquela sua orientação, aqui predominava era exatamente esse modelo europeu. A influência...

JB – Mas os congressos que o senhor frequentou eram nos Estados Unidos.

FL – Mas a influência americana... Bom, a gente atende a congresso não é porque se esteja... É porque aquele congresso era um meio de divulgação mais... A gente pra divulgar um trabalho, principalmente nesse período do pós-2ª Guerra, tudo era americano. Se você fosse publicar, se eu tivesse publicado aquele trabalho, em vez de ser no “Circulation”, publicasse no “British Heart” ou numa revista francesa ou escandinava, não tinha repercussão nenhuma. Porque era americano. Aí é que dava repercussão pro mundo inteiro.

JB – Mas em termos de modelo, de modelo de organização das instituições científicas, não havia essa influência também?

FL – Como é que é?

JB – Em termos de modelo de organização de instituições científicas? Quer dizer, porque o Instituto Oswaldo Cruz, mal ou bem, ele foi organizado segundo o Instituto Pasteur, se não me engano... E manteve essa organização.

FL – É. Manteve. É. Agora, acontece que no pós-guerra, naquele período, a Europa estava muito arrasada. De forma que a gente não pode comparar as instituições científicas daquela época, daquele período pela década de 50, com as organizações americanas, que já vinham com muito mais recursos. Hoje seria interessante comparar. Eu não sei como é que estão. Se a Europa está refeita, verificar, comparar hoje a estrutura das instituições européias e as americanas. Mas eu acho que ainda há lugar pra gente pensar que as instituições européias obedecem mais àquele padrão tradicional, e as instituições americanas evoluem em um padrão mais moderno de organização.

JB – Dr. Francisco, eu estaria equivocado se eu arriscasse a suposição de que o Dr. Henrique Aragão estava mais sintonizado com o modelo de organização norte-americana?

FL – Não! Ao contrário. O Aragão era todo de formação européia. Ele estudou na Alemanha. É.

RG – E o Olímpio teria uma ligação mais americana?

FL – Não. Não creio não. A influência americana era muito pequena.

RG – O Olímpio tentou colocar aqui... ele tentou não, ele comprou o microscópio eletrônico. Isso foi assim motivo para grandes questões, não é, se era ou não era necessário, se era isso que o Instituto precisava. Eu acho que aí dá assim um pouco assim uma pista, uma orientação mais...

FL – Mais inovadora, não é.

RG – É. Tecnologia de ponta. Aí vem muito essa questão do recurso humano versus tecnologia. Não sei. Também estamos especulando aqui.

FL – Bom. Esse problema de como deve ser a organização da pesquisa num país como o Brasil, isso precisava ser discutido com muita calma, muita extensão, muita paciência, porque não é fácil a gente dizer: “Tal modelo é mais conveniente ou tal modelo é mais conveniente”. Provavelmente, pra resumir, só há um modelo conveniente: é o nosso mesmo. Um modelo que seja mais autêntico pra nós. Menos cópia. Eu acho que um dos grandes males das novas gerações de pesquisadores é que se viciaram na cópia. Só sabem fazer aquilo que eles já viram fazer, não é? Isso é que eu acho. Então, o modelo ideal para nós surgirá no dia que nossos pesquisadores tiverem autenticidade e capacidade de se orientarem e verem a nossa realidade, que é muito diferente da realidade americana e muito diferente da realidade européia. Nós temos que ter um modelo nosso. Saber enxergar as nossas coisas, estudar os nossos problemas, dar as nossas soluções. É. Isto é que eu acho. Eu não creio que haja nenhuma vantagem em comparar

com o modelo americano ou o modelo europeu. Pra mim nenhum deles serve. Servirá aquele que surgir, quando nós tivermos mais capacidade de elaboração intelectual de uma maneira própria, que sirva para nossos problemas. É isso que eu acho.

JB – É, eu concordo com o senhor.

FL – Porque se a gente vai se basear nessas questões... “Ah bom, deve-se atualizar para o Brasil não ficar defasado em tecnologia de ponta”. Bom. Eu quero saber o que que vão fazer com essa tecnologia de ponta? Isso vai nos ajudar a liberar 10 milhões de chagásicos? Heim? (ri) Em quanto tempo? Ou será melhor você elaborar um programa mais modesto que não seja tecnologia de ponta, mas que vai resolver esses problemas de uma outra maneira mais simples, não é.

RG – Mas aí se coloca a questão da dependência. Porque é uma questão que permeia aí todos os anos 60, não é, e que está sempre na ordem do dia. Como é que a gente pode ter uma política tecnológica-científica aqui e, enfim, isso que vai se refletir por toda a vida social e política do país, não tendo o domínio sobre certas questões?

FL – É. Bom. Isso depende do setor, não é. É, depende do setor. Mas eu ontem comprei o último número da Seleções esse de dezembro e tem aquelas piadinhas sempre. É a primeira coisa que eu leio na Seleções, aquelas piadinhas. Então tinha uma que eu achei muito engraçada, sabe. (ri) Diz que um professor de ciências foi nomeado pra uma cidadezinha do interior, num desses países aí. Não sei se era aqui no Brasil, mas servia aqui pro Brasil. Aí chegou lá, foi dar aulas pros meninos e era sobre os avanços da ciência. Aí começou a falar sobre estratosfera e essas pesquisas, tudo fantástico, o homem ia à lua, e não sei o que, um monte de coisas assim, sabe, e computadores e tal. Tá bem. Falou, contou essas histórias todas, tecnologia de ponta, avanço científico. Depois da aula ele botou: “Bom, se alguém tem uma dúvida, alguma dúvida, pode dizer!”. Aí o garoto levantou lá, disse: “Escuta professor, eu queria saber porque que não botam um ônibus pra cá pra nossa cidade, uma linha de ônibus pra cá. (ri) Isso é que eu queria saber”. Garoto sabido. (rindo) “Por quê que vai à lua? Eu queria é ir à cidade de ônibus”.

JB – É. Isso aí é muito paradoxo, né.

FL – É. País assim que...

JB – Mas hoje fala-se por exemplo em direcionar o Instituto em relação à engenharia genética. O senhor acha que é importante a gente organizar essas áreas?

FL – Não, se o sujeito raciocina como o matuto, o matuto lá no interior, o fazendeiro diz assim: “Ô meu filho! Fica aprendendo essas coisas aí, esses trem complicado que a gente não entende o que que você fala!” Aí o compadre diz assim: “Ô compadre, não fala assim não, deixa o menino aprender as coisas. Saber não ocupa lugar!” (ri) É. De forma que se raciocinar que saber não ocupa lugar, tá muito bom. Mas dá despesa, né. (ri) Não ocupa lugar, mas dá despesa, né. (risos)

JB – Tá bom.

FL – Eu por exemplo tive a vantagem de ficar esses anos todos sem trabalhar em pesquisa. Então eu me pergunto às vezes: será que um doente chagásico, com cardiopatia chagásica, o

doente de Chagas com infecção em si, ele hoje está em muito melhores condições do que estava na minha época, 1950 ou 60? Está por causa de duas instituições, nenhuma delas é brasileira, a Roche e a Bayer. Se não fosse a Roche e a Bayer, nós estaríamos exatamente na mesma posição que há 30 anos atrás. Simplesmente porque eles sintetizaram uma substância que tem uma certa ação tripanocida. Então nesse sentido progrediu. Mas não foi no Brasil. Melhor seria se tivesse sintetizado uma dessas substâncias aqui, é claro. Tivéssemos gente com tecnologia de ponta capaz de abordar um problema desses: síntese de uma quimioterapia eficiente para o *Trypanosoma*. Aí tá bom. Essa eu estou inteiramente de acordo. Os outros progressos quais foram? O mais badalado aí é o implante de marca-passo. Por que é o implante de marca-passo? Não, ele melhora, ele pode evitar uma morte súbita. Não tem dúvida disso. Mas acontece é que custa o que? 80 mil cruzados um marca-passo. E estão empregando nesses operários aí e o INPS que se dane, que pague. Eu queria saber quanto o INPS gasta, o INAMPs gasta em implante de marca-passo. Não seria muito mais...

Fita 8 - Lado B

FL – ... dessas despesas e empregar em pesquisa pra prevenir o desenvolvimento dessas lesões cardíacas, em vez de deixar que elas apareçam para aí então fazer um comércio, um comércio da doença? Não é mesmo? Porque na verdade é isso. Porque assim como há aqueles que empregam com boas indicações, seriamente, usam o recurso terapêutico dessa ordem com seriedade, há também os aproveitadores que fabricam situações para empregar isso. É. Então dá margem a essa... Isso não melhorou quase nada o chagásico. Então, nesse sentido, eu acho que a pesquisa é feito aqueles quartos daqueles francesas que antigamente alugavam ali na Correia Dutra, por aqui, pelo Rio, botavam um papelzinho, dizia assim: “Aluga-se quartos com relativa liberdade”. (risos) “Relativa liberdade”. Então o estudante dizia: “Aí eu posso entrar com uma menina”. (rindo) Nas outras pensões, aquilo era família que estava ali. Ih! Vai ver se uma menina podia ir lá estudar com a gente no quarto, não é? Mas a pesquisa eu acho o que devia ser com relativa liberdade.

JB – Mas Dr. Francisco, o senhor não acha, por exemplo, que desencadear um programa preventivo contra a doença de Chagas, isso não implicaria em ter que mexer nas estruturas sociais do campo profundamente?

FL – Não...

JB – Mexer nas condições de moradia, mexer nas condições de salubridade, mexer em educação...

FL – Não, peraí. Para o sujeito fazer uma campanha de erradicação realmente da moléstia é muito complicado. Então aí o sujeito nem se mete. Porque para mexer na própria habitação rural, um outro tipo de habitação rural, não é, não basta. Tem que ter educação da população. Para ter educação é preciso ter dinheiro, ter tempo. Então vem uma série de coisas que realmente isso não pode. Mas não é propriamente isso, não é só isso, aliás. Isso tem que ser gradativamente. Esse programa preventivo levará muitos anos, décadas. Porque vai gradativamente a população, até chegar ao estágio em que está a população do município de Bambuí, hoje. Levou muitos anos pra eles se educarem, os meninos saberem, verem um barbeirinho ali, pega correndo, bota numa caixa de fósforo, leva no posto pra saber se ele está... Como é que eles chamam infectado? Eles têm um outro termo. Pra saber se ele está infectado ou não. Até chegar a esse ponto, leva muitos anos por esse Brasil inteiro. O Brasil é... população

rural. Então a gente já sabe que um programa inteiramente eficaz, nesse sentido, é tarefa pra muitos anos, pra décadas. Agora, isso não implica que a pesquisa científica não vá dar uma certa prioridade a esses aspectos que podem conduzir a uma prevenção. Esclarecer os fatores que são os responsáveis pela formação da cardiopatia crônica ou dos megas. Alguns problemas assim que devem ser encarados, eu acho que com certa prioridade, não é. Porque a tendência do pesquisador, especialmente quando ele visa a formação do currículo, a publicação de trabalhos com certo objetivo, a tendência é o indivíduo pegar os aspectos que são mais fáceis, que são exeqüíveis. Pesquisas mais difíceis, em geral demoram muito. Então essas ele não quer. É. Esse aspecto o sujeito não quer: “Ah! Vai levar 3 anos pra fazer. Ah! Então não quero. Eu preciso de uma coisa pra fazer a minha tese e eu tenho que defender a tese daqui a 8 meses. Então tem que publicar nesses 8 meses”. É. Essa orientação que eu acho que está errada. Não deve ser assim. Isso é que eu acho que está errado. Bom. Eu acho que já falamos bastante aí.

Data: 17/12/1986

Fita 9 – Lado A

FL – Então hoje vocês querem saber sobre o SAMDU⁷, não é?

MC – SAMDU.

RG - Dr. Laranja, da última vez, no nosso terceiro encontro, nós a grosso modo encerramos aquela etapa em que o senhor trabalhou com a doença de Chagas aqui. Depois o senhor foi chamado a dirigir o Instituto e nós estávamos conversando sobre impressões suas sobre Bambuí. Então eu acho que hoje a gente poderia retomar a entrevista, o senhor contando o que aconteceu depois desse período. Quer dizer, eu não sei se foi imediatamente depois que o senhor se afastou do instituto e foi voltou pro IAPI, né.

FL – É. Quando eu sai de diretor, foi o quê? Foi em maio de 54, maio de 54. Parece que em fevereiro de 56 é que eu fui nomeado do diretor do SAMDU. Então, nesse período, eu voltei a trabalhar em pesquisa em doença de Chagas. E aí redigimos alguns trabalhos e me dediquei, voltei à pesquisa. Bom. Em fevereiro de 56, eu estava já tomando algumas providências pra ir trabalhar na Europa, pra ir pra Europa continuar a pesquisa. Mas foi aí que me pediram... Na época o vice-presidente era o João Goulart e o presidente o Juscelino. Era uma coligação de PTB-PSD. Então cabia ao PTB, entre outras coisas, o ministério do Trabalho, onde estava o SAMDU, não é. Então, tinha havido uma crise na direção, o fato é que eles precisavam indicar uma pessoa pra dirigir o SAMDU. O Jango então me pediu para assumir a direção do SAMDU e eu comecei a trabalhar em fevereiro de 56.

RG – O senhor me permite?

FL – Ham! Vamos lá.

RG – O senhor estava em contato com o Jango nesse tempo todo?

FL – Eu era médico dele, da família dele. De forma que sempre tinha contato né.

RG – Porque vocês tinham sido amigos na juventude e permaneceram em contato?

FL – É, eu era médico. Eu tinha clínica, nessa época, eu fazia clínica. Além da pesquisa também fazia clínica particular. E atendia a família do Jango quase toda. Era meio conselheiro da família, não é.

RG – O senhor fazia clínica geral ou só cardiologia?

FL – Fazia cardiologia. Bom. Então eu fui assumir a direção do SAMDU e aconteceu o seguinte. Eu estudei aquilo, o SAMDU era uma instituição de complementação do serviço médico, que realizava o atendimento domiciliar e de urgência só. De forma que ele complementava os serviços médicos dos institutos. A manutenção do SAMDU era através de verbas de cada um dos institutos, cada um contribuía com um pouco. Era, na realidade, uma instituição que havia sido fundada no governo do marechal Dutra e vinha desde aquela época, já uns 10 anos,

⁷ Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência.

prestando serviço nas capitais, em algumas capitais dos estados, a princípio como instituição regional. Havia o SAMDU do Rio de Janeiro, de âmbito local. Havia o SAMDU de São Paulo, havia o SAMDU, parece que no Rio Grande do Sul, também em Minas Gerais, em Belo Horizonte. Acho que eram só esses. Uns 3 ou 4 organismos regionais que davam atendimento nas capitais. Eram 3 ou 4 capitais. Bom. Eu creio que no início do governo Juscelino, eles unificaram, eles tornaram uma instituição de âmbito nacional. Mas ainda era de âmbito muito limitado, só nas capitais, poucos postos. De forma que o meu planejamento inicial, quando eu estudei a instituição, que comecei a dirigi-la, eu propus logo que o que era evidente é que devia ter, já que era uma instituição de âmbito nacional, devia ter também órgão para execução da política sanitária de urgência, política de atendimento de urgência, o mais extenso possível, estender, portanto. O primeiro objetivo era expandir o SAMDU em todas as capitais dos estados, em todos os estados do Brasil e depois, o que se tornou fundamental, interiorizar. De forma que, realmente, desde o início a administração se caracterizou principalmente pela instalação de novos postos, expansão do serviço, e descentralização daqueles já existentes. Por exemplo, aqui eram poucos postos, no Rio de Janeiro, eram 2 ou 3 postos grandes com vários médicos plantonistas, equipes grandes, né. Então o que nós fizemos era desdobrar, descentralizar, e criar postos na periferia. De forma que no final da minha administração, em 61, eu acho que na Baixada e na Guanabara, já havia uns 20 postos, por aí. Bom. Essa política de expansão e interiorização dos serviços assistenciais do SAMDU, que tinha começado mais ou menos com 12 postos, quando eu assumi, já estava em 211 municípios. Então o SAMDU é que foi realmente a primeira realização concreta, governamental, para dar assistência às populações do interior. E isso é muito interessante. Este ponto é que é fundamental. Foi a base da filosofia da minha administração. Eu argumentava... Havia uma discordância de opinião entre a filosofia assistencial que eu defendia e a orientação, principalmente, dos atuários do Ministério do Trabalho. Eles alegavam que a assistência ao trabalhador devia se concentrar principalmente no centro onde havia mais densidade de trabalhadores, isto é, maior número de contribuintes. Se baseavam na contribuição. O meu argumento era que se obedecesse a essa orientação nunca chegaria o Estado a proporcionar assistência médica às populações rurais porque essas não tinham capacidade de contribuir. Mas exatamente essas eram as mais necessitadas. Então eu propunha que, ao contrário, que se estendesse a assistência médica principalmente às populações mais carentes, mais necessitadas. Muito embora elas não fossem aquelas que contribuíam mais pra Previdência Social. E realmente toda a filosofia da minha administração no SAMDU se baseou nesse princípio. Quem deve receber, prioritariamente, assistência do Estado são as populações que mais carecem dela, as mais carentes, mas exatamente são essas as que têm menor capacidade aquisitiva e por isso não contribuem quase pra Previdência. Então havia um certo paradoxo. Porque o SAMDU se expandiu exatamente pras regiões mais pobres, mais carenciais, né. Mas com isso resultou que o SAMDU foi o órgão de penetração prioritária para assistência às populações rurais. Foi o precursor desse FUNRURAL e dessa assistência às populações rurais.

JB – Dr. Laranja, quais eram os critérios por exemplo assim, de escolha dessas áreas?

FL – Os critérios? Primeiro, critérios por estados. Só havia Rio, aliás na época Guanabara, Estado do Rio, São Paulo, Minas e me parece que Pernambuco, um ou dois mais. Então, deveria primeiro estender aos demais estados, por pobres que fossem, não importava. Cada um estado deve ter algum órgão do SAMDU, posto do SAMDU, delegacia, para proporcionar assistência. Então, primeiro as capitais. Depois interiorizar, tanto quanto possível para cidade do interior. De forma que o critério é mais ou menos... Tudo era tão carente que não havia muita escolha, qualquer coisa ou qualquer lugar onde a gente colocasse, era talvez a única instituição

governamental que ia prestar assistência. As cidades do interior não tinham nada, não é. Uma ou outra tinha um posto da prefeitura, uma coisa assim. Mas a carência era absoluta de assistência médica por parte do estado. Bom. Obedecidos esses princípios básicos, não havia muita escolha. A demanda era tão grande, em relação ao que você podia oferecer, que era muito fácil a gente fazer a escolha, o critério de escolha das localidades. Bom. É preciso notar que o tipo de assistência médica proporcionada pelo SAMDU era uma assistência também *sui-generis*, era diferente. Porque sobre algum aspecto era uma assistência muito elementar porque era puramente o atendimento do problema de urgência, problema de urgência. Conseqüentemente, era uma assistência ambulatorial. Em segundo lugar, portanto, não tinha assistência hospitalar. A não ser aqui na Guanabara que dispunha de um pequeno hospital pra intervenções de emergência. Agora, por outro lado, como serviço de pronto-socorro era, até certo ponto, um serviço sofisticado porque ele era domiciliar. Então tinha que ter meios de transporte pra levar o médico à casa, domicílio do doente. Isto hoje seria completamente inexecutável, não é. Imagina um serviço que deslocasse um médico na casa do doente, hoje. Seria praticamente inexecutável, não? Exigiria uma riqueza, uma abundância de meios de transportes que nenhum serviço suportaria. Mas isso, por outro lado, tornava o serviço, até certo ponto, muito sofisticado. E muito confortável pro doente porque afinal de contas bastava ir num telefone público e telefonar que ia a ambulância na casa dele. De forma que isso, realmente, nem os melhores centros, que dispõem de mais recursos assistenciais hoje, como Rio de Janeiro e São Paulo, não executam um serviço dessa natureza. Se o doente quiser, precisar ser atendido com urgência, ele é que tem que providenciar um transporte pra ir ao hospital ou a um posto qualquer, um posto, um PAM desses, né. De forma que sob esse aspecto, o SAMDU proporcionava uma assistência muito sofisticada, muito confortável, não.

MC – Dr. Laranja!

FL – Diga.

MC – Antes do senhor desenvolver ainda mais questões em relação ao SAMDU, eu queria retomar um pouco algumas questões. No período que o senhor está aqui no Instituto, tanto fazendo suas pesquisas como depois na direção, o senhor teve algum contato com a Previdência Social nesse período?

FL – Não, eu era médico do IAPI, era cardiologista.

MC – Sim. mas estava cedido... então o senhor não teve nenhuma atuação.

FL – Não, não tive.

MC – O senhor disse também que na entrada do senhor no SAMDU, ela foi precedida por uma crise. O senhor se lembra que crise era esta?

FL – Não me lembro. Não acertaram bem com o diretor. Houve qualquer coisa...

MC – Qual era o diretor anterior, o senhor se lembra?

FL – Eu não me lembro o nome dele. Era um rapaz... era indicado pelo PTB. É. Foi... Essas coisas que acontecem. Não é propriamente crise... Quer dizer houve qualquer coisa lá na área, não sei bem como é que foi porque era uma área do Ministério do Trabalho, eu não sei

exatamente o que é que houve. O fato é que o diretor se demitiu e aí então é que houve a necessidade da indicação de um outro diretor.

MC – Sei. O senhor, antes de assumir a direção do SAMDU, o senhor não passa pelo IAPI? O senhor não volta a atuar dentro do IAPI não?

FL – Não. Eu continuei à disposição do Oswaldo Cruz. Não cheguei a retomar. É. Eu continuei. Porque nesse período ainda redigindo aqueles trabalhos e tal, continuei à disposição do Oswaldo Cruz, eu não retornei. Eu só fui retornar ao IAPI depois de 64, em 64.

MC – Em 64 mesmo.

FL – É.

RG – Aí a sua entrada na SAMDU foi tranqüila? Quer dizer, o senhor entrou substituindo um diretor demissionário?

FL – Foi, não teve problema não.

RG – Não teve problema. Mas já era a segunda vez que o senhor entrava numa situação de crise assim, tranqüilamente.

FL – É. Ao contrário, eu tive até muito apoio. Os colegas... foi uma experiência muito curiosa pra mim. Foi uma coisa muito interessante. Eu até me entusiasmei com essa coisa do SAMDU porque era uma experiência muito peculiar pra um administrador. Porque era desses organismos do Estado em que a gente sentia de uma maneira palpável, muito claramente, a utilidade, a eficiência de uma instituição. Talvez fosse a instituição mais eficiente dos órgãos da Saúde e do Ministério do Trabalho. Isto um camarada que esteve aqui, da FAO, uma ocasião, disse: “As duas instituições de grande utilidade nesse país são esse SAMDU – hoje é a Organização Mundial de Saúde, naquela época era a FAO – e aquele que fornecia alimentação - o SAPS⁸”. Duas grandes instituições pro povo eram essas: o SAMDU e o SAPS - Saúde e Alimentação. Eu não sei, depois extingüiram o SAPS, mas eu me lembro, o SAPS era também muito bem organizado, oferecia refeições muito baratas, refeições bem estudadas. Havia um bandeijão na Praça da Bandeira que era uma coisa louca aquilo. Milhares de refeições pra esses operários, preços pra operário mesmo. Eu não sei, as coisas boas desaparecem logo, não é? Mas o SAMDU também, porque o SAMDU era muito pobre em verbas, vivia de migalhas que conseguia com muita dificuldade, e verbas muito escassas, e com aquele pouquinho de dinheiro. Isto é que seria interessante que alguém estudasse a eficiência desses órgãos públicos, e porque um indivíduo com verbas tão pequenas consegue realizar tanto. (ri) Isto é que era importante ver, comparar. Fazer comparação entre as diversas instituições. Porque hoje o que se faz é o contrário. Quando vai se salientar a importância de um determinado empreendimento, diz: “Olha, custou tantos milhões de cruzados!”. Mas o importante é que custe pouco e renda muito. (ri) Não é que custe muito e depois a gente não vê o resultado, não é? O parâmetro, repara, na propaganda, é que custou, empregaram tantos milhões ou bilhões aí. Pro povo, no fim a gente vai ver qual é o resultado, pouca gente nota. Exatamente o que aconteceu com o SAMDU era isso. Havia milhões e milhões de atendimentos de urgência domiciliar e o que se gastava era muito pouquinho. Era muito simplezinho. As instalações, era tudo padronizado. Toda a

⁸

Serviço de Alimentação da Previdência Social.

instalação de um posto, dos postos, no Brasil, era a mesma coisa. O mesmo material que empregava no Sergipe, empregava no Rio Grande do Sul, a mesma coisa.

RG – Isso foi na sua época?

FL – Na minha época era tudo padronizado.

RG – E quem que bolou o projeto?

FL – Eu. É. Ué?

RG – O senhor chamou assim algum arquiteto...?

FL – Não. Nada. Não tinha arquiteto, não tinha nada.

RG – Quem era a sua equipe assim mais próxima?

FL – Porque acontecia o seguinte. Primeiro não se trabalhava em equipe. O indivíduo é que era bom ou não era. Ele assumia a responsabilidade. Porque não era como hoje, tudo... É como eu digo: a meninada até pra brigar, briga em quadrilha. Já não brigam mais individualmente, não é? (rindo) Hoje é indispensável por causa da especialização. O grande avanço dos conhecimentos tecnológicos e científico naturalmente implica na associação de diversos especialistas. Mas naquela época, esses problemas simples assim devem ter um indivíduo que assuma a responsabilidade. Isso é que é. As equipes são indispensáveis, mas para problemas que exijam o concurso de vários especialistas. Quando um problema é simples, um indivíduo resolve, se ele sabe. Aí é que é. Então, toda a organização do SAMDU era padronizada, quer em pessoal, material tudo isso, porque era uma assistência médica elementar, não é? Os problemas médicos de emergência são mais ou menos a mesma coisa em toda a parte, com pequenas variações regionais, de um estado pra outro, que eles adaptavam. Em cada estado, eles adaptam às condições naquele local. Mas tudo era mais ou menos padronizado. De forma que quando, por exemplo, a gente adquiria material pra instalar 5 postos na Bahia, esse material servia perfeitamente pra instalar 5 postos em Minas Gerais. Era a mesma coisa. Então a administração já era feita assim. Tinha uma frota de caminhões, e quando a gente abria as concorrências para a instalação dos postos, abria logo uma concorrência pra instalar 30, 40 postos, digamos, 6 no Rio Grande do Sul, 4 no Pará.... E tudo era a mesma coisa. O material vinha um só e a gente mandava pra todos eles.

RG – Centralizava tudo aqui no Rio de Janeiro?

FL – É. A aquisição de material era toda aqui. Fazia uma concorrência grande...

JB – Agora, essa padronização, ela se baseava em algum exemplo?

FL – Não, não se baseava em exemplo. Se baseava em estudo local, bolado ali. Nós tínhamos, por exemplo, o posto de assistência tipo A, tipo B, tipo C, conforme a complexidade e o número de atendimentos. Numa cidade, vamos dizer, de 60 mil habitantes, botava um posto tipo B. Já numa cidade de 10 mil habitantes botava um posto tipo C, ou lá numa localidadezinha do interior, não é, de acordo com as necessidades. Era o que diferenciava um posto do outro, além do material mais complexo ou menos complexo, porque cada categoria de posto tinha um

material. Um já fazia pequenas cirurgias mais complexas, podia até ter um ou dois leitos pra repouso dos doentes. Compreendeu? Postos um pouco maiores. Já o outro não. Houve até exemplo de localidades só contarem com uma ambulância, enfermeiro, e servente, sem médico. O SAMDU chegou a prestar assistência assim. Enfermeiro bem treinado, naturalmente, para resolver aquela primeira situação ali até transportar o doente pro hospital. Isso aconteceu. No interior tem que ser assim. É.

MC – Dr. Laranja, o senhor era ligado, era militante do PTB?

FL – Eu não. Nunca me filiei a partido nenhum. Eu, em política, apenas eu votei, na minha vida. Mas nunca me filiei a partido, nunca fui de política partidária, nunca tomei parte em nada, nada mais, nem PTB, nem PSD, nem UDN, nem nada. Não me interessa não. A política partidária até hoje não me interessa. Mesmo nessa última eleição, eu faço voto “Frankstein” - agora eles chamam - voto nos indivíduos que eu acho que são bons embora pertençam a vários partidos. É. Eu acho que isso é que é. Eu voto nas pessoas, não voto no partido. Eu votei assim. Voto “Frankstein”!

MC – Como é que o senhor se define ideologicamente?

FL – Eu não me defino. Primeiro que eu não entendo de política. Segundo lugar, eu acho que a gente tem que verificar o quê o país precisa. Então, naturalmente, a gente tem sempre uma tinta meio socialista, é obrigatório, porque num país como o Brasil, todo mundo tem que ser meio socialista, não é mesmo? Tem que ser. Porque há um desnível tão grande entre as diversas classes sociais... Se socialismo é isso, prestar mais atenção pra essas camadas mais desfavorecidas, então eu sou socialista. (ri) Pronto.

JB – Ou é socialista ou é obrigatoriamente extrema-direitista?

FL – Como é que é?

JB – Ou é um pouco socialista ou é extrema-direitista?

FL – Ou então o quê?

JB – Ou então de extrema-direita.

FL – Ah! Eu não sei direito o que é direitista. Eu ouço muito falar em esquerdista, direitista, mas eu não sei o que diferencia um do outro!? Eu acho que os homens são sérios e não sérios. Competentes e não competentes. É. A administração pública no Brasil pra mim se ressentir mais de falta de homens competentes e bem intencionados, isso é que é.

MC – O senhor votou no Getúlio na segunda vez que ele foi presidente?

FL – Ah! Votei. Eu era partidário do Getúlio.

MC – O senhor é getulista?

FL – Sou getulista. Ah! É.

MC – O senhor até hoje é getulista?

FL – Eu sou, até hoje. É. Eu acho que foi um dos homens mais... Como sou juscelinista. Acho que o Juscelino foi um homem extremamente competente. É. O Getúlio, eu acho que era um homem extraordinário. Como idealista que realmente era, um homem que se interessava mesmo pelas classes operárias, compreendeu? Aquilo não era demagogia não. É que ele se interessava mesmo.

MC – O senhor também era simpático ao presidente Jango Goulart?

FL – O Jango porque era meu amigo e tal, é claro, tinha que ser.

MC – E o Brizola também?

FL – Também. Acho o Brizola muito competente. Acho. E muito idealista também. Eu acho.

MC – Sim.

RG – São pessoas nas quais o senhor acredita?

FL – É. Eu acredito.

RG – São pessoas que o senhor acredita que estão lá, né, dispostos a fazer alguma modificação nesse ponto de vista que o senhor acha que o Brasil necessita.

FL – É. Eu acredito. Como Prestes também, é um homem idealista. Ele tem sua maneira de ver os problemas brasileiros, mas ninguém pode negar que é um homem extremamente coerente e idealista. Como esse Lula também, eu acho que é um homem idealista.

RG – Quem?

FL – O Lula. Eu acho também que é. São homens idealistas, não é.

RG – Homens que merecem ser homens públicos.

FL – É. É claro.

RG – No caso do Juscelino, que é esse período que a gente está falando, o senhor podia fazer assim uma avaliação das mudanças, o sentido que o Juscelino imprime ao Brasil em contraposição ao que vinha adiante, né... (INAUDÍVEL). De repente vem o Juscelino com...

FL – Essa pergunta já não é pra mim. Porque aí é uma coisa de caráter geral que é mais pra um político, pra um...

RG – É verdade, mas como o senhor esteve assim tão ligado à administração...

FL – No tempo em que eu trabalhei no SAMDU, que foi no governo Juscelino todo, eu achei um homem extraordinário pra gente trabalhar. Achei um homem extraordinário pra gente trabalhar. O Juscelino era um homem de um entusiasmo, não é, fantástico. E ele me deu todo o

apoio decisivo, extraordinário, pro SAMDU. É evidente que uma administração como a do SAMDU, que era uma administração política, que era o PTB, à que ele pertencia, e principalmente baseada em prestação de serviços, isto é, recursos humanos, em outras palavras, nomeação de pessoas, devia ser uma área muito difícil, muito atritante, não é? Porque aí é que é o ponto mais delicado da administração pública: a nomeação. Ah, quando tem que nomear uma pessoa, Deus me livre! É um choque de interesses bárbaro. De forma que no SAMDU era de se esperar que houvesse muito esse atrito. Mas não houve! Engraçado é isso.

JB – Não houve?

FL – Não, nunca houve. É.

RG – O senhor tinha plena liberdade pra nomear pessoas da sua confiança...

FL – É, exatamente, porque eu era...

Fita 9 - Lado B

RG – ... julgava...

FL – ...dono do cargo. É. Eu não estava ali porque era patrocinado por um deputado, senador, um grupo ou um partido. Era porque era amigo do Jango e apoiado pelo presidente Juscelino também. Eram só os dois. Então não tinha mais nada.

JB – Dr. Francisco, na escolha dos locais que iam ser beneficiados pelos postos, não havia ingerências partidárias?

FL – É claro que era PTB. Ah é, prioridade do PTB. Eu sabia que aquilo pertencia ao PTB, quem indicava era o pessoal do PTB, não é. É. Todos os postos, quase todos. Eu me lembro que eu fiz uma exceção... eu acho que foram só duas exceções. Eu sempre chamava o pessoal do local, os deputados da região, pra eles escolherem as cidades, e indicarem as pessoas. Digo: “Olha, tem tantas vagas. Tantos médicos, tantos motoristas, tantos auxiliares de enfermagem. Agora vocês indiquem os nomes.” Eles iam no diretório do município e escolhiam lá e me traziam a lista. Enquanto aquele sujeito estava desempenhando tudo bem, pronto, não tinha problema. Aquilo era uma coisa tão estabelecida, tão sólida, que o pessoal do PSD ou da UDN ninguém ia se aventurar a indicar um nome. Ou nem ia pedir lá pro presidente pra indicar. Raramente um ia pedir pro Presidente. Porque eles também respeitavam o acordo. Pronto, aí é que é. Agora, houve um município no interior de Minas que eu furei o acordo, por minha responsabilidade. (ri) Foi uma razão sentimental do Presidente. Tinha um deputado nesse município, o sonho dele era instalar o SAMDU lá, nessa cidade. Mas já estava com câncer. Então o Juscelino queria atender essa coisa. Eu digo: “Não tem problema, eu nomeio o pessoal indicado por esse deputado” - que era do PSD. O pessoal do PTB ficou meio brabo comigo, mas depois compreendeu, não é. Mas era muito raro. Era muito interessante isso.

JB – Mas na escolha geográfica dos locais onde iam ser instalados os postos, também entrava esse critério?

FL – Não, aí era muito fácil, por aquela razão que eu disse pra vocês. A carência era tão grande que em qualquer lugar vinha sempre bem, e era sempre justificado. Era tão grande a carência...

em geral a gente via as cidades no interior, por exemplo, mais populosas, centros mais operários. Uma cidade como Juiz de Fora, por exemplo, tinha que ter preferência sobre Santos Dumont ou outra. De forma que tudo isso era muito fácil de fazer. O que eu acho mais digno de menção, salientar, é em primeiro lugar isso: nunca houve atritos, numa área extremamente propícia aos atritos. E todo mundo respeitava, o pessoal do PSD respeitava os deputados. É natural que às vezes se melindravam, porque não conseguiam uma nomeação. Se queixavam ao Presidente. O Presidente: “Não, mas isso aí é da área do PTB. Vocês conversem com o vice-presidente, com o Jango”. O Jango por sua vez dizia: “Ah, mas o Laranja não nomeia porque ele diz que não tem vaga. Como é que eu vou fazer? Tirar o Laranja de lá?”. (ri) Porque não tendo vaga, eu não nomeava. Tá acabado. São 5 médicos, são 5 médicos, e está acabado. Eu não tenho dinheiro pra pagar o sexto médico. Agora, esse sistema deu umas repercussões extraordinariamente notáveis. Em primeiro lugar, havia uma crença generalizada, e ainda há hoje, que a classe médica é muito difícil da gente mexer com ela. É muito difícil, rebelde, né. E naquela época então diziam. “Ah, mas lidar com os médicos é uma coisa muito difícil.” No SAMDU era o contrário. Eu nunca vi uma classe tão fácil de lidar como a classe dos médicos. Eu administrei o SAMDU 5 anos e nunca tive um choque com os meus colegas, nunca fui fiscalizar, dar incertas de trabalho. Todo mundo trabalhava de uma maneira fantástica. Mas isso é primeiro, o exemplo do diretor, porque eu dedicava 14 horas por dia. Só fazia aquilo. Em segundo lugar, delegar poderes, descentralizar, atribuir responsabilidade a quem executa. Toda a minha administração era muito descentralizada. Eu só centralizava, não abria mão da parte de admissão, nomeação - de nomeação e promoção. Porque essa parte aí é muito influenciada por amizades e políticos. Nomeação, promoção e demissão só eu faço, no Brasil inteiro. Mas o resto, eu deixava que eles fizessem. E inclusive eu nunca fiz uma visita, vejam só, ao serviço dos estados. Eu não saía do meu gabinete. Por duas razões: primeiro, porque eu não indo fiscalizar, eu demonstrava uma confiança no meu subordinado. Em segundo lugar: pelo fato de eu não aparecer lá, ninguém conhecia o diretor do SAMDU. Nos estados, ninguém sabia que quem decidia a nomeação, a demissão, e a promoção do funcionário também, estava aqui no Rio, no meu gabinete. Então, quando instalavam o posto do SAMDU, a honra, o proveito político - como é que eles chamam hoje? - o rendimento político cabia ao deputado local e ao delegado. Eles é que figuravam em tudo, eles é que inauguravam. Mas nunca aparecia o meu nome. Porque eu não tinha interesse político em rendimento político. Eu não ia me candidatar a nada, não é. Então, isso eu acho muito importante. Se houvesse uma lei que qualquer indivíduo que administre um bem público no Brasil não pode se candidatar, não pode tirar proveito pessoal, político, nem que seja político, aí mudava a coisa. Porque se você pega um organismo, já vai utilizar aquele organismo pra fazer o seu lastro político, então não pode fazer nada. Você faz é pra si, não é mesmo? Então, esse sistema de administrar de maneira descentralizada, confiando em todo mundo, foi de tal forma, que a gente tem que reconhecer que há também o outro lado. Por exemplo, no meu período mataram dois delegados. Eles eram de tal maneira, não é, todo... o pessoal a executar que sempre encontra um cara meio maluco. Mataram dois delegados do SAMDU.

RG – Delegado do posto? É o responsável por lá?

FL – Não. Delegado é o chefe no estado. É como... O delegado no SAMDU é o chefe no estado. São Paulo tinha um delegado.

MC – Era um superintendente.

FL – É o superintendente, é, atualmente, do INAMPS. Mataram dois. É.

JB – Mas por quê?

FL – Porque ele é que tomava as... É questão de atrito, fazer trabalhar. Sempre tem algum cara que não pode, não sei o quê, é isso e aquilo. Há sempre essas coisinhas, não é. Há sempre isso. É. Foi no Paraná, foi um atrito com um médico, que aliás era major. E parece que não era muito equilibrado não. O fato é que ele matou o delegado por questão disciplinar. E o outro parece que foi no Rio Grande do Norte. É. Mas tudo aí, questão disciplinar. Mas isso é apenas pra mostrar o serviço da melhor maneira possível. Um outro aspecto em que o SAMDU foi absolutamente único, foi o seguinte: à medida que se expandiam os SAMDUs, já na previsão orçamentária ... Digamos nessa época, estamos em dezembro. Então já mandava o orçamento pra 87. Aí eu já fazia a previsão de quais os postos novos, estados tais e tais e tais. Eu vou instalar postos em 87, então já fazia a previsão orçamentária: material, pessoal, medicamentos, para a instalação desses postos no exercício de 87. Então o quê que acontecia? É como abria novas vagas na pirâmide dos funcionários, cá em baixo. Porque todos entraram no cargo inicial. Então aquilo ia aumentando as categorias funcionais imediatamente superiores. Ia abrindo vagas em cima. Então o quê que acontecia? Como tinha vaga, quando chegava o momento das promoções, um mundo de gente era promovido. Quanto mais rápido se expandia o serviço no Brasil, como o quadro era um quadro nacional, de funcionalismo, os beneficiários eram os próprios funcionários, médicos e funcionários que subiam rápido. Houve exemplos de o médico entrar e ser promovido seis meses depois. O sujeito entrar pro serviço público e ser promovido em 6 meses. Eu me lembro disso. Por causa dessa coisa, porque era automática a promoção. E 80% das promoções eram por antiguidade. Só uma pequena percentagem eu promovia por merecimento, uma pequena percentagem. Aí eu avaliava, aquele que tinha função de confiança, chefe de posto, lugares de maior risco, tudo isso, eu levava em consideração e, independente da antiguidade, botava em promoção por merecimento. Mas em geral o critério de merecimento não era adotado. Não. Porque é muito suscetível de influências pessoais. Assim tudo era objetivo. Nunca houve uma reclamação. “Ah! Eu não fui promovido.” Não. O sujeito sabia. Eu tenho direito porque eu fui admitido em tal época, agora eu tenho direito. E vinha mesmo. Isso é muito importante.

JB – Dr. Laranja, como era essa hierarquia funcional? Como era o quadro funcional?

FL – Bom. O quadro era: médicos, naturalmente tinham mais ou menos... Era nível, nível salarial. Eu não me lembro já. 15, 16, 17. Como é hoje no INPS também. Referência 24, 25. Isso muda sempre. Mas é sempre assim. Mas a gente pode resumir isso tudo, há sempre uma classe inicial, uma classe média e uma classe final. É sempre assim.

JB – Mas essa associação, ela pressupunha também o deslocamento geográfico do médico?

FL – Não. Não.

JB – Ele permanecia no posto.

FL – Permanecia. Permanecia. É.

MC – Dr. Laranja...

FL – Bom. Deixa, só para completar e para concluir essa parte de administração de pessoal, reparem uma coisa, vocês que estão nisso, verifiquem isso: quando vocês fizerem o levantamento da fusão dos institutos, com o golpe de 64, vejam como o SAMDU tinha o nível muito mais alto do que os outros. Sabe disso? Um motorista, eu me lembro que muitos se queixavam pra mim. “Ah doutor! Aquilo tudo que o senhor fez, nós já estávamos na referência 12. Quando fundiram os institutos, baixaram para referência 8”. Os motoristas do SAMDU eram os mais bem pagos. Os médicos do SAMDU eram muito bem pagos. Muitos foram rebaixados nessa fusão. Procura esclarecer como é que eles fizeram a fusão. Rebaixaram todo mundo. Nivelaram por baixo, nos institutos, depois do golpe de 64. É. Então o SAMDU realmente tinha um pessoal que teve acesso muito rápido, por causa desse tipo de administração que estava expandindo, não é. O nível salarial era o mesmo dos outros.

JB – Havia uma certa isonomia, por exemplo, entre os médicos.

FL – Havia. O médico do IAPI ganhava o mesmo do...

JB – E ainda é nessa linha.

FL – Não. Depois de 64 rebaixaram. Antigamente o IAPI pagava muito mais do que os outros, né. Depois isso foi se modificando. Porque a referência do nível era a mesma, mas tinha as vantagens. O IAPI, por exemplo, tinha quinquênios que os outros não tinham. E coisas assim.

RG – Agora, quando o senhor entrou pro SAMDU, o SAMDU já existia desde quando?

FL – O SAMDU, desde o tempo do governo Dutra, 46, 45-46.

MC – Não. Ele foi criado no final do governo Vargas.

FL – Hem?

MC – Ele foi criado no final do governo Vargas, em 44.

FL – É. Em 44 foi criado e depois começaram a instalar...

RG – Resultado da queda do Getúlio.

MC – Foi antes da queda, em 44.

RG – Então quando o senhor entrou já era um organismo bem sedimentado.

FL – Não. Não. Era um pouquinho. Não. Era pequenininho.

RG – Com a sua chegada é que houve a grande expansão?

FL – É. A expansão do SAMDU foi... Ele tomou vulto... Era pequenininho. Era. Era o posto Matoso, tinha um posto em Caxias... Eu me lembro, aqui era assim. Era Matoso, Caxias, tinha um posto em Campos, tinha um posto por aqui num subúrbio desses. Eram postos grandes, sabe. O posto Matoso tinha 20 médicos por dia, eram equipes grandes, né. Depois eu desdobrei, descentralizei tudo.

RG – Que dizer que o senhor teve essa idéia de expandir pro interior e isso era uma idéia sua e não houve...

FL – É. Porque eu conhecia bem o interior, né. Já me criei em fazenda, trabalhei lá no interior de Minas, com Chagas. Então já vinha com esse dossiê. O médico de cidade não tinha essa idéia, não é. O sujeito se forma aqui, vai clinicar, ele não tem essa idéia da necessidade do pessoal do interior.

JB – Isso foi uma deliberação sua. Não era uma orientação do PTB em relação aos postos do SAMDU.

RG – E o senhor recebeu todo o apoio pra essas novas formulações?

FL – Essas coisas de idéia assim, ninguém quer saber. Não! (riso) Isso aí, coisa dessa ordem ninguém apoia ou deixa de apoiar. Nem estão sabendo disso. Eles querem saber se nomeia o candidato deles ou não. Os políticos são assim. Eles têm outra maneira de pensar!

RG – Mas o senhor precisava dos recursos.

FL – Ah bom! Aí, aí era com o Jango e o Juscelino. Ah é. Era com o Jango e o Juscelino. Pronto. E o ministro do Trabalho. Esses me davam apoio completo. Porque era o que eles pensavam. Exatamente o que eu pensava, era exatamente o que o Juscelino pensava. Era o que o Jango também achava. Achava uma beleza: “O Laranja é um craque nesse troço!” (ri)

RG – O senhor sentava com o Juscelino pra discutir, conversar sobre isso?

FL – Não tinha nada que discutir. “A minha idéia é esta aqui”; “Hem? Ah! Aprovo e está acabado.” Não tem nada que estar discutindo. É sim ou não.

RG – Era rapidinho. Despachava rapidamente.

FL – É. Aliás, quando eu saí do SAMDU, houve uma coisa muito interessante. Foi quando entrou o Jânio, não é. E foi um pavor, uma correria. Todo mundo inquieto por todo o lado. Todo mundo apavorado. O Jânio, naquele teatro dele, naquelas atitudes paradoxais, e todo mundo apavorado. O ministro do Trabalho era o Castro Neves, parece, um nome assim. Um sujeito moço até, lá de São Paulo. Um homem muito bem. Aí veio aquela onda de inquéritos na previdência, principalmente. Mas no SAMDU não abriram. Não abriram inquérito. Tá bem. E também não me davam a minha demissão. Eu ia lá com o Castro Neves: “Ministro! Eu queria voltar pra trabalhar...”; “Não, o senhor agüenta mais, não sei o quê, o seu substituto.” Nada. Até que já tinha passado, parece, uns dois meses e eu naquela situação, não me davam demissão e eu queria sair logo. Eu sei que depois nomearam o substituto e o Jânio nomeou um camarada, um médico lá de Vila Maria, sabe. Um rapaz lá de Vila Maria. Que era muito amigo, era mais ou menos o mesmo tipo de amizade que eu tinha com o Jango, o Jânio tinha com o Lourenço. Apoiou o Jânio desde aquele começo da campanha de vereador, era médico dele, o Jânio ia na casa dele e tal. Muito amigo assim e tal. Toda a intimidade. Mas o sujeito era um médico com uma clínica enorme lá na Vila Maria. Não tinha, eu acho, nem cargo público. Era um homem assim da clínica particular, de atender 200 pessoas por dia, desses médicos assim. Não tinha formação nenhuma pra administrar e também não era muito de política. Ele era amigo do Jânio.

Mas o Jânio botou o Lourenço pra diretor do SAMDU. Bom. Lá veio ele. Ele veio, me procurou e me disse logo: “Ó Laranja. Eu não entendo nada disso. De forma que eu queria que você me ajudasse, você me orienta aí como é que é”. Eu digo: “Tá bem, Lourenço, vamos lá.” Mas aí ele agarrou e falou com o Jânio pra me deixar à disposição do SAMDU. Me botaram 6 meses à disposição do SAMDU. Oficialmente. Fiquei como assessor... assessorando. Não tinha um cargo assim porque isso tudo eu fazia lá em casa, no apartamento. O Lourenço levava os papéis lá pra casa e eu mostrava pra ele: “Você deve fazer assim, assim, assim”; “Ah!”. Também o pessoal não sabia. Ele era um homem muito sério, muito leal àquilo. E eu tinha pena porque ele não conhecia aquela coisa. Digo: “Vão enrolar o Lourenço”. O fato é que um dia o Lourenço me disse: “Laranja, o Jânio me pediu pra fazer um relatório pra ver como é que está o SAMDU. O quê que é afinal de contas e o quê que pretende fazer, quais são os planos.” Eu digo: “Tá bem. Deixa que eu faço pra ti.” Ai eu redigi um catatal. Eram umas 40 páginas, sabe. Umas 40. Tudo aquilo, bem feio, bateram, bem feitinho, encadernaram. Eu me lembro, era uma pasta preta, não é...

MC – O senhor tem esse documento?

FL – Não, eu dei pro Lourenço. E todos os planos, o quê que se tinha feito no SAMDU desde que eu comecei aquilo, não é. Tava bem feito mesmo o negócio... E como ia ser o planejamento para o futuro. Era só continuar aquilo mesmo. Era uma linha bem definida, não é. E pronto. Aí o Lourenço foi pra Brasília. Eu sei que ele foi lá, eu me lembro, era uma 4ª feira, sabe... não, era uma 6ª feira. Foi lá, estive com o Jânio, entregou a pasta pra ele e era pra ele voltar lá na 4ª feira. Aí o Lourenço voltou 4ª feira, disse que o Jânio disse pra ele: “Ô Lourenço, mas eu gostei muito daquele seu documento. Mas está muito bem feito. Eu gostei muito das orientações do SAMDU e o documento está muito bem feito.” Ele disse: “Não, não fui eu que fiz, foi o Laranja que fez isso pra mim.” Ele era um homem assim. Honesto. “Não, Jânio, foi o Laranja que fez pra mim.” (ri) O Jânio deve ter gostado até, de ver a sinceridade. “Eu não entendo nada disso Jânio. Não, eu não entendo nada daquilo. Era o Laranja que escreveu aquilo pra mim.” (ri) Mas aí o Lourenço trouxe, aí é que eu fiquei impressionado, me mostrou e eu vi todas as páginas anotadas com lápis vermelho pelo Jânio, nas margens, sublinhava, botava, anotava: “Exato, faça isto, correto”. Coisa assim. Ele leu aquilo tudo! Porque em geral o sujeito joga lá numa gaveta, a gente explica mais ou menos, e pronto! Fica por isso mesmo. Não! O Jânio leu página por página e anotou tudo aquilo.

JB – Agora, Dr. Laranja, o fato por exemplo de ter mudado a composição partidária no poder... Por exemplo, as mesmas junções que levavam, por exemplo, a uma determinada localidade, nomear tais ou quais médicos indicados....

FL – Mas não mudou. No governo Juscelino não mudou. Aquilo foi do começo ao fim a aliança PTB-PSD. É. Não mudou não. Não era como hoje não. Antigamente eram mais estáveis esses partidos. Era UDN, era PSD, era PTB. Pronto. O resto não contava. é. Hoje é que tem 20 e tantos partidos aí, né.

MC – Dr. Laranja, o senhor acha que é ou era compatível ter uma administração eminentemente política ligada ao PTB, com indicações do PTB, como o senhor relatou em alguns momentos, e ao mesmo tempo ter uma administração que tivesse utilidade e eficiência, como o senhor colocou?

FL – Perfeitamente. Não há a menor incompatibilidade.

MC – Não? O senhor poderia explicar?

FL – Não. Isso é outra coisa que eu também me surpreendi. (risos) É. Aí depende puramente da figura do diretor. Se eu por exemplo, vou botar em Caruaru um posto. Então chama o deputado. Quem é o deputado do PTB? Porque em geral eles tem o seu reduto, não é. Esses deputados do interior tem seu reduto eleitoral. Então a gente respeita aquilo. Não toque nunca no reduto eleitoral do político. Isso é que sensibiliza. Se começa a entrar outro partido naquele reduto dele, aí é que dá enguiço. Se a gente respeitar isso, sai tudo bem. Então chamava o deputado: “Olha, eu vou botar um posto em Caruaru. O posto é do tipo B. Vai ter 5 médicos, 4 motoristas, 4 atendentes, 2 serventes, 1 escrivão. Pronto. Está aqui. Você indique os nomes”. Ele trazia os nomes e ele não ia botar... Se eu disse que eram 5 médicos, ele não podia... Ele, às vezes, vinha com outro: “Mas dava pra...”; “Não. Não dá! É 5 só!”

RG – Quer dizer, a seleção quem fazia era ele, dos nomes.

FL – É. Quem fazia era ele. Eu não conhecia.

RG – O senhor não podia escolher os melhores entre...

FL – Não, eu não fazia a seleção. Eu não conhecia os médicos lá. O pessoal é local, tinha que ser do local, não é. Bom. Aí nomeava. Saíam as nomeações, não é. Tinha que ter autorização do Juscelino, do Presidente. Eu dava pra ele ir pedir: “Solicito autorização assim, assim.” E o próprio deputado ia com o Juscelino e arranjava a autorização. Aí eu baixava as portarias. Está acabado. Então não havia problema. Se viesse um outro deputado querer um cargo ali, eu respeitava o diretor local: “Não pode entrar um pára-quedista, pra nomear um dos... Não. Eu não aceito isso. Vá ao diretor local, daquela região”. Então os outros não se metiam porque senão eles se incompatibilizavam entre eles. Porque se ele quisesse interferir no reduto do outro, dava direito de um outro vir intervir no reduto dele, é claro. (ri) Então era uma auto defesa respeitarem esse princípio. Sob esse aspecto não havia dificuldade. Aqui no Rio é que era difícil. Aqui no Rio houve um certo atrito com alguns políticos, aqui eu tive. No interior não existia isso. Aqui havia. Porque em primeiro lugar, aqui é que havia maior pressão pra nomeação de interesse pessoal. Uma coisa é o interesse partidário, outra coisa é o interesse pessoal. São coisas diferentes. Eu estou aqui por interesse partidário. Esse eu respeito. Agora, interesse pessoal... Seu eu puder, muito bem, mas se não puder... Aqui predominava o interesse pessoal. Mesmo porque é onde havia menos vagas, porque os postos estavam mais ou menos lotados. Só quando fizessem um novo, em Nova Iguaçu, por aí, é que dava chance. Mas também era o PTB daí, do Estado do Rio. Era o Roberto Silveira, o pessoal. Mas aqui aconteceu uma coisa engraçada. Todo mundo, todas as nomeações queriam ir pra Lagoa, não é. Queriam ir pra esses postos bem do interior, Rua do Matoso. Botei um posto na Gávea, a Gávea tinha um posto; outro em Botafogo. Todo mundo queria Gávea... Não podia. “Nenhum médico entrará diretamente pro Rio de Janeiro, pra Guanabara. Pra entrar no SAMDU tem que entrar no Estado do Rio. Depois ele pode ser transferido pra cá”. Eu abri postos aí: Barra Mansa, Volta Redonda, Valença, Petrópolis, Teresópolis. Tudo isso aí tinha posto. Então o sujeito era nomeado pra lá. O rapaz ia fazer plantão lá em Petrópolis, Valença, não é. Era plantão de 24 horas. Só depois, quando houvesse uma vaga ou algum que estivesse aqui que quisesse ir pra lá, podia trocar. Mas tinha, parece, um período mínimo de carência, eu acho que era 2 anos trabalhando lá pra poder se candidatar a uma vaga aqui no posto de Ramos, ou no posto de Nilópolis. Ele vinha descendo.

Vinha pra Nilópolis, depois de Nilópolis vinha se aproximando. Em geral não havia essa coisa como agora. Agora prestaram um concurso aí pra um hospital, não vinham, não tinha nenhum.

MC – Hospital da Posse, né.

FL – E os médicos metem um mandado de segurança e não sei o quê. Não. No meu pouco tempo não tinha nada disso. E ninguém se julgava prejudicado. Isso é que é. Todo mundo obedecia porque era pra todos. Era pra valer. É. O sujeito esperneava um pouquinho, pedia pra um deputado interferir, isso e aquilo, mas não conseguiu, não conseguiu, muito bem. Porque ninguém consegue. A mesma coisa é o estudante. Havia o auxiliar acadêmico no SAMDU, sabe, quando eu entrei. Era o pessoal de quinto ano, de sexto ano. Fazer aquele estágio muito procurado, era muito bom pra experiência do rapaz, não é. Mas era assim. O sujeito pedia pra um deputado, então contratava como estudante. Tinha um ordenadinho. E ali o estudante dava plantão junto com os médicos e aprendia. Aquele negócio era muito bom. Em 56, quando eu entrei, eu estabeleci concurso. Abri concurso. Não pode ter pedido de deputado nem nada, não pode ter pistolão. Vamos fazer concurso pra todo o Brasil. Então, fazia concurso todo ano pra acadêmicos de medicina. E aí se estabeleceu o concurso. Pronto. Quem passava, passava e pronto. O concurso nos estados, o presidente da banca, eu mandava daqui.

Fita 10 – Lado A

RG – ... o quintanista, depois ele ficava ou ele saía?

FL – Não. Quando se formasse, saía.

MC – O senhor estava dizendo que o senhor abriu concurso...

FL – Então, o concurso era assim. O presidente da banca, eu que mandava daqui. Então isso diminuía muito a influência política ou de amizade pessoal. Porque, sabe no interior como é que é. Famílias amigas: “Ah, meu filho vai a concurso...”. Aí se o sujeito não dava mesmo, ele dizia: “Ah bom, mas o examinador, presidente da banca veio de lá do Rio, cara que a gente não conhece, não é.” Então isso atenuava, era muito bom pra evitar certos constrangimentos, não é, pro examinador, pro médico. Esse foi outro aspecto muito importante. Também nunca houve reclamação, nunca houve...

JB – Posso fazer uma pergunta embaraçosa?

FL – Vamos lá, tá.

JB – Não seria lógico, como foi inclusive o seu caso, o estudante prestou concurso, ele entrou e uma vez formado, que ele pudesse continuar seguindo a carreira médica?

FL – Mas não foi meu caso, porque eu fiz outro concurso. Aí é que é. Não. Não foi meu caso. Então você não entendeu.

JB – É. É verdade, fez um concurso interno.

FL – Não. Não é interno. Eu fui fazer concurso pra médico, em São Paulo, pra cardiologista. É. Você podia entrar pro IAPI como escrevente-datilógrafo, e depois, se abrisse um concurso pra

técnico de administração em São Paulo, você podia ir e se candidatar a outro cargo, que era técnico de administração. Não tinha nada que ver. Então não era uma continuidade, não é. Não tinha nada que ver. Não podia. Além disso, o cargo de auxiliar acadêmico é só enquanto ele não era formado. O dia em que ele recebesse o diploma era contrato trabalhista, então, automaticamente o contrato estava rescindido. Se ele rodasse, não se formasse, ele podia continuar mais um ano. Mas quer dizer, ele ficaria ainda na condição de estudante. No momento que ele passasse à condição de médico, ele não podia ficar exercendo o cargo de acadêmico, e tinha que sair.

JB – Eu queria fazer umas perguntas sobre aspectos médicos. Dr. Laranja, o seguinte: esses postos do interior, que tipo de atendimento que era dado normalmente. Quer dizer, que problemas que eram tratados? Eram problemas de natureza diferente daqueles dos postos urbanos?

FL – Ah! Essa coisinha... Sabe como é que é: parto, ferimento, acidente de automóvel, outros ferimentos assim do interior, né. Acidente de trânsito dá muito. Pequena cirurgia e infecções. Tinha que fazer vacina antitetânica, não é, que dá muito essa coisa no interior. É, essa coisinha. Uma condição cirúrgica aguda que ele pegava, transportava. Quando era uma coisa mais complexa, transportavam pra um hospital mais próximo, mais cômodo pra o atendimento. Mas o que ele pudesse fazer ali, uma fratura, essas coisas, fazia ali mesmo, não é. Em geral, nessas localidadeszinhas, tinha aparelho de raio X na cidade, tinha laboratórios. De forma que recorria a esses... O médico fazia grande parte com recursos da amizade pessoal dele, não era propriamente recursos do SAMDU não. O SAMDU não tinha aparelho de raio X no interior. Mas ele arranjava a Santa Casa, aqui e ali e tal. Essa coisa. Eu acho que o grande problema que eu vejo nessas administrações, em quase todos os estados, não só na Saúde, na saúde e na educação, o grande problema é que os administradores não cuidam do instrumento. O médico, os enfermeiros, os auxiliares de enfermagem são os instrumentos através dos quais ele presta esse serviço. Então, um agricultor, ele tem que cuidar do arado, do trator dele pra poder arar direito a terra, pra poder colher, fazer uma colheita. Mas não. Eles não cuidam do médico, não cuidam do enfermeiro. Na educação, não cuidam do professor. O importante é o elemento humano. Você pode colocar numa salinha com pequeno equipamento, material bem elementar. Não tem importância. Desde que o médico, o executor do serviço, o prestador do serviço esteja satisfeito, possa com boa vontade... Porque ele se vira. Ele vai conseguir recursos materiais em função da amizade dele com outros médicos, isso e aquilo, mas ele está satisfeito. Então, o segredo da administração está em cuidar do elemento humano. Numa instituição de pesquisa não adianta nada você comprar um mundo de microscópios eletrônicos, um mundo de equipamentos complicados. Esse INPS aí, INAMPS, compra não sei quantos aparelhos de raio, caríssimos, mas não cuida do elemento humano, então não pode dar nada que preste. É preferível não gastar muito em coisas materiais e cuidar do elemento humano. Este é que é o segredo. Na escola, cuida do professor, cuida da professora. Não precisa fazer muita coisa material. Uma salinha, no interior, coberta de capim com uma boa professora satisfeita é melhor do que uma sala de luxo com um mau professor insatisfeito. A mesma coisa a assistência médica.

JB – Mas não havia nenhuma ponte de contato, por exemplo, entre essa assistência ambulatorial com aquelas endemias...

FL – Não.

JB – Por exemplo. Quando era diagnosticado um caso de bócio, entendeu, ou uma situação aguda de doenças de Chagas, não havia nenhuma orientação de conduzir esse sujeito pra um hospital, por exemplo, especializado?

FL – Não. Não. Mesmo porque não existia. Começa que essas endemias não criam grandes problemas para a assistência médica em si. São os problemas de prevenção. A não ser no nordeste, uns casos de esquistossomose, mas isso para o SAMDU não representava muita coisa porque não criavam situações agudas, não é. Muito excepcional que houvesse uma hemorragia digestiva por uma cirrose hepática ou uma coisa assim. O que pesa mesmo é o aborto, o parto, o ferimento, a fratura, não é. O sujeito recebeu dois tiros, toda semana tem lá o cara baleado, com uma hemorragia interna. Essas coisas assim. Mas doenças crônicas de endemias, isso aí não representava muita coisa no conjunto das medidas médicas de emergência não. Só pra concluir, essa parte, eu vou contar pra vocês... Aliás, na outra entrevista, eu contei. Vocês estavam querendo saber como o Juscelino se comportava, essa coisa. Há um episódio interessante pra mostrar o espírito do Juscelino, como era um homem interessante. Quando da inauguração de Brasília... Bom, ali, na construção de Brasília, naturalmente, o SAMDU tinha um gabinete em Brasília. Eu ficava uma temporada lá, uma temporada aqui. Era sempre de um lado pro outro. Então a gente tinha combinado, eu disse pro Presidente: “Ó Presidente, eu vou instalar uma porção de postos aqui no estado de Goiás, cercar Brasília, pra evitar que esse povo todo venha... essa influência enorme de pessoas completamente desassistidas, desse interior de Goiás, que não tem nada, nessas cidades. Assim, a gente retém esses doentes por lá mesmo, não vão sobrecarregar a organização hospitalar de Brasília.” Além do mais, a estrutura da organização projetada pra Brasília era uma estrutura muito complexa, copiada das organizações americanas, que partiam do hospital, hospital de base. Então vinha do complicado pro simples. Era exatamente o contrário do meu ponto de vista. Eu partia do pequeno ambulatoriozinho múltiplo. Espalhar, para reter o doente por lá mesmo. Porque 90% das consultas não precisam ir ao hospital, não precisam grandes recursos não. É. Pode resolver lá mesmo. Agora, os casos mais complicados é que vai trazendo pra um hospital um pouquinho mais complexo, se não resolve naquele, leva pra um outro, mais complicado e tal, com mais recursos, não é. Mas uma coisa assim. Um outro sistema assistencial. É o que deviam fazer. Nessas capitais mesmo aqui, não tinha quase ambulatório. Isso é que precisava: instalar milhares de ambulatoriozinhos, postos de atendimento nessa periferia por aí e colocar o médico ali. Aliás, nessas grandes cidades, o plano, minha idéia era mais complexa. Era colocar o posto e a residência do médico. Vender o apartamento pra ele ali perto, que ele morasse ali, não é. Isto é que seria o grande sistema, um distrito. Ele morava ali, ele tratava, ficava aquilo um médico de família. Isto é que é. Não custava nada. Isso é uma coisa facilíma de fazer. O BNH financiar... Você imagina se o rapaz se formando, não é, em geral agora ele casa com uma médica também, então são dois ordenados, comprava um apartamentozinho logo, não precisa ser de luxo, bota aí um prediozinho desses. Até esses da favela do João, são bons aí, não é. Um prediozinho bom, dos médicos. Você já imaginou? O sujeito não pode vender aquilo. Ele tinha que desfrutar, trabalhar ali pelo menos 5 anos. Aí então ele quitava, não é. Mas ele morava ali e atendia ali no posto ao lado. De noite, ele era chamado em casa pelos seus clientes, já conhecia aquelas famílias, já iam procurar aquele médico. Se tornava aquela relação, o doente não era um número estatístico, era uma família que ele tratava. Mas pra isso o médico tem que receber atenção também, não é só o doente. O médico tem que ter condições de morar ali, no apartamento dele, que ele comprou, não é mesmo? Mas bem. Nós estávamos no negócio em Brasília. Vamos voltar: quando chegou a época da inauguração do sistema hospitalar de Brasília, o sistema, o “elefante branco” não andava, não tinha nada para atender. E o Juscelino estava muito apavorado com aquilo. Só existia um hospitalzinho do IAPI, lá, para acidente de trabalho.

JB – Esse sistema hospitalar foi bolado pelo Niemeyer também ou é...

FL – Não, isso foi uma comissão lá de Brasília. Mas bem. Aí o presidente me chamou e disse: “Laranja, você não podia instalar uns postos do SAMDU aqui, pelo menos pra atender de emergência... - estavam contando que iam não sei quantas mil pessoas e não tinha nada pra atender esse povo - atender esse povo que vem aí pra inauguração, pelo menos isso”. Eu digo: “Não tem problema, Presidente”. Ele disse: “Num mês você instala?” Eu digo: “Em duas semanas eu instalo”. Mas deixa estar que eu já estava instalando 5 postos em Goiás, então não tive outros problemas. Os caminhões já tinham saído daqui, 3 deles eu mandei desviar para Brasília. Instalei um posto no Gama, um em Taguatinga e um em Sobradinho e no Núcleo Bandeirante. Eram quatro postos: Gama, Taguatinga, Sobradinho e Núcleo Bandeirante. É. Instalei 4 postos. Já tinha instalado em Planaltina, Formosa, Alexania, Corumbá, Anápolis e Goiânia... Já estava cercado. Brasília já estava cercada. . Tudo isso já estava instalado. Eu sei que em duas semanas eu disse pro Presidente: “Estão aí os postos. Está tudo pronto.” Nós fomos inaugurar um em Sobradinho, sabe. O Juscelino disse: “Vamos inaugurar um pelo menos lá, vamos lá em Sobradinho.” Estavam aqueles candangos, (rindo) e médicos, todo mundo. Eu sei que armaram um palanque lá, umas tábuas, Juscelino ia falar. Subimos lá no palanque, de repente quebrou aquele troço, caímos lá. (ri) Caiu, quebrou, caímos lá, e aqueles candangos por ali. Aí o Juscelino subiu na carroceria de um caminhão, não teve dúvida. Ele pulou ali, um caminhão daqueles de carroceria aberta, e dali ele inaugurou todo sujo, vermelho, porque era uma poeira vermelha doida em Brasília, naquela época, né. De forma que a gente ia numa reunião, era aquele mundo de candango, sujo pra burro!

RG – Mas foi um prazer trabalhar na época em Brasília?

FL – Ah foi! Foi uma coisa louca.

MC – Dr. Laranja, voltando a uma questão que eu tinha perguntado ao senhor sobre as relações entre o PTB e...

FL – Agora tem isso. No posto do SAMDU nunca se ouvia se dizer: “Ah, não tem esparadrapo, não tem uma injeção anti-espasmódica, não tem, está faltando isso”. Não! Essas coisinhas elementares, era ali. Podia não ter um troço complicado. Mas aquelas coisinhas, um bisturi, uma coisa bem simples assim, que usa todo dia, isso não faltava. Esse é o segredo também. Não estar enchendo as prateleiras de remédio complicado aí e não tem o elementar.

MC – Dr. Laranja, voltando a uma questão que eu tinha levantado, pro senhor das relações entre o...

FL – Espera um pouco. Também a gente chegou num estado de calamidade que num país como esse não tem soro antiofídico! É capaz de não ter soro antitetânico. Sei lá. É tudo isso. É. Vai decaindo, decaindo o padrão, né. Quanto mais coisas sofisticadas mais você vê os contrastes, vão sendo tão chocantes. Você liga uma televisão, liga o canal Globo, aquele luxo, aquela coisa, não é. Parece que é um país civilizado. Até parece que é um país civilizado! Vai aí, anda 10 minutos aí já vê as crianças, tudo, numa miséria que é uma coisa louca, não é. O que é que você ia...

MC – Eu ia perguntar o seguinte: com a influência do PTB no SAMDU muitas vezes, o senhor há de concordar comigo, muitas vezes os critérios dos políticos, por exemplo, o senhor dizia: tem 5 vagas pra médico...

FL – Como é que é?

MC – O senhor dizia assim, o senhor estipulava, definia que tinha 5 vagas pra médicos e chegava no local e os chefes locais, os chefes partidários ligados ao PTB e dizia...

FL – Não. O deputado é que ia lá. Eu não. Eu nem conhecia o cara lá.

MC – Deputado, então, essas 5 vagas são suas. Muitas vezes o critério político se sobrepõe ao critério da competência médica.

FL – Não. Isso é conversa. Isso é conversa. Médico do interior, todo ele é competente. Isso é conversa de vestibular Cesgranrio que avaliam através das cruzinhas, a competência do indivíduo através das cruzinhas. Não. Isso está tudo errado. Não tem perigo não. Você não tenha medo desses médicos do interior, nomear um incompetente. Não, eles são competentes. Quase todo mundo tem prática. Se ele não for competente, o próprio povo recusa. É.

MC – Mas não havia situações de onde senão se...

FL – Não. Isso é tudo teórico.

MC – Não, eu não estou falando em relação ao interior não, mas em relação às cidades.

FL – É porque nós estamos acostumados... Esse negócio de competência, esses critérios de avaliação são muito relativos. Porque nós estamos acostumados com esse concurso na faculdade, prova pra docência, não sei o quê, é um cara competente, tirou 10 na tese, não é, fez uma tese original, não sei... Isso é tudo conversa. Não vale nada isso. Essa avaliação no vestibular aí. Ah, umas cruzinhas lá, não sei o quê, o garoto... Ah! Primeiro lugar, não sei o quê. Vai ver aquele garoto não é o melhor não. Isso tudo é muito relativo. No exercício da medicina, no interior, o próprio povo faz o julgamento. “Ah! Fulano é um médico muito bom!”. E em geral quase todos eles são bons. Porque a gente tem que se compenetrar de uma coisa. A medicina não é uma coisa puramente técnica. Tem muito da parte humana, a parte psicológica. Às vezes você não dá o remédio exatamente o mais correto, mas o doente tem tanta confiança em você que ele toma aquele remédio e melhora. É. Mais do que um outro que é tecnicamente, farmacologicamente mais correto. Pois eu não mencionei pra vocês que o Aristides, com o Regulador Xavier, ele melhorava muita gente lá em Bambuí? (ri) Aí está a prova, a parte psicológica. Isso está cheio aí, na medicina. Não é só a parte técnica, a farmacológica de um medicamento que influi.

MC – O senhor não recebia reclamação por parte da população em relação essas indicações de médicos?

FL – Não, não havia isso de erros, não sei o quê, que eu vejo agora, não. No SAMDU não tinha isso não. No SAMDU dava reclamação por demora da ambulância. Mas era engraçado porque tem que ter alguma válvula de escape. Porque uma considerável parte da população é viciada em reclamar. E, principalmente com organizações do governo, o sujeito tem que dar pancada,

dizer que não presta, embora, no íntimo, ele esteja convencido que é bom. Então o SAMDU era saco de pancada. É natural. Um sujeito com chuva desgraçada, chama uma ambulância, a ambulância demora 15 minutos, ele diz: “Não, demorou duas horas!”. Porque ele está com uma bruta cólica, uma dor, cólica, então 15 minutos pra ele representam 3 horas. Então, ele já não diz que esperou 15 minutos, ele diz que esperou 3 horas pela ambulância. E ele não se lembra que o médico chegou e tem que subir à pé aquela ladeira na casa dele lá. Isso ele não leva em consideração. Ele quer que seja aquilo telegráfico. Então, sob esse aspecto, havia muita reclamação. E a gente estranhava quando não existia a reclamação. O mau sinal seria que não existisse a reclamação. Era a reclamação da demora.

JB – Essas reclamações eram entregadas ao senhor?

FL – Iam pro jornal. É. Iam pro jornal. Porque aí a imprensa precisava ter o que falar, não é. É. Jornalista tem que ter o que falar, nem que seja uma besteira qualquer, ele fala qualquer coisa. É.

MC – Dr. Laranja, na época que o senhor estava na gestão do SAMDU teve pressões ou reclamações ou propostas por parte dos sindicatos ou dos próprios institutos em relação às formas de encaminhamento das suas demandas ou...?

FL – Não. Não tinha nada disso. Ali quem sabia era eu e quem determinava era eu e tá acabado. Os sindicatos não tem esse negócio de estar metendo o bedelho lá numa coisa médica. Médico aqui sou eu, tá acabado.

MC – E não havia pressão?

FL – Não tinha nada de pressão. Hoje é que tem mais essa coisa. É tudo... Vão pra televisão aí discutir uns problemas técnicos, dizem um monte de besteira lá, desorientam a população. Esses meios de comunicação trazem muita coisa boa, mas muita coisa ruim também, muita coisa ruim. Deformam muito a mentalidade, não é.

MC – O senhor disse que teve um período em que houve um certo conflito entre o SAMDU e os atuários do ministério do Trabalho. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco mais...

FL – Não. Não. Não é propriamente conflito. Havia diferentes enfoques da filosofia assistencial. E eles tinham razão. Afinal onde há maior densidade de contribuintes, ali deve retornar maior parte dos recursos. É claro. Está certo. É um ponto de vista, respeitável. Mas é um ponto de vista atuarial. Aí é que é. E o meu não era atuarial. A medicina é ao mesmo tempo uma assistência científica, médica, propriamente dita, e humana. Aí é que são duas coisas. Então, quem deve receber, quem tem direito a isso? Todos os seres humanos têm direito a essa assistência, como seres humanos em si, independente da contribuição. Além disso, a capacidade de contribuição é um acidente derivado do seu poder aquisitivo. Se o sujeito não tem poder aquisitivo, ele não tem capacidade pra contribuir. E por quê que ele não tem poder aquisitivo? Porque a nossa organização político-econômica não proporciona a essas pessoas do interior a chance deles poderem, produzir e contribuir para as instituições de previdência. Pronto. É outro ponto de vista.

JB – É até um círculo vicioso, né, Dr. Laranja. Sem saúde o cara não produz (INAUDÍVEL)

FL – É. Pois é. Não produz. Exatamente. É o que eu digo. É o que eu dizia. É preciso que a gente dê uma assistência para que ele adquira capacidade de contribuir. É.

MC – Eu gostaria que o senhor colocasse o seguinte: pelo que o senhor acabou de falar, parece que é incompatível o discurso atuarial com o discurso médico. Então como é que se conciliavam essas duas coisas?

FL – Não conciliava.

MC – E como é que as coisas eram encaminhadas?

FL – Não conciliava. É um ou outro. E predominou o meu ponto de vista. Pronto.

MC – Mas o argumento atuarial era de que... Qual era o argumento atuarial? De que não há recursos para implementar determinadas... ou ambulatorios ou ampliar o número de médicos ou de motoristas etc. etc. ambulância e tal. Como é que o senhor fazia? “Não, vai ter que ter”. Como é que é?

FL – (ri) É muito simples. Olha aqui. Se fosse julgar apenas do ponto de vista atuarial, não instalava, talvez, 99% dos postos no interior. Porque nesses locais onde foram instalados não havia densidade de contribuintes que justificasse. Não é verdade? Mas, no entanto, foram instalados. Mas o segredo está em formular a política de tal maneira de forma que ela seja exequível. Isso é que é. Com pouquinho recurso faz muita coisa. Se eu programasse uma assistência sofisticada, todo aquele recurso ia ser canalizado pra um posto ou dois postos ou cinco postos nas capitais. Em vez dessa orientação, eu fiz uma coisa bem elementar, bem simplesinha e aqueles recursos permitiram a instalação de muitos postos no interior. Pronto. O dinheiro existe sempre. O governo tem a questão: é saber empregar. É. A questão é saber empregar.

MC – Então de certa maneira o serviço atuarial, ele, em geral, estava assim calcado em dados muitos...

FL – Não. Eu não sei. Eu não tenho capacidade pra julgar se o serviço atuarial é bem feito ou não. Isso eu não sei. Eu sei que a maneira de raciocinar é que é diferente, né.

MC – Eu sei agora, eu queria que o senhor também nos falasse um pouco sobre uma coisa que parece que é uma novidade em termos de serviços médicos. Quer dizer, o SAMDU implementa as primeiras comunidades de serviços, não é, da previdência social. Eu queria que o senhor falasse um pouco, como é que eram organizadas essas comunidades de serviço?

FL – Perai... Como é... Eu não entendi bem aonde é que você quer chegar.

MC – Não. Porque parece que muitas vezes o serviço do SAMDU era... juntavam-se vários institutos, não é, e...

FL – É. Então. Era isso. Esse era...

MC – Quer dizer, o SAMDU era isso, né?

FL – Os institutos e as caixas davam assistência limitada a ambulatórios. Havia pouquíssima assistência hospitalar. Às vezes existia um pouco, alguns deles davam também. Mas acontece o seguinte: eles davam assistência naqueles locais onde existiam os ambulatórios e os hospitais. Então ficava sem cobertura essas situações de emergência e o domicílio do doente. Por isso é que criaram o SAMDU. Pra suprir esta falta que era o indivíduo precisar de um médico durante a noite e não ter, porque o horário do ambulatório era limitado, não é. Então por isso é que criaram o SAMDU. Então por isso ele se chamou Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência.

JB – Dr. Francisco. Dr. Laranja, por exemplo nas zonas rurais? O senhor falou por exemplo: o cara precisa, pega o telefone e liga, mas muitas vezes não tinha telefone.

FL – Não. Zonas rurais não pega telefone não. Aqui no morro é que ele pegava o telefone.

JB – Mas na zona rural?

FL – Na zona rural ele vai lá. Manda um compadre, vai à cavalo lá, diz: “Olha, preciso de um médico lá, tá lá, em... Caiu do cavalo, quebrou a perna, não pode andar, não pode vir à cavalo”. Lá vai a ambulância apanhar o sujeito.

JB – Funcionava dia e noite?

FL – Ah funcionava. Dia e noite.

MC – Dr. Laranja, a primeira vez que eu tive contato com o senhor, o senhor disse que o SAMDU elegeu o Jango pra vice-presidente.

FL – Ah bom. Eu acho que...

MC – Né, em mil novecen...

Fita 10 - Lado B

RG – Perguntou se o SAMDU elegeu Jango, né.

MC – É. O senhor tinha dito no primeiro contato...

FL – É. Uma maneira de dizer assim. A gente brincava - isso era conversa de políticos, pessoal do PTB - eles me diziam: “Olha, Laranja, o negócio funcionou tão bem...” Era tão bem recebido o SAMDU, no interior, que o PTB praticamente não perdeu eleição em nenhum município onde instalou o SAMDU. Ganharam em quase todos os municípios. E eu acredito que era verdade isso. Como era muito grande a influência no Brasil inteiro, 200 e tantos postos, eles diziam: “O SAMDU é que foi responsável na diferença da votação entre o Jango e o Milton Campos”.

MC – Eu estou lembrando esse fato pra tentar...

FL – Agora que funciona... isso é que é verdade, é. Porque antigamente, muito mais que hoje, não existia nada! Então, realmente, um posto do SAMDU no interior era uma coisa espetacular. Médico do SAMDU tinha uma influência política muito grande. E muitas dessas localidades

do interior, não sabiam o nome do médico: “Ah, chama o Dr. Samdu”. Era muito comum isso. “Chama o Dr. Samdu”. Todo mundo era Dr. Samdu.

JB – E a condição de médico de um posto servia muitas vezes pra fazer carreiras políticas, assim, dos médicos se candidatarem?

FL – Não. Em geral esses médicos do SAMDU... Que eu saiba, não. Não eram muito de... Era separado. O pessoal político eram os deputados, os vereadores, e tal. Mas os médicos do SAMDU não faziam quase política não. Tanto é que eu não sei, não conheço assim, do SAMDU, se tenha saído um deputado, um vereador. Não. Não tinha. Quase ninguém se candidatava. Quase não. Como é que é?

MC – Eu estou lembrando esse fato, do senhor ter mencionado logo no primeiro encontro, que o SAMDU foi o principal cabo eleitoral do Jango, né, da eleição do Jango pra Vice-Presidência, no sentido de tentar assim entender porque foi criado o SAMDU. Quer dizer, será que o SAMDU foi criado muito mais por uma questão política ou por uma questão realmente de prestar assistência médica. O senhor falou... eu me lembro que o senhor falou também nesse primeiro contato.” O cara quando era atendido lá em cima do morro, ele se sentia como se fosse um cidadão.” No momento em que a cidadania era uma coisa... era um privilégio.

FL – Não. Isso veio depois. Inicialmente, quando eles criaram o SAMDU, não foi pensando em coisa política nem nada. É porque tinha necessidade. Por isso é que eu expliquei que a assistência proporcionada pelos institutos, pelas caixas, ou eram no ambulatório, com horário limitado, ou no hospital, muito pouco, não é. De forma que se o indivíduo necessitasse de um médico num outro horário fora daquele, não tinha. Ou numa emergência não sabia como se deslocar pra procurar recursos. E por isso então, pra preencher essa lacuna, essa deficiência no serviço existente na previdência social, é que criaram o SAMDU. Agora, com o tempo, viram que a coisa tinha muito mais influências colaterais, digamos assim, que não foram as determinantes para a instalação, a criação daquele serviço. Eram outras conseqüências, entre as quais esta: o indivíduo se sentir amparado pelo Estado, realmente. Ele chamava um médico pra ir na casa dele, é uma coisa que hoje não tem, gente! Hoje, até o médico particular, você vê, é difícil a gente chamar e o médico ir. Como antigamente, era o médico de família, a gente atendia todo mundo em casa, né. Saía do consultório, ia lá. A visita domiciliar no doente particular, assim, hoje está acabando. Está acabando isso. O sujeito que vá lá no hospital, vá lá no consultório na hora marcada e pronto.

RG – Antigamente o médico particular fazia a visita domiciliar, mas pelo preço da consulta normal ou sempre comprou mais, sempre foi mais caro?

FL – Não. Visita cobrava mais. É. Cobrava mais. Mas aconteceu que às vezes a gente não podia sair fim de semana. Porque estava com um doente passando mal, sabia que ia ser chamado, não ia. Hoje não, tem esses pronto-socorro aí, não sei o quê. O sujeito que se dane, chame lá um pronto-socorro. Quando ele voltar do fim de semana, o médico atende. Não é?

MC – Dr. Laranja. Esse período que o senhor está na direção do SAMDU também é o período que está tramitando no Congresso a Lei Orgânica da Previdência Social.

FL – Isso eu não sei. Essa parte eu não sei. Não tomei conhecimento disso. Não.

MC – O senhor não teve nenhuma ligação de acompanhar essa tramitação ou ver...

FL – Não. Não me metia nisso. Eu tratava estritamente da parte assistencial. Nem sabia nada que acontecia lá. Não. Essa parte política eu não me... Hoje é que tem mais participação. Antigamente a gente era meio isolado nisso. Político é político, eles é que se ocupavam dessas áreas. A gente se ocupava só da parte médica, não é?

MC – O senhor quando sai da direção do SAMDU o senhor volta ao IAPI, né. Parece que o IAPI tinha uma contribuição especial pro SAMDU, não?

FL – Era maior. Era a maior contribuição, acho que era do IAPI. Era proporcional ao...

MC – Ao número de segurados?

FL – É. Eu acho que era, não sei bem. Eu acho que a maior contribuição era do IAPI, IAPI, IAPC, IAPM, IAPB. O IAPB parece que não era incluído... Não me lembro bem. Não me lembro. Mas a maior contribuição eu acho que era do IAPI.

MC – Nessa época que o senhor está no SAMDU, quer dizer, que o senhor está na direção de uma instituição de assistência médica, como é que o senhor avalia esse período em termos dos institutos que existiam e da assistência médica que eles prestavam. Quais eram os melhores institutos na parte de prestação de assistência médica? O senhor se lembra desse final dos anos 50?

FL – Não. Eu não me interessava muito em estar sabendo o que os outros faziam. Eu queria saber o meu. Eu fazia o meu e está acabado. Não estava olhando pros lados não.

MC – Sim. Mas nenhum instituto chamava a atenção ao senhor em relação à parte de assistência médica? Não?

FL – Não. Eles tinham lá as maneiras deles prestarem assistência médica. Eu não sei. Não me interessava.

MC – Não interessava, quer dizer, mas o senhor volta pro IAPI em que ano? O senhor volta a ser médico do IAPI em que ano? O senhor saiu do SAMDU em 61. Ficou como assessor...

FL – Bom. Eu fiquei.... peraí até 61... Logo em seguida sai o Jânio Quadros. Pouco tempo, saiu o Jânio Quadros...

MC – E nesse período que sai o Jânio Quadros o senhor fica onde?

FL – Eu voltei pro IAPI mesmo depois da revolução, é, em 64. Eu era médico do Jango. Eu continuei à disposição aqui do...

RG – O senhor não ficou no SAMDU, ficou?

FL – Não. Depois que eu sai do SAMDU... Eu saí do SAMDU em maio de 61, né.

MC – E nesse período de maio de 61 até depois da revolução?

FL – Ah, fui fazendeiro, sei lá. É.

RG – O senhor voltou pro Rio Grande do Sul nessa época?

FL – Não. Não era Rio Grande do Sul. Eu tinha umas terras lá perto de Brasília, em Goiás.

RG – Ah é?

FL – É. Lá é que eu morava, na fazenda.

RG – Ah. O senhor ficou aqui por Brasília nesse período? Ficou como médico do Jango? E à disposição.

FL – É. Atendia o Jango. É. Ficava à disposição do Jango. É aí que eu fui à Rússia⁹, foi nessa ocasião. Eu estava lá.

MC – Hem? O senhor foi...?

FL – À Rússia com o Jango.

MC – O senhor foi à Rússia com o Jango? Mas quando é que o Jango foi?

FL – É, foi naquela ocasião, foi no fim do governo Juscelino, em dezembro de 60. Não, em 61 é que ele transmitiu pro Jânio Quadros. É. O Jânio renunciou em 61 ou 62? Isso é que eu não me lembro bem, agosto de 62 ou 61?

MC – 61, agosto de 61. O Jango estava na China.

FL – 61. É. Eu fui pra Europa com o Jango em dezembro de 60. Era ainda governo Juscelino. Foi poucos dias antes da transmissão do cargo do Juscelino pra Jânio Quadros.

MC – E o senhor viajou com o Jango pra...

FL – Eu era médico dele. Eu dava assistência...

MC – O senhor era médico do...

FL – É. Dava assistência pra ele. Na viagem, o Presidente leva um médico, né.

MC – E o senhor era o médico dele? Então o senhor tinha um...

FL – Era um mundo de coisa, né. (ri)

MC – Não. O senhor era diretor do SAMDU e era médico particular do Jango?

FL – Era. Era.

⁹ URSS.

JB – Como é que foi essa viagem, Dr. Laranja?

FL – Hem?

JB – Como é que foi essa viagem?

FL- Ah uma viagem chata pra burro. Ah! Um frio desgraçado. Fomos lá uns dias lá na França, outros dias lá na Tchecoslováquia, depois na Rússia, né. Aí depois interrompemos a viagem. Porque era pra ir à China, Austrália e Nova Zelândia. A viagem era longa pra burro. Mas aí, em Moscou já tinha uma porção... Era 20 graus abaixo de zero. E na viagem a China tinha que fazer uma escala em Ikurtsk, lá na Sibéria, na fronteira com a China, e estava 45 graus abaixo de zero. Aí eu ficava azucrinando os ouvidos do Jango: “Vamos embora, deixa isso pro verão, isso é viagem pra fazer no verão”. E ele já estava nessa época do Natal - eu me lembro, sabe - com saudade das crianças. Ele tinha dois filhos pequeninhos, não é. Ficava numa fossa danada. A gente assim no estrangeiro, tudo diferente. Aquele troço. E ele louco de saudade das crianças. Época de Natal, imagina. Aí eu ficava azucrinando: “Vamos embora, Jango! Vamos voltar pro Brasil e na outra vez a gente vai no verão lá.” Eu tinha vontade de ir a Austrália e Nova Zelândia. China também eu tinha curiosidade de conhecer. Mas aí voltamos poucos dias antes do Natal. Foi no fim de dezembro. É.

JB – Que impressão que o senhor teve da União Soviética?

FL – A outra viagem, aí ele fez, continuou a viagem aquele tempo depois, foi segunda viagem quando o Jânio renunciou. Aí ele foi em agosto.

RG – O senhor estava com ele?

FL – Não. Aí eu não fui. Aí eu não fui. A segunda viagem eu não fui. Aí foi o Evandro, foi o Riff, foi uma porção de gente, foi uma comitiva grande. Era o senador Barros de Carvalho, o Bocaiúva, não sei, uma porção de... pessoal. Era uma comitiva grande. Aí eu não fui não.

MC – Repetindo aqui a pergunta do Jaime. Qual foi a impressão que o senhor teve...

FL – Quando eu fui com ele era só o Jango, eu e o Riff. Eram só três pessoas.

MC – É a União Soviética, o quê que o senhor achou da União Soviética? O senhor gostou da União Soviética?

FL – Ah, nem dá pra conhecer! Uma viagem oficial, eles levam a gente naqueles lugares chatos lá. Inauguração. Eu queria conhecer a universidade, mas não me deixavam. Não me deixavam sair sozinho do hotel. Uma vez eu fui à universidade, Alomonozof, mas aquilo era difícil... Fui lá, os caras me acompanhavam, diziam eles que tinham responsabilidade de não me deixar sozinho, aí pelo meio da rua. Eu gostaria que... Mas é uma cidade bonita, não é, umas coisas interessantes, é claro.

RG – Qual é?

FL – Na Rússia, em Moscou. Uma cidade limpa! Uma limpeza que era uma beleza. Um tráfego que era uma beleza. Não tinha quase automóvel. Ruas, avenidas largas. Aquilo imponente, né.

Cidade impressionante. Relativamente pouca gente na rua, né. Uma vez vi uma fila enorme assim, eu digo: “Ué, que negócio é aquela fila lá. Vocês também têm fila aqui?”; “Ah, aquilo é fila pra comprar sorvete.” 20 graus abaixo de zero, meia quadra assim, meio quarteirão, os caras pra comprar sorvete. (ri) Umas coisas lindas. Aquele teatro Bolschoi é uma beleza, né. Naquela época que nós fomos lá era o congresso dos partidos comunistas. De forma que esse povo todo, Mao-Tse-Tung, esse povo tudo estava lá. Che Guevara e aquele pessoal estava... Eu não fui lá no congresso dos partidos comunistas, mas estava muita gente lá, em Moscou, nessa época. Mas, de uma maneira geral, muito chato. Muito chato aquilo.

RG – Mas e o Jango?

FL – Depois a gente não falava a língua, não é. Você ir num país onde você não entende uma palavra, a gente se sente completamente analfabeto. Nem pra ler os letreiros assim nas vitrines... não sabe aquilo. Umas letras lá... É como você ir num país árabe. Você não entende nada daquilo, né. É muito desagradável isso. A gente se sente analfabeto mesmo. O Jango tinha lá aquelas conversas dele com os políticos, sei lá.

RG – Na sua intimidade com ele, né, porque vocês eram amigos, já eram amigos de infância, de juventude e depois dizem sempre que o médico particular é uma pessoa muito amiga, né, muito íntima...

FL – É. Eu dizia pra ele, sabe que eu dizia - no quarto eu sempre tinha uma garrafa de vodka - e eu tomava umas vodkas e dizia: “Ô Jango! Se botassem comunismo no Brasil, os primeiros que eles iam degolar eram você e eu.” Burguês aqui. (ri) A gente brincava. Porque o Jango era burguês! Ele não tinha nada de comunista. Isso é conversa desse povo aqui. Burguês daqueles, como eu.

RG – Gostava de beber bem...

FL – É. Burguês, como eu. A idéia do sujeito querer proteger uma população mais desamparada, não quer dizer que o sujeito seja comunista, não é. Agora, aquela organização meio militar do partido e tal, isso aí não é pra temperamento de Jango, não é para o meu nem é pra... Porque eu acho que a organização do Partido Comunista é fogo! Aquele troço é bruto, não é. Pelo que a gente ouve dizer, é um troço rigorosíssimo.

MC – Dr. Laranja, esse período que...

FL – Eu não cheguei a ter contato com o meio médico nem nada. Não. Não tive não. Fui na universidade Alomonozof, lá em Moscou, mas visitei o departamento de Química, me mostraram as acomodações pros estudantes, os universitários, uns apartamentozinhos bons, tudo. E umas coisinhas lá. Mas não vi a parte médica não. Não deu chance. Bom, acho que com isso nós...

RG – Ainda falam umas coisinhas.

FL – O quê que está faltando?

MC – Está faltando coisa aqui sim. Falta muita coisa. Esse período do golpe de 1964, o senhor foi atingido pelo golpe militar? O senhor era muito próximo ao Jango, getulista, né. O senhor nesse momento do golpe militar, o senhor...

FL – Não. Porque eu estava afastado, estava na fazenda lá. Muito afastado e tudo. Eu acho que eles esqueceram que eu estava lá.

RG – Esqueceram o senhor é?

FL – É. (ri) Foi bom. Me deixaram. Não mexeram comigo não.

MC – Sim. O senhor volta pro IAPI, em 64.

FL – Em 64 voltei pro IAPI.

MC – E qual é a função do senhor no IAPI?

FL – Ah. IAPI... Nada. Ia lá, batia um papo, era um médico muito antigo. Depois, aqueles rapazes que tinham sido estudantes comigo é que estavam ali. Meu chefe era um que tinha... Então, interpretava uns eletrocardiogramas só e ia embora.

MC – Ah, o senhor voltou a ter a função de médico cardiologista.

FL – É, na Praça Mauá.

MC – Na Praça Mauá, num ambulatório da Praça Mauá.

FL – Interpretava uns eletrocardiogramas ali com ele e pronto.

JB – E quando é que foi que o senhor regressou ao Instituto?

FL – Como é que é?

JB – O seu regresso ao Instituto. Quando é que foi?

FL – Aqui no Manguinhos? Foi agora, com o Vinícius. Foi em 77, né. Eu conhecia o Vinícius quando ele... Eu tinha conhecido o Vinícius quando ele era estudante. Ele morava com um amigo meu, médico. E depois, quando ele veio pra cá, ele me procurou, perguntou por mim, e o Nóbrega que estava aqui, fazia muita força pra eu voltar. Eu já não estava muito... Porque eu tinha ficado muitos anos fora, não. Mas aí eu não sei. O Vinícius queria fazer um projeto de um estudo clínico epidemiológico, um inquérito no Brasil inteiro. Já aí, eu encontrei o Eduardo, que era filho de um colega meu de turma, o Eduardo Costa, que era filho de um grande amigo meu, Rubens, que era meu companheiro de estudos. E aí o outro rapaz lá também, o... como é o nome dele? Este, o Ferreira, o...

RG – Luís Fernando

FL – Luís Fernando, é, que era filho do Oscar Ferreira, um cardiologista daqui da Santa Casa também, que eu conhecia. E aí eu fiz um projeto de clínica epidemiológica pra FINEP. Eles tinham um convênio com a FINEP, e arranjam um financiamento, aí eu voltei pra cá pra...

JB – Mas era inquérito relacionado à doença de Chagas?

FL – Heim?

JB – Inquérito sobre a doença de Chagas?

FL – É, sobre a doença de Chagas. Mas não deu pra fazer esse trabalho. Fizemos o projeto, mas não tinha condições pra desenvolver o trabalho. Era eu e o João Carlos. Nós íamos fazer um inquérito de morbidade, mas grande. Mas não tinha condições não. No final não deu pra desenvolver o projeto. Fizemos alguns estudos, alguma coisa, publicamos uns trabalhos à toa. Depois eu fiz esse projeto que eu estou trabalhando, é esse de desenvolvimento experimental. Mas tá... Vai levar ainda muito tempo para o Oswaldo Cruz ter condições de desenvolver pesquisas.

RG – Fala um pouco pra gente desse seu trabalho. O senhor não falou ainda do seu trabalho atual.

FL – É um projeto experimental. É. Mas não está saindo... Esse é um projeto que teria que ter condições melhores, né. Não tem condições aqui pra fazer. Porque é um trabalho de equipe. E nós ainda não temos assim condições para um trabalho de equipe. Eu estou achando muito diferentes as condições, hoje, de pesquisa. O trabalho dessa nova geração, com as condições que a gente tinha antigamente. Antigamente, primeiro, a administração era muito mais eficiente, muito mais eficiente que hoje. Tinha uma posição muito mais independente. Não havia política partidária interferindo aqui dentro. Isso vocês viram naquela coisa que o pessoal fazia questão de manter o Instituto separado das condições político-partidárias, né. Isso dava uma grande força. Os recursos disponíveis, no instituto, eram muito melhores que hoje, embora menores, embora muito menores. Claro. Pode comparar. Era bom vocês fazerem... Isto é que era interessante, fazer esse estudo orçamental de eficiência das organizações no Brasil. O quê que eles fizeram com esse orçamento naquela época? O quê que eles fazem hoje com esse orçamento? Quantos pesquisadores tinha antigamente? Quais eram? Qual era a população desses pesquisadores? Qual é hoje? Se fizessem um estudo nesse sentido... Eu acho interessante essa nova geração fazer, pra ver o que era bom no Brasil, o que melhorou, o quê que piorou. Ah. Porque essa história de dizer: “Ah! O progresso é uma coisa fantástica!”. Eu agora quando fui a Araxá, eu fui de carro. Foi em novembro, primeira semana de novembro. Então eu passei por aquele interior de Minas, por regiões que próximas de Bambuí. Fui por Bambuí, fui a Araxá. Que coisa impressionante. Eu via nas setas, né, aquelas localidadezinhas que antigamente... Córrego Dantas, não sei o quê, isso e aquilo. Eram localidadezinhas de 500 pessoas, 300 pessoas, às vezes a 10, 20 léguas, quer dizer, a 50, 60 quilômetros de Bambuí. Os doentes iam a Bambuí consultar. Naturalmente iam a cavalo. Não tinha meio de condução, não tinha estrada nem nada. Aquilo tudo era município de Bambuí. Hoje cada um deles é um município. Asfalto bem à vontade, não é. Mas, no entanto, você não vê quase uma casinha no interior. E quando vê uma casinha, é verdade que é uma casinha de alvenaria, em geral, mas aquilo dá pena. Porque na casinha não se vê uma galinha, não tem porco, não tem um pé de árvore fruteira, não tem uma lavourinha de milho, não tem uma lavourinha de mandioca. Quer dizer, essa população rural saiu toda dali. O que ficou mora como num barraco assim, né. E por isso é que eles não

plantam mais. Eu acho que vivem de salário, trabalham numa fábrica. As fábricas naquela zona, por exemplo, terras muito boas, o quê? Fertilizante, calcário e cimento. Eu digo: “Daqui a uns dias aqui é só poluição”. Uma poluição bárbara. Isto é progresso, gente? Isto é que eu pergunto. O que se entende por progresso? Eu acho que era preferível aqueles caras terem a doença de Chagas e viverem felizes, comendo bem... eles comem bem. Tinham seu porquinho, tinham sua vaquinha com leite. Hoje não tem mais nada! Não tem mais nada, não é. Trabalham por salário, pro patrão ou seja lá pra companhia. Vieram pra cidade, a maioria está nessas favelas aí. Você vê. Isso é uma vida miserável, não é.

MC – Dr. Laranja, quando é que o senhor se aposentou da previdência?

FL – Em 71.

MC – Então o senhor já acompanhou o processo de unificação dos Institutos, não?

FL – Eu me aposentei, já estava unificado.

MC – O senhor acompanhou esse processo?

FL – Eu não. Não. Estava na fazenda. Nem sabia como é que fizeram.

MC – O senhor estava de licença?

FL – Hem?

MC – O senhor estava de licença do instituto dos Industriários?

FL – É.

MC – Estava de licença?

FL – É. Não, não. Eu trabalhava em Brasília. Eu era lotado no IAPI. Não, não. Era INAMPS já. Ninguém está exigindo que eu vá todo dia lá. Eu interpretava eletrocardiograma. Às vezes mandavam lá em casa. Eu dava os laudos ali, tá pronto. Os caras eram todos meus amigos.

MC – E o senhor tinha clínica, também, particular?

FL – Não, me afastei.

MC – O senhor tinha salário só do IAPI?

FL – É.

MC – O senhor achou boa a unificação dos institutos? O senhor achou a medida correta, a união dos institutos, a unificação?

FL – Difícil de responder isso. Difícil de responder. Eu acho que caiu o padrão. Pelo menos no que eu sei, em relação ao SAMDU, caiu muito o padrão dos funcionários. Passaram a ganhar menos, unificaram por baixo... Tanto é que muitos me reclamaram que tinham sido rebaixados

de referência salarial. Não sei como é que fizeram isso. Mas naquela época não podia recorrer à justiça do trabalho porque o sujeito também ganhava na justiça e não levava, não é. Aí é que é. Nesse período ninguém podia fazer uma reclamação trabalhista. Aí é que é. De forma que é um período difícil da gente julgar as coisas, né.

MC – O senhor nem de perto essa trajetória da unificação, o senhor não se lembra?

FL – Não. Não acompanhei não. Não me interessei também não.

JB – Agora, Dr. Laranja, completa o seu raciocínio, a sua opinião sobre o Instituto hoje. O questionamento dele...

FL – De quê?

JB – ...sobre o Instituto Oswaldo Cruz hoje, sobre a Fundação.

FL – Bom. Tá tão complicado o Instituto. Porque são duas coisas, eu acho, diferentes, o Instituto da minha época do Instituto de hoje, né. Na minha época, o Instituto antigamente era uma instituição muito homogênea. Era uma instituição de pesquisa, com uma tradição muito bem definida, com um padrão muito bem caracterizado, né. Era como dizem hoje muito transparente. Tudo se sabia exatamente aqui, embora não tivesse essa comunicação que tem hoje. Era muito raro você ver o nome do Instituto nos jornais. Muito raro. E a prova disso é, primeiro, reparem na produção científica do instituto. Então é muito fácil. É só ir ver nas Memórias, não é. Ver o padrão das Memórias desde o tempo do Dr. Oswaldo, que padrão! Hoje é que estão, um pouco, tentando recuperar nas Memórias coisas que tinham acabado! A biblioteca! A produção científica... Mesmo a produção de vacina, não é, era isso... quase que isso que deu hoje. É que o Instituto não alardeava. Mas o que produziu de vacina contra a febre amarela. – Era bom fazer um levantamento pra vocês verem. – Eu sei que o Instituto abastecia a Bolívia, o Paraguai, mandava pra esses países todos aí. Havia produção. De forma que é muito difícil você comparar com a Fundação Oswaldo Cruz de hoje, porque vai comparar seguramente dois valores heterogêneos, né. Vai comparar dois valores heterogêneos. Eu acho que foi muito mau transformarem o instituto nessa Fundação. Ficou muito heterogênea... Você vê: hoje é Instituto Oswaldo Cruz, é Escola Nacional de Saúde Pública, é Hospital Fernandes Filgueiras, uma instituição puramente assistencial, do ministério. O que mais? Agora depois então tem FarManguinhos, tem INCQS. Uma infinidade de coisas heterogêneas, reunidas aí. Só o que em de comum é a denominação: Fundação. O resto não tem nada em comum. Quê que tem...

MC – Casa Oswaldo Cruz também.

FL – Não tem nada. É só Fundação Oswaldo Cruz. É só o que tem de comum. De forma que realmente deve ser muito difícil hoje administrar essa Fundação. É muito grande! É um elefante branco, isto. Deve gastar muito. Eu não tenho a menor idéia do que o Instituto gasta, não sei nem quem é o funcionalismo da Fundação. Ao passo que o Instituto Oswaldo Cruz daquela época era muito fácil. Você via até o custo da produção. Você via o orçamento, o número de funcionários era pequeno, não é, o funcionalismo era muito pequeno. Era interessante vocês fazerem esse estudo. Ver os orçamentos. Ver o orçamento que existia, não é.

Fita 11 – Lado A

JB – ... de um relatório. Esse relatório era publicado?

FL – Não. Não era não. Não, eu acho que não.

JB – O Aragão publicou os deles, mas foi uma exceção?

FL – Eu não sei, porque eu estive um ano só. Se mandei foi um relatório, não é. Mas eu acho que eu nem mandei porque o final da minha administração foi aquele período tão tumultuado da vida do país, que eu acho que eu não mandei relatório não. Isso eu não me lembro assim.

JB – O senhor não tem, por acaso, em casa, um relatório não, né?

FL – Não. Não tenho não.

JB – Porque a gente não encontra os relatórios na Instituição. A única exceção são os relatórios do Dr. Henrique Aragão porque eles foram publicados, não sei se os outros...

FL – É, o Aragão fazia. É. Eu me lembro.

JB – É uma pena!

FL – É. Eu estive um ano só, teria um relatório, né. Mas acho que não mandei porque o final do meu período foi tumultuado, não foi aquela coisa.... O país... Ninguém estava pensando em relatório nem nada. O Aragão tinha um futuro pela frente, na administração. De forma que ele sabia que ia permanecer. Eu sabia que não ia. Eu nem sei se aquele regulamento, eu acho que foi aprovado. O tal de regimento interno que eu modifiquei, onde criei o Conselho. Isso é que vocês podiam ver aí na...

JB – O senhor não guarda uma cópia disso?

FL – Não, eu não, eu deixava tudo aqui.

JB – Eu já procurei aqui, ele não está.

FL – O Tito é capaz de saber. O Tito é capaz de saber isso. Porque eu tenho a impressão que aquilo era portaria do ministro. Pra modificar o regimento do Instituto... Porque já tinha um do tempo do Aragão. E eu modifiquei. Modifiquei a estrutura do instituto. E aquilo só podia fazer por portaria do ministro. Não era o diretor não, era o ministro ou talvez o Presidente da República, não sei.

JB – Em geral era o ministro, né. Os regimentos anteriores eram aprovados pelo ministro.

FL – Em geral era o ministro. É. Acho que deve ter sim.

MC – Dr. Laranja, esse período que o senhor volta ao IAPI até a vinda do senhor pra Fundação, o senhor é um médico cardiologista do IAPI, e ao mesmo tempo tem uma clínica particular?

FL – Não. Eu fui mexer com fazenda.

MC – Foi mexer com fazenda. Então o senhor era médico lá no IAPI e mexia com fazenda. O senhor não chegou a ter nenhum outro cargo dentro do...

FL – Bem. Eu fui presidente da NOVACAP.

MC – Hem?

FL – Eu fui presidente da NOVACAP.

MC – NOVACAP?

FL – NOVACAP, lá em Brasília. A NOVACAP era o governador de Brasília, quase.

RG – O senhor foi governador?

FL – É. Não era o governador não. Mas aí é...

RG – Isso foi quando?

FL – No tempo do Jango.

JB – Ah. Então fala um pouco sobre isso, Dr. Laranja.

FL – Mas isso já é fora...

RG – O senhor ficou nele até 64, nesse cargo?

FL – Não. Eu saí antes. Isso foi logo que ele assumiu. Mas aí já é outra coisa. Inteiramente diferente.

MC – O quê que é NOVACAP?

JB – Nova capital.

RG – Nova capital, Brasília.

FL – Companhia Construtora Nova Capital, que foi criada pelo Juscelino, não é. Mas aí já é uma outra fase, completamente diferente, não tem nada que ver com medicina, compreende? É pura política. E aí...

RG – Mas o senhor contou a sua infância pra gente, também não tem nada a ver com medicina. A gente gostaria de pegar esse capítulo.

FL – É. Mas aí ia estender muito essa coisa. Aconteceu o seguinte: é uma coisa política, né. Aí já é uma outra fase completamente diferente.

MC – Vamos lá. Vamos lá. Vamos entender do Dr. Laranja.

FL – É. Completamente diferente. Bom. Aí aconteceu o seguinte: quando o Jango estava na China, que foi chamado pra assumir, houve aquele período tumultuado, que vai não vai, toma posse, não toma. Eu estava em Brasília. Aí afinal ele veio pra tomar posse. Ia ser criado o sistema parlamentarista, não é. Então, quando o Jango chegou, eu fui até o aeroporto recebê-lo, ele chegou de noite, do aeroporto nós fomos no carro... Quem estava na presidência era o Ranieri Mazilli. Era um deputado, Presidente da Câmara, é. Então no carro foi o motorista, fui eu, o Mazilli e o Jango. Fomos lá pro Torto. Fomos pra Granja do Torto. Naqueles dias, eu ficava quase que o dia todo lá no Torto, né. Porque era médico, sempre precisava uma coisinha. Um período muito tumultuado, de acertos pra tomar posse, de composição política, distribuição de ministérios, tudo isso, né. Um negócio... Ih! Varava a noite a dentro aquilo, tudo...

RG – O senhor participava?

FL – Participava. Bom. Então eu participei naquelas coisas todas, naquelas conversas. Eu sempre estava ali com o Jango, vinha o pessoal todo pra conversar. E o Jango queria me fazer Ministro da Saúde. Na primeira noite que ele chegou, me disse: “Agora você assume o Ministério da Saúde.” E depois eu digo: “Bom, isso nós vamos conversar depois”. E realmente depois eu disse pra ele: “Olha Jango, eu acho que não vale a pena eu ir pro Ministério da Saúde por duas razões: primeiro que vai ser muito mais útil pra ti que eu seja um assessor pessoal, porque eu tenho essa intimidade contigo e tal. Nessas questões de saúde, de pesquisa científica, eu conheço bem esse meio. E posso te dar uma informação mais confiável, não é, do que o próprio ministro, que é um cargo político. E além disso você não pode jogar um cargo, como é o cargo de ministro, não é, que você pode atender uma reivindicação política de um partido, pra botar uma pessoa que apenas vai te criar dificuldade.” Porque sabe que num cargo político eu ia criar dificuldade. “Ah, tá bem.” E realmente, no final, foram aquelas *demarches*, aquelas negociações todas, vai pra este, vai pra aquele, e o Ministério da Saúde ia pra Goiás. Era o Mauro Borges, depois já não foi. No final ficou com o PTB. Porque o PSD foi pegando os cargos, aquela coisa, e no fim pegou a maioria dos cargos e ficou o PTB quase sem cargo. Então reivindicou o Ministério da Saúde. Foi o Souto Maior, Deputado Souto Maior. Bom. E estava nessa coisa, mais ou menos combinado que eu iria ser um assessor do Jango, pessoal dele, não é. Eu estava aqui no Rio, de repente me chamaram, me telefonaram com urgência pra eu ir com urgência lá em Brasília. Eu tomei o avião no outro dia e estava o Riff me esperando já no aeroporto. Eu cheguei mais ou menos às duas horas. O Riff estava me esperando no aeroporto, diz: “O Presidente determinou que eu te esperasse aqui e te levasse diretamente lá pro Palácio, no Alvorada, no Planalto. Te levasse imediatamente, porque ele quer falar contigo urgente.” Eu não sabia o que era. Fui lá. Entrei diretamente, o Jango me disse: “Ó Laranja, eu preciso que tu assumas a NOVACAP. Eu preciso que tua assumas a NOVACAP”. Eu digo: “Mas como? A NOVACAP é companhia construtora. Isso daí é coisa pra engenheiro. Construir os prédios, aquela coisa, não é, administrar aquela construção”; “Não, mas o problema é o seguinte: a renúncia do Jânio Quadros criou uma situação de pânico, em Brasília...” E era um caos! Aquelas companhias construtoras pararam as obras, paralisaram tudo. Então os operários não tinham onde ganhar. Eles ganhavam pra comer. Então tava uma situação de caos. Já estava a preocupação de que começasse a haver depredações. Aquela massa humana de gente com fome, né. Aí ele me explicou. “Não, o problema é esse. É muito sério porque está nessa situação de paralisia e nessa circunstância o importante é que eu tenha uma pessoa que eles tenham confiança de que tem acesso ao Presidente. Por essa razão é que eu quero que tu vás. Porque todo mundo sabe que tu tens toda a intimidade comigo e tens acesso comigo como ninguém tem, como médico. Então isso vai inspirar muita confiança nos operários”. E realmente eu fui tomar posse. Na mesma, hora ele telefonou pro Lordello, que era o prefeito. O Lordello era o

prefeito que tinha sido nomeado pelo Jânio Quadros. Telefonou pro Lordello, pediu pra nomear, não é, e no outro dia de manhã eu já tomei posse. Atravessei uma massa de operários... Tinha uns 1000 operários, assim, pedindo comida. Eles queriam comida pra aquela semana. Aí entrei eu com a experiência do SAMDU, fazer um plano de emergência pra dar comida. Chamei o pessoal, digo: “Vamos comprar feijão, arroz, farinha, carne-seca, aipim. Fazer uma sacola, um sacolão pra uma semana. E vamos distribuir aí nessas cidades satélites. Fazer fila.” E foi o que fizemos. É. Uma situação de emergência, de pane. Muito difícil. Bom. Ao mesmo tempo que a gente tomou essa primeira providência, estabeleceu uma prioridade de obras, pra retomar as obras. Mas a NOVACAP estava endividada com todo mundo, não pagava. Dívida por todo lado, não tinha recursos. Aquilo foi se esgotando, né. A crise política, sabe como é que é. De forma que se estabeleceu uma prioridade pra retomar as obras, pra poder dar emprego pra aquele pessoal, né. Aí já começou o problema que não é fácil. Na retomada das obras, eu estabeleci como prioridade as pequenas, as companhias, os empreiteiros, pequenas companhias que empregassem muita mão-de-obra. Esses teriam prioridade nos contratos. As grandes companhias, com muito maquinário, essas seriam pra depois. É. Então isso já não é uma situação que agrade muito. Não é.

RG – Já mexeu numa área...

FL – É. Bom. Então foi estabelecido esse critério para a retomada das obras. Prioridade para serviço de calçada, meio-fio, que aquilo bota 100, 200 homens fazendo, botando aquelas pedras no meio-fio ali, né, servicinhos assim de pequenos empreiteiros. Bom. Essa foi a primeira coisa. Segundo, à medida que ia conseguindo algum recurso pra pagamento das dívidas... Porque também era um círculo vicioso. Não podiam retomar as obras porque a NOVACAP estava devendo pros empreiteiros. Então tinha que obter recurso pra pagar uma parte da dívida, pra eles poderem movimentar as obras. À medida que obtinha recursos, eu também tinha que estabelecer uma prioridade pro pagamento. Porque tinha empreiteiros que eram credores de 400, 500 milhões, e outros eram 5 milhões, 2 milhões. Então eu estabeleci uma escala de prioridades. Até, vamos supor, agora não me lembro bem. Tem uma portaria isso. Até 5 milhões, pagamento 100%. De 5 a 15 milhões recebe 80%, de 15 milhões a 25 milhões recebe... é um exemplo, né, 40%. Além de 25 milhões, 30 milhões, só recebe 15%. Bom. Isso aí era o pior que havia. Claro. Politicamente era a pior coisa que havia, né. Aí então, eu nunca imaginei que isso aí fosse contrariar muitos interesses. Porque aí tinha aqueles interesses do pessoal que tinha amigos numa companhia, arranjava pra aquele passar na frente do outro, receber mais pagamento. Dentro do funcionalismo mesmo sempre essas coisas, funcionários graduados, que tem influências, diretores... – eram 5 diretores da NOVACAP. Eu era o Presidente. De forma que aquilo já não foi bem visto. Além do mais, era muito chocante que eles botassem um médico, lá no meio dos engenheiros. Era um lugar tipicamente pra engenheiro. Mas eles não sabiam dessa história política da coisa, né. De forma que o meu lugar era muito cobiçado. Todos eles tinham mais credenciais técnicas do que eu. Eu não tinha nenhuma credencial, não é. Era um ambiente completamente fora do meu passado todo. Então isso foi criando um certo mal estar, foi uma administração um pouco tumultuada. E acresce que mais ou menos um mês e meio depois que eu já estava na presidência da NOVACAP, é que foi escolhido o prefeito. E o presidente da NOVACAP era como um secretário da prefeitura, Secretaria de Obras, mais ou menos. Então nomearam o prefeito, mas já tinham nomeado o secretário de obras, digamos assim. E o secretário de obras era um representante do Presidente. E aquilo enfraquecia muito o prefeito. O prefeito não tinha poder. Quem tinha todos os recursos e o poder era o presidente da NOVACAP. Então criou imediatamente um atrito entre o presidente da NOVACAP e o prefeito. É evidente. E aí começaram aquelas fofocas, aquela coisa. Pra resumir, havia então

muitos interesses pra me tirar. Porque eu não era a pessoa adequada por não ser um engenheiro; segundo, porque tinha os candidatos, cada um numa luta de foice, feroz, pra pegar a NOVACAP; terceiro, o atrito com o prefeito. Ele não tinha poder e o presidente da NOVACAP tinha poder, pagava as contas, tudo, né. Então tudo isso criou... Começaram as intrigazinhas e fizeram uma campanha tão grande... Aí é complicado. Mas deu inquérito. Fizeram uma acusação contra um funcionário que eu tinha levado. Eu tinha nomeado só uns 3 ou 4. Um deles era um diretor de departamento. Fizeram uma acusação que ele teria recebido uma comissão. E prepararam uma armadilha mesmo, sabe. Um rapaz muito bom, muito sério e tal. O fato é que um empreiteiro se prontificou a denunciar. E fizeram uma denúncia e foram pros jornais pra preparar. Aí é que eu vi. Eu nunca imaginei que a imprensa fosse tão poderosa. A imprensa é uma das coisas mais perigosas que há. Quando eles querem fazer uma coisa, não adianta. É. Eles vão pra um lado, eles não tem escrúpulos... Não digo toda a imprensa mas alguns jornais, quando eles tem interesse... Então fizeram uma campanha... Aí, automaticamente me envolveram na coisa como responsável também, né. Quando surgiu a coisa, me prontifiquei a abrir um inquérito. Abri. Nomeei uma comissão. Mas aí o prefeito anulou a minha comissão e abriu uma dele.

RG – Quem era?

FL – Era o Sete Câmara, esse embaixador.

JB – Foi uma indicação partidária?

FL – Heim?

JB – Foi uma indicação partidária?

FL – Não. Ele era do PSD, né. Era do PSD. E esse PSD não se dava com o Jango, né. Sabe como é que é, estava... o negócio era... Bom, então o prefeito nomeia uma comissão dele. Tá bem. E eu fui demitido. Mas aí o primeiro ministro era o Tancredo. Então, quando surgiu aquilo, o Tancredo pediu pra fazer uma reunião aqui, no apartamento dele, na Av. Atlântica sabe. O Ministro da Justiça era o Nasser, David Nasser, um homem muito sério, sabe. Então fizemos a reunião. Era o Nasser, o Tancredo, eu que estávamos no apartamento, quando o Sete Câmara telefonou lá de Brasília, que não vinha pra reunião e que já tinha me demitido. Tinha baixado uma portaria me demitindo. Eu me lembro que o Tancredo até disse: “Mas Sete, você não pode fazer uma coisa dessa” e tal. Mas o Sete tava lá nervoso pra burro. Ele era um homem meio esquisito, muito vaidoso, não, não podia ter o orgulho ferido, aquela coisa. Enfim, nós não acertávamos. Não acertávamos, não dava certo. Bom.

RG – Era outro estilo, né.

MC – É. Outro estilo. É. Granfino. Uma cobertura mostra nos jornais, não é, ele era redator do Jornal do Brasil, uma penetração do *society*. Ele era homem sempre de *society* aí, né, essa coisa. Ele foi subchefe da Casa Civil do Juscelino, de forma que já tinha um ambiente nessa coisa. Bom. O fato é que eu então me afastei. Me afastei e fiquei esperando o tal inquérito. Abriam o tal inquérito e foi... Porque a técnica foi essa, fazerem uma campanha de *blitzkrieg* mostra na imprensa. Era o dia inteiro aquilo. Eu não tinha penetração na imprensa. Não tinha amigos. Ao contrário, até era meio antipatizado porque não tinha verba de propaganda, nem no SAMDU nem aqui. Nunca tive um jornalista assim pra me... Essa coisa de relações públicas

que tem hoje, não existia naquela época não. Não dava noticiário nenhum para imprensa não. Então eu tinha má receptividade na imprensa. Então prepararam uma campanha, antes de apurar as coisas, com hipóteses. Sabe como é que eles fazem: “Consta... não sei o quê... Teria havido... responsabilidade...”. Essa coisa, linguagem assim. Bom. Fizeram o inquérito e eu me prontifiquei a depor para esclarecer. Não era contra mim o inquérito, era contra o funcionário. Mas eu me prontifiquei a ir fazer o depoimento. E escrevi um depoimento todo da administração. Acontece que havia um contraste muito grande entre o noticiário de imprensa, de coisas vagas, de acusações, ter tido corrupção, isto e aquilo e os fatos concretos. Que diabo! O homem baixa uma portaria moralizando os pagamentos. Os atos concretos da administração depunham a meu favor. Esse homem está contrariando os interesses. Essa é que é a verdade. Era transparente. De foram que eu tava tranqüilo: “Tá aí ó”. A administração se julga pelos atos e não por fofocas, disse-me-disse, linguagem, comentariotinhos de coquetéis, de *society*, que eu não ia a coisa nenhuma, nunca fui homem disso. Então, ficou aquela coisa, aquele contraste entre o noticiário malicioso e os fatos objetivos do presidente da NOVACAP. A portaria dando prioridade aos pagamentos numa escala assim, assim, assim. Dando prioridade no retomar das obras aos pequenos empreiteiros que empregassem muita mão-de-obra e outras coisas. Seguros. Aquela rodoviária...

JB – Onde teve o quebra-quebra?

FL – De Brasília. Do quebra-quebra, que é um monstro de concreto, né. Aquilo segurado por 2 milhões e tanto. Seguro contra fogo. Eu vou segurar contra fogo um troço de concreto, gente? (ri) Uns troços assim. Anulei. Não quis pagar. E isso tudo era ruim. Cada um fazia lá o seu seguro. Um mundo de coisa assim que no relatório eu botei isso tudo. Então estava evidente que havia muito interesse que eu tava contrariando.

JB – E esse relatório foi divulgado pela imprensa?

FL – Hem!

JB – A imprensa divulgou o relatório?

FL – Não. Peraí. Então correu o inquérito. Correu o inquérito e exatamente o que eles pensavam... Porque tinha um cara lá muito famoso, um procurador da NOVACAP que eles chamavam “carne de pescoço”, que arrasava com todo mundo, não respeitava ninguém, sabe. A esperança era de que esse fosse me arrasar, não é. E como ele conhecia muito bem aquilo tudo, que ele fosse descobrir fatos contra mim, provas contra mim. Exatamente saiu ao contrário. Saiu o tiro pela culatra. Os homens foram a meu favor. Disse que todas as evidências é que se tratava de um plano arquitetado previamente pra demitir o presidente, desestabilizar o presidente da NOVACAP porque havia muitos interesses contrariados e havia os candidatos interessados no lugar. Essa foi a conclusão. Foi a meu favor. A favor da administração, a conclusão toda da comissão de inquérito. Mas deixa estar que aí na hora de publicar as conclusões do inquérito, a imprensa, ninguém publicou.

JB – Safados.

FL – É, ninguém publicava, porque era contra eles. É. Então ficou assim. Bom. Aí depois continuou a coisa lá... Depois saiu o Sete também porque ficou incompatibilizado, ficou mal, numa má situação. Porque, inclusive, o pessoal que entendia de política, eles raciocinavam, o

político raciocina assim, em base política: “Mas que diabo! O Laranja nunca foi um homem de política partidária não tem interesse nenhum em política, não é candidato nem a vereador. Que interesse eles vão ter em eliminar o Laranja?” Não. Eles têm interesse é no Jango. Porque eles sabiam que qualquer coisa que eu fizesse, seria o Jango, refletia o presidente. Porque eles sabiam que era coisa pessoal entre o Jango e eu. Aquilo foi o precursor do golpe de 64. As mesmas forças, que mais tarde depois vieram, já estavam botando as unhas de fora ali. É. Ali, depois muitos disseram: “Ali já estavam se manifestando os caras que estavam dentro do governo do Jango e eram contra ele”.

JB – Dr. Laranja, o senhor não reassumiu não?

FL – Não, eu fui demitido.

JB – Foi um grande abacaxi, na verdade, né.

FL – Bom. Eu tava ali pra tapar um buraco de emergência, não é. Os caras foram burros, porque eu ia sair. Eu ia sair em seguida porque não era o lugar pra mim. Eu apenas tava tapando um lugar porque tinha condições de tratar o pessoal, os operários assim. E realmente tava normalizando tudo. As obras tavam sendo retomadas, tudo aquilo, compreendeu? Os caras foram sem tato, se precipitaram ou acharam que uma jogada contra o Jango... Na verdade o que eles queriam era ir contra o Jango, mas foram de tabela. Não tiveram coragem de ir direto.

JB – Agora, Dr. Francisco, um negócio curioso, essas empreiteiras, de onde elas vinham, eram do Rio e de São Paulo? Eram grandes grupos do Rio e São Paulo?

FL – É. Era Rio e São Paulo.

JB – E as verbas da NOVACAP eram verbas orçamentárias?

FL – É, orçamentárias.

JB – Quer dizer, votadas pelo Congresso.

FL – É, pelo Congresso. É.

MC – Dr. Laranja, uma coisa que é interessante durante a entrevista que a gente está tendo com o senhor. Primeiro o senhor diz que foi batizado, apadrinhado pelo Getúlio Vargas, depois o senhor tem uma grande ligação com a família do Jango, né. Mas o senhor ao mesmo tempo diz que não tá ligado à política, mas assume cargos políticos. Como é que o senhor se entende nisso aí?

FL – Eu não sei. (ri) Eu nunca pleiteei cargo nenhum! Uma coisa... primeiro...

MC – Não. O senhor é da NOVACAP que o senhor diz que é como se fosse...

FL – Mas olha, vocês não prestaram atenção no significado das coisas que eu digo. Logo no começo eu disse pra vocês uma sentença: que Deus dá o biscoito a quem não tem dente. Reparem isso. Todos os meus cargos, eu fui compelido. Eu não queria. Aquilo era verdade. Eu não queria nunca ter me afastado da pesquisa de Bambuí... Não. Não queria. Acho que me

prejudiquei. Mas exatamente por não querer... Eu acho que pelo fato de um indivíduo não querer uma coisa é que o credencia pra um determinado lugar. Se eu me apegasse ou pedisse um lugar, não me davam. E eu sempre digo isso de brincadeira. Se eu fosse, por exemplo, presidente, toda vez que um cara diz: “Ah, eu sou candidato a secretário de Saúde.” Pois este eu não nomeio. Se ele é candidato é porque ele já tem alguma coisa em vista. E hoje é só o que se vê, não é? Eles não vão buscar um sujeito que está lá quietinho num canto, só porque é competente. Não. Ninguém escolhe mais assim.

MC – E o senhor assumia os cargos pela amizade que o senhor tinha pelo Jango?

FL – Bom. Eu assumi porque me botaram lá. O quê que eu ia fazer, heim? Se te nomeiam pra um lugar, você vai dizer: “Não”. Depois que sai o decreto publicado, você não tem coragem de dizer: “Ah eu não vou assumir”. Vão dizer: “O cara está com medo de assumir.” Porque os operários estão ali reclamando que não tem feijão, não é? A gente também tem um certo amor próprio, que diabo! Eu vou enfrentar essa situação. Não é. Chego aqui no instituto. Chego, me chamam: “O senhor foi nomeado”; “Bom. Fui nomeado. Mas agora, como é que eu faço?” Tenho que assumir, que diabo! O Dr. Aragão me indicou. Afinal, então, se ele indicou é porque ele acha que eu...

RG – Tem competência.

FL – É. Tem uma certa... No SAMDU, a mesma coisa, a mesma coisa. Houve lá o negócio e o Juscelino botou a questão no seguinte pé: o PTB tem que botar um nome, indicar um nome pra diretor do SAMDU que seja fora de qualquer contestação. O Jango: “Pô, o Laranja conhece o Juscelino, se dá com ele e tudo. São médicos, os dois são colegas, que diabo!”. Não é?

MC – O senhor quando estava em Brasília, nesse período do início dos anos 60, parece que os institutos contribuíram muito pra construção de habitações em Brasília, né?

FL – Não sei. Eu não tinha nada...

MC – O senhor não se lembra dos institutos financiando tanto a construção de Brasília como os conjuntos...

FL – Sim, os institutos financiaram muito. É. Mas não era com a NOVACAP não. NOVACAP era outra coisa. A NOVACAP eram obras públicas. E essas eram obras residenciais. Os institutos fizeram vários conjuntos residenciais. É, apartamentos. Mas era diferente. A NOVACAP eram aqueles ministérios, aqueles prédios ali. Aquele Ministério do Itamarati, foi outra. O Itamarati, o ministro... Você vê que nessas ocasiões há uma porção de coisinhas que depois a gente vai ligando. O Ministro do Exterior era o Santiago Dantas. Eu me dava muito com o Santiago...

Fita 11 - Lado B

FL – ... gostava. Era um dos homens mais admiráveis, mais inteligentes que eu conheci na minha vida. Me dava ainda do tempo do SAMDU, porque eu botei uns postos pra ele lá no interior de Minas, quando ele se candidatou a deputado. O Santiago Dantas era o ministro do Exterior. Tinha que assinar o contrato pra construção daquele Palácio do Itamarati. Quem assinava o contrato era eu, era o presidente da NOVACAP. Já estava destinado há muito tempo,

desde o tempo do Juscelino, que aquele palácio seria construído pela construtora Pederneiras. Era uma construtora de primeiríssima! Queriam que fizesse uma construção muito bem feita. Então o contrato foi assinado pelo Santiago Dantas, como ministro do Exterior, eu, como presidente da NOVACAP e o velho Pederneiras, foi ele que construiu. Foi na minha gestão que assinaram o contrato da construção do Palácio do Itamarati. Mas aquilo em Brasília era uma fofoca, uma coisa incrível. Era um ambiente de muita fofoca porque lá é sede do governo. Até hoje. Eu acho que até hoje Brasília é uma cidade que realmente... Porque a população de Brasília era muito heterogênea. Veio de todas as partes do Brasil. Diziam que todo indivíduo que era um aventureiro, não é, em qualquer parte do Brasil, ia pra Brasília. No começo acreditavam. E realmente o Niemeyer construiu uma cidade com as condições completamente diferentes das outras. Brasília é uma cidade completamente diferente. Mas tinha um coronel do interior de Minas, que era muito amigo do Juscelino, sabe. E uma vez ele foi visitar Brasília, então um genro desse coronel era meu assistente no SAMDU e o rapaz sempre visitava aquelas obras, sabia, acompanhava aquilo. Toda semana ele sabia quais eram as novidades e tal. O velho foi lá e o genro mostrou todas as obras pra ele, mostrou Brasília toda, né. Aí o coronel ia almoçar com o Juscelino. Diz que ele chegou no palácio e tal, estava esperando assim, de repente veio o Juscelino de lá com aquele jeitão dele, era um homem assim risonho e tal: “Então, coronel, gostou de Brasília? Já visitou tudo?”; “Já, já visitei presidente”; “E gostou de Brasília?”. Diz que o velho ficou meio assim, não falou nada. Aí o Juscelino: “Ah! Mas essa é a obra do século, arquitetura, o senhor tá conhecendo a arquitetura mais moderna, a cidade mais moderna do mundo. Isto é a obra do século, vai ser coisa pro futuro, é a capital da esperança e tal”, aquela coisa toda. E o velho quieto. Não, não dizia nada. Aí o Juscelino: “Mas afinal, coronel, o senhor gostou ou não gostou?”. Ele disse: “Pois olha Presidente, pra falar a verdade, não gostei não”; “Mas não gostou? Mas por quê que o senhor não gostou de Brasília? Coisa extraordinária dessa”. Ele disse: “Não. Vocês são engraçados. Vocês fazem uma cidade que não é redonda nem quadrada. A gente nunca sabe se vai ou se vem. E quando a gente quer se bandear pra direita, tem que ir pra esquerda - são aqueles trevos, né - se quer se bandear pra direita, tem que pender pra esquerda. E outra ainda: também é uma cidade que não tem esquina para gente conversar!” (ri) Agora, é a melhor definição de Brasília que eu já vi. Você repara que não é redonda, também não é quadrada. É um avião. Forma de um avião, não é. É. Você nunca sabe se vai ou se vem. Você quer ir pra lá, tem que vir pra cá, depois é que volta. (ri) E quando que entrar pra direita, você primeiro faz isso e depois é que faz isso. (ri) Então é verdade.

RG – O senhor não se adaptou em Brasília não?

FL – Não, eu gostava. Eu gostava até, me adaptava bem. É. Mas eu não ficava em Brasília propriamente. Era mais era na fazendinha que eu tinha lá. Lá é que eu gostava. Era pertinho de Brasília, morava lá.

JB – O senhor ainda tem essa fazenda?

FL – Não. Vendi.

JB – Agora, nessa época, por exemplo, vocês não estavam preocupados com o que ia acontecer com esses candangos todos depois que terminasse a construção da cidade? Já não se previa?

FL – Não, não. Porque ali o que se previa é que sempre continuariam, haveria obras, pra muito tempo. E os candangos foram se estabelecendo. O pessoal ganhava muito dinheiro. Trabalhava dia e noite. É. No tempo do Juscelino a coisa mais comum éera você ir num botequinzinho

daqueles, os operários tudo sujo, aqueles candangos vermelhos de poeira, metia a mão no bolso, era aquele maço de notas. Tinha dinheiro pra burro! Trabalhavam extraordinário durante a noite né. Tinha gente que rodava dia e noite, até agüentar.

RG – É. Depois morria.

FL – Pra poder economizar. Nordestino é danado. De forma que todos eles foram se ajeitando. Depois compraram suas casinhas e tal, não é.

RG – Eu queria saber o impacto do golpe de 64 sobre o senhor. Uma coisa assim pessoal mesmo. Como é que o senhor viveu isso? Como foi que se sentiu?

FL – Você sabe que eu estava tão afastado, tão entrosado na minha vidinha de fazenda, né, porque eu tinha uma vidinha muito tranqüila. O fazendeiro romântico... Porque eu era um fazendeiro romântico. Não era pra ganhar dinheiro, fazenda pra produzir muito. Não. Era um tipo diferente. Era meio um fazendeiro de fim de semana, mais ou menos, só mais aperfeiçoado. Primeiro lugar, era gado de cria, gado de cria. Tinha uns cavalinhos de corrida que o Jango me deu, um reprodutor, não é. Então, gostava muito de cavalo. Galo de briga, eu criava, gostava muito de galos de briga, não é. Mas não ia na rinha não. Depois dava os frangos pra eles levarem pra rinha. Então aquela vidinha ali, a gente não gastava quase nada. Uma vidinha muito simples...

RG – O senhor já tinha se casado, nessa época?

FL – Não, era solteiro. Então, tinha muito boas relações, não é. Vivia a fazenda... A casa era boa, construí uma casa muito boazinha, bem confortável. Então vivia cheio. No fim de semana, aqueles deputados levavam a família. Casa de homem solteiro era muito bom, porque as madames, cada uma, se julgavam donas. Tomavam conta da cozinha e tal, aquela coisa. Era uma beleza. Ah! É. Aquilo juntava gente à beça. Sempre estava cheio. Aquele Viera de Mello, que foi líder do PSD, e um homem muito inteligente, o Vieira de Mello todo fim de semana ia pra lá. Ia sexta, voltava segunda. Eu sempre tinha umas companhias também, umas menininhas aqui no Rio, iam pra lá passar uns dias, não é. Sabe como é que é. Solteiro. A gente ser solteiro, sabendo administrar o estado civil, (riso) você pode... você pode... Você administrando o estado civil, você pode ter um trunfo sempre na mão. É que todas elas têm esperança de casar com você. Então você tira proveito disso. É.

MC – É por isso que o senhor se casou tarde?

FL – Bom. Claro que eu tinha uma clientela boa por isso, porque eu sabia administrar. Quer dizer, um homem já dos seus 47, 48 anos era um partidão, né. Era um partidão, que diabo! Eu sabia o valor do meu trunfo.

MC – Fazendeiro, solteiro, né.

FL – Fazendeiro, solteiro. É.

RG – Médico do Presidente.

FL – Médico do presidente. É. Tinha um carro Mercedes bom. É. (ri) Tinha apartamento em Copacabana, apartamento quitado já, né. (risos) Estava em boas condições. Bom. De forma que a minha atividade era essa atividade do fazendeiro do Rio Grande. Ele pega o cavalo, dá uma volta no campo... Porque eu gostava muito de andar sozinho. Como gosto hoje. Eu gosto da solidão, eu gosto de ficar sozinho, pensando, principalmente assim, no campo. Andar sozinho admirando a natureza, analisar a água, uma coisa, outra e tal. Ver o gado, o que precisa. De forma que era uma vida pra mim muito agradável. Passava o tempo... Apesar de praticamente eu não ter muita atividade, o tempo corria. Agora, eu fazia as plantações e fazia pesquisa, mas pesquisa em agronomia. Eu me dediquei...

RG – A sua vocação de cientista o senhor colocou pra agrônomo.

FL – E aí com uma vantagem tremenda. Se eu fosse agrônomo, agora é que eu vejo, aí é que é o bom: a vantagem é que você tem um laboratório à sua disposição permanente, a natureza. Você não precisa muito equipamento, o que precisa é raciocínio. Umas pouquinhas coisas. Eu, por exemplo, tinha um analisador do pH da terra, um trocinho que o japonês me arranhou em São Paulo, que era uma beleza. Metia aquilo ali, dava o pH da terra. Então dali fazia os cálculos, vê quanto precisa de calcário pra neutralizar aquela acidez, tá, lá... pronto. Uma coisinha assim. Mas deixa estar que quando eu fui presidente da NOVACAP, eu fiz muita amizade com os japoneses, a colônia japonesa. Eu queria regularizar o título da terra pra eles. Porque eles moravam ali, tinham um contrato, mas só de usufruto. Então, dessa maneira, eles nunca podiam tirar financiamento.

JB – Essa colônia era antiga?

FL – É. Desde o começo. Eles contavam que, logo no começo, quando o Dr. Israel Pinheiro chamou uns japoneses da cooperativa de Cotia, de São Paulo pra ir ver as terras de Brasília. Os japoneses foram lá, uma comissão, e olharam, analisaram e tal, e os japoneses chegaram pro Israel disseram: “Ah non, terra non boa, Dr. Israel. Terra Brasília muito ruim, não dá nada não.” Mas disseram que o Israel disse assim: “Bom. Se eu soubesse que a terra era boa, eu não chamava japonês pra cá!”. É claro! (risos) Então eu tinha muito contato com os japoneses, eles me ajudavam muito. E tive uns empregados, tive dois rapazes, não eram propriamente empregados, eram sócios, sabe, foram trabalhar lá. Imagine que esses caras tinham vindo de Nagasaki. Das 300 mil pessoas que morreram, diz que eles escaparam. (ri) Escaparam umas 20 mil que moravam atrás de um morro, sabe. Então os dois escaparam, vieram pra cá. Aí eu tinha pedido pro pessoal que me arrandassem uns rapazes assim. Eles mandaram esses dois. Trabalharam comigo lá uns tempos. Uma beleza aqueles rapazes.

MC – Dr. Laranja, diz uma coisa o senhor sai da NOVACAP... Quer dizer, o senhor está no SAMDU, depois foi pra NOVACAP. E como é que se dá essa passagem do senhor ir pra fazenda?

FL – Não. A fazenda não é passagem. Era sempre. É que você tem idéia de que é uma transição, não é não. Desde 57, quando eu entrei pro SAMDU, que começou Brasília, eu já tinha. Comprei as terras naquela época. Logo que comecei, saí daqui, que fui ser diretor do SAMDU, aí comprei as terras lá. Então, desde essa época eu já estava mexendo. Ia pra Brasília, ficava uns dias na fazenda. Era ali pertinho, uma hora e pouco. Não é uma passagem, um muro do Berlim. Não. Aquilo era uma estrada. Você vai daqui da cidade para ali, na refinaria de Manguinhos, e pronto, né. Não existem essas diferenças grandes no sistema de vida. Não. Você morava na fazenda, no

outro dia vinha dar expediente em Brasília ou o rapaz levava os papéis lá na fazenda, eu assinava lá. Pronto. Era assim.

MC – Ah! Esse período.

JB – Mas e aí? E a experiência?

FL – Bom. Eu ficava na fazenda e me distraía muito porque fiz criação de gado, criação de animais, porco galinha, de tudo isso fiz criação. E estudava. Naquela época, o grande problema era de pastagens, não é. Substituir aquele capim nativo, que não tinha valor nutritivo nenhum, por uma pastagem que se adaptasse àquelas terras e àquela região. De forma que se estudava muito agrostologia. Eu me lembro que eu tinha comprado um livro, que saiu em 57, de um cara lá da França, um sujeito que se chamava Voisin, era um agrônomo. Esse livro até os agrônomos aqui não conheciam. Eu tinha encomendado da França. Depois eu emprestei, nunca mais me devolveram. É o cara que introduziu o tal pastoreio rotativo, que hoje todo fazendeiro faz. Bota num piquetezinho ali, come aquele capim, depois passa pra outro e tal. Esse pastoreio rotativo. Eu fiz isso naquela época. Era um pioneiro! Os caras da agronomia iam lá, eu discutia com os agrônomos e tal. É. Tinha um russo lá em Goiânia, que era secretário, trabalhava na secretaria da Agricultura. Eu resolvi pesquisar leguminosas, compreendeu, ver a adaptação, e o homem era apaixonado por alfafa. Esse grupo...

RG – Está na moda agora.

FL – É. Ah! O russo ficou louco, me levava mudas de alfafa lá pra plantar. Tinha uns agrônomos de Goiânia também, muito meus amigos. Enfim, a gente quando se dedica assim e tem contato com esse pessoal da... Aqui, no Km 47, tinha muita ligação entre a Rural e Manguinhos. Costa Lima era professor lá, Ubatuba era professor, de forma que tinha muita ligação. Aí esse pessoal me ajudou muito também. Davam muita coisa, sabe, pra gente experimentar. Enfim, era uma vidinha boa. Aquela é que era vidinha boa.

RG – Então...

FL – Aí veio a revolução. Eu não cheguei a tomar conhecimento na revolução... Eu estava tão por fora... Não lia jornal. Nem sabia direito como é que estava o Jango. De vez em quando eu ia lá. O Jango de vez em quando mandava me chamar, eu ia lá tomar um uísque com ele lá no torto e voltava. E sabe que o dia... Aliás foi engraçado, isso aconteceu. O dia que o Jango voou de Brasília pro Rio Grande, de tarde, eram mais ou menos duas horas. Eu fazia as compras na cooperativa do Congresso dos deputados. Lá era muito mais barato e aqueles deputados eram todos meus amigos. Eu ia lá, na caminhonete, eu tinha uma caminhonete de tração nas 4 rodas, essa Willys. Então ia lá e fazia as compras. Umas compras assim: café, açúcar, essas coisas, né. Comprava na cooperativa e levava pra fazenda. Eu encontrei na cooperativa o motorista do Jango, um daqueles motoristas de lá. Eu digo: “Cadê o doutor?” Eu chamava ele de doutor. Ele diz: “Está em reunião no Palácio”. Era lá no Planalto. “Está em reunião aí no Palácio”; “Ah, tá bem”. Eu digo: “Então, diz pra ele que depois, às 6 e meia mais ou menos, eu passo lá no Torto pra tomar um uísque com ele que eu vou pra fazenda hoje de noite”. Aí saí dali, fui pro apartamento do meu irmão que morava lá em Brasília. Eram mais ou menos 3 horas. Aí o meu irmão me disse: “Ih! Mas está uma coisa. Deram o golpe no Jango.” Eu acho que era primeiro de março. “Deram o golpe, estão invadindo, não sei o que...” Daí a pouco deu no noticiário que ele tinha voado pro Rio Grande. Mas eu não sabia. Não sabia nada dessa coisa. Foi engraçado

porque lá na fazenda, eu tinha umas metralhadoras, tinha duas metralhadoras, e tinha umas armas, porque eu gostava muito de armas, eu tinha comprado umas armas de caça, né. Tinha duas metralhadoras que quem tinha levado pra lá era o Dirceu de Páscoa. O Dirceu era um médico que morava em Paris. Ele era filho do embaixador uruguaio que casou com uma gaúcha. Então era cônsul lá em Porto Alegre depois se tornou embaixador. Tinha estado em diversos países e estava na Europa, em Paris. E o Dirceu era o adido comercial, aqueles escritórios comerciais. Tinha um escritório comercial em Paris. E era louco por armas, sabe. Quando ele vinha nas férias ficava lá na fazenda comigo uns dias, e era muito amigo do Jango também. O Dirceu se dava com todo mundo. Ele está aqui agora, aqui no Rio. Ele se dá com esse povo todo de político. Em Paris, todo mundo conhece o Dirceu de Pascoa. É médico, sabe, um rapaz muito fino e tal. O Dirceu tinha mania de armas. Tinha uns 20 ou 30 revólveres, era uma coisa louca. E comprava, a arma que ele descobrisse, ele comprava. E tirava também da Casa Militar. Ele tirou uma metralhadora lá e levou pra fazenda, sabe. Deixou lá guardada. Só pra guardar, pra ele namorar. Ele namorava as armas, sabe. Eu sei que eu tava lá no apartamento do meu irmão, tocou o telefone, eu atendi, aí era do Palácio: “Querida falar com o Dr. Laranja.” Eu digo: “É ele mesmo que está falando”; “Dr. Laranja, aqui é o major do Palácio do Planalto, eu sou encarregado da casa de armas. E aqui na ficha consta que tem umas armas na sua fazenda.” Digo: “Tem sim senhor, major”. Era a ficha do Dirceu. Diz: “Nós queríamos que o senhor devolvesse essas armas.” Digo: “Olha major, acontece sabe o quê, é que eu não vou poder passar na estrada. Eles vão me prender com essas armas, se eu trouxer.” Ele disse: “Não, nós vamos mandar um tenente lá com o senhor. Ele vai com o senhor e recebe as armas”; “Tá”. No outro dia passou lá, mas o tenente não pode ir, foi um sargento da Casa de Armas, que aliás era um sargento antigo. Foi comigo na caminhonete, sabe, pra retirar as metralhadoras. Bom. Fomos lá e começamos a beber umas cachaças, o sargento tomou um porre desgraçado lá. E os caras lá na fazenda, aqueles capiau, diziam: “Doutor, vamos amarrar ele aqui.” (risos) “Vamos amarrar o sargento aqui. Largar ele pelado aí na caminhonete na estrada.” (risos) Sabe, esses capiau do interior gostam de fazer sacanagem com os outros, né, gostam... (rindo) O sargento tava tonto. Aí levou as armas. Não tenho nada. Não mexeram comigo. A Revolução abriu inquérito na NOVACAP como abriu em toda a parte, não é. O inquérito foi muito engraçado porque eu me propus, telefonei lá pro presidente da comissão, me propus, dei o endereço de onde é que eu estava e me pus à disposição pra fazer qualquer depoimento. Mas nunca me chamaram nem nada. O inquérito era o enriquecimento ilícito de todos os ex-presidentes; todos, sem exceção de nenhum. O diabo é que alguns já tinham morrido, não é, como o Ernesto Dornelles, que é tio desse Francisco Dornelles. É o irmão do pai dele, era da família do Getúlio, tinha já morrido. Mesmo esse entrou no inquérito. Fizeram o inquérito, algum tempo depois eu vi no jornal, logo de começo excluíram, por falta de provas, Israel Pinheiro e Francisco da Silva Laranja Filho. Eu fui dos primeiros a ser excluído do inquérito. Eu vi uma notícia no jornal. Nunca me interessei. Mas um dia, por acaso, eu vi isso: “Excluam Israel Pinheiro e Francisco da Silva Laranja Filho.” Bom. Aí eu fiquei na fazenda. Depois, em 65, é, quando foi? Setembro, é, setembro de 65... Não, não foi setembro, perai. Janeiro, em janeiro de 65 eu resolvi me casar. Aí me casei.

JB – Deixou o trunfo. Entregou o trunfo.

RG – E aí mudou de vida. Casou e mudou de vida...

FL – Não. Porque eu tinha um apartamento aqui. Eu morava uma parte do tempo aqui outra parte em Brasília, na fazenda. Aí tinha uma namorada aqui, um dia eu digo: “Olha, é bom nós casarmos. Vamos dar uma casada aí...”. Parece que foi dezembro de 64. É, dia 20 de... não, 20

de janeiro. É isso mesmo. “Vamos dar uma casada aí que é melhor, sabe.” Aí casamos no dia 20 de janeiro. É.

JB – Ela era muito mais jovem do que o senhor?

FL – Ela é... eu acho que é 25 anos mais jovem que eu. (ri) Ela deve estar com 45. É. Eu estou com 70. É. Aí tenho dois filhos, três filhos, duas meninas e um menino, não é. Agora uma menina já está estudando Medicina, a outra estuda Direito e o garoto está fazendo Engenharia. Aí me acomodei. Eu quis voltar pra Medicina... Depois de casado, eu fui morar em Brasília. Em 70, de 70 a 75 eu fui morar em Brasília. Porque tinha umas reses lá na fazenda e tal e à distância roubavam muito a gente, não é. Então eu fui administrar mesmo as fazendas... a fazenda, sabe. Fui morar em Brasília e aí abriram um concurso lá no Hospital Distrital... Ah, não! Houve outra tentativa. Primeiro, uma tentativa na Universidade de Brasília. O Lobato Paraense era da Universidade, estava lá em Brasília, e tentou me levar pra Universidade. Mas aí tinha o problema do SNI. Porque tinha uns caras que eram cassação branca, não é. Não podiam citar de jeito nenhum. Eu também não sabia, fiquei impressionado com esse troço. Eu era cassado, cassação branca. É a pior delas. É pior do que essa cassação pública. Porque olha, minha aposentadoria, eu não sei como é que eles fizeram, me rebaixaram tanto que eu fiquei... Eu sou aposentado, era do... Como é que eles chamavam esse pessoal do IAPI? Eram os barões da previdência... Como é? Tinha um...

MC – Cardeais, cardeais do IAPI.

FL – Cardeais... um negócio. Eu era daqueles. E eu sou aposentado, com 35 anos de serviço, com 7 mil cruzeiros, 7 mil cruzados. Cargo de concurso, os maiores que tinha aqui. Era o maior ordenado que tinha na previdência! Você vê, eu não sei o quê que fizeram. Como eu nunca fui de reclamar, eu deixei pra lá. Então, eles diziam que o SNI não permitia. Eu acredito que em grande parte era mentira, sabe, era medo dos caras. Muitos queriam fazer, mas tinham medo. “Ah, o Laranja... eu vou me indispor.” Tenho certeza de que isso aconteceu com um reitor da Universidade de Brasília. Ele não teve coragem, né. Fizeram duas tentativas em Brasília para eu ir pra professor da Universidade. A segunda foi dos próprios chefes de departamento. Alguns chefes de departamento fizeram um abaixo-assinado pedindo pra me contratar pra professor de cardiologia, lá. Mas houve também isso. Parece que acharam que o SNI não ia permitir. Bom. Mas abriram um concurso público assim, de médico, pra cardiologia do Hospital Distrital. Era concurso de títulos, né. Bom. Era no tempo que o governador de Brasília era aquele Hélio Prates, coronel Hélio Prates da Silveira. E ele tinha um irmão que era médico, o Caio, era chefe de gabinete. Bom. Então abriram o concurso. Na última hora, bem na hora de encerrar, eu me inscrevi. Os outros inscritos eram 8 ou 9. Mas eram rapazes novos, umas moças e tal. Então um pessoal novo ainda, não tinha títulos ainda. Evidentemente que não tinha... eu já era um homem velho já e... Eu sei que julgaram lá e eu tinha que tirar um mundaréu de pontos. Tirei o primeiro lugar, um mundaréu de pontos. Era primeiro lugar, tinha que chamar, não é. Mas aí não chamaram. Não chamaram nem eu nem ninguém. Pouco tempo depois eu estava aqui na lanchonete do Hospital Servidores do Estado, ali com o Raimundo... Nessa época o Raimundo era o diretor - Raimundo Dias Carneiro - era o diretor do Servidores. Estava tomando um lanche ali e entra uma moça: “Oi fulana! Ué, você não estava pra Brasília? Você não estava em Brasília?” Diz ela: “É eu estava sim. Fui lá.”; “Você não ia fazer aquele concurso lá de cardiologia?” “Eu fiz o concurso, tirei segundo lugar, mas vim embora porque eles não vão nomear”; “Mas por quê?”; “Acontece que se inscreveu lá e tirou o primeiro lugar o Laranja - ela não me conhecia - e eles não podem nomear o Laranja porque o SNI não deixa. Então não

vão nomear ninguém porque não podem nomear o primeiro lugar.” Aí o Raimundo diz: “Olha, o Laranja é esse”. (ri) Aí ela me contou: “Estão dizendo que não vão nomear ninguém porque não querem nomear o Laranja de jeito nenhum pro Hospital Distrital”. E realmente não nomearam ninguém. E digo: “O azar foi... se eu soubesse que ia prejudicar a vida deles todos, eram pito”. A moça tinha tirado segundo lugar. Era uma cardiologista aqui dos Servidores. Depois eu achei que aqui mesmo, com o Vinícius, que eles não iam... Mas aí já estava no tempo do Geisel... O duro era no tempo do Médici. O Médici é que era duríssimo. Mas já no tempo do Geisel já não houve, parece, problemas aqui pra readmitir. De forma que aí eu voltei já aqui no tempo do Geisel, com o Vinícius, né. Pronto. Agora eu já contei tudo, não é. Fato político... você vê que tem...

RG – Apareceram umas histórias inesperadas que a gente não sabia, não estava nos nossos dados da sua biografia. Mas a gente já vai acabar daqui a pouco porque a gente não tem outra fita.

FL – Eu tenho tido muitas atividades, as mais diversas, né, mas sempre... Quando a gente está com atividade... Cada dia mais eu me convenço disso, não esqueço nunca disso, que Deus dá biscoito pra quem não tem dentes. É verdade. Se eu fosse um homem que tivesse...

RG – Ambicioso.

FL – ... aspiração, não é, ambicioso pra alguma coisa... Eu detesto aparecer... A coisa melhor da vida, pra mim, é ser um homem igual aos outros. Aliás a minha mulher reclama muito. Porque eu já tenho filhas mocinhas, não é, são mocinhas já. E eu vou ali no botequim... Tem um botequim na frente de casa onde os motoristas de táxi almoçam, sabe. Então eu vou ali, tomo uma cachacinha... “Não Cora, mas todo mundo me respeita. Eu estou no meio deles. Eu gosto e tal”. Ela diz: “Mas não fica bem, Dr. Laranja todo mundo conhece”. Tem os jornalistas... porque ali é a casa dos... tem aquele conjunto de jornalistas...

MC – No Jardim de Alá.

FL – Jardim de Alá. Tem muitos aposentados que estão sempre ali bebendo cerveja e tal, né. Um dos jornalistas daqueles, velho, chega ali e joga: “Ô Dr. Laranja. Este é consultor da Organização Mundial de Saúde.”